

Nesse sentido, este volume da coletânea Pernambuco na mira do golpe que o leitor tem nas mãos articula importantes temas do Brasil Recente, a saber: direitos humanos, política e sociedade e acervos. Uma outra importante contribuição do livro que gostaria de destacar diz respeito ao fato de que o conjunto de capítulos analisam de maneira multidisciplinar o impacto da ditadura em Pernambuco, como o governo atuou na repressão no estado. Da mesma maneira que analisa como a sociedade se movimentou entre a resistência ao regime e o consenso aos feitos ditatoriais em um arco temporal que abrange os primeiros dias após o golpe de 31 de março de 1964 até o período da transição. Em tempos de crescimento do índice de violência no país, especialmente contra grupos subalternos e políticos, esta obra cumpre um relevante papel acadêmico e social, como devem ser as pesquisas sobre temas sensíveis, e nos convida a refletir não apenas sobre os anos de chumbo, mas sobre a democracia que estamos construindo.

Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense



Pernambuco na mira do Golpe



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Pernambuco na mira do Golpe

Volume 2

Direitos humanos, acervos, política e sociedade

Organizadores:

Marcília Gama da Silva
Thiago Nunes Soares



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Historicus - 24

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.)

Coletânea Pernambuco na mira do Golpe, volume 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade [recurso eletrônico] / Marcília Gama da Silva; Thiago Nunes Soares (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

330 p.

ISBN - 978-65-5917-060-9

DOI - 10.22350/9786559170609

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Pernambuco; 3. Golpe; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título; II. Série.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio..... 9

Precisamos falar sobre Direitos Humanos

Samantha Viz Quadrat

Eixo Direitos Humanos

1 15

Modernidade e Direitos Humanos: lições do julgamento de Eichmann à luz do pensamento de Hannah Arendt

Manoel Severino Moraes de Almeida

2..... 30

Olho por olho ... violações dos Direitos Humanos nos movimentos sociais do campo

Maria do Socorro Ferraz Barbosa

3.....54

1 de abril de 1964: a prisão de Gregório Bezerra e o Golpe Civil-militar em Pernambuco

Tássio Brito

4.....73

O ressoar dos tambores da ditadura militar-civil no Brasil: as torturas, as perseguições contra Dom Hélder Câmara e o assassinato do Padre Henrique

Élcia de Torres Bandeira

5..... 96

Advogados enfrentam a ditadura militar em Pernambuco (1964-1985) - Resistência profissional e política contra a repressão judicializada no Estado de Exceção

Felipe Gallindo

6..... 122

A Febem Pernambuco e a “Revolução de 1964”: Pacas e a militarização da assistência às crianças e adolescentes

Humberto Miranda

7.....	138
O que ‘1964’ nos ensina sobre os dias atuais: “<i>impeachment</i>”, sequestros, torturas e mortes em tempos de ditadura	
Túlio Velho Barreto	

Acervos, política e sociedade

8	169
<i>O modus operandi</i> do DOPS-PE e o seu papel em “<i>Defesa da Segurança Nacional</i>” de 1964-1985	
Marcília Gama da Silva	

9.....	193
Arquivos da Ditadura – O acervo do CIEX	
Greyce Falcão do Nascimento	

10	218
A Geopolítica e o papel de Fernando de Noronha no cenário de salvaguarda da soberania brasileira	
Grazielle Rodrigues do Nascimento	

11.....	236
As quatro batalhas do MDB em Pernambuco: as eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978	
Rafael Leite Ferreira	

12	262
Entre o crime e a ideologia: a repressão às drogas em Pernambuco nos idos da ditadura	
Stênio Ricardo Carvalho dos Santos	

13	286
Subversões de gênero no Recife da década de 1970. Pela manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes da sociedade, as bonecas não têm vez	
Sandro José da Silva	

14	306
Para além dos muros da universidade: estudantes e professores da UFPE nas Diretas Já!	
Thiago Nunes Soares	

Prefácio

Precisamos falar sobre Direitos Humanos

*Samantha Viz Quadrat*¹

Foi durante as ditaduras civil-militares dos anos 1960 e 1970 na América Latina que os direitos humanos se tornaram uma importante bandeira de luta contra a violência e denúncia dos crimes cometidos pelos agentes de Estado no combate à oposição. As organizações criadas no período, muitas vezes a partir de laços de consanguinidades, como Madres e Abuelas de Plaza de Mayo ou de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, foram denominadas organizações de direitos humanos, dando ênfase a uma nova pauta na região. Tais grupos atuaram de maneira transnacional e ganharam visibilidade mundial.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos tenha sido assinada em 10 de dezembro de 1948 e a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos tenha sido fundamental na redação do documento, o tema ainda não havia ganho espaço nos debates políticos por aqui. As grandes desigualdades sociais, bem como a recorrente violência praticada pelos Estados, não eram uma novidade. Contudo, as ditaduras civil-militares instalaram com uma intensidade jamais vistas práticas repressivas como a censura, o exílio, a detenção prolongada, a tortura, o assassinato e o desaparecimento político forçado. Tais ações levaram inclusive ao questionamento jurídico do conceito de genocídio para além da questão étnica, ao implementar a perseguição e extermínio de grupos da sociedade por razões políticas.

¹ Professora de História da América Contemporânea. Universidade Federal Fluminense

No caso brasileiro, durante o processo de transição à democracia iniciado oficialmente pelo general Ernesto Geisel em 1974, quando o mesmo declarou que faria uma *abertura lenta, gradual e segura* após 10 anos de ditadura civil-militar no país, vimos a emergência de novos atores sociais e de novas demandas na cena pública. Se até então a temática dos direitos humanos estava centrada na luta contra a ditadura e a violência praticada pelo Estado contra os seus opositores de todas as origens políticas, com a transição à democracia a luta pelos direitos humanos foi apropriada por outros grupos que, embora também combatessem a ditadura, tinham pautas próprias, como a luta antimanicomial, de organizações dos movimentos negro, feministas, homossexual etc.

No Brasil e no mundo o conceito foi sendo paulatinamente ampliado e reconhecido como um conjunto de direitos que precede a existência dos Estados, esses teriam como obrigação a sua promoção para todos os seres humanos independente de qualquer coisa.

Nesse sentido, a temática dos direitos humanos incorporadas em importantes acordos e tratados internacionais assinados e ratificados pelo governo brasileiro, assumidos também na Constituição de 1988 e pelos três Programas Nacionais de Direitos Humanos passou (ou deveria) a fazer parte de compromissos e pactos no país.

No entanto, essas ações não se materializaram na prática e aos poucos, especialmente com o aumento da violência urbana, os direitos humanos começaram a ser vistos por setores da sociedade brasileira como um empecilho, um problema, “coisa de bandido”. Foram e são cotidianamente atacados e questionados em sua essência. Até mesmo os professores, que devem abordar a temática em sala de aula como estabelece o conjunto de documentos para a educação ditados pelo MEC, tem enfrentado problemas em sua prática docente ao promover ações e diálogo sobre o tema.

Apesar dos inúmeros trabalhos, acadêmicos ou não, sobre a promoção dos direitos humanos no país, a compreensão da sua trajetória em sentido amplo e a defesa da sua implementação de fato, enfrentamos esse

dissenso com parcelas da sociedade brasileira. É o bom combate que devemos assumir.

Nesse sentido, este volume da coletânea Pernambuco na mira do golpe que o leitor tem nas mãos articula importantes temas do Brasil Recente, a saber: direitos humanos, política e sociedade e acervos. E com isso se soma a essa luta de historicizar os direitos humanos no Brasil, sua importância e a necessidade de que sejam priorizados na democracia para que os fatos analisados nos capítulos não se repitam nunca mais.

Uma outra importante contribuição do livro que gostaria de destacar diz respeito ao fato de que o conjunto de capítulos analisam de maneira multidisciplinar o impacto da ditadura em Pernambuco, como o governo atuou na repressão no estado. Da mesma maneira que analisa como a sociedade se movimentou entre a resistência ao regime e o consenso aos feitos ditatoriais em um arco temporal que abrange os primeiros dias após o golpe de 31 de março de 1964 até o período da transição.

E ao fazer isso convida o leitor a conhecer os acervos documentais pelos quais foi travada uma longa luta pela sua localização, recuperação e abertura ao público consolidada pela Lei de Acesso à Informação (nº12.527), assinada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, quando também sancionou a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade. Devemos, portanto, reconhecer que o direito à informação é um direito humano que se articula às demandas por memória, verdade e justiça. Trão tão caro aos pesquisadores das ditaduras, militantes e atingidos direta e indiretamente pelas ações da repressão.

Em tempos de crescimento do índice de violência no país, especialmente contra grupos subalternos e políticos, esta obra cumpre um relevante papel acadêmico e social, como devem ser as pesquisas sobre temas sensíveis, e nos convida a refletir não apenas sobre os anos de chumbo, mas sobre a democracia que estamos construindo.

Eixo Direitos Humanos

Modernidade e Direitos Humanos: lições do julgamento de Eichmann à luz do pensamento de Hannah Arendt

*Manoel Severino Moraes de Almeida*¹

Os direitos humanos acompanham em seu conteúdo histórico e filosófico uma série de dilemas estruturantes na relação entre o indivíduo e a sociedade. A construção do conceito de dignidade humana, implicou, em várias lutas políticas, para a constitucionalização das garantias fundamentais. As cidades foram o grande palco civilizatório entre as diversas concepções de governo, os impérios conheceram seu fim, na medida que os grandes centros urbanos ganhavam força econômica e social.

A criação das Nações Unidas, doravante denominada de ONU, seguiu como uma resposta aos horrores de duas guerras mundiais, que em curto período da história, massacraram milhões de vidas em uma escala nunca vista na história. Pondo um fim aos projetos colonialistas e se contrapondo as formas de eliminação em massa. Os registros pós segunda guerra mundial surgiram como um tsunami devastador no projeto de emancipação e paz que a modernidade prometia.

¹ Advogado. Doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2018), Mestre em Ciência Política (2004) e Bacharel em Ciências Sociais (1999) pela UFPE. Professor do Curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco e Coordenador da Cátedra de Direitos Humanos Dom Helder Câmara – UNESCO/UNICAP. Associado ao IDHEC - Instituto Dom Helder Câmara e CENDHEC - Centro Dom Helder Câmara - Cendhec. Ex-Conselheiro da Comissão Nacional de Anistia/Ministério da Justiça. Exerceu o mandato de Membro Titular da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco (2012-2016). Coordenação da Rede Solidária em Defesa da Vida - PE. Defensor de Direitos Humanos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332844682702344>

Os Direitos Humanos são integrados formalmente na carta de fundação da ONU, bem como em diversos tratados e documentos internacionais, mas nada substituiu o peso ético da Declaração dos Direitos Humanos, seus dispositivos são um legado civilizatório que incorpora em seu conteúdo o reconhecimento da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

A modernidade em quanto projeto inacabado é retomado em uma perspectiva descolonizadora, na afirmação de tratados contra o racismo e qualquer forma de discriminação, na garantia da autodeterminação dos povos, e na democracia como sistema político mais próximo das aspirações globais de um ideário nascido no pensamento kantiano.

A redação da Declaração Universal já deixa explícito a necessidade do respeito aos direitos civis e políticos tão característicos dos países liberais, ao mesmo tempo que integra os direitos econômicos, sociais e culturais defendidos pelos países de regime socialistas. Diferentes concepções sobre Direitos Humanos são na verdade superadas em um documento que passou pela revisão de dois grandes encontros internacionais, as Convenções Internacionais de Direitos Humanos: a primeira sobre os direitos civis e políticos (1966) e a segunda Convenção sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966).

Nestes encontros, partiu-se para a construção dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos e seus protocolos facultativos. Buscou-se formular tratados de direitos humanos que dessem robustez ao sistema global, no sentido de superar a dicotomia entre os mais ricos e os grupos sociais mais vulneráveis.

Em regra, os que gozam de liberdade são os indivíduos que conseguiram assegurar seus direitos econômicos, tornando-se “privilegiados” se considerarmos a grande maioria de pessoas a margem de direitos básicos, como acesso a água, esgotamento sanitário e até mesmo alimentação. A fome é uma realidade global, e resultado de um sistema econômico, político e gerador de desigualdades, como já afirmava na década de 1950, Josué de Castro.

O positivo é que as pessoas em grande maioria dos países mais industrializados, ou mesmo, nos países que precisam de apoio econômico, compreendem a necessidade de uma agenda de mudanças, de uma economia ecologicamente sustentável. Os movimentos sociais globais multiplicam-se, e passaram a compor uma paisagem, de atores internacionais, cada dia mais reconhecidos. Entre outros motivos, em função da qualidade técnica dos informes, das ações coletivas e na conquista de suas agendas políticas.

Surgiu de certa maneira um paradoxo dos direitos humanos, em certo sentido, quanto mais tratados, convenções e documentos internacionais, mas aumentam, os tipos de graves violações de direitos humanos. A construção do sistema global, significou tirar das sombras do desconhecimento e da subnotificação das violações, milhares de indivíduos hipossuficientes em relação aos seus Estados.

A resposta do direito internacional não pode de maneira alguma colocar em dúvida a eficácia dos tratados, mas de ponderar as causas que levam a índices tão alarmante de violência, por parte dos estados. Os tratados pactuados na ONU, e nos subsistemas regionais de direitos humanos, hoje, possuem indicadores de direitos humanos capazes de identificar cenários de violação contra grupos sociais, grupos tradicionais e indivíduos.

É nesse processo que as relações político-jurídicas vão se adensando e produzem uma trama de interesses bastante complexa e utilitarista. Como destaca Höffe (2005, p.42), “O utilitarismo é compreendido como a ética do bem estar coletivo de efeito mais vigoroso”.

O sistema político utilitarista promoveu uma racionalidade focada na intrínseca contradição entre a liberdade e o controle. É desse processo que surge a metáfora do contrato social onde os indivíduos abrem mão de suas vontades soberanas para assimilar a auto obrigação voluntária.

Na prática estamos saindo de uma leitura moral do poder para consolidarmos um equivalente a racionalidades deliberativas, seja direta ou indireta. E para consolidar estes mecanismos de legitimação é

fundamental a institucionalização do poder do Estado. Que, para se firmar diante dos seus cidadãos vai aumentar a sua capacidade de atuação e consequentemente estabelecer uma maior valorização do seu papel jurídico e político.

O que temos de novo quando falamos de direitos humanos é a ideia de um contrato duplo onde os direitos pactuados em nossa Constituição também podem ser assimilados do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A inversão é no reconhecimento que o pacto de origem pode ter sido unilateral e com isso imposto.

Doutrinariamente aos governos não decidirem se reconhecem ou não estes direitos, em geral, o parlamento é responsável pelo processo de ratificação dos tratados de direitos humanos. Os compromissos internacionais assumidos pelos Estados são inerentes ao cidadão e não cabem limites, restrições e muito menos retrocessos.

A conquista da garantia dos direitos fundamentais na teoria do constitucionalismo moderno assumiu materialidade na redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), consignando no seu artigo 16º, como podemos transcrever a seguinte redação, “Qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição” (BRASIL, 2020).

Consolidou-se na maioria dos países o princípio da separação dos poderes com relativo sucesso, o mesmo não se pode dizer dos direitos fundamentais, que mesmo sendo reconhecidos, historicamente são negligenciados (FIORAVANTI, 2003, p. 70).

Nos séculos seguintes XIX e XX uma série de declarações de direitos onde é possível encontrar um cardápio de valores mediados pela cultura política de cada sociedade. É por este motivo que a percepção dos direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais.

Estas dimensões na sua forma abreviada Dhescas, estão condicionados, em cada época histórica e são indicadores do desenvolvimento sustentável de uma nação e de seus projetos de desenvolvimento.

O alargamento, dos direitos humanos, está relacionado a uma visão filosófica sobre a condição humana e não a um compromisso ideológico de seus princípios. Quando mais comprometida sua agenda, com os governos, menor é o alcance de seus resultados, porque sua natureza permanente exige políticas de Estado.

Nos embates diplomáticos, muita tinta foi gasta para superamos uma ideia realista das relações internacionais, admitiu-se pelos Estados, uma concepção cooperativa. Os organismos multilaterais, tem atuado na justificativa de criação de um diálogo entre culturas, sistemas jurídicos e conhecimento científico.

Os avanços em todos os organismos de direitos humanos, quando possível, deu-se na medida que a multiculturalidade e interdisciplinaridade foram dando conta da diversidade dos sujeitos e a complexidade dos desafios. Superando a resistência conservadora de reconhecer as diversas formas de violação. Novos métodos e estudos em direito, sociologia, antropologia etc, redesenharam uma epistemologia dos direitos humanos, acumulado em séculos de civilização.

As grandes tradições culturais não podem ser excluídas dos direitos humanos, por este motivo, o caráter universal é um desafio que encontrou novos parâmetros na medida que temos nos cinco continentes defensores de direitos humanos, em praticamente todos os países.

Na literatura crítica dos direitos humanos, podemos afirmar parte das grandes violações de direitos humanos está associado ao modelo de consumo capitalista das grandes potências econômicas. Sua forma de lidar com natureza implicou em graves consequências ao meio ambiente, estando largamente ultrapassados, ainda mais quando falamos na formulação atual dos direitos humanos.

Os esforços diplomáticos em construir um catálogo de direitos humanos qualificou a reação da sociedade internacional no tema da fome; das desigualdades sociais e políticas. E a filosofia do direito, buscou transpor de uma lógica formal e instrumental de poder político, afirmando outras maneiras e dimensões dos direitos humanos.

Novas subjetividades e identidades agregaram outras dimensões de direitos humanos e acrescentou também em uma revisão de paradigmas, seja nos processos jurídicos de resolução dos conflitos, como na compreensão dos sujeitos históricos envolvidos. Tratou-se de frear a violência estrutural causada por anos de uma sociedade patriarcal e auto centrada no eurocentrismo.

Os direitos humanos, em outras palavras, não podem ser coisificados. Não podem ser substituídos por uma noção legitimadora de antagonismos entre o ser e do dever ser. A opção teórica pela universalidade consolidou uma cidadania global, na defesa que os direitos humanos passaram a ter uma substância ética, revisitada nas Conferências de Teerã, em 1968, e na Conferência de Viena, em 1993.

As conferências reafirmaram o caráter indispensável da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas foram além,

não há dúvidas que a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Teerã foi um marco no processo de internacionalização dos direitos humanos e de afirmação de sua universalidade. Com a participação de 84 Estados, além de representantes de organismos internacionais e organizações não governamentais, a Conferência de Teerã objetivou examinar os progressos alcançados nos vinte anos transcorridos desde a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e preparar um programa para o futuro, abordando importantes questões (GUERRA, 2015, p.110).

Apontaram para um plano de medidas de internacionalização das responsabilidades assumidas, e criaram, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e a sistemática do Relatório Periódico Universal dos direitos humanos,

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena estabeleceu importantes pressupostos programáticos indispensáveis à universalidade dos direitos humanos, tais como a inter-relação entre desenvolvimento, direitos humanos e democracia; a legitimidade do monitoramento internacional de suas violações; o direito ao desenvolvimento e a interdependência de todos os direitos fundamentais (GUERRA, 2015, 111).

A sede da ONU, em Genebra, passou a sediar uma série de peritos, missões diplomáticas, caravanas de entidades da sociedade civil, reconhecidas em sua capacidade de dialogar. O preenchimento dos acordos extraídos nas recomendações do Relatório Periódico Universal, não substitui a necessidade de cada país de legislar, internamente, sobre os direitos humanos, afinal, são as políticas públicas que enraízam na sociedade as garantias internacionalmente asseguradas, no princípio da igualdade em dignidade de todos os seres humanos, sem discriminação.

Lições do julgamento de Eichmann em Jerusalém

Sobre o tema da discriminação, Hannah Arendt descreveu em seu livro “Eichmann em Jerusalém”, o processo do qual foi submetido Otto Adolf Eichmann, um dos mais emblemáticos nazistas presos, pós segunda guerra mundial. Acusado de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes contra o povo judeu durante o governo nazista e o período da Segunda Guerra Mundial, foi capturado na periferia de Buenos Aires em 11 de maio de 1960, pelo serviço secreto de Israel.

O holocausto foi uma política de Estado conduzido pelo governo nazista contra a população judia, cigana, homossexual, negra e sintetizou os conceitos que negaram a diversidade e a pluralidade, valores estes que já foram referidos anteriormente como fundamentais no direito internacional, e fundamentou o conceito de crime de genocídio,

[...] é um crime que ocorre, lógica e praticamente, acima das nações e dos Estados – das comunidades políticas. É um tema global, pois diz respeito ao mundo como um todo. Trata-se, portanto, de um crime contra a humanidade que assinala, pelo seu ineditismo, especificidade da ruptura totalitária. A ruptura totalitária levou, assim, no pós-Segunda Guerra Mundial, à afirmação de um Direito Internacional Penal. Este procura tutelar interesses e valores de escopo universal, cuja salvaguarda é fundamentalmente para a sobrevivência não apenas de comunidades nacionais, de grupos étnicos, raciais ou religiosos

minoritários, mas da própria comunidade internacional. Entre tais valores e interesses está a repressão ao genocídio. (LAFER, 1997, p.59).

Arendt construiu um modelo de análise original, sem compromissos com a própria comunidade judaica da época, buscou compreender o papel do medo e os efeitos da banalização do mal nos indivíduos. Em síntese, a pessoa de Eichmann demonstrou em seu julgamento uma falta de compaixão. Algo impensável como verdade, mas pode ser algo comum no comportamento e na relação com o poder. E como os atos da burocracia autoritária podem ser instrumentalizados para coisificar o ser humano, em sua capacidade mais nobre que é colocar-se no lugar do outro (LAFER, 1997, p.59).

E como as leis segregacionistas podem ser construídas e legitimadas pela sociedade?

Na sua reflexão, o conceito de ação política dos indivíduos foi ressignificado perdendo a potência positiva, na prática, as pessoas se associam e se juntam quando identificam objetivos em comum, que podem ser motivadas pelo preconceito. Neste processo a produção de sentidos políticos. Em Hannah Arendt, o poder é entendido através da chave hermenêutica da obediência, como consequência da adesão das massas e do sentimento que esta adesão constrói como verdade.

Diferente da teoria clássica, Hannah propõe um outro tipo de legitimação do poder não seria pela força, mas pela capacidade da lei, de se firmar no mundo da vida, e responder a necessidade das pessoas de uma forma democrática. Verdade e justificação são duas faces complexas do espaço público, e dialogam com a necessidade que os indivíduos tem de mediar seus conflitos através da lei, obedecendo-a (LAFER, 1997, p.60).

O Nazismo como sistema político é o resultado das próprias conquistas da modernidade, em outras palavras, a tolerância ao intolerante. O preconceito é inerente aos indivíduos e o poder político utilizou desse fenômeno humano, para construir as bases de sua legitimação, dividindo as pessoas e consolidando, nesse campo simbólico, as correntes que vão disputar o poder real.

A antítese desse processo seria compreender o direito como constitutivo e estruturante da democracia, da ação política e da capacidade dos indivíduos de construir consensos e consolidar projetos de vida, bem como o perdão.

As ameaças nucleares de destruição em massa de toda humanidade é o resultado final de uma proposta suicida de hegemonia, por que sua meta deslocou-se da vida boa, descrita na obra de Aristóteles, para uma finalidade destrutiva de poder, em escala nunca antes imaginada. E dessa crise que a interação humana deveria superar mediado pelos organismos de direitos humanos. A utopia em Arendt é consolidar uma sociedade crítica à projetos autoritários, e consolidar a democracia em nome da vida, da solidariedade e da paz mundial.

O constitucionalismo como projeto dialogou diretamente com o pensamento de Hannah, inclusive porque, apresentou entre outras medidas uma teleologia emancipadora da sociedade, na medida que garante os direitos fundamentais e como já referido a divisão de poderes até chegarmos no *accountability* da sociedade civil nas políticas públicas.

É possível superar a ideia de contensão da sociedade por parte do Estado Leviatã, para um projeto de afirmação de direitos, de uma ação coletiva baseada no fortalecimento do espaço público?

No livro de Hannah “Eichmann em Jerusalém”, Arendt defende o direito de resistência, o direito da desobediência civil legítima em situações-limites. Retrato no livro, por exemplo, no caso dos dinamarqueses,

fizeram uma coisa completamente diferente. Quando os alemães os abordaram, bastante cautelosamente, quanto à introdução do emblema amarelo, eles simplesmente disseram que o rei seria o primeiro a usá-la, e os funcionários governamentais dinamarqueses tiveram o cuidado de esclarecer que medidas antijudaicas de qualquer ordem provocaria sua imediata renúncia. Muito decisivo na questão toda foi o fato de os alemães não conseguirem determinar nem mesmo – o que era vitalmente importante para eles – quem eram os dinamarqueses nativos de origem judaica (cerca de 6400) e que m eram os 1400 judeus alemães refugiados que havia encontrado asilo no país antes da guerra,

agora declarados apátridas² pelo governo alemão. Essa recusa deve ter sido uma infinita surpresa para os alemães, visto que parecia “ilógico” um governo proteger pessoas a quem havia recusado categoricamente naturalização e mesmo permissão de trabalho. (...) Os dinamarqueses, porém, explicaram aos funcionários alemães que uma vez que os refugiados apátridas não eram mais cidadãos alemães, os nazistas não poderiam requisitá-los sem o consentimento dinamarquês. Esse foi um dos poucos casos em que a falta de pátria acabou sendo um privilégio, embora, evidentemente, não tenha sido a falta de Estado *per se* que salvou os judeus, mas, ao contrário, o fato de o governo dinamarquês decidir protegê-los (ARENDDT, 1999, p.191).

Poderíamos escolher diversos exemplos históricos, como a própria resistência democrática contra o regime militar no Brasil. Resistência de grupos liberais, lutando no campo da institucionalidade, bem como, e não menos legítimo, dos partidos que optaram pela luta armada em decorrência do fechamento do regime.

É imperativo observar que Eichmann não é apresentado como um mostro e muito menos alguém especialmente preparado para ocupar o lugar que desempenhava no partido e na máquina nazista. Sua atuação e depoimentos, mostraram uma pessoa plenamente consciente de sua condição de obediência a ordem. Não havia matado ninguém, e por este motivo, julgou-se inocente das acusações de genocídio.

Em dias de sessão, Eichmann em seu julgamento, não demonstrou arrependimento de seus atos, ao contrário procurou justificá-los, na restrita condição de burocrata de uma engrenagem legalmente constituída constitucionalmente. Demonstrou, em sua argumentação, a falta de empatia com milhares de pessoas que sabidamente estava sendo despachadas para os campos de concentração, sabia que aquelas listas que manipulavam, eram listas manchadas de sangue, de crianças, idosos e mulheres. Todos sem distinção, teriam como destino a morte certa. Em seu último depoimento, descreveu Hannah,

² A situação de apátrida, segundo a Lei nº 13.445/17, em seu Art. 1, inciso VI, descrevem a situação de apátrida a “pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro”.

[...] suas esperanças de justiça tinham se frustrado; a corte não havia acreditado nele, embora ele tivesse sempre feito o máximo para dizer a verdade. A corte não o entendia: ele nunca tinha nutrido ódio aos judeus, e nunca desejou a morte de seres humanos. Sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição. (Ele não foi tão longe quanto muitos outros criminosos de guerra de baixa patente, que declararam ter ouvido dizer que não deviam nunca se preocupar com “responsabilidades”, e que agora estavam incapacitados de chamar os responsáveis para falar porque eles tinham “escapado e [os] abandonado” – cometendo suicídio ou sendo enforcados.) “ Não sou um mostro que fazem de mim”. Eichmann disse. “Sou vítima de uma falácia.” Ele não usou a expressão “bode expiatório” (ARENDDT, 1999, p. 269).

Esta incapacidade de projetar-se no outro, é o visível e o comum no desafio da condição humana. Sem estes elementos, qualquer um pode tornar-se Eichmann. A banalidade do mal, chocou a comunidade judaica.

Arendt assumiu em seus escritos os riscos de se contrapor ao senso comum e trazer luzes para a propaganda do Estado de Israel, que obteve, com o julgamento, mais condições de pressionar o mundo e principalmente a Alemanha, pelas medidas reparatórias necessárias para a construção do Estado de Israel. Apresentou uma abordagem diferente da expectativa da mídia internacional, porque almejou retratar Eichmann diferente da representação de um demônio cruel e devastador, e por fim, a comunidade judaica que passou a também ter seus interesses e suas expectativas de justiça questionadas por seus escritos.

Hannah analisou com detalhes a necessidade de resgatar a vida enquanto realidade pós holocausto, o que significou que o genocídio nunca será superado em sua geração e muito menos nas próximas, e que se não for enfrentado, as causas, que levaram a ela, nada garantirá que não se repetirá.

Os sistemas totalitários, entre outros sintomas, promoveram a quebra da intimidade dos indivíduos. Em nome das massas e do sentimento das ruas, o poder deve ser exercido contra os inimigos do Estado,

ultrapassando, em muitos casos as garantias legais. É por este motivo que um sistema jurídico democrático deve garantir os direitos fundamentais, através de uma corte constitucional formado por juízes que apliquem tecnicamente o direito. Os indivíduos não podem ser expostos em sua privacidade (LAFER, 1997, p. 63).

Para os judeus que eram submetidos aos campos de concentração, logo que chegavam, eram marcados com uma numeração. Os números, os trajes, e a separação das famílias representou um bizarro roteiro macabro de violências simbólicas e físicas que muitos cidadãos alemães, jamais esqueceram e outros não sobreviveram.

O terror como política de estado e o medo como ingrediente da afirmação do poder, tem por grande mecanismo o estreitamento do espaço da política. Os partidos são suprimidos e a racionalidade passou a ser matéria escassa na grande maioria das pessoas em relação aos dirigentes nazistas.

O alerta de Hannah Arendt surgiu na análise do discurso de Eichmann. Desafiou os leitores a lerem o que estava sendo dito nas entrelinhas da argumentação nazista. Algo que não pode ser justificado por uma ética, mas pela naturalização da violência que sempre esteve presente na formação violenta do Estado Nação. Em *Origens do Totalitarismo*, seu pensamento percorre toda idade média para explicar as perseguições, assassínatos e diásporas judaicas.

No cenário global, os efeitos da primeira guerra mundial eram sentidos na geopolítica global, como bem ressaltou Hannah Arendt,

foi uma explosão que dilacerou irremediavelmente a comunidade dos países europeus, como nenhuma outra guerra havia feito antes. A inflação destruiu toda a classe de pequenos proprietários a ponto de não lhes deixar esperança de recuperação, o que nenhuma crise financeira havia feito antes de modo tão radical. O desemprego, quando veio, atingiu proporções fabulosas, sem se limitar às classes trabalhadoras, mas alcançando nações inteiras, com poucas exceções. As guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e

não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra. Nada do que estava sendo feito, por mais incrível que fosse e por mais numerosos que fossem os homens que conheciam e previam as consequências, podia ser desfeito ou evitado, cada evento era definitivo como um julgamento final, um julgamento que não era passado nem por Deus nem pelo Diabo, mas que parecia a expressão de alguma fatalidade irremediavelmente absurda. (ARENDDT, 1989, p. 300).

Conclusão

O presente ensaio apresentou uma série de indícios sobre a relação entre a modernidade e os direitos humanos. O texto tem como objetivo ser um ponto de partida e não de chegada, quando tratamos da complexidade das dimensões dos direitos humanos no contexto atual.

Os organismos internacionais dos sistemas global e regional são conquistas que ampliam o horizonte dos direitos humanos. Possibilitando a construção de um projeto compartilhado de valores e ideias que dão significado as normas do direito internacional e dos tribunais que surgiram para prevenir os crimes de guerra, as graves violações de direitos humanos, como o crime de genocídio.

O genocídio em particular foi objeto de estudos de Hannah Arendt, e cuja análise do processo de Eichmann permitiu refletir sobre o tema da banalidade do mal. Infelizmente seus escritos denunciavam uma série de problemas na relação indivíduos e sociedade que são plenamente atuais.

Na gramática dos direitos humanos, Arendt é uma leitura necessária para compreender o fenômeno do totalitarismo, das relações autoritárias que são reproduzidas na cultura das sociedades como preconceitos.

As massas por si mesmas não podem ser consideradas neutras em suas manifestações políticas, para Hannah, é preciso um estado Constitucional que garanta a defesa das garantias fundamentais frente aos populismos engendrados em governos que falsamente prometem ser democráticos, mas são substancialmente iliberais.

A banalidade do mal é uma consequência de um sistema de valores que legitimam o poder acrítico, em nome da lei, o holocausto foi justificado por Eichmann, mas na verdade o que produziu a solução final foi a adesão das massas famintas de justiça e massacradas em sua condição de vida, pós Primeira Guerra Mundial.

É terrível constatar que no micro cosmos de cada país, burocratas podem estar neste mesmo momento e sobre os mesmos argumentos executando pessoas em nome do Estado. E que muito precisa ser feito para que a humanidade seja efetivamente valorizada como valor constitutivo e universalmente assegurado.

A consolidação de um direito internacional ampliou a responsabilidade dos dirigentes públicos e catalisou uma gramática de referências do dever ser do Estado diante dos seus cidadãos. Logo, o papel das organizações públicas transcendeu, significativamente, o seu papel de regular comportamentos. Em compensação, é confrontado com limites de sua atuação na esfera pública e privada.

O processo civilizatório dos povos e o aprofundamento das experiências políticas consolidou um modelo de alteridade, onde o outro é reconhecido em sua dimensão singular ou coletiva, racial ou de gênero. A máxima moral do estado clássico e totalitário passa a dar lugar à “*minima moralia*” onde os grupos e minorias devem ser respeitados em sua dignidade e costumes.

A consolidação de uma agenda de direitos humanos está relacionada à real capacidade de diagnosticar as lacunas em nossos processos democráticos. São essas interrupções ou territórios cinza de ausência de direitos que permitem proliferar todo tipo de violências. Então diante dessa afirmação não podemos tratar da defesa da vida se não reconhecermos que a vida social, política ou ambiental esteja ameaçada.

O fator determinante para o desenvolvimento do Estado de Direitos e naturalmente a capacidade de ocupar os sentidos de uma pluralidade política de atores sociais que passam agora a exercer o controle do Estado e de suas ações. É nesta mudança estrutural que surgem as ações

afirmativas e uma gama de outros mecanismos de direitos humanos capazes de democratizar o Estado e o poder político.

Referências

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: a contribuição de Hannah Arendt. In: Revista do Instituto de Estudos Avançados/USP. v.11 – n^o 30. São Paulo: IEA, 1997.

FIORAVANTI, Maurizio. **Los Derechos Fundamentales**: apuntes de história de las constituciones. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos**: curso elementar. 3^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

HÖFFE, Otfried. **A democracia no Mundo Hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Olho por olho ... violações dos Direitos Humanos nos movimentos sociais do campo

*Maria do Socorro Ferraz Barbosa*¹

Em 2007, o livro *Direito à Memória e à Verdade* divulgou o trabalho de onze anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, resultado de grande esforço de familiares dessas vítimas e do reconhecimento deste trabalho pelo governo federal. Nessa direção o trabalho de pesquisa foi se aperfeiçoando e trazendo a público acontecimentos ocorridos no campo, antes e durante a ditadura civil-militar; em 2010 foi publicado “Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962/1985, que trata sobre crimes ocorridos, no campo, em vários estados da Federação brasileira.

Cada documento que surge como denúncia de violações dos direitos humanos torna-se uma contribuição para o esclarecimento das relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários de terras. Os camponeses e os povos indígenas foram os menos vistos nesse processo de recuperação da memória da luta camponesa: por uma reforma agrária, que não veio ou pelos seus direitos trabalhistas, sempre negados; no caso dos índios pela demarcação de seus territórios.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, durante o período em que investigou as mortes e desaparecimentos de indivíduos que sofreram violações dos seus direitos mais primários por agentes do Estado brasileiro, registrou número elevado de casos graves de

¹ Professora Associada do Departamento de História da UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0464827114479898>

mortes e torturas de trabalhadores rurais, efetuadas por agentes privados que tinham a cobertura e a anuência de autoridades civis e militares. Esta realidade levou a CEMVDHC a apresentar um relatório temático sobre a situação camponesa no estado de Pernambuco registrando os casos mais emblemáticos anteriores e posteriores ao ano de 1964.

Esta tarefa da CEMVDHC complementou e deu continuidade ao que se iniciou pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos “que a partir de uma iniciativa do executivo federal, o estado brasileiro assumiu a responsabilidade pela morte ou desaparecimento de opositores ao regime militar em decorrência da ação do seu aparelho repressivo”².

A CEMVDHC promoveu audiência pública sobre ocorrências relativas às graves violações de direitos humanos contra camponeses e militantes políticos, na zona rural, em Pernambuco, no período da ditadura militar, iniciada em 1964 e no anterior a este fato e depois dele.

O trabalho da Relatoria das graves violações aos direitos humanos nos movimentos sociais do campo baseou-se em documentos da época, em depoimentos de militantes e seus familiares, como também em inquéritos instaurados por instituições policiais-militares, processos trabalhistas e processos-crime. A literatura sobre o tema é volumosa; dissertações e teses universitárias, entrevistas publicadas de líderes como Gregório Bezerra, Francisco Julião, Clodomir Moraes e de líderes camponeses têm ajudado aos pesquisadores na compreensão do problema da terra tão antigo no Brasil, que poderíamos reportá-lo às dificuldades dos índios em se manter vivos, durante a colonização.

A CEMVDHC tem consciência de que o seu trabalho não esgotou as denúncias sobre as barbaridades praticadas contra camponeses em todas as regiões do estado de Pernambuco.

Na relação das 51 vítimas de morte e desaparecimento por agentes do Estado brasileiro constam oficialmente vários camponeses como Albertino

² Guilherme Cassel e Paulo Vannucchi, ministro do Desenvolvimento Agrário e ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, respectivamente, em: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão Política no Campo - Brasil: 1962-1985** - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010, p. 11.

José da Silva, José Inocêncio Barreto, Amaro Félix Pereira e Manoel Aleixo da Silva, cujas biografias foram escritas e, na medida do possível, as circunstâncias de suas mortes e ou desaparecimentos esclarecidos, que constam do Relatório final da CEMVDHC, também relatamos as mortes de vários camponeses como os da Usina Estreliana, a do militante Jeremias no Engenho Oriente, anteriores à 1964. Também a prisão e tortura de Gregório Bezerra, e, outras vítimas reconhecidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAPE – e pela Comissão Camponesa da Verdade.

Este trabalho abordará a questão das lutas sociais no campo anteriores a 1964, de preferência, isto não significa que as graves violações aos direitos humanos tenham sido diferentes antes ou depois de 1964. A luta pela terra no Brasil é muito antiga. Até quase a metade do século XX não existiu maior preocupação, pelos dirigentes do País, com a realidade agrária brasileira, apesar dela ter sido denunciada, em 1846, por Antonio Pedro de Figueiredo, jornalista, mulato, apelidado o “cousin fusco”³ brasileiro, que tentou elaborar um projeto de reforma agrária para a então província de Pernambuco.

Das poucas notícias sobre a formação de organizações camponesas, no Brasil, há algumas indicativas que em 1930, no município de São João do Meriti, no estado do Rio de Janeiro, funcionava o Sindicato Agrícola de Meriti, formado por pequenos camponeses autônomos (LUZ FILHO, 1931). Em 1935, já funcionavam 600 sindicatos urbanos no país e apenas dois sindicatos de trabalhadores rurais, em Campos e Parati, também no estado do Rio de Janeiro. Em 1940 há registros de algumas ligas camponesas em Pernambuco, mas de existência efêmera, por causa da reação dos proprietários de terras contra este tipo de organização. Na Bahia, nos anos 50, há registros de sindicatos em Belmonte e Ilhéus. O Partido Comunista Brasileiro fundou algumas ligas camponesas em alguns estados da Federação

³ Antonio Pedro de Figueiredo, pernambucano, redator da Revista O Progresso, traduziu do francês para o português o Curso da História da Filosofia de Victor Cousin. Seus inimigos rancorosos o apelidaram o ‘cousin fusco’, associando sua cor parda ao fato de defender um tipo de socialismo também defendido por Victor Cousin.

brasileira, sob forte oposição dos donos de terras ajudados pela polícia. Portanto as organizações de camponeses surgem e ao mesmo tempo foram consideradas casos de polícia.

Em 24 de julho de 1949, a *Folha do Povo*⁴ publica denúncia sobre a situação dos camponeses na Usina Nossa Senhora das Maravilhas, em Goiânia, de propriedade do usineiro Diniz Perilo. Segundo o jornal, a vítima foi Antonio Firmino, que vivia de fabricar cordas, não é camponês, mas cedeu sua casa para que a liga camponesa tivesse uma sede e os camponeses e pequenos sítiantes pudessem nela se reunir. Firmino já velho foi espancado e proibido de tirar embiras no mato; proibido de caçar veados, pacas, caranguejos nos mangues. Para sobreviver, locomovia-se até as matas da Paraíba, mas mesmo assim “em Boca da Mata foi espancado até cair exânime, por quatro capangas da Usina Maravilha”. A notícia é completada por informações sobre a violência dos Perilos: “o doutor Eugênio, o doutorzinho até já matou um cristão com um tiro na boca, apenas porque não lhe deu as boas tardes”⁵. Apesar dessa luta desigual, os camponeses confiavam que poderiam um dia ter terras para nelas trabalhar.

A partir da redemocratização em 1945, houve mobilização das massas camponesas em muitos estados da Federação brasileira.

Nesse esforço se destacou naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agremiações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo empregando para isso a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários (MORAIS, 1997, p. 12).

Estas e outras ações das elites pensantes deste país levaram os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, a níveis muito baixos de educação e de expectativa cidadã. As leis trabalhistas somente atingiram o campo no governo de João Goulart.

⁴ Jornal do Partido Comunista Brasileiro, em Pernambuco.

⁵ Noticiado pela *Folha do Povo*, em 24 de julho de 1949.

A consolidação das leis trabalhistas deu impulso ao desenvolvimento do sindicalismo urbano no Brasil, mas, no mesmo período, o sindicalismo rural não conseguiu leis específicas para sua regulamentação e proteção. Esta realidade levou aos que atuavam politicamente no campo a utilizar o Código Civil brasileiro, que admite a organização de associações não necessariamente trabalhistas. Entre 1945 e 1947, os comunistas fundaram centenas de *ligas camponesas*, em grande parte do país, principalmente nos meios rurais. Estas organizações incluíam assalariados agrícolas, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros em quase todos os estados brasileiros. O PCB dirigiu esse movimento acobertado pela aliança operário-camponesa, com palavras de ordem dirigidas a uma política unitária para os trabalhadores. Não houve nesse momento o surgimento de uma liderança expressiva camponesa, tanto pela presença de Luís Carlos Prestes no partido, quanto pelo desnível ideológico dos camponeses em influir nas teses programáticas do movimento agrário.

À proporção que o movimento camponês foi se estruturando, a violência dos latifundiários foi aumentando na completa impunidade, com o apoio das autoridades civis e militares, sem que houvesse legislação a qual os camponeses pudessem recorrer.

Em 1947, com o PCB na ilegalidade, houve o fechamento das ligas camponesas no Brasil e conseqüentemente a perseguição aos camponeses militantes, com prisões e grande número de assassinatos, sob a responsabilidade do governo do general Eurico Gaspar Dutra, comprometido com os latifundiários. Apenas poucas organizações continuaram resistindo na clandestinidade e muitas tiveram que se reorganizar sem a assistência política do partido, principalmente onde predominava a agricultura de subsistência.

No arquivo do DOPS/PE encontra-se um relatório de um investigador da Polícia Civil, Waldemar de Souza, nº 41, que assina esse documento. Nele, o investigador descreve a visita que fez ao Engenho Taboca da Furna, em Vitória de Santo Antão/PE, em 15 de março de 1951. Ele relata o seguinte:

1. Até novembro de 1950 existiu uma Liga Camponesa na propriedade Mourão, próximo à cidade de Vitória de Santo Antão.
2. No Engenho Taboca de Furna a 37 km de Vitória de Santo Antão os trabalhadores estão parados porque o novo proprietário, sr. Dácio Wanderley Santiago, chegou em novembro de 1950 e trouxe consigo 30 trabalhadores; reuniu os antigos moradores e deu prazo para se retirarem de suas terras. Revoltados, reuniram-se na residência de Moisés Francisco Sales, não aceitando as novas ordens. São 70 trabalhadores que habitam nesse engenho e, destes, 37 têm entre dezesseis e cinquenta e dois anos de residência no local. Eles têm, inclusive, muitas benfeitorias feitas no terreno.
3. A questão dos trabalhadores foi parar na Justiça. O advogado do dr. Dácio deu seis meses para que eles se retirassem.
4. Dos 37 moradores, 20 concordaram com a proposta do sr. Dácio Wanderley.
5. O juiz de Direito de Vitória, José Aragão Bezerra Cavalcanti, não demonstra o menor interesse pela causa dos moradores e concordou com o advogado do senhor de engenho de engavetar o protesto dos moradores.
6. Os 17 moradores inconformados designaram uma comissão de cinco homens a fim de comunicarem a situação ao governador Agamenon Magalhães. Este encaminhou ao secretário de Agricultura do estado, que por sua vez enviou um agrônomo e um fotógrafo, que não fotografou os prejuízos, pelo adiantado da hora.
7. Não existe e jamais existiu Liga Camponesa no Engenho Taboca da Furna. Não foi encontrado material comunista nas residências dos moradores. A propriedade não foi visitada por nenhum elemento estranho ou comunista.
8. O que existe é uma forte união entre os moradores relutantes, oriunda da situação crítica em que se encontram e da perseguição que sofrem por parte do sr. Dácio Wanderley Santiago.

O relatório é esclarecedor em relação à investigação. Ela é feita não para apoiar as reivindicações dos trabalhadores e corrigir os desmandos do proprietário, mas para verificar *in loco* se eram comunistas ou se estavam organizados a partir de uma entidade de classe. De toda forma, as injustiças eram tão gritantes em relação ao trabalhador rural, que um agente do Estado, mesmo treinado e orientado para proteger os poderosos, não se furtou a relatar apenas a verdade.

Apesar das dificuldades, em 1954 foi realizado o Primeiro Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas, em Pernambuco. Com expressiva

participação de camponeses, pequenos agricultores e assalariados o congresso se realizou em Limoeiro sob a liderança de um operário, Pedro Renaux Leite, de orientação comunista. Tinha como objetivo reunir grande número de associações e se institucionalizar. A polícia encerrou violentamente o congresso, mas em contrapartida foi expulsa da cidade pela invasão de milhares de trabalhadores agrícolas armados de foices, facões e enxadões, todos pertencentes ao Sindicato Agrícola de Goiana, que funcionava sem personalidade jurídica.

Ainda, em 1954, há registro da existência do Sindicato dos Trabalhadores da Usina de Barreiros, em Pernambuco, e de algumas ligas camponesas no município do Recife, como a da Iputinga, dirigida por José Ayres dos Prazeres, e a da Mirueira, em Paulista, dirigida por Manoelzinho; as Ligas de Limão, em Água Preta, Espera e Cova da Onça, em Jaboatão, eram as mais ativas. Em novembro de 1955, um grupo de camponeses, liderados pelo velho João Tomás, do município de Goiana, repeliu à bala a agressão feita pela polícia na instalação de uma liga camponesa.

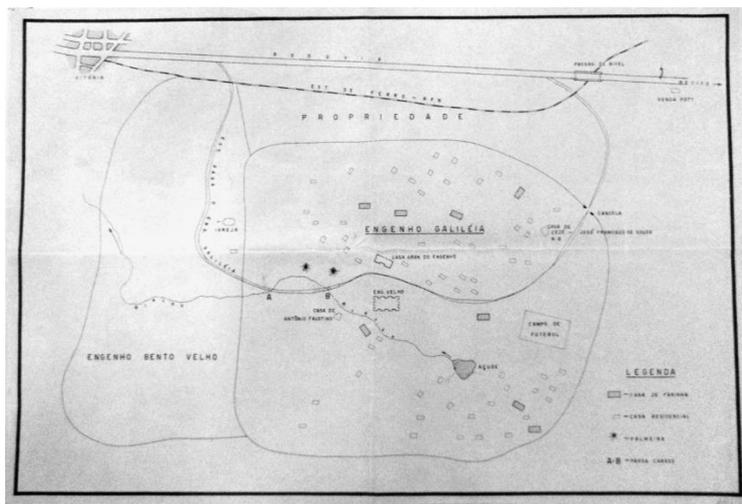
A partir de 1958, com a formação da Frente do Recife, que reunia partidos de oposição ao governo liderado pelo PSD ⁶, elegeram-se prefeitos do Recife – Pelópidas Silveira e Miguel Arraes de Alencar. Políticos sensíveis às diferenças sociais e às dificuldades dos trabalhadores, realizaram administrações voltadas para as camadas sociais menos favorecidas. Em 1962, com a eleição de Miguel Arraes ao cargo de governador, os trabalhadores de todo o estado sentiram na nova administração apoio às novas leis trabalhistas estendidas ao campo. Após a posse do governador, as ligas camponesas realizaram 80 atos públicos ⁷.

Essas lutas pretéritas levaram a massa camponesa a compreender que poderia se organizar sob forma política não declarada explicitamente. Daí surgiu, em 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de

⁶ Partido Social Democrático no poder em Pernambuco, desde o Estado Novo.

⁷ Por volta de 1960 a população camponesa no Brasil era de 50 milhões de indivíduos. Desses, 17 milhões se localizavam no Nordeste; 15 milhões vendiam sua força de trabalho: proletários, semi-proletários e camponeses. In: FRANCISCO, Julião. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

Pernambuco (SAPPP) baseada no núcleo de camponeses do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco.



Propriedade Engenho Bento Velho (Engenho Galileia) - Fundo 31858 Mapoteca 1 gaveta 4 documento 9

No Engenho Galileia habitavam cento e quarenta famílias, cerca de mil pessoas, mais ou menos, em 1961. Não eram assalariados, eram posseiros e rendeiros. O proprietário do engenho, Oscar Beltrão, negava aos trabalhadores o direito previsto na Constituição Federal que obriga a que todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores ofereça escola gratuita aos filhos dos seus empregados.

A SAPPP era uma sociedade beneficente, de auxílio mútuo. Seu objetivo era fundar uma escola primária e constituir um fundo para adquirir caixões para enterrar crianças (na época havia alto índice de mortalidade infantil) e adultos. O estatuto da sociedade previa a compra de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental e de assistência técnica. Após a eleição da diretoria – presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, os trabalhadores convidaram o proprietário Oscar Beltrão para ocupar o cargo de presidente de honra da SAPPP, e ele aceitou. Alertado pelos seus colegas Sadir Pinto do Rego, dono do Engenho Surubim, e Constâncio Maranhão, dono do Engenho Tamatamirim, Oscar

Beltrão declinou do convite e passou a perseguir camponeses associados, exigindo a extinção da Sociedade. Houve resistência e a maioria apoiou o movimento liderado pelo antigo administrador do engenho, José Francisco de Souza, o Zezé da Galileia.

Os proprietários chamavam o movimento camponês de Ligas Camponesas. Esta denominação difundida pelos proprietários tinha a intenção de “carimbar” o movimento camponês como atividade comunista. De fato, os comunistas tinham organizado ligas de trabalhadores urbanos ou rurais, como a da Iputinga e a da Mirueira, no Recife e em várias partes do país.

A perseguição se fez cada vez mais violenta e a reação dos camponeses, através de suas lideranças, foi buscar apoio no Recife, junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco. José dos Prazeres, líder da Liga da Iputinga, e Paulo Travassos, presidente da SAPP, conseguiram o apoio de parlamentares como os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, da UDN; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista Cunha Primo, do Partido Social Democrático; e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista. Após a formação desse núcleo de apoio, esses defensores dessas sociedades passaram a visitar periodicamente os locais de camponeses organizados, tentando evitar que a polícia praticasse atos de violência contra os camponeses. A criação de ligas camponesas localizadas em engenhos ou lugares de assalariados isolados, levava a questões de vulnerabilidade em relação aos proprietários, à polícia e à Justiça. Com o intuito de fortalecer o movimento, posteriormente foi criado o Conselho Regional das Ligas, composto de profissionais liberais, políticos, intelectuais, pessoas influentes na sociedade, formadores de opinião. Em geral, estavam presentes, entre outros militantes, comunistas e socialistas. No Conselho Regional das Ligas Camponesas de Pernambuco, Francisco Julião de Paula era uma figura proeminente, tendo sido eleito Presidente de Honra das Ligas Camponesas.

Em 1964 existiam setenta ligas camponesas⁸ em vários municípios do estado de Pernambuco, a saber:

- Água Preta – Xexéu, Limão e Caiçara;
- Arcoverde – Av. João Pessoa, 522;
- Amaragi – Engenho Amaragi;
- Barreiros – na cidade;
- Belo Jardim – na cidade;
- Bezerros – Sítio Junco/ Fazenda Japecanga;
- Bom Jardim – Fazenda Vitória/ Bizarra;
- Bonito – Barra de Guabiraba, no Sítio Estreito e a do Engenho Vera Cruz;
- Buíque – no Sítio Contador, no Sítio Cabo do Campo/Serrinha;
- Cabo – Ponte dos Carvalhos, Engenho Tiriri e Engenho Camaçari;
- Canhotinho – Caititu;
- Carpina – no município;
- Cortez – no município;
- Escada – no município;
- Gameleira – no município;
- Glória de Goitá – Apoti – propriedade Ossos;
- Goiana – na cidade de Goiana, em Condado e em Porta d'Água;
- Gravatá – na cidade, no Sítio Jucá e no Sítio Nicácio;
- Igarassu – na cidade e em Araçoiaba;
- Ipojuca – na Usina Salgado;
- Jaboatão – no centro da cidade, no Engenho Cova de Onça, no Cristo Redentor/ Taboqueira e Cumby, na Goiabeira/Santo Aleixo e a do Engenho Mussaíba;
- João Alfredo – em Oiteiro;
- Maraiá – no Engenho Lusitano;
- Machado – em um distrito;
- Moreno – na cidade;
- Nazaré da Mata – no Engenho Babilônia;
- Olinda – da Santa/ Fragoso;
- Palmares – Engenho São Manoel;
- Pau d'Alho – no centro da cidade, a do Engenho Malemba e a do Engenho Pindobal;
- Paulista – Mirueira e Jaguaribe;
- Pedra – na propriedade Alegre;

⁸ Documento do Superior Tribunal Militar (STM). Relação das Ligas Camponesas no estado de Pernambuco, produzida pela Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

- Pesqueira – no centro da cidade e a do Posto dos Índios;
- Quipapá – em Cavas, no Engenho Quipapá e a do Engenho Uruçu;
- Recife – a sede das Ligas, a da Boa Ideia, a da Iputinga, a de Beberibe e a do Totó;
- Ribeirão – no centro da cidade;
- Rio Formoso – no Engenho Cigarra;
- São Lourenço da Mata – São Lourenço/Engenho Pau Ferro;
- Também – na cidade;
- Timbaúba – no centro da cidade;
- Vitória de Santo Antão – no centro da cidade, a de Caiçara, Galileia, Mauês.

Hino do Camponês

Letra: Francisco Julião

Música: Geraldo Menucci

Regência: Geraldo Menucci

*Companheiros, irmãos de sofrimento,
Nosso canto de dor sobe da terra.
É a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra*

*Estrilho: A bandeira que adoramos,
Não pode ser manchada,
Com o sangue de uma raça,
Preso ao cabo da enxada.*

*Não queremos viver na escravidão,
Nem deixar o campo onde nascemos.
Pela terra, pela paz e pelo pão,
Companheiros, unidos, venceremos.
Estrilho*

*Hoje somos milhões de oprimidos,
Sob o peso terrível do cambão.
Lutando nós seremos redimidos;
a reforma agrária é a salvação
Estrilho*

*Nossas mãos têm calos de verdade,
Atestando o trabalho honrado e duro.
Nossas mãos procuram a liberdade
E a glória do Brasil para o futuro.
Estrilho*

Geraldo Menucci



Geraldo Menucci



Francisco Julião

Neste período, as Ligas Camponesas eram organizações ainda muito fortes, mas já haviam sindicatos rurais organizados, que de um certo modo

rivalizavam com as Ligas, principalmente no que diz respeito à orientação política.

As Ligas lideradas por Francisco Julião e os Sindicatos pelos comunistas e líderes católicos. Depoimentos de sobreviventes camponeses e de familiares, sobre a repressão no campo, nos dá uma dimensão das graves violações dos direitos humanos desta população, que pode ser o testemunho da continuação da escravidão. Aqui transcrevemos dois depoimentos de sobreviventes camponeses sobre suas vidas, seus sofrimentos e suas esperanças.

A CEMVDHC realizou, em 18 de agosto de 2016, sessão pública no auditório do SINDSEP de depoimentos com camponeses sobreviventes à ditadura, que atuaram nas ligas e nos sindicatos. São testemunhos da violência, que atingia os camponeses e de suas vidas miseráveis. São denúncias dos castigos corporais que recebiam, da desconstrução dos indivíduos e das mortes dos trabalhadores, por defenderem seus direitos e por compreenderem a importância da organização política. Quando foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, milhares já haviam morrido de exaustão, de doenças e maus-tratos, quando não assassinados. Para fazer valer o Estatuto do Trabalhador Rural, outro tanto de trabalhadores rurais foi sacrificado. De acordo com os depoimentos que registramos os nossos rios e açudes são leitos para os mortos.

Seguem alguns depoimentos que dizem mais do que escritores e historiadores.

José Paulo Assis, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, ex-vice-prefeito de Rio Formoso e ex-diretor da FETAPE, fez seu depoimento ⁹ à CEMVDHC descrevendo a situação dos camponeses em Pernambuco e a violência sem limite dos donos de terras.

Depoimento de José Paulo de Assis:

– O meu nome é José Paulo de Assis. Sou um camponês analfabeto, nunca fui para escola na minha vida, aprendi meu nome chamando boi. Comecei a

⁹ Em sessão de 18 de agosto de 2016 no auditório do Sindicato dos Servidores do Estado de Pernambuco (SINDSEP).

trabalhar com sete anos de idade, nasci em 36, comecei a trabalhar em 43, uma crise horrível. Em 1945, eu tinha nove anos, quando terminou a Segunda Guerra Mundial. A crise era terrível, não é? Farinha vinha do Rio Grande do Sul, a comida aqui era a carne de baleia, não chegava nem no sítio onde a gente morava. Então, meus amigos e minhas amigas, me permita chamar dessa forma, a situação pesadíssima depois da Segunda Guerra Mundial, muito pior do que antes, um sofrimento triste. Levava minha conta que a minha irmã passava para o serviço, chamando boi e ABC, foi assim que eu aprendi. Nunca fui para a escola um dia porque também não tinha escola também na região. E, foi assim que eu aprendi. Aprendi com a vida, aprendi com o mundo, tomando conta da minha mãe e três irmãs, ganhando oito mil réis por dia. Minha mãe ia para a feira em Sirinhaém, trazia seis cordas de caranguejo e trazia também uma cuia de farinha, naquele tempo não era por quilo, era por cuia: a cuia de Barreiros, a cuia de Sirinhaém, uma maior, outra menor. E foi assim a minha vida. Depois da Segunda Guerra Mundial, minha mãe não podia comprar nem querosene, nem gás para lumiar dentro de casa porque só vendia gás a quem tinha, a quem podia, a quem fazia feira na bodega da cidade. Aí, vendia uma garrafa de gás e nós ficava no escuro porque não tinha dinheiro para comprar gás porque eu ganhava oito mil réis por dia. Nesse tempo, não havia remunerado, repouso remunerado, que só veio depois de Miguel Arraes e João Goulart. Então era 48 mil réis que a minha mãe levava pra feira, meus amigos e minhas amigas, foi a minha vida sempre; minha roupa eu me lembro que minha mãe comprava na padaria. Tinha umas letrazinhas bonitinhas, “moinho Recife”, “60 kg”, era justamente a minha roupa, minha mãe comprava pra fazer calça e camisa. Isso rolou até chegar... Vi muitos companheiros no serviço trabalhar a pulso, chegava a noite, chegava os caminhões, chegavam os carros da Usina, encostava a máquina; vi vários companheiros trabalhar doentes; eu nunca trabalhei, nunca trabalhei a pulso de jeito nenhum, porque antes de ser a pulso eu já ia trabalhar. Pra não trabalhar a pulso, eu via os outros, então eu aprendia com os outros. Portanto a repressão era terrível. Essa coisa modificou a partir do momento em que foi eleito um senhor, que eu assisti a falação dele lá na frente do mercado, foi Dr. Miguel Arraes de Alencar, em 62, quando eles subiam num caminhão lá de Severino Alicate e dizia: “Meus senhores, minhas senhoras, meus amigos, se eleito for, muita coisa não trago pra vocês, mas vou mandar pelo menos uma banda de cuscuz”. A partir daí, que ele foi eleito, assumiu em 63, aí meus amigos e minhas amigas, foi quando o preto aqui comeu uma carninha, porque antes disso não havia informação nenhuma nos engenhos; eu morava no engenho Xanguá, não havia informação nenhuma, ninguém tinha um rádio, só quem tinha

rádio era o barraqueiro. Naquele tempo já Luiz Gonzaga vinha pra rádio Jornal, a gente tinha notícia; nas quartas-feiras era quando esse barraqueiro que já era o vendeiro de um engenho, ligava o rádio à noite. Quando ele ligava a gente assistia Luiz Gonzaga na rádio. E rádio depois a gente só veio ver depois que Miguel Arraes assumiu o governo do Estado, portanto, gente, é como aquela cantiga “o que é bom dura pouco”. Logo, logo veio abril de 64, a partir daí, meus amigos e minhas amigas, eu gostaria de adiantar, justamente o que ocorreu no engenho aonde eu morava. Eu morava nesse engenho Xanguá, eu não tenho nada organizado em papel, nem data, porque não me ocorria que ia ter essa oportunidade, tá certo? Também é o tempo, que também não ajuda a gente a anotar as coisas, mas no engenho que eu morava, eu vi seu Francisco Firmino, o pai do meu cunhado, tiraram ele de dentro do rio, com a barriga cheia d’água, da pisa que levou da polícia, já foi tirado morto. E isso ocorria assim, sistemático, só faziam mais à noite, que era pra justamente talvez a gente não ver. E muita gente não vê. Justino Albertino tem um irmão lá, Antônio Albertino e antes de eu sair eu fiz uma reuniãozinha com os parentes, pra poder vir aqui e ter mais segurança das coisas. Essa Comissão precisa de ir nesses locais que é pra justamente justificar e certificar isso que eu estou falando. Além do que eu já tinha falado, o velho, o pai do meu cunhado, seu João Firmino, o Justino Albertino levou uma pisa na frente de todo mundo assim, depois de um pouco de tempo morreu. Seu Amaro Justino também, que morava na barraca junto com ele. Levou uma pisa, sendo chamado assim de “agitador” e essas coisas todinhas. Morreu com um pouco de tempo. Amaro Gato, de São Francisco, do engenho São Francisco, Amaro Gato, a família mora em Santo Amaro, mora perto, essa Comissão precisa ir lá nesses locais e o sindicato pode ajudar a ir em cada local desses, para justificar essa questão. Amaro Gato, no engenho São Francisco, que era apelidado de engenho Carrapato, amarraram uma corda nos testículos dele e penduraram e chamaram os trabalhadores pra ver. Isso foi na casa de farinha, que tinha homem, mulher e tudo. A família dele, essa Comissão vai lá, e eu vou levar na casa dos filhos dele, da família dele. Eu vou levar lá, eu tenho todo interesse que tenha justiça, que haja justiça, pelo amor de Deus. Será que a gente vai falar em democracia se a gente também não juntar tudo isso aí? Não é? A gente precisa de juntar isso aí. No mesmo engenho fizeram fila de homem pra apanhar: “Façam fila aí, é pra apanhar! Fica tudo aí, não sai nenhum, só depois que apanhar”. E era assim, apanhando e saindo, apanhando e saindo. Um dirigente do sindicato, na época, era um tal de Neném. Nunca deu o nome dele pra ninguém, o nome só era Neném. Com o golpe, ele tinha um pouco de raiva de um velho lá, Elias Domingos, a família está lá, a Comissão graças a Deus vai ajudar nisso aí; o

dirigente do sindicato pegou o jipe, botou na porta do rapaz, porque não gostava dele, o homem levou uma pisa e morreu. Não é brincadeira um negócio desses meus amigos. Eu gostaria de estar aqui com um documento organizado, pra poder ajudar a Comissão melhor, mas eu estou falando isso, mas posso ajudar, no futuro estou lá, estou realmente terminando... Terminando não, porque meu mandato ainda tem uns dois anos como presidente do sindicato. Mas também estou organizando a minha aposentadoria que é pelo salário mínimo, mas tem também a parte da prefeitura que eu fui vice-prefeito da cidade, fui prefeito também, e eu gostaria que esse período pudesse ajudar, e estou tentando organizar essa questão da minha aposentadoria para justamente depois poder ajudar essa Comissão, antes de eu sair, pra essa Comissão comprovar tudo direitinho o que eu estou falando aqui. Não tenho muita coisa pra dizer, e gostaria só de ficar por aqui. Esses acontecimentos que eu digo de trabalho a pulso foi antes, agora toda essa repressão foi depois. Depois de abril de 64. Puramente por agentes da polícia.

Depoimento de José Joaquim da Silva, Zito da Galileia, neto de Zezé da Galileia, um dos fundadores da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAAP:

Zito da Galileia – Meu nome é Joaquim José da Silva, conhecido como Zito da Galileia. Então eu quero repetir que parablenizo a mesa, os companheiros que estão presentes, e esse testemunho, ele já foi dado em vários lugares. Então, antes do movimento dos camponeses, antes das Ligas, e no período das ligas camponesas também, ali em Vitória de Santo Antão, no engenho Galileia, as repressões já existiam pelos latifundiários. Ela já havia. Se batia, jogava dentro do rio, amarrado, com uma pedra pendurada no pescoço, batia-se em camponeses. Por exemplo, no engenho Galileia, a miséria era total e absoluta. Total. A ponto de, até crianças, foram enterradas no mourão da porteira porque não tinha dinheiro pra enterrar. Ali o povo era subordinado a viver pagando “cambão”, que seria três dias de condição, de graça, havia o “engano do lápis”, que o barraqueiro errava na conta no momento de notificar, e quando terminava a semana o trabalhador chegava lá e não tinha mais nada a receber. Além do engano do lápis havia o “pulo da vara”, que o cabo aumentava, dava dez braçadas, a quatro em quatro triângulos, e o povo vivia em uma situação de miséria mesmo. E naquele engenho, Galileia, havia uma planta de laranja cravo. Essa planta de laranja, o Sr. Oscar Beltrão, dono do engenho, mandava os trabalhadores limpar o laranjal, ou carpir, como queira entender, e era necessário todos os trabalhadores trabalhar assoviando pra não chupar laranja.

Então o trabalhador começava trabalhando, puxando a enxada, trabalhando e assoviando, fi fi fi, fi fi fi, quando ele cansava os lábios o dono da terra dizia: “Por que o senhor parou a música? Aqui não tem moleza pra ninguém não. Todo mundo tem que trabalhar assoviando”. Era pra não comer laranja. Tudo bem. Então o nosso vizinho proprietário, Constâncio Maranhão, que aparece hoje como Anacleto perguntou pra mim, porque ele aparece atirando naquela época, quando a CIA veio, em 1957, até Galileia, a CIA já estava monitorando os movimentos e a gente não sabia de nada. Chegaram lá, filmavam os bois, as galinhas, os cavalos, as crianças, as famílias; já em 57 a CIA estava lá fazendo espionagem. E chegou no engenho Tamatá Mirim para perguntar ao dono do engenho como é que estavam os seus trabalhadores, se ganhavam bem, se comiam bem; e o Constâncio Maranhão disse assim, que os trabalhadores dele viviam bem, comiam bem e recebiam bem: “Se se organizarem aqui esse aqui garante a parada”, aí puxava um 38 e começava a atirar. Isso está no filme, a gente tem esse documentário, que foi filmado em 1957. Hoje eu guardo com muito carinho porque eu vejo eu, com 7 anos, olhando, quando minha vó jogava flores na cabeça de Francisco Julião, então eu passava ali, com 7 anos, com a camisa desabotoada, e depois de tantos anos eu vejo isso. Então, veja bem, o coronel Antônio Vicente era do engenho Outeirão. No açude, eu estive lá faz mais ou menos uns três meses que eu fui visitar esse açude, que eu nunca tinha ido, e aqueles moradores disseram a mim que ali, tem no mínimo, no mínimo, quinze corpos que eles viram jogar ali. Amarrava uma corda no pescoço, com uma pedra, e jogava dentro. Eu estive lá e fotografei aquele açude. Os trabalhadores disseram que eles viram 15. Ali tem mais, mas eles viram 15, serem jogados dentro daquele açude, de cabeça pra baixo, com uma pedra amarrada no pescoço. Seu Antônio Vicente, coronel Antônio Vicente. Um delegado do sindicato que morava nas terras dele, chamado Erasmo, ele monitorava, mandava esses trabalhadores, os seus trabalhadores, tocaiar as pessoas, pra ver se iam pra reunião do sindicato e pra reunião das ligas camponesas. Ele mandava ir atrás, de longe, pra ver se ia. Esse Erasmo, foi chamado a ser delegado do sindicato de Moreno e naquele momento, quando ele soube, foi lá com o seu capataz, com o seu capanga, entrou dentro da casa o delegado do sindicato, e desferiu dois tiros. Matou. Ele correu, caiu debaixo de um pé de manga, ele deu mais três tiros e acabou de matar Erasmo. E a polícia, a Justiça, só ia lá pra fazer uma ocorrência e acabou. Porque a Justiça lá era o dono do engenho, o dono da terra. O latifundiário mandava na Justiça, mandava no juiz, mandava no promotor, mandava nos delegados, mandava em todo mundo. E quando queria soltar, soltava também. Não tinha esse negócio de fazer um processo, fazer um boletim de ocorrência, nada! Quando era

pra prender, prendia; e quando era pra soltar, soltava. Era o dono da terra que fazia isso. Isso que eu estou falando é fora ainda do golpe militar. Constâncio Maranhão, um vizinho nosso, do engenho Tamatá Mirim, ele mandou nove homens pra dar uma surra em Miro, que morava na Galileia. Porque esse Miro convocou o pessoal pra pedir aumento de salário, porque o salário naquele engenho era muito escasso. Então Miro falou com o pessoal e depois dessa reunião ele mandou pegar Miro e deram uma surra que quebrou duas costelas e deixaram ele quase morto. Aí foi quando Francisco Julião soube e mandou recolher esse rapaz, levou pra Assembleia Legislativa, mas como Constâncio Maranhão também era deputado estadual, nada deu pra ele. Acabou, ali mesmo morreu. Então a situação era essa. O sr. Izair Pinto do Rego, do engenho Casa-Grande, também no município de Vitória de Santo Antão, mandou matar uma criança de 10 anos com um tiro na cabeça porque pegou ele tirando chuchu pra comer. Foi um tiro na cabeça, derrubou e acabou, não tinha mais o que fazer. E não tinha mesmo. Isso tudo antes do golpe militar. E a gente via que o seu Alarico Bezerra, quantas vezes mandou jogar corpos de pessoas dentro do rio? Dentro do açude de Serra, centenas! Olha, já no governo de Miguel Arraes, em 62, os camponeses, alguns entraram dentro do açude e arrancaram ossadas, dezenas de ossadas tiraram do açude de Serra. Colocaram numa madeira e saíram fazendo uma passeata pelas ruas de Vitória pedindo justiça. Foi tudo o que aconteceu. É isso, ninguém sabia de nada: camponês, trabalhador, pé-rapado, e aí? Matavam e estava acabada a história. Bom, em 1964, aliás, como as ligas camponesas nasceram em 1955, eu tinha 8 anos na época, ela nasceu na residência do meu avô, eu assistia aquelas reuniões sentado nas pernas de David Capistrano, de Clodomir Moraes, e eu não entendia de nada, mas depois o tempo foi passando, eu comecei a entender de alguma coisa, e com treze anos já comecei a acompanhar as manifestações, as greves, as campanhas políticas, comecei já a participar de todas essas coisas. As ligas começaram a crescer e, depois de Galileia, nasceram as ligas de Bento Velho, que aquele senhor ali, Severino José de Santana, era o presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho. Ele está ali, veio comigo. Por que ele está aqui? Esse homem foi preso junto com Maria Celeste Vidal, Luís Serafim dos Santos, dois irmãos de Serafim e mais algumas pessoas, foram presos e depois se esconderam ali, dentro das ligas de Bento Velho. Isso foi de tarde, quando Arraes estava encurralado no Palácio das Princesas. Então, esse senhor que está ali atrás, ele era presidente das ligas do engenho Bento Velho, e quando ele foi preso lá levaram todo mundo preso pra delegacia de Vitória, colocaram numa sala e aí, segundo ele, todo mundo era chamado pra um quarto de um em um pra ser torturado lá. O primeiro que foi, foi Luís Serafim. Ele falou pra mim

que quando ele saiu, Luís Serafim saiu com as mãos abertas pingando... As unhas todas arrancadas e o sangue caindo no chão. As unhas foram arrancadas de alicate, isso é uma dor que a gente sente até no momento que a gente está falando, é muito triste. O Exército entrou dentro de Galileia com três caminhões de soldados, pra buscar Zezé, meu avô, Rosário e João Virgínio. Não pegou ninguém lá, mas depois eles se entregaram. Aí pegaram Zezé, meu avô, com mais de 60, quase 70 anos, trouxeram pra RO de Olinda, colocaram num cubículo quadrado pra ficar deitado em um papelão no chão, davam pão, mas não davam água pra ele beber. Ele só bebia água porque no meio da cela tinha... O esgoto estava quebrado, aí ele jogava a água do esgoto na boca. Comia pão e jogava a água do esgoto dentro da boca. Aí deu um AVC nele, dentro da cadeia, ele não prestava mais aí mandaram soltar. E isso foi já no golpe militar. João Virgínio foi preso, é aquele que está no filme “Cabra marcado para morrer”, colocaram ele num tanque de fezes, com fezes até a boca do estômago, pra ficar 24 horas em pé. Isso não é brincadeira nem coisa que se faça. Rosário foi preso e outras pessoas que foram presas também. Agora, Severino José de Santana está aí? Ele vai falar. Ele entrou com um processo. Ele saiu daqui, foi pra São Paulo, com medo da repressão ele trocou o nome, de Severino José de Santana pra Djalma, e por causa disso indeferiram o processo dele e ele não recebeu nada. Então Zezé, Maria Celeste, Luís Serafim, Albertino José de Farias, presidente das ligas do engenho São José, também no município de Vitória de Santo Antão, Albertino José de Farias quando viu a polícia ele correu e se escondeu no mato. Eles cercaram a mata, não sei se pegaram Albertino, não sei, eu só sei que com 8 dias os urubus acharam o corpo de Albertino lá dentro da mata. Oito dias depois. Agora, desapareceu Benedito do Olho Cego, ninguém sabe pra onde foi, o que fizeram com ele; o presidente do sindicato, Manoel Barbosa da Silva, eles tiraram do poder e colocaram um indicado pela igreja católica, colocaram Manoel dos Santos; o Manoel Barbosa deram sumiço, ninguém sabe o que aconteceu mais com ele; Benedito do Olho Cego deram sumiço também; Arlindo, que era motorista de Francisco Julião, também foi preso em Vitória, no jipe das ligas; roubaram o jipe e deram sumiço a ele e até hoje ninguém sabe aonde ele foi. Então essa é um pouquinho de uma história tão longa, que expressa o movimento das ligas camponesas até o fim do golpe militar de 64, em 85. Então a gente vê ainda, que essas pessoas desaparecidas, a gente não conhece familiares deles, nenhum. Desapareceu todo mundo. Arlindo ninguém soube mais, o jipe das ligas ninguém sabe o que fizeram; o jipe de João Virgínio, meu tio, apodreceu. Colocaram na frente da delegacia e lá a ferrugem comeu. Tomaram o jipe, tomaram documento, tomaram tudo. E a ferrugem comeu o jipe todinho. Então esses são um pouco,

já estamos passando da hora, são um pouco da história da luta e do prejuízo que veio para aquela luta dos camponeses que lutavam por um pedacinho de terra pra viver, pra comer um pedacinho de carne, porque só comia farinha com peixe. O peixe porque pescava e a farinha porque plantava. E não pensava do jeito deles, então sofreram uma situação dessas. Muito obrigado, e eu pergunto ainda, eu quero mostrar pra vocês, pra passar aqui de mão em mão nessa Comissão, os jovens como viviam. Veja se tem jovem que veste nessa situação, com roupa remendada desse jeito. Esse é meu tio (mostra foto), ele foi segundo secretário das ligas camponesas. Vejam a roupa dele como é que era. Ninguém comprava uma roupa. A roupa era tão remendada que ninguém depois sabia o tamanho da roupa. Se tinha o tamanho da roupa original ali. Tudo numa situação de miséria dessa. Então é essa a situação do camponês daquela época. Hoje melhorou muito, mas se não houvesse luta estava do mesmo jeito. Isso só melhorou porque houve uma luta, houve o povo se levantando, houve o povo se organizando, o povo se conscientizando, e se não tivesse acontecido isso estaria do mesmo jeito. Por isso eu digo, é necessário o povo se organizar, lutar, e nós temos esperança de dias melhores.

Severino José de Santana, ex-presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho, que foi mencionado por Zito da Galileia, também se pronunciou, nessa sessão.

Severino José Santana – O meu nome é Djalma Soares de Santana. É Severino, mas eu me chamo agora Djalma Soares de Santana. Eu fui obrigado a trocar de nome por causa da perseguição política, portanto hoje eu me assino como Djalma, mas eu sou Severino José de Santana. Zito já começou a falar aqui um pouco da situação, não é? Como eu ia dizendo, eu me chamo hoje Djalma por causa das circunstâncias que eu na época por causa da perseguição eu tive que trocar o nome para Djalma. Fui para São Paulo, lá tirei documentação, como Djalma, por isso que hoje eu permaneço me chamando Djalma, por causa de algum direito adquirido no nome Djalma, mas que Djalma e Severino são a mesma pessoa. O que eu tenho a declarar aqui é que eu fui presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho em Vitória de Santo Antão, graças ao deputado Francisco Julião, porque ele foi o criador das Ligas Camponesas e eu fazia parte como presidente da Liga Camponesa de Bento Velho. Veio, como Zito falou, que em 64... Em 62, o Dr. Miguel Arraes foi eleito governador do estado e o dono do engenho passou o engenho para a Usina Bulhões, aí começou as perseguições. Começaram a perseguir mesmo antes do golpe de 64. Mas, quando foi em 64 houve o golpe e eu, Luís Serafim, Maria Celeste Vidal

fugimos para Glória de Goitá. E de lá, Maria Celeste Vidal quis voltar para ver os filhos que tinha deixado, e a polícia pegou ela e por causa disso a gente ia sair de onde a gente estava localizado, porque ela sabia onde era e ela, através dos castigos, poderia dizer onde nós estávamos. Mas, antes mesmo de a gente sair, de meia-noite, eu estava dormindo e quando eu me acordei, acordei com a minha cama rodeada de policial, tudo de arma na mão, mandou eu levantar e fomos conduzidos a Vitória de Santo Antão, no presídio de Vitória. Passamos lá a noite, aí foi quando houve sessão de tortura, porque foi preso eu, Luís Serafim, os irmãos de Luís Serafim e, quando a gente estava no presídio, chegou o major e começou a falar com Luís Serafim dizendo, perguntando a ele: “Olha aí o teu governo! “Aí, aonde ele disse: “No entanto não era só o meu governo, mas era de todos os pernambucanos”. Ele disse: “Cale-se, senão eu lhe faço uma peneira aqui!” Então, a situação era essa. Depois levaram ele para uma sala, quando ele saiu, saiu com as unhas minando sangue. Certamente eles apertaram, fizeram a tortura lá que quiseram. Quando foi a minha vez, aí que vieram me bater, aí eu não aguentei calado, eu gritei, aí eles não fizeram tanto comigo como fizeram com Luís Serafim. Vim para a Secretaria. Quando cheguei aqui na Secretaria de Segurança Pública, antes que eu tirasse o documento do meu bolso, eles estouraram a mão no meu bolso e tiraram um documento. Eu estava com um documento do meu irmão, uma identidade, no bolso. Aí, justamente eles registraram como se fosse o meu irmão. Foi por isso que eu saí e hoje estou contando a história porque senão eu tinha morrido, porque os homens lá da Usina disseram que, caso me prendessem, não era para me soltar que eu era perigoso. Eu nunca fui perigo para ninguém, eu nunca roubei, nunca matei, nunca invadi terra de ninguém. Dei o apoio sim, no Engenho Serra, aonde o companheiro ali falou, que eles matavam o pessoal e jogavam dentro do açude. Mas, lá eu dei o apoio... Eu dei um apoio, quer dizer os próprios moradores de lá vieram, falaram comigo e eu dei o apoio moral, quer dizer, apoiei eles e eles lá foi que invadiram, mas eu nunca invadi terra de ninguém. Eu era presidente sim, mas a gente dava apoio, a gente saía, alguém procurava a gente, a gente respondia, correspondia. Mas, eu nunca invadi terra de ninguém, nunca matei ninguém, nunca roubei ninguém para eles dizerem que eu era o perigoso. E, graças a esse documento do meu irmão, a minha vida foi poupada, porque senão, tinham feito como os outros que mataram por aí, como Severino Catolé que foi morto por eles, como tantos outros que eles mataram, que estão sumidos e sabemos que foi graças à ditadura militar. Portanto, eu quando saí, quando eles lá na Secretaria, que eles fizeram registro como meu irmão, como eu fosse o meu irmão, aí, quando foi de meia-noite, eles me soltaram. Quando eles descobriram que eu tinha saído, que eles

tinham me soltado, aí começou a perseguição. Aí, eu comecei a saltar de galho em galho. Quando ele descobria que eu estava em um lugar, quando eles chegavam lá, eu já estava em outro. E assim passou-se um ano, eu fui para Escada, vim aqui para o Recife... Chegava nesses lugares e passava um tempinho, quando eles descobriam que eu estava naquele lugar e chegavam lá, eu já estava em outro lugar, já tinha saído dali. E, assim por diante, e foi então que eu fui para São Paulo, eu troquei o nome e fui para São Paulo. Lá ainda padeci uns anos, uns três anos, porque eu cheguei lá fui para o interior para colheita de milho, de cana-de-açúcar, de algodão, porque não tinha a documentação normal que um ser humano deve ter. Quando foi em 68, em São Paulo, aí foi que eu tirei a minha identidade como Djalma, tirei a documentação, me alistei no Exército para pegar a reservista, e foi assim toda a trajetória, a minha trajetória, no decorrer desses anos de 64 até 1985. E aí então, votaram a anistia e daí nós poderíamos... Eu pude viver mais sossegado porque até então eu vivia com o documento trocado, mas eu pensava que a qualquer momento eles poderiam descobrir, como descobriram o deputado Francisco Julião, no Mato Grosso, foi ele trabalhando como pedreiro, descobriram ele pela mão e pela arcada dentária. Descobriram e prenderam e eu temia que a qualquer momento eu fosse descoberto também e fosse pagar mais um preço, porque eu já tinha pagado um. Mas, graças a Deus, eu estou aqui, estou vivo, estou contando a história. Entrei, depois que veio a anistia, eu entrei com um processo no Ministério da Justiça e eu estava com o nome de Severino, eu entrei com um processo como Severino, mas o requerente era Djalma, e eu comuniquei à Justiça que Djalma e Severino era a mesma pessoa, mas eles não acreditaram, não sei o quê e arquivaram o processo. Está lá arquivado. Inclusive, eu trouxe até o número do processo, está com Anacleto. Eu entreguei para ele, lá tinha o número do processo, porque se forem verificar, aí já tem o número e já fica mais fácil; mas o processo está em nome de Severino Soares de Santana, mas eu já tinha comunicado à Justiça que Djalma Soares de Santana e Severino José de Santana eram a mesma pessoa; só por causa da perseguição política eu fui obrigado a fazer isso. Portanto, eu agradeço a essa Comissão, agradeço ao povo. Não sei se eu falei tudo o que deveria falar, mas eu agradeço a oportunidade e um bom dia ou boa tarde para todos.

Em seguida se pronunciou José Joaquim Camilo de Santana, filho de Joaquim Camilo, presidente das Ligas Camponesas de Jaboatão. O seu pai foi um líder camponês comprometido com a luta de sua classe, desde 1950.

José Joaquim Camilo – Quero falar para o povo aqui, os amigos aqui, que eu sai do engenho com a idade de 20 anos, porque foi na época que Miguel Arraes convidou meu pai para ser sindicalista rural, não é? Aí, ele saiu do engenho e foi-se embora pra rua e eu fui procurar meu destino, fui procurar uma indústria para trabalhar. Aí, eu quero dizer que tem uma entrada minha aí, um documento meu aí, uma procuração. Porque em 64, o velho, meu pai, ele já tinha saído do sindicato, ele já tinha saído do sindicato. Aí, eu fui chegando no sindicato e não sabia o que estava acontecendo, mas só que o velho, meu pai, já estava sabendo, porque Miguel Arraes ligou para o velho, meu pai, que a polícia ia procurar todos eles. Aí, eu não estava sabendo de nada, quando eu vi um jipe parou perto assim, um jipe, e me pegou; me pegou e aí amarrou logo meus braços, logo, e me arrastaram para Vitória. Rodaram a noite todinha com eu lá em Vitória e me fazendo medo, que iam me amarrar numa corda e iam me jogar dentro do açude. Aí, agora está aí, tem uma questão pronta aí. Agora não sei porque até aqui não saiu, já está com 6 anos parece e não saiu ainda. Por isso que o amigo ali mandou eu falar para vocês pra ver se vai dar outra entrada ou se vai procurar o mesmo que está aí. Era isso que eu queria saber somente isso só.

Gregório Bezerra, em seu livro de memórias (BEZERRA, 2011) relata sobre acontecimento na Usina Caxangá, que demonstra o nível de tensão entre trabalhadores rurais e patrões.

Desgraçadamente alguns meses após a posse de Miguel Arraes, o administrador e os pistoleiros da Usina Caxangá, de propriedade de Júlio Maranhão, mataram o delegado sindical do município de Ribeirão e feriram gravemente um companheiro seu. O usineiro providenciou imediatamente um caixão rústico, improvisado e mandou enterrar a vítima no pátio de sua usina. Revoltados com o covarde assassinato, os operários e os trabalhadores agrícolas da usina, que já estavam em greve havia quase dez dias, desenterraram o corpo do irmão tombado na luta e levaram-no à sede do sindicato rural, onde lhe deram um caixão decente e velaram seu corpo toda a noite. Sepultaram-no no dia seguinte no cemitério local, com a presença de milhares de camponeses e da maioria da população da cidade.

A onda de comoção e agitação tomou conta dos camponeses e a concentração deles se deu no pátio da usina. As falas dos oradores foram no sentido de avisos: a partir de hoje qualquer trabalhador assassinado ou

humilhado será revidado na mesma medida – olho por olho (BEZERRA, 2011, p. 513).

Referências

BEZERRA, Gregório. **Memórias/Gregório Bezerra**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão Política no Campo – Brasil: 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

LUZ FILHO, Fábio. **O cooperativismo e os latifúndios**. São Paulo: Editora Unitas, 1931.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.

1 de abril de 1964: a prisão de Gregório Bezerra e o Golpe Civil-militar em Pernambuco

*Táso Brito*¹

No dia 1 de abril de 1964, na Usina Pedrosa, no município de Cortês², estado de Pernambuco, Gregório Bezerra recebeu voz de prisão. Segundo o mesmo³, sua prisão foi efetuada pelo capitão Guerreiro, da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). O preso deveria ser apresentado ao Coronel do Exército, Ivan Rui de Oliveira, chefe de segurança do estado de Pernambuco durante o golpe civil-militar.

Gregório Bezerra foi um dos principais líderes do Partido Comunista naquele momento. Foi sargento-instrutor e professor de educação física do Colégio Militar de Fortaleza, até ser expulso do Exército em 1935⁴. Tornou-se um dos dirigentes do Levante Comunista no mesmo ano, razão pela qual foi preso. Com o fim da ditadura Vargasista, recebeu anistia e voltou à sua terra natal, Pernambuco. No Recife, passou a reestruturar o Partido Comunista no Nordeste. Em 1945, foi eleito deputado federal pelo

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Ceará (UFC), graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6059706151064264>

² Cerca de 86 km de distância do Recife.

³ Esse relato se encontra no depoimento de Gregório Bezerra no processo 88/64, no acervo pessoal de Mércia Albuquerque, em posse da Organização Não Governamental (ONG) Direitos Humanos na Internet (DHnet). A advogada Mércia Albuquerque, ao longo de sua carreira, defendeu inúmeros presos políticos. A mesma arquivou documentos relativos à sua atuação profissional. Esse arquivo pessoal foi doado, após a sua morte, para a DHnet. Hoje essa documentação se encontra na cidade de Natal-RN. Para mais informações sobre a DHnet: <http://www.dhnet.org.br/>.

⁴ Por ter participado do levante comunista de 1935.

estado de Pernambuco, sendo o mais votado na capital. Em janeiro de 1948, seu mandato foi cassado, pois seu partido foi posto na ilegalidade em 1947. Passou um ano preso, acusado de incendiar um quartel na Paraíba. Em 1949, foi posto em liberdade, a justiça considerou que não havia provas suficientes para condená-lo. Depois de liberto, ficou até 1957 viajando e organizando os trabalhadores rurais de vários estados e auxiliando na formação de inúmeros sindicatos camponeses. Preso duas vezes, porém, sem a formulação de queixa-crime – por isso, sem muitas delongas –, foi posto em liberdade. Em 1958, voltou ao Recife e se tornou presença constante nas campanhas políticas da Frente do Recife⁵ ao mesmo tempo em que atuava junto aos trabalhadores rurais do estado de Pernambuco.

Em 1964, com a deposição do governador Miguel Arraes, houve também uma reorganização dos quadros que compunham o governo estadual. Hango Trench era o secretário de segurança pública. Manteve-se ao lado de Miguel Arraes até o momento da prisão do mesmo. Foi substituído pelo coronel Ivan Rui. Trench, preso com Arraes, foi julgado culpado pelo crime de insubordinação e conspiração.

Paulo Guerra, o vice-governador, assumiu o poder executivo estadual de Pernambuco, cargo que ocupou até o fim do mandato, em 1967. Segundo Virginia Barbosa (2009), Paulo Guerra vinha de um histórico político ligado a Agamenon Magalhães⁶ e às elites políticas do estado de Pernambuco. Paulo Guerra encontrava-se alinhado aos golpistas, antes mesmo deles iniciarem o movimento de deposição de Arraes. Foi alçado à

⁵ A coligação se constituiu como um espaço de poder político que passou a concorrer contra o Partido Social Democrata (PSD). Este partido conseguiu dominar o executivo estadual, elegendo quatro governadores seguidamente, além de senadores e deputados federais e estaduais. Ainda é válido ressaltar que o PSD é o partido de Agamenon Magalhães, então podemos pensar este partido como um grupo que estava no poder desde o período comumente chamado de Estado Novo. Para mais informações, ver: AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife, da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993; SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

⁶ Agamenon Magalhães foi interventor do estado de Pernambuco durante o período denominado de Estado Novo. Ele também foi o líder do grupo político que se manteve no executivo estadual até a eleição de Arraes, em 1962. Para mais informações, ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Editora Massangana, 1984.

condição de governador por ser considerado um homem de confiança daqueles que deram o golpe.

O capitão Guerreiro estava conduzindo Gregório Bezerra ao Recife quando, no município de Ribeirão⁷, encontraram-se com o destacamento do 20º Batalhão de Caçadores de Alagoas⁸, que retirou a posse do detento do oficial da PM. O 20º Batalhão de Caçadores estava auxiliado por José Lopes Siqueira, dono da Usina Estreliana, e seus jagunços. Segundo o relato memorialístico de Gregório Bezerra (2011), José Lopes, ao vê-lo, queria assassiná-lo⁹, porém os membros do 20º Batalhão resolveram levar o líder comunista à presença do general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército.

José Lopes já tinha usado de violência contra trabalhadores rurais antes do golpe. Segundo o historiador Pablo Porfirio (2009), em 1963, trabalhadores do Engenho Estreliana ganharam na justiça o direito de receber o 13º salário e férias que não estavam sendo pagos por seu empregador. Mas, ao invés de cumprir a ordem judicial, o dono do engenho e seus jagunços chacinaram cinco trabalhadores que reivindicavam os pagamentos.

A relação entre José Lopes Siqueira e o Exército remonta a anos anteriores ao golpe. Fernando Barbosa, ex-membro do Partido Comunista, ao ser entrevistado para o projeto *Marcas da Memória: Uma história oral da anistia no Brasil*¹⁰, relembra:

[...] quem tinha as armas eram os usineiros, porque eu estava na Ajudância Geral do Quarto Exército em mil novecentos e sessenta e um e vi quando um Coronel, como era o nome dele meu Deus? Eu sei que ele discutia com o Bismarck e com o Albuquerque, porque que as armas estavam saindo da Sétima

⁷ Cerca de 73 km de distância do Recife.

⁸ O estado de Alagoas fica aproximadamente a 75 km de distância de Ribeirão.

⁹ A violência imediata do pós-golpe no campo atingiu números alarmantes que só hoje começam a ser conhecidos e/ou reconhecidos. A Comissão Nacional da Verdade estabeleceu um grupo de trabalho específico para investigar a violência estatal no campo. Ana Carneiro e Marta Cioccarri, na publicação *Retrato da repressão no campo* (2010), demonstram que a repressão aos camponeses é anterior ao golpe e foi intensificada por ele.

¹⁰ Projeto realizado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em parceria com as universidades federais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Região Militar para entregar a José Lopes de Siqueira Santos, na usina, para José Lopes distribuir com os usineiros da Zona da Mata Sul para combater os Sindicatos Rurais, como é que se iria recolher essas armas? Porque as armas não podiam ser emprestadas, armas privativas das Forças Armadas, não podiam ser emprestadas a civis. Eu sei que os três Oficiais, Coronéis estavam discutindo isso, e eu caladinho trocando de roupa, eles não me viram.¹¹

O usineiro José Lopes participou do golpe, não apenas na articulação política e apoio, mas também empunhando armas lado a lado com os militares golpistas. Houve outras participações de civis, nesta modalidade, entre os golpistas. Ferreira e Gomes (2014) relatam que, na cidade de São Paulo, aproximadamente três mil homens se alistaram para guerrear ao lado dos militares golpistas, caso o golpe se tornasse uma guerra civil.

Em certo sentido, e em certas ocasiões, a polícia é a primeira instância da justiça. Ela é responsável, muitas vezes, por levar homens e mulheres à presença dos tribunais. Por isso, a prisão de Gregório Bezerra já é indiciária do tipo de justiça aplicada naquele período, assim como as relações de força entre os órgãos do regime. Apesar de a ditadura ser um regime com participação militar-civil, a prisão do líder comunista aponta para as instâncias policiais dos militares se sobressaindo sobre as demais. A prisão de Gregório Bezerra foi efetuada por militares do Exército; a Polícia Militar não teve forças para cumprir seu mandado de prisão, apesar de ter sido quem capturou o líder comunista e de estarem ambos alinhados ao mesmo movimento golpista.

A prisão de Gregório Bezerra foi marcada por violência. No depoimento à Justiça Militar, ele relata o encontro com o 20º Batalhão de Caçadores de Alagoas:

Quando o meu jipe parou, ficou totalmente cercado de soldados que gritavam “atira! Mata logo este bandido.” “Atira”, “mata”, era o que se ouvia da soldadesca. Se tivesse havido uma descarga teria morrido muitos soldados e graduados porque a confusão era grande.

¹¹ Entrevista em 18 de outubro de 2011, Acervo Marcas da Memória, LAHOI-UFPE.

O capitão que me prendera se portou com muita fibra, dizendo: “Vocês podem matar, mas eu protesto; ele foi preso por ordem do Cel. Chefe de Polícia, estou colaborando com o Exército, tenho o dever de garantir a sua vida”.¹²

Gregório Bezerra correu perigo de vida tanto pelas mãos do senhor de engenho e seus jagunços quanto pelas dos soldados e oficiais. A atuação política de Gregório Bezerra, como um dos dirigentes do Partido Comunista, era bastante conhecida, por isso que alguns golpistas, como o usineiro José Lopes e uma parcela dos militares que participaram de sua prisão, desejavam matá-lo.

Antes do golpe, as ações de Gregório Bezerra eram constantemente vigiadas pelo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Mesmo quando foi deputado federal, na década de 1940, sua vida era constantemente investigada por policiais a serviço do DOPS¹³. Desde sua anistia, após a ditadura varguista, três ou quatro investigadores se revezavam diariamente na vigilância de Gregório, o que gerava notas quase diárias relatando o cotidiano do líder comunista. Marcília Gama (2014) aponta o quão importante era essa coleta de informações para o regime ditatorial que se instalava, pois ela subsidiava várias formas de repressão. Desta forma, a prisão de Gregório Bezerra aconteceu tão logo o golpe foi realizado. Ele já era um militante marcado como inimigo dos golpistas.

Gregório Bezerra, assim que preso, foi levado ao Forte das Cinco Pontas, guarnição de tempos coloniais localizada no Bairro do Recife, zona central da cidade. Lá passou por interrogatórios. Depois foi conduzido ao Quartel de Motomecanização, no bairro de Casa Forte, zona norte da cidade. Sua transferência foi realizada por Cristóvão Cavalcanti Moreira, agente do DOPS-PE, com auxílio de pessoas que não eram policiais ou militares, da ativa, e sem vinculações com o Estado.

¹² Processo 88/64 da Justiça Militar, acervo pessoal de Mércia Albuquerque, sob posse da ONG DHnet.

¹³ Prontuário 5774, fundo SSP: 12185, APEJE.

Artur Bruno Schwambach, militar reformado em 1951, e Elson Pinto Teixeira Souto, comerciante, foram designados para, junto com o agente Cristóvão Cavalcanti Moreira, conduzir Gregório Bezerra para Casa Forte. Eles fazem parte do rol de testemunhas de acusação no processo que seguiu à prisão e, segundo os próprios, ambos estavam no Forte das Cinco Pontas para tratar da venda de um terreno com um capitão do Exército, de nome não informado.

Elson Pinto Teixeira, em seu depoimento à justiça militar no dia 14 de outubro de 1965, relatou sua atuação naquele dia:

[...] que conduziu Gregório Bezerra para o 7º Esquadrão de Reconhecimento o fez a pedido do encarregado do Inquérito; que a testemunha tinha comparecido ao Quartel da companhia da Guarda juntamente com Arthur Bruno Schwambach para o trato de um negócio de terreno com o Cap. Jovino e na ocasião foi solicitado o obséquio já referido no que aceitou [...] que conhecia de vista a Cristóvão Cavalcanti Moreira, não tendo com o mesmo muita aproximação, isto à época que efetuou a diligência mencionada.¹⁴

Elson Pinto Teixeira e Arthur Bruno Schwambach agiram como o que é popularmente denominado *araque de polícia*. Segundo Jorge Zaverucha (2003, p. 47), os *araques* recebem benesses quase sempre ilícitas para ajudar a polícia. Alguns chegam até mesmo a cumprir as funções do servidor policial. Ou seja, são pessoas que agem sem vínculos formais com o estado, auxiliando a polícia por motivos variados e que, por vezes, cumprem o papel destinado às forças de segurança para obtenção de ganhos pessoais. Mesmo que Schwambach fosse militar reformado, este não desempenhava função de maneira oficial, pois não foi formalmente convocado a fazê-la.

O coronel Ibiapina, responsável pelo Inquérito Policial Militar (IPM) da prisão em questão, solicitou que os três conduzissem Gregório Bezerra. Transferir um preso dessa maneira, implica ser uma ação com discricção e improvisação; não havia certeza sobre a vitória do golpe, nada estava consolidado. O coronel agiu com improviso. Nem todos os militares que

¹⁴ Processo 88/64, acervo pessoal de Mércia Albuquerque, sob posse da ONG DHnet.

acabaram por realizar o golpe tinham se posicionado de forma definitiva. O general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, é um desses casos.

No dia 1 de abril, o comandante fez um discurso à rádio Jornal do Commercio apoiando o presidente João Goulart. Esse pronunciamento foi lembrado por Délio Mendes, na época funcionário da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e membro do Partido Comunista:

No dia primeiro de Abril às nove horas da manhã, nós estávamos lá e passou as forças armadas indo para o Palácio do Governo, a gente estava ouvindo o rádio e o rádio do Jornal do Commercio transmitiu as palavras do General Justino Alves [...] que era o comandante do Quarto Exército dizendo: “Estou com Jango, estou com a legalidade.”, tanto que quando as tropas passaram a gente bateu palmas.¹⁵

Em entrevista dada ao livro *Vencedores e vencidos*, Antônio Bandeira, coronel do Exército durante o momento do golpe e servindo em Pernambuco, afirma que o General Justino Alves Bastos aderiu ao movimento golpista no dia 28 de março, o sábado anterior ao golpe, de 1964. Relatou:

A adesão ao movimento se deu no sábado anterior a 31 de março por volta de oito horas da noite em sua residência. O Cel. Fernando Menescal Vilar, eu e o Cel. Ibiapina fizemos ver ao Gen. Justino que a Revolução estava eminente e se ele aceitaria integrar o movimento obedecendo à direção do Gen. Castello Branco. Como ele aceitou, foi então selada a sua adesão ao movimento. Portanto, ele não participou do planejamento, mas a partir desse momento, a sua posição foi correta. Ele assumiu a responsabilidade de tudo, não atrapalhou em coisa alguma e comandou daí para a frente a Revolução do IV Exército (BANDEIRA 2004, p. 27).

¹⁵ Entrevista cedida ao projeto Marcas da Memória, no Recife, dia 17 de março de 2011. Disponível no Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI) da UFPE.

Ainda segundo Antônio Bandeira, não havia certeza da adesão dos comandantes da Marinha e da Aeronáutica ao movimento golpista. Ele relatou:

Nós telefonamos para o almirante e pedimos para ele vir ao QG do IV Exército conversar com o general Justino um assunto de sua importância e urgência. De imediato, dentro de 15 ou 20 minutos, ele chegava ao QG, onde estávamos na porta esperando, eu e o coronel Ibiapina. E de pronto nós dissermos a ele, antes de entrar no gabinete: “Almirante, a Revolução já teve início, o IV Exército já está participando e o general Justino convidou para o senhor vim aqui para saber qual sua posição”. E ele de pronto disse: “estou com os companheiros do Exército”. (BANDEIRA 2004, p. 28)

Mas, esses acordos eram frágeis, podendo ser rompidos. Nos últimos instantes da fase de planejamento do golpe, o comandante da Polícia Militar, o Cel do Exército Hango Trench, foi chamado a comparecer à presença do Gal. Justino Alves Bastos. Nesse encontro, o coronel Bandeira afirma que Hango Trench se comprometeu que a Polícia Militar não iria se opor ao golpe. Antônio Bandeira relata que Trench não cumpriu o prometido, posicionando a Polícia Militar, em defesa no quartel general da mesma, na localidade do Derby.

As disputas não estavam decididas antecipadamente. Até o seu último instante, o golpe não era uma certeza absoluta nem mesmo para alguns golpistas como o General Justino Alves Bastos. O golpe não era inevitável, não era necessário, como analisam Ferreira e Gomes (2014). Segundo estes historiadores, o golpe ocorreu mas poderia não ter acontecido ou poderia ter acontecido de outras formas. Ainda segundo esses historiadores, o golpe foi resultado de lutas, escolhas e acasos das disputas.

Segundo Jessica Burgos, a atuação do General Justino Alves Bastos foi complexa dado que este se comprometeu com os dois lados do conflito. Ela escreveu sobre o general:

[...] por sua vez, tinha prometido ao presidente João Goulart ao assumir o comando do IV Exército que manteria a ordem no Estado de Pernambuco, promessa reafirmada ao governador Miguel Arraes com a deflagração do

Golpe; nas vésperas do dia 31 de março também tinha afirmado ao presidente que defenderia a ordem instituída. Por outro lado, também tinha confirmado ao marechal Castelo Branco a sua adesão à ação militar quando fosse chegado o momento (BURGOS, 2014 p. 664).

Justino Alves parece ter esperado até os últimos instantes para aderir ou não ao golpe. Existiam possibilidades de defesa da legalidade que poderiam ser acionadas. Em muitos casos não foram, o que fez o historiador Daniel Aarão Reis (2014) chamar a vitória dos conspiradores de “vitória estranha”. Porém, no Recife houve tentativas que não lograram êxito em barrar o avanço golpista.

Délio Mendes relata uma tentativa de resistência, no primeiro dia do golpe:

Nesse mesmo dia, três horas depois nós fizemos uma assembleia na Escola de Engenharia e viemos em passeata pela Rua do Hospício, Rua da Imperatriz, Rua Nova, Pracinha da Independência, entramos a esquerda e íamos em direção ao Palácio, iríamos prestar solidariedade ao governador Miguel Arraes e ali fomos baleados, fomos enfiados de bala e na minha frente caíram Jonas e Ivan, que são dois, um era estudante de engenharia e o outro estudante do Colégio Estadual de Pernambuco. Jonas do Colégio Estadual e Ivan da Escola de Engenharia caíram mortos ali na nossa frente¹⁶.

O relato de memória de Délio Mendes conta o quão superior foi a força dos golpistas. Os estudantes foram barrados em sua caminhada pelas tropas do Exército. O assassinato desses dois jovens aconteceu na Av. Dantas Barreto, uma das mais movimentadas do centro do Recife. Os estudantes, ao serem alvejados, se encontravam a menos de 500 metros da sede do governo estadual, que estava cercada por militares do Exército. As mortes se tornaram emblemáticas, marcando a memória de muitos militantes que atravessaram esse momento da história.

Mas, essa não foi a única tentativa de resposta ao golpe. Gregório Bezerra, no dia do golpe, foi ao encontro do, ainda, governador Miguel Arraes

¹⁶ Entrevista cedida ao projeto Marcas da Memória, no Recife, dia 17 de março de 2011. Disponível no Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI) da UFPE.

para lhe pedir armamento a fim de organizar os camponeses para a resistência. Gregório Bezerra relata:

Dois ou três dias antes (do golpe) eu caí no campo, noite e dia, para mobilizar os assalariados agrícolas para oferecer resistência ao golpe militar a serviço do imperialismo americano. No dia 31 para o dia 1º de março de 64, eu me achava em um dos engenhos do município de Águas Pretas, perto de Palmares, discutindo com cerca de noventa delegados sindicais de engenhos. Que eram homens de partidos, na maioria secretários políticos do partido [partido comunista] nos engenhos e também delegados sindicais.

Eu de Madrugada, cerca de 4:30h, parti para Recife e os delegados, delegados sindicais, que estavam reunidos partiram para seus engenhos a fim de mobilizar as massas e conduzi-las aos setores previamente determinados. Quando eu cheguei na divisa entre o município de Jaboatão e Recife, chama-se Prazeres, o posto já estava empiqueado por tropas do Exército. Logo de longe tinha uma grande fila e eu coloquei o meu jipe na fila dos militares e observei que quando os militares buzinaavam três vezes a barreira abria e os carros passavam. Eu procurei imitar e atravessei a barreira. Cheguei em Recife, mas estava tudo parado. Não ouvi tiro, eu esperava encontrar o pipocar das metralhadoras, da fuzilaria, etc. Nenhum tiro, tudo calmo, sereno.

Meu problema eram armas. Eu vinha pedindo, repetidas vezes, armas a Miguel Arraes, que era o governador eleito pela Frente do Recife, que sempre funcionou bem.

E fui procurar os companheiros da direção do Partido [Comunista] não encontrei onde eu deveria encontrá-los. Fui na sede dos bancários, que era onde se reunia o CONCINTRA, comando geral dos trabalhadores. Eu pensei que era onde os companheiros estivessem lá. Eu queria receber orientação da direção estadual do partido.

Quando cheguei na sede dos bancários, parei meu jipe do lado de fora e entrei. A sede estava ocupada pelos militares, por isso voltei. Segui imediatamente para o gabinete do governador. Ao chegar na sala, simultaneamente desce do elevador três oficiais. Um da Marinha, um da Aeronáutica e outro do Exército. Olharam para mim, me reconheceram, mas a missão deles não era me prender, era prender Arraes. Foi logo o que eu presumi.

No fundo do Palácio, a polícia estava lubrificando fuzis e metralhadoras. Eu supus que a festa ia começar. Fiquei até animado, mas a coisa foi diferente, né? E quando eu cheguei na sala de Arraes, chegou os milicos e entraram e saíram dois cidadãos. Pelas feições trêmulas e pálidas, eu notei que havia algo

no gabinete de Arraes e era a prisão de Arraes. Fui embora, tomei o jipe e voltei de mãos abandonadas. Sem um fuzil, foi uma frustração muito grande.

[...]

Em 64, eu tinha muitos homens dispostos a lutar, a perder suas vidas para defender o governo de Jango, o governo de Arraes. Chamavam Arraes de Pai Arraia. E defender a constituição da república... Infelizmente não tínhamos armas. Saí e fui desmobilizar as massas.¹⁷ [sic]

Nunca saberemos quais rumos a história poderia tomar caso Gregório Bezerra tivesse conseguido armas. Mas, certamente teriam sido outros. A história não é apenas o resultado das vitórias, mas é também dos insucessos. Assim, o insucesso de Gregório Bezerra em conseguir armas para resistir ao golpe é um evento que compõe os acontecimentos do golpe de 1964.

A Polícia Militar de Pernambuco se preparou para o combate. Segundo o depoimento de Hango Trench, chefe da Secretária de Segurança do Estado naquele momento:

No dia 31 de março, à noite, as forças do Exército ocuparam uma grande parte do Recife, principalmente o 14^o RI, RO de Olinda, as outras unidades todas ocuparam posição já dentro da cidade do Recife. A Polícia Militar, por sua vez ocupava a outra parte; então, a cidade era uma cidade ocupada. O Palácio do governo estava cercado por tropas da polícia protegendo-o. O quartel do Derby estava protegido. (TRENCH, 2004, p. 79).

Segundo o depoimento do coronel Antônio Bandeira (2004, p. 29), a Polícia Militar e o Exército chegaram a disparar suas armas uns contra os outros. No Quartel do Derby, sede administrativa da PM, os policiais encontravam-se entrincheirados, mas renderam-se aos golpistas depois de um tiro de um blindado. Em alguns momentos se posicionaram ao lado oposto e se puseram em combate.

Diante desse cenário de possíveis confrontos e protestos, o Cel. Ibiapina usou improviso e descrição para transportar Gregório Bezerra: um

¹⁷ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhcSX3TfKA4>. Acesso em: 19 mar. 2020.

agente do DOPS-PE acompanhado de mais dois homens sem vinculações com as forças de segurança.

A força do estado de exceção faz com que esses homens sem vinculações com segurança pública possam se apresentar na justiça como testemunhas de acusação contra Gregório Bezerra e os demais réus do processo. Para o filósofo Giorgio Agamben (2004; 2010) o estado de exceção se caracteriza por uma constante suspensão das leis para preservar uma determinada ordem. Assim, podemos entender como a justiça de exceção deu caráter legal ao que não era. Ou seja, a atuação ilegal de homens que agiram como policiais, mesmo sem vinculações com as forças de segurança. Os *araques de polícia*, dada sua própria condição de ilegalidade, não são levados a ações legais. Mas, a ditadura os levou para testemunhar contra Gregório Bezerra e os demais réus.

A testemunha Arthur Bruno Schwambach em seu depoimento afirma que Pernambuco passava por agitações políticas e sociais, que o assustavam, e seu testemunho é transcrito da seguinte forma:

[...] que é de seu conhecimento através dos jornais da época a agitação reinante no Estado, greves sucessivas, desmandos, Congresso Ferroviário em Santa Isabel, o cerco do edifício JK por camponeses armados de pau e foice, adesão sistemática dos sindicatos quando um deles pretendia determinar greve, deslocamento de camponeses do Engenho Serra para o Quartel do Derby ocasião em que ali chegaram armados, cujo desarmamento, segundo noticiou a imprensa, foi realizado pelo oficial do dia no Quartel, tudo isso a fim de demonstrar robustamente estar o governo de então a governar num regime de desordem.

A testemunha narra com imprecisão ao afirmar que só conhecia o teor das acusações através da imprensa. Elenca momentos, mas não informa qual a participação dos réus nos mesmos. Mas, sua palavra foi outorgada em um julgamento contra civis em um tribunal militar.

Cristóvão Cavalcanti, Elson Pinto Teixeira e Arthur Bruno Schwambach conduziram Gregório Bezerra ao Quartel de Motomecanização. Lá, entregaram a custódia do preso para o tenente-coronel Darci Villocq,

comandante do quartel, que chefiou a tortura de Gregório Bezerra (BEZERRA, 2011).

O poeta Ferreira Gullar dedicou um poema a Gregório Bezerra, nar-
rando a trajetória de vida do líder comunista, sintetizando a memória que
muitos têm de Gregório Bezerra. Na passagem relativa à sua prisão, o po-
eta versa:

Pro Forte das Cinco Pontas
foi conduzido, então,
e de lá para o quartel
de Motomecanização,
onde começa a mais negra
cena da "revolução"
que tanta vergonha e crime
derramou sobre a Nação.
Darci Villocq Viana,
eis o nome do vilão.

Esse coronel do Exército
mal viu Gregório chegar
partiu pra cima dele
e o começou a espancar.
Bateu com um cano de ferro
na cabeça até sangrar.
Chamou outros subalternos
para o preso massacrar.
Gritando: "Bate na fera!
Bate, bate, até matar!"
Dava pulos e babava
como se fosse endoidar.

Depois despiram Gregório
e já dentro do xadrez
com a mesma fúria voltaram
a espancá-lo outra vez.
Com 70 anos de idade
e outros tantos de altivez,
nenhum gesto de clemência

ao seu algoz ele fez.
O sangue agora o cobria
da cabeça até os pés.

No chão derramaram ácido
e fizeram ele pisar.
A planta dos pés queimava,
mal podia suportar.
Vestiram-lhe um calção
para depois o amarrar
com três cordas no pescoço
e para a rua o levar
preso à traseira de um jipe
e para ao povo mostrar
o “bandido comunista”
que se devia linchar.
Estava certo Villocq
que o povo o ia apoiar
para em plena praça pública
o comunista enforcar...

Mas para seu desespero
o povo não o apoiou.
Aos seus apelos de “enforca!”
nenhuma voz se juntou.
Um silêncio insuportável
sua histeria cercou.
Via era ódio nos olhos
e se ninguém protestou
é que os soldados em volta
ao povo impunham terror.
Muitas mulheres choravam.
Uma freira desmaiou
no Largo da Casa Forte
onde o cortejo parou.¹⁸

¹⁸ *Apud* BEZERRA, 2011, p. 628-633.

O trecho exposto desse poema se assemelha à memória de Mércia Albuquerque – que viria a ser tornar advogada de Gregório Bezerra – sobre esse acontecimento. Ela estava na praça e presenciou essa cena de tortura:

Por volta das 13:00 horas daquele dia inesquecível o tenente coronel Darcy Villocq Viana, comandante da unidade militar de motomecanização, promoveu ato insólito que marcou indelevelmente a memória de quanto a assistiam: Gregório, apenas com um calção preto e uma corda de três pontas amarrada no pescoço, era arrastado por soldados, seguidos de perto por um carro de combate, com pés que haviam sido banhados em soda caustica sangrando, banhado de suor [...].

Quando o velho militante comunista golpeado a coronhadas de fuzil cambaleava, o coronel Villocq concitava o povo a linchá-lo, mas seu apelo fascista não foi atendido. [...].

Bacharela em direito, exercia o magistério lecionando para crianças carentes. O martírio de Gregório me fez compreender a magnitude da tarefa de advogar a causa dos presos políticos.¹⁹

Ao lembrar desse dia, Otavio Albuquerque, esposo de Mércia Albuquerque, relata:

Foi o momento mais difícil da nossa vida. Porque quando ela entrou, entrou transtornada diante das barbáries que o Gregório sofreu, ela não era ela do horror que ela viu. E dizia: Vou defendê-lo, se você me aprovar viveremos até o último dia, senão a gente se desquita.

Mas, eu nem falei ainda...

Mas, eu já eu estou dizendo por antecipação – Ela estava totalmente transtornada.²⁰

Segundo seu esposo, Mércia Albuquerque deixara de ser quem era antes. Ele viu aquele momento como o instante em que a identidade da advogada de presos políticos passou a ser construída. Essa identidade

¹⁹ Esse trecho faz parte de um discurso proferido por Mércia Albuquerque no Fórum do centenário de Gregório Bezerra, realizado no dia 14 de março de 2000. O discurso faz parte do acervo pessoal de Mércia Albuquerque, em posse da ONG Direitos Humanos na Internet (DHnet).

²⁰ Entrevista realizada na Recife, em 19 de junho de 2012. Acervo pessoal do pesquisador Tássio Brito.

emerge com muita força. Nesse relato de memória, Otávio Albuquerque rememora um diálogo no qual o próprio casamento foi posto em risco: “*Vou defendê-lo, se você me aprovar viveremos até o último dia, senão a gente se desquita*”. O desquite é a separação legal dos cônjuges, ou seja, na memória relatada por Otávio Albuquerque, Mércia Albuquerque estava disposta a terminar o casamento com o homem com quem namorava desde os 17 anos, se este não aprovasse sua decisão de defender Gregório Bezerra.

Depois das torturas em Casa Forte, Gregório Bezerra foi conduzido até a Casa de Detenção do Recife, onde esperou seu julgamento e passou a ser um detento que buscava se construir e se posicionar como um preso político.

Um ano depois da sua prisão, Gregório Bezerra ainda se encontrava sem uma acusação formalizada, porém preso. O que sempre era lembrado por sua advogada, Mércia Albuquerque, nos pedidos de *habeas corpus*, mas estes eram constantemente negados.

Porém, em 1965, formularam-se duas queixas-crimes contra Gregório Bezerra. Uma que acarretou o processo 88/64 e a outra, conhecida como “Processo do Campo”²¹. Esse procedimento jurídico é considerado um erro, os juristas defendem a ideia de que o mesmo crime não pode gerar dois processos.

Em 18 de agosto de 1967, Mércia Albuquerque fez um requerimento para que Gregório Bezerra não constasse na lista de réus do processo do campo. Não foi encontrado registro que explicasse essa espera de 2 anos para a advogada impetrar esse requerimento. Ela escreveu ao juiz auditor:

A lei não permite a reprodução de ações idênticas, fundadas em imputações que, fundamentalmente, não discrepam entre si. Não importa dizer que há pequenas variações na classificação das denúncias. A identidade de ações se mede pelo principal, não pelo que é secundário ou circunstancial. O que se

²¹ O Processo do Campo foi a reunião de várias acusações contra homens e mulheres que faziam atividades tidas como comunizantes e/ou de esquerda em setores rurais do Nordeste brasileiro, acumulando mais de mil processados e formando um processo de mais de dez tomos.

deve apurar, a fim de prevenir a multiplicação de ações, é se as duas causas versam sobre o mesmo fato, ou fatos, se procedem das mesmas origens e se movimentam contra as mesmas pessoas.²²

Indiciar Gregório Bezerra em dois processos, acusando-o de um mesmo crime, seria um erro processual. Por isso Mércia Albuquerque requer que seu cliente seja retirado do Processo do Campo. Esse requerimento foi deferido. A partir dessa data Gregório só responderia ao processo 88/64.

Gregório Bezerra ficou preso até 1969, quando foi trocado pelo embaixador americano sequestrado por movimentos de oposição armada contra a ditadura. Através de uma ação que não é a da legalidade, que é da força, o sequestro do embaixador, Gregório é retirado da condição de preso. Assim, podemos pensar como a violência faz parte do mundo judicial, como aponta o filósofo alemão Walter Benjamin (1986), que afirma que é a violência que permite a prática do direito. O direito não é a pacificação dos homens, não é o contrato entre os pares, mas a imposição da força. Por isso a liberdade de Gregório veio através de um ato de força, a troca pelo embaixador, que depois se legitima na justiça com a criação da figura do exilado.

Gregório Bezerra viveu em exílio até 1979, quando os principais instrumentos que garantiam o funcionamento do estado de exceção brasileiro começaram a ser desmontados (REIS, 2014). Porém, já com a idade avançada, não chegou a viver muito tempo em terras brasileiras: faleceu em 1983, aos 83 anos de idade.

A repressão imediata atingiu muitos homens e mulheres naquele primeiro de abril. Projetos políticos, utopias revolucionárias e vidas foram presas, torturadas e mortas. Gregório Bezerra foi um dos primeiros a conhecer a potencialidade de causar sofrimento da ditadura que ali se instaurava. São marcas sombrias de nossa história que inegavelmente ainda se projetam em nosso presente e nublam nosso futuro.

²² Processo 88/64, acervo pessoal de Mércia Albuquerque, sob posse da ONG DHnet.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife, da frente ao golpe**: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- BANDEIRA, Antônio. Depoimento. *In*: ANDRADE, Manuel Correia; FERNADES, Eliane Moury. **Vencedores e vencidos**: o movimento de 1964 em Pernambuco. Recife: Editora Massangana, 2004.
- BARBOSA, Virgínia. *Paulo Guerra*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&id=631. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix Editora; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- BRASIL. Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- BURGOS, Jessica. Recife, primeiro de abril de 1964: A passeata estudantil contra a deposição do governador Miguel Arraes. *In*: ENCONTRO CULTURA E MEMÓRIA, 6: Golpe de 1964: Cultura e memória, 2014, Recife. **Anais** [...]. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.
- CANEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão no Campo** – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Editora Massangana, 1984.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

REIS, Aarão Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**: a(s) frente(s) do Recife. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva da DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

TRENCH, Hamgo. Depoimento. *In*: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Editora Massangana, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco**: o desafio da reforma. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

O ressoar dos tambores da ditadura militar-civil no Brasil: as torturas, as perseguições contra Dom Hélder Câmara e o assassinato do Padre Henrique

*Élcia de Torres Bandeira*¹

Em se tratando da luta pela bandeira dos direitos humanos, vozes ecoaram no silêncio durante os longos anos de repressão política entre 1964 e 1985. Do meio da multidão de fiéis católicos do Recife, levantaram-se dois clérigos: Dom Hélder Câmara e Padre Henrique acenando em sinal de paz e harmonia entre os homens de má vontade que se diziam representantes da lei e da ordem no país. Lei imposta pela força das armas e ordem mantida à custa do sangue derramado. Sangue que o Cristo ensinara a não derramar; lições concretas de solidariedade e amor combatidas e banidas pela miséria humana que se configura com o passar dos séculos em espaços sociais e tempos políticos diferenciados, porém marcadas pela mesma reação adversa dos que não semearam e não colheram as sementes deixadas pelo Cristo.

Nada parece mais absurdo do que o ressoar retumbante dos gritos de dor perante o arsenal bélico que se utiliza frequentemente como silenciador dos fatos e dos contra-argumentos que se erguem no sentido da conscientização e da mobilização social pelo bem-estar de todos e de todas, indistintamente, às margens do Ipiranga, do Capibaribe, do Beberibe ou

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História. E-mail: elciabandeira@gmail.com. Desenvolve pesquisas em História do Brasil Republicano. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

ainda do Rio Jordão. Lembrar e repudiar as práticas de torturas, o assassinato do Padre Henrique e os atentados e perseguições contra Dom Hélder Câmara é mister para a compreensão da religiosidade popular no Brasil e dos caminhos tortuosos que percorreu a Igreja Católica durante a ditadura militar-civil no país.

1. A história.

Corria o ano de 1964 no Brasil. A crise do modelo populista evidenciara-se claramente durante o governo João Goulart; o Presidente, isolado politicamente pela direita, indignada com o avanço da participação social no país, cujos representantes temiam pela propriedade privada, especialmente ameaçada pelo avanço das mobilizações e lutas sociais pelo Brasil que já atingiam o campo, declara, finalmente, seu apoio às reivindicações populares e ratifica a articulação dos opositores do governo que promoveram o golpe de 1964.

O clima político tornara insustentável o governo que, mesmo apoiado pelas esquerdas, já não tinha forças para resistir ao golpe articulado em surdina, nos bastidores, envolvendo muitos dos principais atores desta peça que a maioria da população brasileira não chegou a ver; foi encenada apenas para os escolhidos pela direita, dignos de confiança para sustentarem a farsa da democracia após o golpe militar-civil de 1964. A linha marginal estabelecera-se na configuração favorável às reformas de base que o Presidente João Goulart assumira no início da fase presidencialista do seu mandato e tornara público enfaticamente no comício da Central do Brasil em 13 de março daquele ano.

As reformas pretendidas atingiam a cidade e o campo. A reforma agrária movimentava os trabalhadores rurais, especialmente do Nordeste, herdeiro sobremaneira da herança do latifúndio monocultor e da expropriação fundiária subjacente ao modelo econômico agroexportador remanescente. As ligas camponesas exigiam uma ação governamental eficiente e imediata que garantisse o acesso a terra, o que levantava a velha

polêmica sobre direitos e usufrutos no país. Este tema, abordado nas alas progressistas da Igreja Católica, muitas vezes, articulava clérigos e população de baixa renda em uma teia de ideais e lutas sociais das mais diversas correntes políticas. Embora a Igreja, como instituição, em seus mais altos escalões, tenha apoiado a deposição de João Goulart, determinados grupos dentro dela projetavam a ampliação da participação popular e defendiam a abertura política, engajando-se de uma forma ou de outra à resistência ao regime militar.

Bispos, como Dom Hélder Câmara, já se sobressaíam na luta pelos direitos humanos e pela justiça social, compromissos assumidos pelo Concílio Vaticano II. Suas propostas pareciam arrojadas e distanciadas da prática e dos discursos católicos pronunciados pela grande maioria da Igreja; sob suspeita esteve Dom Hélder e seus auxiliares como o Pe. Antonio Henrique Pereira da Silva Neto ao longo da ditadura militar-civil no Brasil.

2. Dom Hélder Câmara.

O Ceará foi o berço de Hélder Pessoa Câmara em 07 de fevereiro de 1909 na cidade de Fortaleza. Sua vida, desde cedo, esteve permeada das desgraças sociais que atingiram até mesmo seu núcleo familiar: dos seus doze irmãos, cinco morreram com difteria em vinte e nove dias (CIRANO, 2004, p.6). Filho do guarda-livros e jornalista João Eduardo Torres Câmara Filho e da professora Adelaide Rodrigues Fonseca, estes acontecimentos trágicos, desde a sua infância, podem ter contribuído sobremaneira para aproximá-lo dos problemas sociais que vivenciava a população de baixa renda do Nordeste. Fome, seca, doenças e falta de atendimento médico eram apenas alguns dos indicadores da falta de uma ação eficaz por parte dos governos que se sucediam no país sem estabelecer um compromisso público com o bem-estar social.

Ao ordenar-se padre, suas trajetórias religiosa e política estavam apenas começando. Ao longo de sua vida, passou pelo Integralismo e ocupou

vários cargos políticos como o cargo equivalente, hoje, ao de secretário da Educação no Ceará no governo de Francisco Menezes Pimentel em 1934. Considerou, anos depois, sua passagem pelo Integralismo como um pecado de juventude, ao qual ele se refere dizendo:

Ordenei-me aos 22 anos, em 1931. Pouco tempo depois, Plínio Salgado começava a escrever num jornal de São Paulo, chamado *Ação*. No Ceará, líamos aqueles artigos com certa avidez. Devo muito ao meu seminário. Devo muito, mas por isso mesmo me sinto à vontade para dizer que, do ponto de vista social, saí pouco aparelhado. O aspecto social não era o forte dos meus mestres. Tanto assim que a nossa visão era a de que o mundo se dividiria, cada vez mais, entre direita e esquerda, entre capitalismo e comunismo. Então, quando surgiu a *Ação Integralista Brasileira*, que era, de fato, o fascismo brasileiro, eu estava tão convicto de que o mundo, realmente, partiria para esse embate, para essa divisão, que consultei meu bispo, ao ser convidado para ingressar no movimento. O Arcebispo de Fortaleza julgou que seria interessante e oportuno que entrasse, porque- dizia ele- ao menos você estará com os jovens, com os trabalhadores e, se aquilo tomar um rumo errado demais, você pula fora, com o pessoal. (Entrevista ao *Jornal do Brasil*, RJ, 24/04/1977 apud CIRANO, 2004, p.8).

Em 1936, assumiu o cargo de assistente técnico no Secretariado de Educação do Distrito Federal, então situado no Rio de Janeiro, quando abandonou o Integralismo. Foi bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, onde se dedicou ao amparo dos menos favorecidos, o que marcaria sua obra pastoral em todo o Brasil.

Além de criador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi seu secretário-geral no período de 1952 a 1964, secretário de ação social (1964/1968) e presidente da comissão de migração. Em 1955, foi criada a CELAM - Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, dela participando como delegado do Brasil e vice-presidente em 1958/60 e em 1964.

Devido a divergências com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, terminou assumindo a arquidiocese de Olinda e Recife em 1964, poucos dias antes do golpe, a qual dirigiria até se aposentar em

1985. Seu trabalho foi reconhecido no mundo inteiro a favor dos direitos humanos e da justiça social, tendo sido indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Personificava um dos mais atuantes líderes da ala progressista da Igreja: foi barbaramente perseguido e reprimido, sofreu atentados a bomba e o seu assistente, o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto foi cruelmente assassinado sob tortura durante a ditadura militar-civil no Brasil.

3. Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto e as torturas da ditadura.

A sonoridade dos gritos pela abertura foi silenciada. Sob o ritmo alucinante do batuque dos militares, corpos humanos tornaram-se tambores a emitirem sons desafinados. Quem dera o público pudesse, ao menos, ouvi-los... Os sons ensurdecedores dos gritos disciplinares da turba militar sobrepunham-se aos protestos, choro dos familiares e gritos de dor pungente dos dilacerados pelas armas da ditadura. A eletricidade dos choques gerava traumas psicológicos insuportáveis aos sobreviventes e levaram os tambores a silenciarem profundamente no ritmo da marcha fúnebre, acompanhada pelas marchas militares e pelas marchas da reação dos que protestavam e enchiam as ruas, antes do Ato Institucional número 5 ceifar o pouco de liberdade que ainda subsistia.

Havia em Recife um padre. Seu nome foi inscrito no livro dos mortos, não aquele livro dos mortos dos antigos egípcios, mas o dos mortos pelo regime militar no Brasil: Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Somava-se apenas aos mortos anônimos e aos que gozaram, na vida após a morte, de alguma identidade. Estes últimos foram recolhidos como restos mortais ou reconhecidos como acidentes de percurso no curso tortuoso do rio da violência que se alastrou como praga pelo país. Como muitos, trilhara o caminho sem volta dos torturados e assassinados cruelmente pelos militares no exercício dos desmandos do abuso do arbítrio, arbítrio que nem todos podiam ter. Uns e outras deveriam obedecer ritualisticamente em

posição perpétua de reverência aos donos do poder; outros recebiam as reverências dos que se curvavam voluntariamente ou forçavam a curvatura de tantos outros e de tantas outras que teimavam em não se curvar, como aquele brinquedo – o boneco teimoso que, por mais que empurrado chegue ao chão, sempre volta a se erguer para a posição inicial. Lembrome deste brinquedo nos idos longínquos da minha infância... Mas a infância passou e a inocência dos primeiros anos foi roubada. Vida não é brinquedo! É o que de mais importante se pode ter para ao menos se poder lutar para se conquistar a felicidade que só existe onde existe amor e liberdade.

Atirei o pau no gato to to
Mas o gato to to não morreu reu reu
Dona Chica ca ca admirou-se se se
Do berro, do berro que o gato deu...
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d).

Paralelamente à inocência das crianças que brincavam na sua infância nas décadas de 1960 e de 1970, a maturidade de jovens e adultos por vezes transformava inocentes brincadeiras, como o jogo de bolas de gude, em armas de defesa contra os militares e a cavalaria nas passeatas de protestos e manifestações a favor da democracia, quando os manifestantes contrários ao golpe de 1964 atiravam bolas de gude ao chão para derrubar os cavalos e os cavaleiros e se livrarem da perseguição, dos espancamentos, das prisões e torturas nas delegacias e no submundo dos porões dos DOI-CODI. As bolas de gude eram apreendidas como provas e armas utilizadas no suposto crime de atentado à ordem social vigente “Em geral cada família se tranca em seu apartamento e não faz questão nenhuma de conhecer os vizinhos e manter relação com eles...As crianças e os jovens é que não raro vão se encontrando, vão se conhecendo, vão brincando juntos...” (CÂMARA, apud CENDHEC, jornal Cidade sem Violência, Julho de 2009, p. 1)

Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão

Há um passado no meu presente
Um sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão

E me fala de coisas bonitas
Que eu acredito
Que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito
Caráter, bondade, alegria e amor
Pois não posso
Não devo
Não quero
Viver como toda essa gente
Insiste em viver
E não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal

Bola de meia, bola de gude
O solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me alcança
O menino me dá a mão

Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto fraqueja
Ele vem pra me dar a mão
(NASCIMENTO; BRANT, 1995)

Mas os anos passaram... E a infância foi-se, trazendo a maturidade da historiadora que teima em não se curvar silenciosamente aos desmandos que transpassaram minha infância e adolescência dos três aos vinte e

quatro anos. E me vejo hoje como testemunha cega dos acontecimentos que só tomei conhecimento anos depois. Hoje, como professora de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, analiso estarrecida os símbolos da ditadura: corpo dilacerado sob tortura encontrado em um matagal da Cidade Universitária. Um padre, uma vida. Morreu o padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara...

Na madrugada de 26 de maio de 1969, o padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto foi sequestrado e morto sob violenta tortura. Há provas da participação do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), mas os responsáveis continuam impunes. Rogério Matos do Nascimento, estudante na época de economia, foi preso como único suspeito em 20 de Junho de 1969 e posteriormente solto em 1973. Ele se declarava inocente e passou depois a acusar como responsáveis pelo crime o agente Henrique Pereira, policial civil da Secretaria de Segurança Pública, conhecido como X-9 e reconhecido por ser um dos torturadores do regime militar, e Raimundo Ferreira que ficou renomado depois como o major Ferreira.² O crime foi associado a usuários de drogas para desvinculá-lo da categoria de crime político. Tinha 28 anos de idade e atuava como dirigente da Pastoral da Juventude e dava expediente no Juventato Dom Vital que foi metralhado como forma de ameaça e intimidação.

Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal existente na Cidade Universitária do Recife, pendurado de cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos profundos produzidos por arma de fogo. (ARAÚJO et al, 1995, p.56).

O corpo - prova do delito incontestável. Este corpo não quiseram esconder. Era para ser visto. O choque traumático planejado para alunos e clérigos também sinalizaria vermelho para a população em geral.

² Ver dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE de CUNHA, Diego Antonio Carneiro da. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Henrique Pereira da Silva Neto.** Dissertação de História UFPE, 2007 Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7465/1/arquivo3388_1.pdf, p. 144.

Vermelho do sinal que pára o trânsito e ordena o fim do movimento; vermelho do sangue que escorrera livremente, sem escrúpulos ou limites. Não havia limites para uns. Deveria haver para outros e outras. O corpo, que também simbolizaria o corpo da resistência aos desmandos da ditadura. O corpo do sujeito histórico individual que representava o corpo do sujeito histórico coletivo que deveria também ser parado no sinal vermelho do campo verde... Campo onde bem próximo se erguia um *Campus* universitário frequentado por alunos inquietos, inconvenientes, renitentes e pelos verdes depois do golpe de 1964. Entre os vermelhos e os verdes poderia haver os amarelos... Amarelos pelas verminoses do sertão ou do agreste nas ligas camponesas ou nas ligas urbanas nas quais a insalubridade das precárias moradias gerava o amarelão; todas as ligas sob o sol amarelo da energia ou da carência dela. Esta poderia advir dos choques da pimentinha ou mesmo do amarelo da bandeira, lembrado naqueles momentos gloriosos de hasteamento, que deveria representar verdes, amarelos, azuis, vermelhos, enfim, a toda a constelação de cores e estrelas do Brasil. Ou ainda poderia representar os que “amarelaram” sob o peso da repressão e silenciaram por medo quando os tambores foram calados.

Marcha, soldado.
 Cabeça de papel.
 Quem não marchar direito,
 Vai preso pro quartel.
 (Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

A marcha continuava na cadência. Os “cabeças de papel” continuavam marchando conforme a banda militar prosseguia afinando os desafinados. Os que não marchavam a marcha certa, poderiam, certamente, ir presos pro quartel...

O quartel pegou fogo,
 A polícia deu sinal,
 Acode, acode, acode
 A bandeira nacional.
 (Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

Os que tentavam acudir a bandeira, às vezes, também disparavam fogo contra os quartéis ou mesmo contra os verdes, sem atenderem também aos sinais de paz e de cuidado com o perigo que a fumaça inspirava...Atentados, assaltos a bancos, sequestros foram utilizados pela extrema esquerda como estratégias de guerrilha para o enfrentamento da ditadura. Várias organizações de esquerda aderiram à luta armada. Não havia como lembrar, no meio dos gritos e de armas disparando, os acenos de paz e amor do Cristo, de Dom Hélder Câmara ou mesmo do Pe. Henrique ou ainda dos índios, nossos ancestrais, que usavam a fumaça como meio de comunicação. A violência era entendida, o diálogo, não. Eram línguas diferentes em uma grande Torre de Babel. E a historiadora, como Torres Bandeira, tentou entender as múltiplas linguagens faladas, escritas ou mesmo silenciadas nestas Torres de Babel. Mas, como as torres gêmeas do *World Trade Center*, despencou no vazio das explosões e ainda tenta levantar a bandeira da paz e do amor entre os homens e as mulheres de má vontade.

Caminhando

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais, braços dados ou não.

Nas escolas, nas ruas, campos, construções,

Caminhando e cantando e seguindo a canção.

(VANDRÉ, 1968).

Explodia o ano de 1968 que, segundo Zuenir Ventura (1988), não terminou. Diversos cordões eram puxados nas ruas expressando as vontades múltiplas em direção ao final da ditadura. Porém o cordão do isolamento e do enforcamento, representado pelo Ato Institucional Número 5, silenciou a população e separou os golpistas da democracia, criando uma ligação mais forte com a violência e com a linha da tortura que separava os vivos dos mortos. Alguns que sobreviveram à tortura física, não sobreviveram por muito tempo à tortura psicológica que se reproduz mentalmente, mesmo quando cessam os mecanismos e instrumentos que

a originaram, como aconteceu com torturados que, mesmo tendo sido posteriormente exilados, terminaram buscando alívio no suicídio. O silêncio final. Não ouviriam mais o ressoar dos gritos, dos insultos, não se lembrariam das dores e dos sofrimentos intermináveis que tiveram que suportar sob o batuque da ditadura militar-civil no Brasil. Assim aconteceu com o frei Tito.

É importante lembrar que as sequelas deixadas não se restringem apenas aos mortos e desaparecidos políticos; elas são incontáveis, e encontram-se também na categoria dos **mutilados de alma**, aqueles em que a ação do “poder soberano” deixou cicatrizes profundas. Sobretudo de natureza psicológica, mais difíceis de curar. Elas pertencem ao domínio das marcas inesquecíveis e sombrias, na medida em que acompanham suas vítimas de forma inexorável, como que lembrando permanentemente que o poder soberano atua, penetra, disciplina, molda e aprisiona corpo e alma, produzindo efeitos, atingindo não só os presos políticos, mas também seus familiares. (SILVA, 2014, p. 291)

As torturas contra clérigos, que foram incriminados de darem cobertura a Marighela, são lembradas pesarosamente. O desrespeito à batina e ao seu significado para os católicos perdia de longe para o desrespeito a seres humanos ali materializados em freis dedicados à defesa dos direitos humanos. Segundo Percival de Souza, os freis Tito de Alencar Lima, João Antônio Caldas Valença e Giorgio Calegari foram submetidos, após a prisão, a intenso interrogatório e sessões de torturas. Debochando dos rituais católicos, o delegado Raul Pudim Ferreira, mais conhecido como Pudim, abriu o interrogatório vestido com uma batina de dominicano, dizendo:

Caríssimos irmãos, agora vocês vão confessar comigo...

O verbo *confessar*, pronunciado com ironia pouco sutil, tinha um segundo sentido. Não confessar para obter o perdão pelos pecados cometidos, mas confessar tudo para o inquisidor do Dops.[...]

-Caríssimos irmãos, recordando o batismo do senhor nas águas do Jordão, renovemos as promessas do nosso batismo, pelas quais já renunciamos a satanás e às suas obras, e prometemos servir a Deus e à Igreja Católica. (SOUZA, 2000, p.213)

Depois de aspergir água como em um ritual de purificação profano e divertir-se com sua encenação preparatória, chamou os policiais que iriam proceder à próxima etapa, “saindo da fase psicológica para a que os policiais chamavam sadicamente de *paulígrafo* (forma de arrancar confissões mediante tortura, no *pau*), entregou ao cuidado deles aquelas “ovelhas negras”, desviadas do rebanho”. (SOUZA, 2000, p. 215).

Preso em 1968, acusado de alugar o sítio de Ibiúna para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), Frei Tito foi preso novamente em 1969 com outros frades acusados de manterem ligações com a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Carlos Marighela.

Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Transferido depois para o presídio Tiradentes, onde permaneceu até 17 de dezembro. Nesse dia foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP), quando o capitão Maurício Lopes Lima, disse-lhe: “agora você vai conhecer a sucursal do inferno”. E foi o que ocorreu. Torturado durante dois dias, pendurado no pau-de-arara, recebendo choques elétricos na cabeça, órgãos genitais, nos pés, mãos, ouvidos, com socos, pauladas, “telefones”, palmatórias, “corredor polonês”, “cadeira do dragão”, queimaduras com cigarros, tudo acompanhado de ameaças e insultos. A certa altura, o Capitão Albemaz ordenou-lhe que abrisse a boca para receber a hóstia sagrada, introduzindo-lhe um fio elétrico que queimou-lhe a boca a ponto de impedi-lo de falar. (ARAÚJO et al., 1995, p. 250).

O batismo de sangue era procedimento de costume. Informações deveriam ser arrancadas mesmo de quem não as tinha para dar. Caso não fossem arrancadas as pretendidas informações, poderiam ter sido já arrancados os dentes, as unhas, os cabelos, e com certeza, a dignidade humana nos interrogatórios desumanos para os quais agentes norte-americanos foram professores na técnica da extorsão de informação. O Brasil aprendeu tão bem a lição que passou a exportar a mercadoria tortura em forma de treinamentos para a América Central.

Pai Francisco entrou na roda
Tocando seu violão.

Vem de lá seu delegado
Que pai Francisco saiu da prisão.

Como ele vem se requebrando,
Parece um boneco desengonçado.
Como ele vem se requebrando,
Parece um boneco desengonçado.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

Quantos “pais Francisco” entraram e conseguiram sair das prisões durante a ditadura militar-civil no Brasil? Quantos não levaram consigo os requebros do corpo alquebrado pelas pancadas, pelos maus tratos, as seqüelas como herança de um período histórico marcado pela violência e pelos desmandos? Quantos delegados não abusaram do poder que lhes conferiam o cargo e a lei para desrespeitarem os direitos humanos como Fleury e Pudim?

(...) Que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de “geladeira” que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo cerca de 2 metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que, no teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima; que, ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de Fábrica; (...) (Gildásio Westin Cosenza, 28 anos, radiotécnico, Rio; auto de qualificação e interrogatório, 1975: BNM 684, V. 39^a, p.24 a 33 apud Arqui-diocese de São Paulo, 1985, p.38).

O uso e o abuso de sons e de música embalaram dos sonhos infantis aos pesadelos das torturas na “geladeira” ou nos campos de concentração nazistas, quando os judeus e demais vítimas de exclusão social foram obrigados a tocarem músicas clássicas enquanto familiares, amigos e demais condenados eram supliciados nas câmaras de gás, para escamotear as atividades de extermínio promovidas na solução final aplicada pelos seguidores de Hitler. Enquanto as comissões internacionais eram enganadas pela falsa cultura ali cultuada nos campos de extermínio, as câmaras de

gás funcionavam livremente, sem nenhuma interdição. E ainda existem os que insistem em tentar esconder o massacre de milhares de pessoas vítimas de regimes totalitários como aconteceu no Brasil!

O peão entrou na roda, o peão
O peão entrou na roda, o peão
Roda peão, bambeia peão.
Roda peão, bambeia peão.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

As brincadeiras de roda, tão inocentes para as crianças, também foram codificadas como técnicas de tortura. Por que a ligação de pai Francisco com o violão, a roda, o delegado e a prisão? A vigilância sobre a cultura popular sempre foi referenciada no Brasil em espaços e tempos diversos; o violão e a brincadeira eram sinônimos do ócio e o ócio era associado ao perigo das festas, das bebidas, da desordem do modelo civilizador de sociedade disciplinada pelo trabalho dentro dos interesses das elites e das relações de poder estabelecidas. Estas rodas de samba ou de simples cantorias podiam varar noites e incomodar o silêncio e a ordem pública dos trabalhadores ou mesmo gerar explosões de alegrias contidas durante os momentos de trabalho, quando então o ócio e o lazer se aproximavam para gerar um ambiente festivo dentro de vidas muitas vezes vividas de forma amarga, longe destes fugazes momentos que a repressão policial teimava em mutilar.

Os agentes de Viana eram implacáveis e truculentos. O mais famoso deles foi o major Miguel Nunes Vidigal. Segundo comandante da nova Guarda Real, Vidigal tornou-se o terror da malandragem carioca. Ficava à espreita nas esquinas ou aparecia de repente nas rodas de capoeira ou nos batuques em que os escravos se confraternizavam bebendo cachaça até tarde da noite. Sem se importar com qualquer procedimento legal, mandava que seus soldados prendessem e espancassem todo o delinqüente ou apenas um cidadão comum que estivesse se divertindo. (GOMES, 2008, p. 234)

Cenas como esta, que podiam ser presenciadas nas ruas do Rio de Janeiro no século XIX, apontam para as raízes históricas de procedimentos autoritários no Brasil sobre o lazer e as rodas de samba ou de capoeira.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 1987, p. 118.)

Evidencia-se, assim, que tais iniciativas não se constituíram em inovações para manter a “ordem social” e garantir os interesses das elites que se sentiam ameaçadas. Interessante é fazer a articulação com os limites impostos à cidadania transpostos para o século XX, quando a tortura, sobre o cidadão ou a cidadã, tornou-se estratégia de investigação e de controle social sob o batuque dos militares. Embora, em geral, perceba-se a supressão dos espetáculos públicos de suplício, como aponta Foucault, o cerimonial punitivo passou a ser ato administrativo, podendo ser realizado em recinto privado (1987. p. 12). Nem sempre, porém, estas práticas de subordinação e controle sobre o corpo e a mente do cidadão ou da cidadã eram ocultas da população em geral, como exemplifica o caso do padre Henrique no Recife. Expuseram o corpo mutilado com o intuito de estabelecer um sinal para parar o movimento da resistência de tantos e de tantas que, como ele e Dom Hélder Câmara, reagiram aos arbítrios do regime militar, embora o ritual de suplício tenha sido executado em surdina, na calada da noite, para não haver testemunhas que denunciassem a violência explícita subjacente ao modelo de controle social estabelecido.

Canto das Três Raças

E ecoa noite e dia:
És o vencedor.
Ai, mas que agonia,
O canto do trabalhador.

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como soluçar de dor.
(PINHEIRO; DUARTE, 1976).

Marcília Gama da Silva aponta a relevância do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco na repressão e controle social através da tortura em Pernambuco:

Os labirintos do medo e do terror, da censura e repressão, personificados nas ações de perseguição, invasão de domicílio, imputação de calúnias, ameaças, intimidações, delações, chantagens, prisões, sequestros, castigos e toda a sorte de violações/imolações desenvolvidas nas salas de tortura e fora delas fazem parte do triste período vivenciado pela sociedade brasileira. [...] O Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco foi parte integrante fundamental da rede de informações e segurança durante o regime militar, sendo considerado pelos presos políticos como a oficina do terror. (SILVA, 2914, p. 290)

Os torturadores da ditadura militar-civil no Brasil foram extremamente criativos em associar a brincadeira de roda com a tortura. Entrar na roda poderia significar desde o espancamento ao estupro coletivo e ferimentos em instrumentos pontiagudos perfurantes quando o/a suspeito/a era girado/a e empurrado/a de um a outro investigador, geralmente despido/a para garantir sua humilhação e despojamento do amor próprio. Em muitas canções, do período da ditadura militar-civil, se recorre à codificação da “rosa” ou “roseira”, que pode representar o estupro, e o vermelho do sangue, as rosas. O próprio “defloramento” é uma terminologia já há muito empregada para designar o estupro.

Encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito. É uma arte das energias que se combatem, arte das imagens que se associam, fabricação de ligações estáveis que desafiem o tempo. Importa constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam

submeter o movimento das forças a uma relação de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 87).

Primeiramente, cabe ressaltar que as representações sobre a conceituação do que é crime e as relativas sanções impostas existem historicamente dentro de balizas temporais e espaciais. Defender direitos humanos passou a ser crime durante a ditadura militar-civil no Brasil. O próprio Dom Hélder sofreu tentativas de assassinato e ameaças de morte; não podendo atingi-lo sem manchar a imagem da complexa engrenagem de poder, já que se tratava de um cidadão reconhecido internacionalmente, o alvo principal tornou-se seu auxiliar, o Pe. Henrique. Atingiam, assim, os dois ao mesmo tempo.

Essas relações de poder exigiam consenso por parte dos gestores e de boa parcela da população. Segundo Bourdieu (2000, p.7-8), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Como representações necessárias, no intuito de garantir o bem-estar social e a democracia, as intervenções violentas apareciam cotidianamente, embora não se tivesse acesso ao corpo do delito, às provas ou simples calúnias apresentadas nos bastidores para garantir a execução da penalidade sancionada para os grupos de resistência ao regime militar no Brasil. O que passava para a mídia era filtrado pela censura e os que denunciavam as práticas de tortura, ou tinham alguma ligação familiar, profissional ou mesmo afetiva com os indiciados, estavam no foco da suspeição como marginais em potencial.

No caso do Pe. Henrique, sua família sofreu prisões e perseguições demonstrando o perigo que representava possuir qualquer vestígio de senso crítico, de autonomia para pensar ou agir dentro de um regime sustentado pela força e consolidado pelas representações de consenso aos procedimentos aplicados, aceitas por segmentos sociais que apoiaram o golpe militar-civil em 1964. O corpo social precisava ser também disciplinado para ser dócil e útil aos desmandos dos militares no Brasil e para isto se usava de violência contra o corpo do sujeito histórico individual. Assim,

se estabeleceria o controle sobre o efetivo das tropas sociais, do sujeito coletivo ali representado.

A tortura pressiona a confissão e triunfa em toda a sua funcionalidade quando submete a vítima. Essa é a hipérbole virtuosa do torturador. Assemelha-se ao ato cirúrgico, extraindo da vítima algo maligno que ela não expeliria sem agressão. (GASPARI, 2002, p. 38)

Contudo, o ex-ministro do governo militar, o coronel reformado Jarbas Passarinho, em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio* e publicada em 31 de março de 2004, quando questionado se houve excessos nos métodos utilizados pelos militares para assegurar a ordem afirma:

Em pleno governo Médici, eu respondi a uma pergunta na TV se havia tortura no Brasil. Disse que sim, mas que não se tratava de política de Governo, e sim de deformações pessoais. (PASSARINHO, 2004, p. 6)

Ainda na mesma entrevista, questionado sobre sua opinião na reunião de 13 de dezembro de 1968 convocada pelo Presidente Costa e Silva, ele declarou:

Na reunião do Conselho de Segurança – de que faziam parte os ministros – o presidente Costa e Silva, depois de ouvir o vice-presidente Pedro Aleixo, favorável à decretação do estado de sítio, pediu nossos votos. Elogiei o pronunciamento do vice-presidente, mas votei pelo AI-5, dizendo: “A Vossa Excelência, Senhor presidente, como a mim, repugna enveredar pelo caminho da ditadura, mas se não tenho alternativa, às favas meus escrúpulos de consciência”. Antes da reunião, o ministro da justiça disse que o estado de sítio não resolvia o que pediam os ministros militares, porque mantinha o habeas corpus. (PASSARINHO, 2004, p. 6)

Esta postura autoritária volta a assombrar o Brasil no governo Bolsonaro em pleno século XXI, colocando em exposição a fragilidade do estado de direito que conseguimos construir após a ditadura militar-civil no Brasil que expôs nossas feridas entre 1964 e 1985. Movimentos de extrema direita como o movimento dos 300 ameaçam ceifar os direitos

humanos e a harmonia e independência dos três poderes que, segundo o iluminista Montesquieu, devem sustentar o estado. Há uma hipertrofia do Executivo Federal que procura se sobrepor e ameaça fechar os poderes Legislativo e o Judiciário especialmente, configurando frequentes atentados ao Supremo Tribunal Federal. O próprio presidente da república e alguns de seus representantes na esfera ministerial desconhecem os parâmetros democráticos já estabelecidos pela Constituição de 1988 que o presidente se comprometeu publicamente a defender na sua posse. Desavenças políticas entre as esferas federal e as estaduais e municipais aparecem como sintomas de uma grave enfermidade que atingiu o estado brasileiro em tempos de pandemia do novo coronavírus, também chamado Covid-19, por ter sido diagnosticado em fins de 2019.

Refletindo sobre as sociedades do Antigo Regime, quando são encontradas expressões de absolutismo vinculadas à forma de governo monárquica, Chartier (2002, p. 75) esclarece:

A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta.

Foucault (2006, p.14) analisando a ordem do discurso afirma que:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

Ousando fazer uma ponte entre regimes absolutistas em Estados monárquicos e regimes ditatoriais em Estados republicanos, a apropriação destas representações, manipuladas pelos mecanismos de poder vigentes permite constatar a atemporalidade de procedimentos autoritários de governos que se estabelecem em nome da maioria, mas descuram suas próprias bases reais de sustentação social, atendendo a princípios de força e de representações impostas para garantir o poder adquirido.

A propaganda midiática transformou-se em um quarto poder que se usa frequentemente para divulgar as chamadas “fake news”, notícias falsas que emergem em processos judiciais como ferramentas de crimes cibernéticos. Formar a opinião pública parece rápido e fácil por intermédio da internet e dos canais midiáticos que ela proporciona. Romper espaços e tempos através de atividades remotas parece nos realizar do ponto de vista da sociabilidade e da comunicação intermediada pela “web”. A tecnologia desconstrói fronteiras e cria redes sociais que podem prestar relevantes serviços. Porém desinformar a população com calúnias, agressões descabidas e notícias falaciosas resultam em crimes que devem ser punidos pelos rigores da lei. A consciência do ser brasileiro ou brasileira demanda respeito às diferenças e atitudes responsáveis que garantam a democracia e a solidariedade tendo em vista o bem-estar social.

Burke (1992, p. 24), enveredando pela missão árdua de explicar a tessitura da nova escrita da História, observou que:

Visto de seu interior, o cotidiano parece eterno. O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo.

Analisando a produção historiográfica sobre o Golpe de 1964, Carlos Fico aponta problemas cruciais que se refletiram na articulação e na implantação da ditadura no Brasil:

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. Que uma tal conjugação de fatores adversos- esperamos todos- jamais se repita. (FICO, 2004, p.56)

Este sistema de exclusão, configurado no Brasil sob a forma constrangedora de uma ditadura militar-civil entre 1964 e 1985, rompeu os limites da cidadania e dos direitos humanos criando suas próprias normas de conduta, impostas como legítimas, e fez ressoar os tambores da denúncia quando os arquivos secretos começaram a ser abertos e se buscou novamente o caminho da redemocratização. Este é um processo que ainda está em construção nas relações de poder que emergem no cotidiano do século XXI. A impunidade dos crimes e as representações simbólicas a eles associadas demandam reflexão e denúncia. Calar torna-se também um crime pela inércia da cumplicidade. À História e à Justiça cabem a averiguação dos fatos.

Referências

- ARAÚJO, Maria do Amparo de Almeida et al (comissão responsável). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Prefácio de Dom Evaristo Arns e apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de Estadual Paulista, 1992.

CÂMARA, Hélder, A cidade muda. In: Um olhar sobre a cidade, apud CENDHEC, jornal **Cidade sem Violência**, julho de 2009.

CANTIGAS DE RODAS, cancionero popular brasileiro, autores e anos desconhecidos.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CIRANO, Marcos. O dom da esperança. **Revista Continente Documento**. Dom Hélder o pastor da liberdade. Ano III, nº. 25/2004, p. 4-8.

CUNHA, Diego Antonio Carneiro da. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão**: o assassinato do padre Henrique Pereira da Silva Neto. Dissertação de História UFPE, 2007 Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7465/1/arquivo3388_1.pdf. Acesso em 23 de junho de 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 da ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**, Nº 47 vol. 24, Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), p. 29-60.

FOUCAULT, Michel de. **A ordem do discurso**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____ **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Bola de meia, bola de gude**, 1995.

PASSARINHO, Jarbas. **A ação armada era inevitável**. Entrevista concedida ao Jornal do Commercio. Recife: Jornal do Commercio, 31 de março de 2004, Caderno Especial 31 de Março de 1964. Tanques nas ruas. É o golpe, p. 6.o

PINHEIRO; DUARTE, **Canto das Três Raças**, 1976.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPOS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

VANDRÉ, Geraldo. **Caminhando**, 1968.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Advogados enfrentam a ditadura militar em Pernambuco (1964-1985) - Resistência profissional e política contra a repressão judicializada no Estado de Exceção

*Felipe Gallindo*¹

Introdução

Este artigo é decorrente da minha tese – “- Éramos poucos !” Contra-hegemonia no campo jurídico: os advogados que enfrentaram a ditadura empresarial-militar em Pernambuco (1964-1985)” defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em fevereiro de 2018.

A resistência pacífica a ditadura militar imposta ao povo brasileiro em primeiro de abril de 1964 se apresentou de diversas formas ao longo dos 21 anos de existência do regime de exceção. A onda repressiva que se desenrolou desde os primeiros momentos do golpe militar, perseguindo, torturando e prendendo ativistas sociais (trabalhadores urbanos e rurais, lideranças estudantis e políticas, sindicalistas, parlamentares e governantes entre outros) se espalhou pelo país lotando as delegacias e os quartéis com presos políticos.

Neste contexto também desde os primeiros movimentos da vaga repressiva golpista diversos advogados e advogadas se lançaram na busca de

¹ Professor da Rede Municipal do Recife. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de *Pernambuco Revolucionário* (Livro Rápido, 2010) e *Jeremias - O Trotskismo no Campo em Pernambuco* (Editora / UFPE, 2013). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8809343041675714>

informações sobre as prisões políticas e sobre o paradeiro de seus clientes considerados então subversivos pela nova ordem que se instalava sob a égide do autoritarismo militar e da Doutrina de Segurança Nacional.

Em Pernambuco a repressão foi uma das mais ferozes do Brasil. Berço das Ligas Camponesas e governado por um político com forte apelo popular, Miguel Arraes, o estado também tinha uma atuação forte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) cuja maior liderança local era o ex-deputado federal Gregório Bezerra. Além de outras organizações de esquerda de menor expressão e um combativo movimento estudantil (secundarista e universitário) e uma intelectualidade nacionalista e uma classe artística crítica.

Então foi neste contexto histórico de construção e consolidação de um Regime de Exceção / Estado Policial no Brasil a partir de 1964 que iremos abordar a atuação de um pequeno grupo de advogados que defenderam os presos políticos em Pernambuco durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985.

Nosso percurso narrativo nesta escrita histórica está dividido em dois momentos articulados entre si.

Na primeira parte analisaremos a historicidade da legislação autoritária que procurou legitimar juridicamente e politicamente a ditadura militar que se instalou no poder no Brasil a partir de 1964 aprofundando e consolidando a repressão judicializada aos opositores do regime de exceção. Para melhor compreendermos este cenário onde a Doutrina de Segurança Nacional foi elevada a Razão de Estado dialogamos com quatro autores: Giorgio Agamben, Evgeni Pachukanis, Antônio Gramsci e Florestan Fernandes.

Na segunda parte abordaremos a estrutura da Justiça Militar no Brasil na época da ditadura militar, bem como as fases dos inquéritos policiais a partir da qual dialogaremos com as falas dos advogados que defenderam os presos políticos em Pernambuco neste período sombrio. Partindo do registro documental conheceremos como era articulada a rede informal de

advogados e analisaremos os relatos de suas prisões políticas bem como suas estratégias de defesa nas instâncias da Justiça Militar.

Encerrando o artigo teceremos algumas breves considerações finais sobre o tema analisado e sua relevância não só para a compreensão do referido processo histórico, mas também para um revelador diálogo com o presente na percepção das permanências que marcam um Brasil contemporâneo imerso em um profundo retrocesso político.

Estado de Exceção, Justiça de Classe, Hegemonia e Contrarrevolução Permanente

A tomada do poder pelos militares em abril de 1964 no Brasil em aliança com o empresariado nacional e com o apoio do governo norte-americano representou não só a continuidade de uma tradição autoritária de nossas elites e uma mentalidade intervencionista/salvacionista do exército desde a proclamação da República em 1889. Representou também uma ruptura de paradigma político pois o golpe militar se auto denominou de “revolução” e elaborou uma narrativa que procurava legitimar o movimento não só politicamente, mas principalmente juridicamente normatizando o então nascente Estado de Exceção. Mas o que é um Estado de Exceção?

A construção e consolidação de um Estado de Exceção obedece a uma lógica de monopólio de poder e a uma constante e crescente inviabilização de qualquer forma de oposição. Na verdade, não existe uma teoria geral do Estado de Direito no Direito Público (AGAMBEN, 2004). Diversos juristas afirmam que não há necessidade de uma teoria sobre essa modalidade de Estado pois este obedece a uma necessidade política. Ainda segundo o autor citado o Estado de Exceção seria o ponto de desequilíbrio entre o fato político e o Direito Público e historicamente ele surgiria nos contextos de guerra civil, insurreições e resistências. Neste sentido o Estado de Exceção materializa o contraditório conceito de ditadura constitucional.

Foi seguindo esta lógica autoritária que o ato denominado “Comando Supremo da Revolução”, através de uma Junta Militar formada pela tríade golpista – o general Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis outorgaram a nação brasileira refém do arbítrio militar um Ato Institucional em 9 de abril de 1964 (este ato foi redigido pelo jurista conservador Francisco de Campos e contava com 11 artigos e um preâmbulo - não era numerado e tinha data para expirar – 31 de janeiro de 1966) cujo preâmbulo enunciava o pretenso caráter originário e constituinte do movimento:

A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical de Poder Constituinte. Assim a Revolução vitoriosa como Poder Constituinte se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contem a força normativa inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior a sua vitória. (GALLINDO, 2010)

O ato fundante da ditadura militar foi expresso neste documento que declarava a legitimidade do golpe militar como poder constituinte da nova legalidade – a legalidade autoritária. O que naquele momento criava uma estrutura jurídica híbrida pois ainda vigora a Constituição de 1946 representativa da redemocratização pós Estado Novo varguista. Ao todo foram outorgados 17 atos institucionais e 104 atos complementares entre 1964 e 1969 pelo governo ditatorial (GALLINDO, 2018). Foi então nesse crescente pesadelo jurídico autoritário que os advogados que defendiam os milhares de presos políticos brasileiros tiveram que atuar.

A ditadura militar desde os seus primeiros passos na conquista e consolidação do poder teve a preocupação de manter a aparência de uma legalidade e normalidade artificiais pois enquanto elaborava continuamente um discurso da “Ordem e Progresso” – o binômio Segurança e Desenvolvimento, prendia ilegalmente, torturava, assassinava e desaparecia com os corpos de centenas de militantes da oposição. A primeira

grande farsa montada por este modelo de falsificações políticas foi a eleição indireta do marechal Castelo Branco para a presidência da República em 11 de abril de 1964 por um Congresso Nacional mutilado (41 deputados federais tiveram seus mandatos cassados) e refém das Forças Armadas.

Essa estratégia dos militares de manterem uma aparente legalidade democrática durante o período em que ocuparam o poder foi constante durante os 21 anos da ditadura. Ocorreram eleições diretas periódicas para as casas legislativas de todo país nas três esferas de poder, eleições diretas para prefeitos com exceção das capitais e cidades consideradas áreas de segurança nacional, bem como o rodízio de generais presidentes eleitos via colégio eleitoral / Congresso Nacional. Além disso houve um arremedo de sistema partidário com o bipartidarismo imposto em 1965 com a edição do AI-2 que extinguiu os partidos políticos criados depois da ditadura estado-novista. O partido de sustentação da ditadura militar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o partido da oposição consentida o Movimento democrático Brasileiro (MDB) perderam até 1908 com a reforma partidária. Apesar das prisões de diversos juizes durante a ditadura militar a Justiça só viria a sofrer uma intervenção direta com o AI-5 em dezembro de 1968 e a aposentadoria compulsória de três ministros do Supremo Tribunal federal (STF) e um do Superior Tribunal Militar (STM) que não agradavam os militares.

Dessa forma temos que a ditadura militar procurava articular algum consenso social a escalada de violência estatal que promovia. Essa discussão sobre as relações entre coerção e consenso remontam a categorias criadas ou reconfiguradas pelo filósofo italiano e militante comunista Antônio Gramsci (1891 – 1937) no que se refere a hegemonia. O conceito de hegemonia é anterior a Gramsci tendo sido utilizado com diferentes acepções nos círculos marxistas europeus entre fins do século XIX e início do século XX. A origem do termo remonta ao antigo mundo grego e significa substantivado “conduzir”, “ser chefe” e “ser líder” indicando a direção suprema do exército, ou seja, um termo militar (GRUPPI, 1978). A partir dessa acepção original e depois da vitória da Revolução Bolchevique na

Rússia em outubro de 1917 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) Gramsci no decorrer das décadas de 1920 e 1930 reconfigura a categoria da hegemonia na perspectiva da luta de classes onde a situa na tipologia da “guerra de posição” para a revolução socialista nos países ocidentais em que a correlação de forças antagônicas era equivalente e era preciso conquistar posições dentro da sociedade civil para se tornar “classe dirigente”. Elaborando um “conceito ampliado de Estado” Gramsci afirmava que era preciso que uma classe social conquistasse a ascendência moral e intelectual da sociedade. Neste sentido se apropriou da alegoria do centauro presente no *Príncipe* de Maquiavel no qual as partes humana e animal se entrelaçam de tal forma que não sabemos exatamente onde uma começa e outra termina. Numa analogia estas partes seriam a coerção e o consenso (ANDERSON, 2002).

Aplicando estas categorias gramscianas ao nosso tema podemos deduzir que mesmo numa ditadura militar, como foi o caso do Brasil entre 1964 e 1985, a classe dominante luta constantemente para se perpetuar como classe dirigente e dessa forma ainda que com toda violência estatal de um Estado Policial existe um espaço para a conquista do consenso junto a sociedade civil. Assim ao promover a repressão judicializada dos opositores do regime buscava articular o consenso a coerção disseminada pelos aparelhos de repressão institucionais ou clandestinos. Os militares queriam ampliar a justificativa jurídica do Estado de Exceção. Do outro lado a atuação dos advogados que defenderam os presos políticos neste período tentava fazer sobreviver alguns vestígios do Estado Democrático de Direito em meio a avalanche autoritária.

Essa discussão nos leva a perguntar quais são os interesses de classe presentes no Sistema de Justiça? A legislação totalitária da ditadura militar perseguiu, prendeu e matou lideranças sindicais e entrevistou em inúmeros sindicatos urbanos e rurais. O arrocho salarial da classe trabalhadora pós AI-5 alavancou o suposto “milagre econômico” brasileiro dos anos de chumbo.

Neste debate recorreremos as proposições do teórico marxista que elaborou uma Teoria Geral do Direito – o intelectual russo Evgeni Pachukanis (1891-1937).

Pachukanis criticava a Teoria Tradicional do Direito baseada no Idealismo Racionalista do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) a qual classificava como pressuposto do Direito Burguês. Para Kant o Direito seria um acordo racional entre partes distintas e iguais possuindo fundamento na lei universal da liberdade, um dos imperativos categóricos kantianos. Pachukanis criticava essa postulação pois ela desconsiderava a realidade de uma sociedade dividida em classes. Uma Teoria Geral do Direito crítica deveria levar em consideração as relações sociais existentes. E assim seguindo a metodologia marxiana onde a mercadoria era a célula inicial da crítica da Economia Política, Pachukanis definiu sua concepção de célula inicial de sua teoria jurídica:

Do mesmo modo, o direito, considerado em suas determinações gerais, como forma, não existe somente na cabeça e nas teorias dos juristas especialistas. Ele tem, paralelamente, uma história real, que se desenvolve não como um sistema de idéias, mas como um sistema específico de relações, no qual as pessoas entram não porque o escolheram conscientemente, mas porque foram compelidas pelas condições de produção. O homem se transforma em sujeito de direito por força daquela mesma necessidade em virtude da qual o produto natural se transforma em mercadoria dotada da enigmática qualidade do valor. (PACHUKANIS, 2017)

Nessa abordagem sócio histórica do Direito Pachukanis revela o caráter de classe da Justiça o que nos leva a aplicar esse pressuposto na análise da Justiça Militar e do conjunto de dispositivos jurídicos criados pela ditadura militar brasileira a fim de consolidar um Estado Policial como uma expressão de Justiça Burguesa. Ambiente jurídico no qual os advogados que defendiam os presos políticos tiveram que atuar em condições extremamente difíceis.

Condições essas que para o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) poderiam ser definidas como inseridas em uma Contrarrevolução Permanente no Brasil.

Essa categoria, fundamental para compreendermos o *processo* histórico no qual atuaram os advogados aqui analisados, particularmente no período entre 1964 e 1979, foi elaborada por Florestan Fernandes no seu clássico *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica* de 1975. Nesta obra o autor procurou entender a eclosão do golpe militar de 1964 a partir de uma perspectiva histórica de longa duração que respondesse as características de uma possível revolução burguesa brasileira a exemplo do ocorreu em outros países.

Dessa forma na terceira e última parte da obra, intitulada *Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente* Florestan Fernandes observava o caráter reacionário da burguesia brasileira associada e dependente do Capitalismo Internacional. Essa caracterização leva a um padrão de comportamento político permanentemente contrarrevolucionário que busca impedir de todas as formas a conquista de direitos por parte da classe trabalhadora. O autor então utilizou a imagem de uma represa imaginária que procurava conter qualquer avanço das reivindicações populares. A ditadura militar iniciada em 1964 era estava inserida neste padrão de comportamento político de nossas elites e era definida como uma ditadura aberta e rígida. Para tanto era necessária a montagem de um aparato jurídico repressivo em concomitância com a militarização das funções e estruturas do Estado Nacional na perspectiva de uma guerra permanente com um inimigo interno. (FERNANDES, 2006). Esse inimigo interno era um elemento central na Doutrina de Segurança Nacional que era um dos principais eixos da ideologia capitalista no contexto da Guerra Fria. Baseada no conceito de Guerra Revolucionária criado pelo exército francês de ocupação na Argélia durante a guerra de libertação colonial iniciada na década de 1950, esta elaboração ideológica repressiva identificava no povo o potencial inimigo dos sistemas de dominação criando assim a expressão inimigo interno. Tal premissa foi adotada nesta configuração pelas Forças

Armadas Brasileiras através da Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1049 tendo como modelo a War College norte-americana inspirada na sua similar francesa.

O caráter de permanência contrarrevolucionária da ditadura militar foi assim enfatizado por Florestan Fernandes:

As inovações, a modernização e a racionalização, introduzidas pela contrarrevolução na esfera das relações jurídicas e políticas, visavam a adaptar a ordem as injunções da simultaneidade e interdependência dos dois processos. Portanto, a ditadura de classe aberta e rígida procura dar perenidade a solapamento da ordem, ao mesmo tempo que coloca em um contexto de compressão política sistemática e permanente. (FERNANDES, 2006)

O progressivo fechamento político do regime pode ser compreendido a partir dessa categoria de contrarrevolução permanente. Veremos na próxima parte do artigo quando abordarmos a atuação dos advogados na defesa dos presos políticos como progressivamente esta atividade foi encontrando cada vez mais obstáculos e como os próprios advogados foram perseguidos politicamente e presos em diversas ocasiões.

Discutimos então nesta seção como o golpe militar de abril de 1964 iniciou um Estado de Exceção no Brasil. Apesar de toda violência inerente ao processo repressivo os militares procuravam legitimar suas ações articulando a construção de uma narrativa de consenso expressa na repressão judicializada, justamente o campo jurídico onde atuaram os advogados naquele período (GALLINDO, 2018). Para melhor compreendermos essa dimensão do processo recorreremos a Gramsci na sua categorização da hegemonia como uma relação dialética entre coerção e consenso. Esse contexto não poderia estar distante da configuração social brasileira e a quais interesses de classe estariam subordinadas a legislação autoritária e as estruturas repressivas estatais. Pachukanis nos respondeu que o Direito está fundado na dominação das elites econômicas sobre as classes subalternas. E por fim Florestan Fernandes nos desvendou os sentidos do processo da ditadura militar brasileira integrando-a a um padrão histórico de autoritarismo radical e constante.

Como veremos a seguir os advogados não lutaram contra um adversário qualquer...

Advogados contra a ditadura: Justiça Militar, relatos pessoais e estratégias de defesa

Desde o fatídico primeiro de abril de 1964 começaram as prisões generalizadas dos militantes sociais das mais diversas organizações em todo país. A “caça as bruxas” durou alguns meses até as delegacias e quartéis ficarem repletos de presos políticos chegando mesmo a ter um navio prisão ancorado na cidade de Santos no estado de São Paulo (GALLINDO, 2018). Estimativas falam da prisão de 10.000 a 50.000 pessoas nos primeiros 10 dias do golpe militar (SKIDIMORE, 1994).

Essa primeira onda de repressão judicializada teve como contraponto a atuação de um conjunto reduzido, mas bastante ativo de advogados e advogadas que assomavam aos locais onde funcionavam os aparelhos repressivos estatais a fim de se inteirarem, muitas vezes, do paradeiro de seus clientes bem como das condições de suas prisões e das acusações com as quais eram enquadrados.

Neste primeiro momento os habeas corpus impetrados pelos advogados em nome dos presos políticos podiam ser dirigidos tanto a Justiça Comum como a Justiça Militar. O que durou pouco tempo como veremos mais adiante. Primeiro vamos conhecer um pouco mais sobre a Justiça Militar brasileira e sua estrutura e composição no período da ditadura militar.

A Justiça Militar surgiu no Brasil no contexto da vinda da família real portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro em 1808. Sua primeira denominação foi o de Conselho Supremo Militar e da Justiça. Com o período republicano foi então chamada de Supremo Tribunal Militar. Na Constituição de 1946 teve o seu nome alterado para Superior Tribunal Militar que está em voga até hoje (MONIZ, 1984).

A primeira mudança direta na competência da Justiça Militar no período ditatorial ocorreu com o primeiro golpe dentro do golpe, ou seja, o segundo Ato Institucional, o AI-2. Este ato de exceção outorgado em 27 de outubro de 1965 transformou a eleição presidencial em indireta, extinguiu todos os partidos políticos e aumentou o número de juizes do STF de 11 para 16 dando maioria para o governo na Suprema Corte. Em relação a Justiça Militar foi adicionada a sua tradicional competência de julgar os crimes contra a segurança externa a prerrogativa de só ela julgar os crimes considerados contra a segurança interna, isto é, os crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). A partir de então os crimes políticos subversivos seriam monopólio da Justiça Militar.

E como era estruturado o espaço jurídico no qual atuaram os advogados dos presos políticos? A Justiça Militar estava dividida em todo o Brasil em Circunscrições Militares Judiciárias (CMJs). Suas bases eram as regiões militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Em Pernambuco existia uma circunscrição. Os enquadramentos dos acusados de subversão pela LSN tinham seus processos julgados em três instâncias distintas: Primeira Instância – Auditorias Militares dos Conselhos Militares de Justiça; Segunda Instância – Superior Tribunal Militar; e Terceira Instância – Supremo Tribunal Federal. O STM era composto por 15 membros vitalícios indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado, sendo 4 generais da ativa do Exército, três almirantes da ativa da Marinha, três brigadeiros da ativa da Aeronáutica e cinco civis (dois auditores militares ou promotores do Ministério Público e três “avulsos” de “notório saber” (MONIZ, 1984).

As distribuições dos processos eram feitas sem distinção entre as auditorias sendo que algumas delas se especializavam em julgar determinadas organizações políticas. Duas delas – Rio de Janeiro e Pernambuco – ocorria o desmembramento das acusações contidas nos inquéritos a fim de que as sentenças definissem penas mais extensas multiplicando assim as condenações (MONIZ, 1984).

As fases de formação dos processos enquadrados na LSN tinham três fases: 1 – Fase policial onde ocorriam os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Nesta fase não existia o contraditório. Era a fase da tortura e dos interrogatórios infundáveis. A fase da longa incomunicabilidade dos presos políticos com suas famílias e seus advogados. A partir de 1969 pós AI-5 a formação dos IPMs foi dividida – a primeira fase (prisão, tortura, interrogatórios e confissão ou morte) ficava a cargo dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna) – DOI-CODI instalados em diversas capitais (em Recife funcionou onde hoje está o Hospital Geral do Exército que na época era a sede do IV Exército). Também acontecia nos Centros de Informações das Forças Armadas (CIEX – Centro de Informações do Exército / CENIMAR – Centro de Informações da Marinha / CISA – Centro de Informações da Aeronáutica). Quem sobrevivesse a tortura era denunciado oficialmente e seu caso era remetido para a próxima fase. 2 – Fase cartorial – Ocorria nos Destacamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e nas sedes da Polícia Federal. Nesta fase as denúncias e os processos eram formalizados. Também acontecia um segundo interrogatório onde se houvesse qualquer discrepância das declarações prestadas nesta fase com a primeira o preso político era mandado de volta para o inferno do DOI-CODI para retificar suas novas declarações. Quando finalmente essas coincidiam o DOPS e a Polícia Federal compunham a denúncia inicial para compor o IPM. 3 – A ação penal por infração da LSN na fase judicial era concretizada num inquérito e remetida a Auditoria Militar que a remetia a um procurador militar pronunciar a denúncia que era então enviada para os Conselhos de Justiça no âmbito da Justiça Militar (BRASIL NUNCA MAIS, 1985).

Foi neste contexto histórico e nesta estrutura jurídica totalitária que os advogados defenderam os presos políticos, correram perigos para salvar vidas, encontrar mortos, confortar familiares e reduzir penas.

Veremos agora alguns testemunhos desses profissionais que atuaram neste período em Pernambuco.

Começaremos com Mércia Albuquerque (1934 - 2003) única mulher no grupo reduzido de advogados que defenderam os presos políticos em Pernambuco. Teve mais de mil clientes nestas condições de vítimas da repressão judicializada. Assumia as defesas sem se importar com a matiz política dos perseguidos pela ditadura militar. Sua ideologia era a formação humanística. Também aceitava os clientes sem perguntar pelos honorários advocatícios pois bem sabia das condições financeiras da imensa maioria dos militantes perseguidos e da pobreza das famílias angustiadas e aterrorizadas.

Sua ligação com a causa dos presos políticos ocorreu nos primeiros momentos do golpe militar em Pernambuco segundo seu próprio relato:

Foi por acaso. Eu era recém-formada em Direito na época e ensinava na Escolas Reunidas Pio XII, em Casa Forte. Na cidade, o tumulto era grande e havia boato de que não haveria aulas. Mesmo assim, fui até ao colégio, já que começava a dispensar os alunos. Foi então que vi uma gritaria, todo mundo correndo e fui até a praça ver o que estava acontecendo (GALLINDO, 2018)

Ao chegar na praça principal daquele bairro da elite recifense a então jovem advogada presenciou uma cena dantesca de barbárie verde-oliva. Ainda seguindo seu relato:

...pela praça, ia passando uma verdadeira procissão, tendo à frente um homem que gritava coisas horrorosas que agora não lembro com detalhes e fiquei sabendo mais tarde que era o coronel Vilocq e, atrás dele, cambaleando, todo ensanguentado, sendo puxado por soldados que seguravam nas pontas de uma corda amarrada no seu pescoço, vinha um homem alto, forte, Gregório Bezerra (GALLINDO, 2018).

O choque em sua sensibilidade foi tão grande que naquele momento ela tomou intimamente uma decisão que mudaria sua vida:

Quando vi Gregório Bezerra todo ensanguentado, amarrado pelo pescoço com uma corda de várias pontas que eram puxadas por soldados, cambaleando pela praça de Casa Forte, tendo à frente o coronel Darci Vilocq que gritava o tempo todo, decidi fazer alguma coisa por aquele homem. ...eu, dois ou três dias

depois do que houve na praça, fui ao quartel com Juarez conhecer o Gregório. E quando ele quis saber se também eu o defenderia, expliquei que estava apenas começando, ao que ele disse: “minha filha, sou comunista e jamais negarei. Por isso, não é difícil ser meu advogado, pois o que eu quero é apenas lealdade (GALLINDO, 2018).

A violência da tortura pública do velho militante comunista comoveu tanto a jovem advogada que a partir dele como cliente ela se dedicou a esta causa abraçando-a na dimensão da coletividade. E sua defesa de Gregório Bezerra se tornou uma das mais emblemáticas em Pernambuco na década de 1960.

A crescente repressão estatal levou as organizações políticas e um grupo de advogados a se articularem logo no início da ditadura militar em Pernambuco para através de uma rede informal tentarem fazer frente a expressiva quantidade de presos políticos conforme recorda Mércia Albuquerque:

Logo depois de minha formatura houve o golpe de 1964. Alguns advogados começaram a se movimentar em defesa dos presos. Uma vez Dra. Naide Teodósio fez uma reunião em sua casa e eu fui incluída. Eu não tinha nenhuma experiência ainda (GALLINDO, 2018)

Naide Teodósio era médica e ligada ao PCB. Possivelmente com a prisão em massa dos militantes partidários e sindicalistas a militância feminina num primeiro momento foi fundamental na articulação inicial da defesa jurídica dos presos políticos. Revela-se um dado a ser explorado pois pode ser um pioneirismo do protagonismo feminino na resistência à ditadura militar tal qual os movimentos contra a carestia e pela anistia política em meados da década de 1970.

Mércia Albuquerque destaca em outro testemunho o caráter necessariamente coletivo da atuação dos advogados para defenderem os presos políticos:

Particpei de quase todos os processos de Pernambuco, mas não era eu sozinha. Existiu uma equipe que me apoiava, de advogados que não queriam

aparecer. Por exemplo, Afonso Cruz de Minas Gerais. Eu ligava o telefone para ele, ditava os pontos principais do processo, ele elaborava a defesa e eu a encaminhava. Roberto Furtado, em Natal, também colaborava. Aqui, o Sérgio Murilo e o próprio professor Rui Antunes. Eu elaborava a defesa, ligava para o professor analisar e verificar se estava boa. O professor Heleno Cláudio Frago, no Rio, também me apoiava. Quando eu tinha dúvidas, ligava. Encaminhava as peças dos processos e ele fazia um esquema, elaborava rapidamente a defesa. Sozinha não tinha condição de fazer esse trabalho imenso, a maioria das pessoas não queriam aparecer, com medo da repressão (GALLINDO, 2018)

Vemos então que desde o começo do enfrentamento jurídico a ditadura militar foi se estabelecendo uma rede informal de dimensão nacional para organizar e fundamentar as defesas dos presos políticos. Muitas vezes isso também atendia a necessidade de muitos profissionais de se manterem anônimos nesse enfrentamento por medo da repressão ditatorial.

O trabalho dos advogados muitas vezes não se limitava a sua atuação profissional nos tribunais militares, mas também existia uma militância política pelos Direitos Humanos como nos lembra o também advogado e ex-presos político Marcelo Santa Cruz quando relata a trajetória de vida de Mércia Albuquerque:

Uma legião de militantes de oposição em Pernambuco, das mais diversas colorações políticas, contou com a defesa de Mércia, que assumia as causas instintivamente, sem perguntar se os clientes possuíam ou não recursos para remunerá-la, ou mesmo, prover despesas com taxas e reprodução de documentos. A atuação de Mércia, muitas vezes se confundia com o próprio abrigo de militantes na sua casa, a veiculação de denúncias, as articulações de viagens de fuga e as ajudas materiais. Por essa ousadia na defesa dos seus clientes, em diversas ocasiões, ela passou da condição de defensora para perseguida, sofrendo ameaças, sequestros e prisões (GALLINDO, 2018).

Sobre a repressão estatal ou clandestina sofrida pelos advogados em Pernambuco veremos um pouco mais adiante. Agora vamos destacar outro advogado que também enfrentou o autoritarismo jurídico do Estado Policial brasileiro.

Estamos falando de um dos mais famosos advogados criminalistas da história recente de Pernambuco – Bóris Trindade. Em entrevista concedida ao autor em 17 de janeiro de 2017, o experiente advogado relembrou sua formação, o início da carreira e os primeiros embates contra a ditadura militar:

Eu me formei na faculdade de Direito do Recife. Eu nasci no Rio Grande do Norte, mas me criei em Pernambuco. Toda minha formação foi na Faculdade de Direito do Recife. Eu saí da faculdade já advogando, já era advogado. Depois do golpe foi quando eu me projetei, porque eu fui o primeiro advogado a aceitar a defesa dos presos políticos. Tanto que eu fui o advogado de todos os juízes que foram processados no golpe, indicado pelo tribunal (GALLINDO, 2018).

Segundo o entrevistado ele logo depois do golpe tinha um cargo comissionado no governo estadual, mas o deixou depois de nove dias para exercer sua paixão profissional que era a advocacia. Ainda segundo este:

O Palácio de Governo não era lugar para mim. Com nove dias eu chamei o Dr. Paulo [Guerra] e disse: - Dr. Paulo, aqui não é lugar para mim! Então eu comecei a defender os presos políticos... Eu saí porque aceitei a defesa de Maria Celeste Vidal...[professora e dirigente da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão, presa no dia do golpe foi barbaramente torturada, sendo libertada depois de três anos e meio de detenção partiu para o exílio, retornando posteriormente para Pernambuco] Naquela época os advogados além de mim eram... Roque [de Brito Alves], Gérson Maciel Neto, bom advogado, Antônio de Brito Alves, Fernando Tasso de Souza e João Batista da Fonseca, que era advogado de ofício da Justiça Militar (GALLINDO, 2018)

Bóris Trindade nesta fala nomeia a maior parte dos advogados que defenderam os presos políticos em Pernambuco durante a ditadura militar. Durante a entrevista ele explicou que a expressão advogado de ofício designa um profissional ligado diretamente a uma instituição pública. Na citação tratava-se de um defensor público lotado na Auditoria Militar.

Perguntado sobre o quantitativo de advogados que atuou na defesa dos presos políticos em Pernambuco ele foi enfático:

O número de advogados? Não chegava nem a dez! Por isso é que eu digo! Éramos poucos! Eu, Roque, Antônio, Gérson Maciel Neto, Mércia Albuquerque, João Batista da Fonseca, Demerval Lélis, que era advogado de ofício, Paulo Cavalcanti... E tinha um caso ou outro: Enir Pereira do Nascimento, advogado muito bom, de ofício do estado, Osvaldo Nascimento que morreu...(GALLINDO, 2018).

Essa fala nos revela a dimensão reduzida de advogados frente aos milhares de presos políticos. Segundo o historiador Fernando Sá num trecho de sua entrevista para o cineasta Silvio Tendler no documentário *Os advogados contra a ditadura* a estimativa aproximada de quantos advogados atuaram da defesa dos presos políticos:

Por que esses advogados... Veja bem... Aqui no Rio eram 10... Mas em Belo Horizonte eram mais 5... Em São Paulo eram mais 10... Mas você tinha o que? Um grupo de 100 advogados no Brasil inteiro, que tinham esse tipo de atitude. E que não eram organizados. Não eram... sabe... Não tinham uma organicidade institucional (GALLINDO, 2018)

O referido historiador aqui não cita as fontes dessa informação, mas de qualquer modo se levarmos em consideração o relato de Bóris Trindade de que em Pernambuco esse grupo de advogados não chegava a 10 profissionais, e neste estado a repressão judicializada foi bastante intensa devido à forte presença das Ligas Camponesas, do PCB, do governo de Miguel Arraes e demais grupos e pessoas enquadradas como subversivas na LSN.

Esse reduzido grupo de advogados em Pernambuco teve em dois irmãos, Antônio de Brito Alves e Roque de Brito Alves dois dos mais destacados defensores de presos políticos.

Antônio de Brito Alves, advogado criminalista era chamado no meio jurídico de Pernambuco como o Príncipe dos Advogados. Foi junto com o célebre Sobral Pinto defensor do governador Miguel Arraes. Redigiu o famoso Habeas Corpus em defesa deste cliente junto ao STF que o acatou possibilitando a libertação do ex governador de Pernambuco. Neste documento histórico constava também a assinatura do decano dos advogados criminalistas brasileiro.

A libertação de Miguel Arraes provocou a fúria da chamada linha dura das Forças Armadas que não aceitava que o general presidente Castelo Branco não tivesse impedido o cumprimento do Habeas Corpus aprovado pelo STF. Cogitou-se até um “segundo golpe” para destituí-lo e começar um “segundo governo revolucionário” (GALLINDO, 2018). Como consequência deste acontecimento, somado a expressiva quantidade de Habeas Corpus aprovados pelos advogados dos presos políticos na esfera da Justiça Comum e a vitória das oposições para os governos estaduais da Guanabara e de Minas Gerais a ditadura militar impôs o segundo Ato Institucional em outubro de 1965, que como vimos anteriormente retirou os crimes considerados políticos da Justiça Comum se tornando inquéritos e processos apenas na Justiça Militar.

Ocorre que na véspera da edição do AI-2 uma onda de prisões políticas aconteceu no Recife e muitas destas detenções arbitrárias eram de advogados que defendiam os presos políticos. Dentre estes Antônio de Brito Alves que a relatou em seu livro de memórias que por volta das 23:00 horas recebeu um telefonema de seu primo e também advogado Fernando Tasso dizendo que fora preso. Após essa ligação foi direto a residência do Procurador Militar para saber o paradeiro de seu primo. Nenhuma informação. A ordem de prisão veio de algum superior das Forças Armadas. Ao chegar em casa soube que seu primo estava na sede da Secretaria de Segurança Pública na Rua da Aurora no centro do Recife. Foi direto para lá. Na portaria perguntou por Fernando Tasso e foi informado por um investigador que este realmente estava lá e que ele, Dr. Antônio Brito, devia sair de lá imediatamente. Não deu ouvidos ao aviso e seguiu incontinenti a sala do secretário de Segurança Pública, Álvaro da Costa Lima. Chegando lá:

Indaguei do Secretário de Segurança Pública o motivo da prisão do meu colega e primo Fernando Tasso e a resposta foi a de que ele estava preso da ordem do Exército. Adiantou-me logo em seguida o Dr. Álvaro da Costa Lima: ‘Aliás tenho ordem de prender o senhor também’. Na minha presença fez o

Secretário uma ligação telefônica para uma pessoa a quem tratou apenas como coronel, informando o fato de minha prisão (ALVES, 1985).

O delegado secretário simplesmente cumpria ordens superiores, ou seja, do Exército. Havia uma lógica autoritária nestas prisões, pois com o AI-2 aconteceriam prisões em grande número e era preciso prender previamente os advogados que iriam defender os direitos destes futuros presos políticos. Ainda segundo o relato de Antônio de Brito Alves:

Cerca de três horas da madrugada, entrou na sala um agente de polícia e me pediu que o acompanhasse. A Kombi estacionada em frente ao prédio demorou um pouco a sair, aguardando a vinda dos professores Gláucio Veiga, da faculdade de Direito, e Arnaldo Marques da faculdade de Medicina, os quais se encontravam recolhidos no ‘buque’ daquela secretaria. Quando se aproximou do carro, o Prof. Arnaldo Marques indagou se a minha presença ali se devia ao exercício profissional. Respondi-lhe que também estava preso. Momentos depois chegava a Kombi a Casa de Detenção do Recife, onde fui encontrar o colega Fernando Tasso no gabinete do Diretor (ALVES, 1985).

Como podemos perceber mesmo com mais de um ano de ditadura militar ainda causava uma certa surpresa a prisão de um advogado famoso pelo aparato repressivo. Vimos também que não havia nenhum mandato de detenção o que ressalta a ilegalidade do ato. Neste ponto o advogado relata a experiência de seu recolhimento na Casa de Detenção:

Ficava no raio leste e tinha o nº 2 a cela onde fomos alojados. Assinalo que, na Casa de Detenção do Recife, o raio leste era destinado aos criminosos da mais alta periculosidade... Os móveis existentes na cela eram uma mesa troncha e dois tamboretas de pernas oscilantes. Espalhados pelo chão estavam quatro colchões imundos. Mais deprimente do que tudo isso era uma bacia sanitária rente ao chão, instalada a descoberto no canto da cela. Uma lâmpada forte, lá no alto, só veio a ser desligada quando o dia clareou. Na Casa de Detenção do Recife estive preso durante doze horas: das 3:30 da madrugada até as 15:30 do dia 27 de outubro de 1965 (ALVES, 1985).

Neste trecho do relato é importante ressaltar que a duração da prisão de Antônio de Brito Alves durou exatamente até o anúncio do AI-2 e o

início da segunda onda repressiva da ditadura militar que aprofundava o fechamento do regime. Para os advogados presos a motivação de tal ato era evidente. Foi o que conversaram na madrugada passada na Casa de Detenção:

...ficamos conversando sentados nos tamboretas em torno da mesa. Chegamos logo a conclusão de que se fossemos submetidos a interrogatório, tal ato seria mesmo desnecessário. Era público e notório que havíamos assumido a defesa de muitos presos políticos, igualmente público e notório era a inexistência de qualquer nossa filiação a qualquer partido político (ALVES, 1985)

A perseguição aos advogados é uma prática constante na história durante períodos autoritários. Corriam riscos os defensores dos direitos nos tempos de exceção. Uma análise neste sentido foi feita pelo irmão de Antônio Brito o também advogado Roque de Brito Alves em uma matéria publicada no jornal Diário de Pernambuco em 2016:

Através da História, os advogados criminalistas ao lado dos estudantes e operários foram sempre as vítimas preferidas dos governos ditatoriais, das injustiças as mais diversas, sempre defensores do direito e da liberdade, muitas vezes até com o sacrifício da própria vida ou da liberdade. Como exemplos, na Revolução Francesa de 1789, Malesherbes defensor do Rei Luiz XVI que depois de sua defesa foi executado na guilhotina, tendo começado a defesa com as seguintes palavras que ficaram através da História: “Trago ao tribunal a verdade e a minha cabeça e vós podereis dispor de minha cabeça depois de ouvirdes a verdade” e também Chauveau-Lagarde, defensor da Rainha Maria Antonieta, de Charlotte Corday (assassina de Marat, um dos chefes da Revolução Francesa), preso após a defesa da rainha e também ia ser guilhotinado, foi salvo por um golpe de Estado; os advogados agredidos em defesa do Capitão Dreyfus ao final do século XIX, na França acusado de traição ao país. No Brasil durante a Ditadura Militar de 1964 advogados foram presos (como o meu saudoso irmão Antônio)...(GALLINDO, 2018)

Temos aqui uma breve historicização da perseguição política aos advogados na era contemporânea ocidental, particularmente em França, mas que revela um padrão de práticas repressivas.

Bóris Trindade também foi preso quando defendia o então deputado estadual e advogado Sérgio Murilo Santa Cruz em plena Assembleia Legislativa de Pernambuco:

Sérgio Murilo [Sérgio Murilo Santa Cruz, advogado e deputado estadual, militante do MDB e depois do PMDB, já falecido],. Cercaram a Assembleia para prender Sérgio Murilo., que era deputado estadual. Que ele tinha vindo daquele Congresso da UNE em Ibiúna. E eu entrei com um habeas corpus para soltar Sérgio Murilo. A Assembleia estava cercada. Caiu para o desembargador... que fez a liminar. Seis horas da noite a Assembleia cercada. Cheguei com a liminar. Aí fomos presos eu, Sérgio Murilo, o oficial de justiça e até a liminar foi presa. Ele [o general Mourão Filho que a época era integrante do STM] mandou até prender o desembargador. Isso era uma sexta-feira as seis horas da noite. Pois bem! Eu fui para o quartel do Derby [quartel onde fica o comando geral da polícia militar de Pernambuco] levado por um coronel (GALLINDO, 2018)

O XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorreu de forma clandestina num sítio no interior de São Paulo. A repressão já informada do evento cercou o local e prendeu cerca de 1000 estudantes. Isso ocorreu em outubro de 1968 praticamente as vésperas da edição do AI-5 que foi o golpe dentro do golpe. Isso nos leva a concluir que tal prisão do parlamentar e de seu advogado Bóris Trindade aconteceu na esteira do aprofundamento da onda repressiva militar.

Em relação as prisões de advogados que defendiam presos políticos finalizamos com o registro das 12 detenções e/ou sequestros sofridos por Mércia Albuquerque entre junho de 1964 e 1973. No prontuário dela presente no Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Acervo DOPS – não consta nenhum mandado de prisão contra a advogada ou mesmo algum registro de inquérito contra ela. O que nos leva a concluir que essas prisões e sequestros foram todos clandestinos e práticas terroristas dos agentes da repressão estatal. Entre junho e agosto de 1964 ela foi presa duas vezes e sequestrada uma. Na primeira prisão passou 9 dias detida na Secretaria de Segurança Pública. Na segunda foi detida pela Polícia do Exército e deixada de madrugada bem longe de casa (Mércia Albuquerque morava no

Edifício Ouro na Rua Sete de Setembro no centro do Recife) em Pontezinha na cidade do Cabo. Em seguida foi sequestrada pelo o ela chamou de “polícia paralela” – uma repressão clandestina e paramilitar – que rodou com ela por várias horas (terrorismo psicológico especialidade da ditadura militar) até liberta-la numa rua do bairro popular do Coque, onde foi espontaneamente acolhida por um pai de santo que a esconderia da repressão outras vezes. Em 1965 mais duas prisões. No ano seguinte foi presa em junho e ameaçada para deixar de defender os presos políticos. Libertada de madrugada no Cais de Santa Rita no Recife. Em novembro de 1968, pós AI-5, presa e ameaçada teve um revólver colocado em seu ouvido e em sua boca. Ela acredita que foi presa pelo DOI-CODI de Pernambuco. A oitava prisão ocorreu em agosto de 1969. Ela afirma que foi denunciada pelo diretor do Pronto Socorro pois teria ido até lá verificar as condições de saúde de um preso político que fora jogado pela polícia do primeiro andar da sede da Secretaria de Segurança Pública. Um mês depois foi presa para averiguações. A décima prisão aconteceu junto com o jornalista Ricardo Noblat no dia da troca de Gregório Bezerra pelo embaixador norte-americano (04/09/1969). As duas últimas prisões ocorreram em 1973. A primeira em janeiro logo após o massacre da Granja São Bento onde 6 militantes da luta armada foram trucidados pela repressão. E a outra em setembro quando ela localizou e conseguiu que exumassem o corpo de um militante, José Carlos da Mata Machado, assassinado sob torturas nos porões do DOI-CODI em Recife depois de 10 dias de sevícias. Nesta prisão foi sequestrada a noite e passou horas rodando a esmo e sendo ameaçada. Reconheceu dois empresários nesta ação repressiva clandestina: o proprietário da Padaria Sion e um dos sócios da empresa de ônibus 1002 que foi quem a arremessou do carro e entre xingamentos e ameaças disparou tiros para o alto. Nesta ocasião ficou com os pulsos feridos (GALLINDO, 2018).

Observamos neste último relato que a exemplo da parceria entre aparelho estatal repressivo e empresários, que ocorreu na infame Operação Bandeirantes em São Paulo – laboratório da criação do DOI-CODI paulista

em 1969 – também em Pernambuco alguns empresários participavam ativamente das ações terroristas paramilitares.

Por temos uma peça de defesa pronunciada por Mércia Albuquerque a favor de dois estudantes do curso de Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em 1968. Ambos foram denunciados pela promotoria Militar e enquadrados na LSN. Mércia Albuquerque foi advogada do primeiro estudante. Nessa defesa ela foi desmontando ponto a ponto a peça acusatória.

Os dois estudantes foram incluídos juntos na mesma denúncia o que é duramente criticado pela advogada de defesa pois os pretensos crimes ocorreram em lugares e tempos diferentes. O único elemento em comum é que os dois estudavam na mesma instituição de ensino superior – UFRPE. O primeiro estudante J. C. M. foi denunciado pois teria proferido palavras ofensivas a dignidade dos poderes constituídos numa solenidade do dia da bandeira dentro da universidade. O outro estudante V. C. na qualidade de presidente do Diretório Acadêmico de Veterinária teria incitado os colegas a fazerem uma greve contra o aumento no valor das matrículas e na refeição do Restaurante Universitário. Diante das arbitrariedades e dos erros grosseiros da acusação Mércia Albuquerque se indignava na tribuna da Auditoria Militar:

Pergunta-se em que dispositivo de lei ou em face em que norma de doutrina se inspirou o Ministério Público Militar para ajuntar os dois estudantes numa mesma denúncia, quando as circunstancias de tempo e lugar, bem como os próprios fatos, em si mesmos, não oferecem a menor identidade, o mais leve ou longínquo nexos causal. (GALLINDO, 2018)

Mércia Albuquerque continua denunciando a peça acusatória ponderando que a promotoria militar, para estar de acordo com a legislação deveria ter unificado as acusações, e não as ter exposto em capítulos diferentes do processo. Dessa forma a promotoria deveria ter se baseado no princípio da indivisibilidade da ação penal previsto no Código do Processo Penal. Mércia Albuquerque continua questionando que se o promotor militar queria acusar os dois estudantes deveria ter unificado

o processo no que denomina de economia processual se houvesse conexão das infrações e contingência das causas.

Recorrendo ao registro das testemunhas do discurso Mércia Albuquerque inseriu na defesa do estudante que dos professores presentes apenas um disse que a fala teria pregado abertamente a subversão dos poderes constituídos. Todos os outros professores disseram que o discurso apesar de crítico não incitava a derrubada do governo. A advogada também trouxe o registro da ata da reunião do Conselho Universitário na qual o discurso do estudante foi elogiado pela maioria presente. Assim ela se referiu:

Disse o acusado que a mocidade de hoje não se sentia muito à vontade para saudar a bandeira brasileira, quando se lembrava que, poucas semanas antes, o Pavilhão nacional servira de mortalha ao corpo inanimado do estudante José Edson Luís, morto pela Polícia Militar da Guanabara (GALLINDO, 2018)

A referência ao assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro mostra a repercussão nacional do crime político naquele movimentado ano de 1968. A peça da acusação ainda citava que ao final do referido discurso do líder estudantil este havia declamado algumas estrofes do clássico poema *Navio Negreiro* do célebre poeta baiano Castro Alves. Mércia Albuquerque então reproduziu este trecho na defesa que terminava assim refutando todos os enquadramentos existentes na enuncia:

Nenhum de tais dispositivos penais foi, na verdade, infringido pelo acusado, Seu Discurso, no Dia da Bandeira, não a ultrajou, muito menos a destruí ainda que simbolicamente. Nenhuma palavra foi feita pelo acusado em sua oração cívica, para inimizar as Forças Armadas entre si, ou elas com a sociedade brasileira ou as suas classes integrantes. Quanto a distribuição de jornais e panfletos, nenhuma testemunha o incrimina de tê-lo visto distribuir no recinto da universidade. O que há sobre o assunto são apenas meras suposições e conjecturas sobre as quais não se pode formar um juízo condenatório (GALLINDO, 2018).

Mércia Albuquerque ainda requer aos juízes que não condenem os estudantes pois assim estariam condenando toda a mocidade brasileira. Os dois já haviam sido bastante prejudicados pois haviam sido expulsos do curso e se encontravam em lugar incerto e não sabido.

Não sabemos a sentença proferida pela Justiça Militar. Mas esta é uma pequena mostra de como as peças de acusação das Promotorias Militares eram mal fundamentadas juridicamente sendo desmontadas pelos advogados dos presos políticos.

Considerações finais

A Ciência Histórica lança seu olhar sobre as sociedades humanas no tempo procurando discernir, a partir de uma base empírica e de referenciais teóricos, a gama complexa de articulações entre as estruturas e as conjunturas analisadas. Isso permite aos historiadores que possam conhecer os ritmos que prenunciam mudanças ou permanências.

A ditadura militar brasileira combinou os dois movimentos pois se representou o padrão de violência das elites contra as classes subalternas – contrarrevolução permanente – representou ao mesmo tempo uma mudança qualitativa na montagem de um aparelho repressivo expresso na legislação autoritária e autolegitimadora que fundamentou a consolidação de um poderoso e duradouro Estado de Exceção que deixou seu legado presente até hoje.

A atuação dos advogados de defesa dos presos políticos neste sombrio período de nossa história representou um movimento de contra hegemonia as pretensões militares. Coube a eles, apesar do reduzido número, a primeira forma organizada de resistência ao regime autoritário numa rede informal articulada nacionalmente. Foram pioneiros na defesa intransigente do Estado democrático de Direito e dos Direitos Humanos.

Conhecer essa dimensão de nosso passado recente nos embasa a combatermos pelos mesmos princípios no presente.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção [Homo Sacer II, I]**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- ALVES, Antônio de Brito. **Em defesa da liberdade** – 1º Volume. Recife, 1985.
- ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BRASIL NUNCA MAIS**. Editora Vozes: Petrópolis, 1985.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. “**Éramos poucos!**” **Contra-hegemonia no campo jurídico: Os advogados que enfrentaram a ditadura empresarial-militar em Pernambuco (1964-1985)**. 251 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: EDITORA GLOBO, 2006.
- MONIZ, Edmundo. **Alei de Segurança Nacional e a Justiça Militar**. EDITORA CODECRI: Rio de Janeiro, 1984.
- PACHUKANIS, Evguéni B. **Teoria Geral do Direito e marxismo**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2017.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Paz e Terra: São Paulo/Rio de Janeiro, 1994.

A Febem Pernambuco e a “Revolução de 1964”: Pacas e a militarização da assistência às crianças e adolescentes

*Humberto Miranda*¹

Temos no Instituto cerca de 300 crianças, todas recolhidas do abandono do mundo. Para aqui, mandam, os juízes de menores da capital e do interior, até delinquentes, alguns de alta periculosidade. Para estes, temos um pavilhão separado. A disciplina é rija, mas não há castigo corporal. As crianças vão aos poucos se acomodando e obedecem admiravelmente. É um novo mundo completamente diverso do que viveram, brutalizadas, errantes e famintas. Parece que temem até recordá-lo, como se tivessem num sonho tenebroso. (Jornal do Commercio, Recife, 1967)

O trecho acima se refere à reportagem sobre o Instituto Profissional de Pacas, publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 1967. Na tentativa de produzir uma imagem de sua gestão, o Padre Pedro elaborou o discurso sobre Pacas, pintando com cores fortes as marcas das regras disciplinares e pelo atendimento exemplar aos meninos internos, ressaltando a parceria estabelecida com os juízes da capital e do interior do Estado para desafiar as teorias deterministas que defendiam a teoria da criminalidade inata.

Padre Pedro aparece como um coordenador eficiente e responsável pela ressocialização dos meninos abandonados ou que eram

¹ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua no Programa de Pós-Graduação em História-UFRPE e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades UFRPE-Fundaj. Doutor em História pela UFPE. Coordena o Laboratório de História das Infâncias do Nordeste – LAHIN/UFRPE, onde vem pesquisando as políticas de assistência às crianças e adolescentes no Brasil republicano. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1254987493556824>

encaminhados para Pacas por estarem em situação de conflito com a lei. As ações desenvolvidas por Pacas são descritas a partir do interesse de propagar a gestão do Padre Pedro, buscando construir uma imagem positiva da administração. Essa reportagem reproduz o discurso de uma “instituição ideal” e de um “administrador ideal”.

De acordo com a historiadora Sonia Camara, a trajetória da assistência à infância no Brasil República foi marcada pela apropriação do ideário da profilaxia social, que fundamentou os discursos das instituições comprometidas em civilizar a infância pobre e abandonada a partir de um discurso racionalmente construído. Para Câmara:

A remodelação racional e científica na área da assistência e proteção à infância foi investida também pela convicção higiênica e exigiu a urgência de iniciativas de regeneração social em nome de uma infância civilizada a ser previamente conduzida, protegida e encaminhada. (Camara, 2010, p.307)

Essa forma de pensar a assistência como projeto civilizador se intensificou no período dos governos militares implantados de 1964 a 1985. A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem.

Anos depois, em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco Paulo Guerra inaugurava sua instância local, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Febem. Assim como em outros estados da Federação, a instituição passava a responder oficialmente, de acordo com a lei de criação, pelo atendimento a meninos e meninas que viviam em situação de “abandono”, de “desvalia” e/ou de “delinquentes”.

Desse modo, é possível afirmar que Padre Pedro buscou, nessa reportagem, elaborar a narrativa da educação civilizatória, comprometida com a higiene e com a disciplina militar. O padre-gestor apresenta o asseio e o corte de cabelos seguindo os militares são aspectos que demarcam uma educação disciplinar como “educação ideal”.

Pacas funcionava como uma espécie de colégio agrícola voltado para as demandas internas da Funabem em Pernambuco. Ao analisar o discurso de Padre Pedro, busquei realizar conexão com os estudos feitos pela historiadora Irma Rizzini, que faz referência às práticas de institucionalização da assistência à infância no Brasil. Ao analisar a estrutura e o funcionamento das escolas agrícolas no Brasil, Rizzini afirma que:

As colônias, patronatos, institutos agrícolas/industriais são produtos das novas ideias e teorias sobre a recuperação do indivíduo pelo trabalho e pela vida ao ar livre. As colônias têm a dupla vantagem de oferecer a sensação de se ter liberdade, privilégio dos espaços amplos, e manter os muros do asilo. As colônias agrícolas originaram-se no sistema assistencial psiquiátrico do princípio do século XX, tendo como característica principal o regime do open-door que visava a “ilusão da liberdade”, utilizada como técnica terapêutica. (Rizzini, 1993, p. 41)

Desse modo, é possível estabelecer conexão entre o discurso do Padre Pedro com a perspectiva das escolas agrícolas analisadas por Irma Rizzini. Para o gestor de Pacas, a unidade de internamento representa um espaço onde “não há isolamento”, onde as crianças se sentiam “felizes”.

O objetivo deste artigo é debater como foi produzida as práticas de assistência às crianças e adolescentes que vivenciaram as mais diferentes formas de abandono, no decorrer dos governos militares de 1964 a 1985, com foco o Instituto Profissional de Pacas, que fazia parte da Febem/Pernambuco. Esta questão suscita debates sobre a relação entre o ideário militar e as políticas de assistência social. O que marca esta fase da trajetória à assistência às crianças neste período? Como tais práticas foram produzidas em Pernambuco? E, por fim, como a chamada “Revolução de 1964” influenciou as práticas da Febem/Funabem?

Instituto Profissional de Pacas e a “Revolução de 1964”

O diretor do Instituto Profissional de Pacas, em Vitória de Santo Antão, cônego Pedro de Souza Leão Filho, declarou ao Jornal do Commercio que, graças ao governo revolucionário, pode aquela instituição ser inteiramente restaurada,

permitindo que se possa ali realizar um trabalho de alto sentido social. Disse que assumiu a direção do Instituto logo depois do furacão comunista, no dia 23 de maio de 1964. ‘Encontrei tudo devastado. Não havia um copo se quer onde bebesse água nem uma xícara em que se tomasse café. O roubo foi total. Em nosso instituto, com capacidade para 300 crianças, encontrei apenas 40, maltrapilhas, famintas, desgraçadas. Dizem os vizinhos que, na debandada, atacavam terreiros, exigindo comida’. (Jornal do Commercio, Recife, 1967)

O destaque da matéria publicada pelo Jornal do Commercio permite analisar como foi elaborado o discurso acerca da relação entre a Febem em Pernambuco e as Forças Armadas. O Padre Pedro, identificado como um “modelo de gestor”, em entrevista concedida ao Jornal do Commercio, afirma que foi graças ao chamado governo revolucionário que a Unidade de Pacas passou a ter sido “restaurada”, passando a funcionar a partir de sua missão institucional de atender meninos em situação de “abandono, pobreza ou em conflito com a lei”.

Essa reportagem representa um documento importante para se compreender a apropriação de um discurso que relacionava o acontecimento de 1964 como uma “revolução”. Esse discurso, bastante reproduzido por civis e militares, foi apropriado pelo Padre Pedro, que identificava o dito “sucesso” de sua administração graças ao apoio dado pelo “governo revolucionário”.

Encontrei outras matérias de jornais que propagavam notícias sobre a administração de Pacas, relacionando a ideia de uma “administração exitosa” ao chamado governo revolucionário. De acordo com a reportagem publicada no Diário de Pernambuco, aquela unidade da Febem em Pernambuco representava um exemplo da gestão do Governador Nilo Coelho, afirmando que:

Os fundamentos da disciplina, os princípios da autoridade, que são esteio de toda instituição como esta — acrescentou que foram comprometidos naquele delírio, antes da Revolução de 1964. Não mais existem leitos sem lençóis para as crianças internas do Instituto. A dieta alimentar das crianças era sempre aumentada, o índice de fugas de jovens delinquentes se elevava consideravelmente. Num clima desta ordem, no qual o trabalho útil cedeu lugar à frouxidão

e ao abandono, criou-se o ambiente propício às continuadas crises que são do conhecimento geral. Finalizando, disse o diretor do IPP que, com o apoio que recebeu do Secretário João Roma, no governo do Sr. Paulo Guerra, e, atualmente, do Sr. Nilo Coelho, através do Secretário Silvio Pessoa, conseguiu revitalizar o IPP, colocando-o nos caminhos arejados da ordem e do bem, dentro de uma terapêutica enérgica, corajosa e decidida.

Nesse trecho da reportagem, é possível identificar como a ideia da “Revolução de 1964” esteve associada à transformação positiva na política brasileira. A imprensa local assumiu uma posição de divulgadora das ações do governo, mais notadamente da gestão da unidade da Febem, localizada em Vitória de Santo Antão. Para a reportagem, foi a partir da chamada Revolução que as fugas diminuiriam.

Ao procurar entender a historicidade desse discurso, busquei estabelecer conexão com os estudos realizados pelo historiador Daniel Aarão Reis, que, ao analisar “as reconstruções da memória” sobre o Golpe de 1964, afirmou que, para compreender esse momento da vida política brasileira, faz-se necessário estar atendo às “batalhas de memórias”. Sobre as memórias construídas acerca do Golpe e o discurso que identifica essa intervenção como um “ato revolucionário”, o historiador afirma que:

As direitas no poder, enquanto durou a Ditadura Militar, esmeraram-se em cultivar a memória do Golpe como uma intervenção salvadora em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção. Para isso mobilizaram-se grandes meios propagandísticos e educacionais. O esforço, no curto prazo, teve resultados apreciáveis, sem dúvida. A partir de um certo momento, já todos, ou quase todos, passavam a se referir ao Golpe Militar, que de fato se verificara como revolução, como os golpistas gostavam de se referir à intervenção militar. (Reis, 2002, p. 39)

Desse modo, é possível afirmar que o discurso de Padre Pedro dialoga com a direita golpista, que identificava o golpe e o governo como revolucionários, salvadores da pátria da ameaça comunista. No decorrer da pesquisa, encontrei outra matéria de jornal que me ajudou a compreender melhor a relação entre a administração de Pacas e as Forças Armadas. De

acordo com o jornal O Globo, essa unidade da Febem foi invadida pelas Ligas Camponesas no mesmo ano do Golpe Militar. As Ligas, movimento organizado pela sociedade civil em torno da luta pela terra, no início de 1960, teria encontrado nas terras de Pacas. De acordo com a reportagem:

O Instituto Profissional de Pacas, no Município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, que deveria ser o quartel general das Ligas Camponesas de Pernambuco se a Revolução de 31 de março de 1964 tivesse demorado mais 48 horas, está totalmente recuperado. Dos 40 alunos que tinha em 23 de maio de 1964, passou para 350 alunos atuais. Seu diretor Padre Pedro de Souza Leão Filho, em visita à nossa redação afirmou que a recuperação se deve ao novo espírito da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor que inspirou a assistência dos menores. (O Globo, 1967, p. 5)

Esse evento implicou no maior controle das Forças Armadas sobre o cotidiano daquela unidade da Febem. As Ligas eram organizações políticas articuladas por trabalhadores agrícolas que atuavam nos estados do Nordeste, mais fortemente em Pernambuco, desde a segunda metade da década de 1950. De acordo com estudos realizados pelo historiador Pablo Porfírio, as Sociedades Agrícolas, nomeadas pela imprensa como Ligas, tinham como objetivo a “luta por uma nova distribuição da terra, ou seja, a reforma agrária”. (Porfírio, 2009)

De acordo com a pesquisa de Porfírio, no final da década de 1950, mais notadamente no cenário do Golpe de 1964, foi elaborada pelos militares e setores ligados aos latifundiários do Nordeste uma forte campanha contra os trabalhadores rurais. Nesse período, a articulação dos trabalhadores rurais “estavam ocupando cada vez mais as páginas de reportagens da imprensa local e nacional”, as quais identificavam as lideranças como ‘perigosos subversivos’, como uma “ameaça à ordem social”. A conquista da desapropriação do Engenho Galileia, em dezembro de 1959, foi amplamente noticiada pelos veículos de comunicação, procurando disseminar uma onda de medo e terror sobre os camponeses que integravam essa mobilização política e social.

A partir do trabalho de Porfírio, é possível entender a matéria publicada no periódico carioca O Globo sobre a ameaça de ocupação de Pacas pelas Ligas Camponesas. A reportagem demonstra o alinhamento político do jornal com os militares e como Pacas ficou conhecida nacionalmente como um espaço resistente à “ameaça comunista”. Além disso, à luz do pensamento dos militares, as Ligas e os chamados “subversivos” representavam uma ameaça à família e à religião, ou seja, tudo aquilo que a Febem defendia nos seus manuais, relatórios e propagandas. Desse modo, a ameaça dos comunistas em Pacas, representava também uma ameaça desses valores defendidos pela Febem. De acordo com a reportagem, “graças à Revolução de 1964”, o Instituto Profissional de Pacas continuou oferecendo o serviço de atendimento às crianças e aos adolescentes de Pernambuco que viviam em situação de abandono.

A partir das estratégias discursivas produzidas por setores governamentais da imprensa da época, Pacas foi se tornando uma instituição de referência para o adestramento das crianças pobres ou abandonadas. De acordo com pesquisa realizada por Miranda, a instituição passou a se tornar sinônimo da disciplina militarizada. Inclusive, como espaço disciplinador das crianças ou adolescentes que praticassem os diferentes tipos de infração ou “desvio de conduta”, tornando-se, inclusive, uma referência de punição. Este discurso punitivista gerava “medo” por partir das ameaças praticadas contra os meninos (Miranda, 2014).

A construção da imagem de Pacas como um espaço da “ameaça” e do “medo” deve ser problematizada, uma vez que sinaliza a elaboração de uma memória coletiva sobre uma unidade da Febem marcada como lugar de privação da liberdade, onde as práticas educacionais eram marcadas pelo controle e disciplinamento muito mais rígido. Ao analisar a questão dos espaços de internação voltados para crianças e adolescentes no Brasil, Edson Passetti afirma que:

A prisão e os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos, apresentam-se desempenhando um papel singular. Existem ao mesmo tempo como imagem disciplinar da sociedade – nelas, os

supostos desajustados deverão ser enquadrados — e a imagem da sociedade transformada em ameaça — o lugar para onde ninguém pretende ir.

Segundo Passetti, este cenário contribui para que o problema da ressocialização das crianças e dos adolescentes se perpetue ao longo da História do nosso país, haja vista que sobre esses espaços foram construídas imagens e representações da negligência, do descaso, da tortura e das mais diferentes formas de violência. Em seu relato, Carlos elabora as imagens sobre uma Febem que “ninguém queria ir”: a Unidade de Pacas, por representar um lugar de privação de liberdade, um lugar que apavorava os meninos que se sentiam ameaçados com a possibilidade de ser encaminhados para aquela “unidade-prisão”.

A Funabem e a “Revolução de 1964”

O livreto *A Revolução e o Problema do Menor*, produzido pelos técnicos e dirigentes da Funabem, na ocasião do décimo aniversário de criação da Lei nº 4.513, que estabelece a criação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. De acordo com esse documento:

Originária de uma corrente de ideias que foi cristalizada pela revolução de 31 de março, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, prestes a inteirar o 10º aniversário da Lei nº 4513, já pode apresentar à comunidade brasileira uma folha substancial de serviços. A presente publicação resume um pouco do muito que foi realizado para converter em realidade crescente um dos mais fascinantes ideais já programados no Brasil em favor de nossas crianças desassistidas ou marginalizadas, dispensando-lhes cuidados de ordem física, moral e social, para que possam desempenhar com dignidade o papel que lhes cabe no seio da sociedade nacional. (Brasil, 1968, p. 17)

O documento trazia informações sobre a atuação dos presidentes da República que atuaram a partir do Golpe de 1964, identificados como governos revolucionários. Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici eram apontados como os responsáveis pela criação e manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Neste ano de 1974, a Revista Brasil

Jovem publicou uma edição comemorativa dos 10 anos da instituição, trazendo na capa as imagens dos presidentes militares.

Em uma das suas visitas à Funabem, o Presidente Emílio Garrastazu Médici proferiu um discurso sobre a instituição, marcando efetiva aproximação entre esta e o Regime Militar, chegando a afirmar que a mesma representava um “milagre” da chamada Revolução de Março no campo da assistência social. Para Médici, a implantação da Febem representava fruto desse movimento. Ao visitar a sede da Funabem, localizada no Rio de Janeiro, Médici afirmou:

Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do mencionado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Esse milagre nós devemos a quantos enunciaram a criminoso irresponsabilidade daqueles tempos anteriores à Revolução. Nós devemos à determinação dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, nós devemos ao Dr. Mário Altenfelder e à equipe de educadores da Fundação, assim como aos representantes da magistratura e do Ministério Público, juízes e curadores, que souberam dar ao problema a marca de sua sensibilidade humana. (Brasil, 1967, p. 40)

Nesse discurso, Médici defende a ideia de que a Funabem e as respectivas Febems são frutos da Revolução de Março, ou seja, do ideário militar e que representava uma reação ao Serviço de Assistência aos Menores – SAM, fundado na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas. Em relação ao SAM, Médici buscou proferir o texto denunciador, acusando-o de “criminoso e irresponsável”, reproduzindo o discurso utilizado por aqueles que defendiam a campanha Anti-SAM. Tal campanha, realizada por vários seguimentos da sociedade, pode ser considerada uma das ações que levou a extinção desse serviço, que se desdobrou na criação da própria Febem.

O pronunciamento do Presidente Médici reproduz as ações de seu governo no campo social. Ao analisarmos esse discurso, não podemos esquecer que foi construído a partir do interesse de disseminar o ideário

Febem para a sociedade da época. Ao analisar a função dos pronunciamentos, o historiador Durval Muniz de Albuquerque afirma que:

O pronunciar-se também pode ter sentido de salientar-se, de manifestar-se, de ganhar forma, de aparecer. Pronunciamento tem ainda sentido de irrupção, de emergência de algo que provoca mudanças ou que pretende, ao ser emitido, provocar transformações na maneira de as pessoas, a quem é dirigido, pensarem, se comportarem, verem e dizerem as coisas. (Albuquerque Junior, 2009, p. 209)

O pronunciamento do Presidente Emílio Garrastazu Médici se tornou um instrumento de divulgação das políticas públicas construídas pelos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes atendidas pela Febem. É possível entender esse instrumento como uma tentativa de legitimação das ações dos governos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil.

De acordo com as pesquisas realizadas pela socióloga Maria José Rezende, “durante todos os governos militares, e não apenas nos primeiros anos, houve uma constante tentativa de montagem da relação entre autoridade e legitimidade”. Os governos buscaram construir estratégias de articulação na tentativa de assegurar a manutenção do poder. Para Rezende:

Toda organização de poder se situa diante do desafio de encontrar meios de legitimidade, os quais não necessariamente de natureza democrática. O princípio daquela primeira pode estar assentado em bases absolutamente autocráticas e/ou ditatoriais; no entanto, o processo de adesão e reconhecimento decorrente dessas bases não inviabiliza a sua existência. O poder se define como tal a partir desses elementos. Ou seja, se este for democrático, a natureza da legitimidade também será; sendo ele autocrático, o princípio da legitimidade situa-se, também, nessas bases.

A partir dessa reflexão, é possível estabelecer conexão com as práticas discursivas elaboradas pelos idealizadores da Funabem, que por sua vez estiveram comprometidas em legitimar o poder autoritário dos governos militares, que reconheceram a chamada Revolução de 1964 como um divisor de águas na política da assistência à infância no Brasil. O discurso

elaborado possuía um forte caráter apelativo que evidenciava a mudança das políticas sociais e ressaltava o trabalho dos presidentes, apontados como os homens responsáveis pela “revolução”.

Em sua fala, Médice procura atrelar diretamente à criação da Funabem a ideia de um “milagre social”, o que representa uma das marcas de sua gestão. Trabalhos construídos no campo da historiografia política registram que o governo Médici foi marcado não apenas pelo conhecido milagre econômico, mas também pelo avanço de mecanismos e repressões contra aqueles que se apresentavam opositores ao Regime Militar. Da chamada linha dura, Médici encampou o nacionalismo do “Brasil, ame ou deixou-o”, buscando fortalecer as políticas e instituições do Estado. (Rezende, 2001)

Médici ainda traz a memória de Castelo Branco e Costa e Silva, seus antecessores, e faz referência direta ao presidente da Funabem, Mário Altenfelder. O culto ao personalismo se mistura com a valorização daqueles que operavam no campo da Justiça, como os juízes e curadores dos menores. Desse modo, podemos perceber como foi construída a ideia de Febem pelo Presidente Médici, levando-nos a entender que tal discurso foi disseminado pela instituição, que procurou construir uma conexão entre a ideia de que a proposta à Política do Bem-Estar do Menor estava efetivamente afinada com a proposta da chamada Revolução.

Mário Altenfelder, presidente e um dos fundadores da Funabem, afirmou em discurso, proferido na ocasião de visita à Escola Superior de Guerra, que não poderíamos entender a instituição distante do Regime Militar, assegurando que a lei da criação da Funabem representa fruto do compromisso dos militares com a “questão do menor”. Altenfelder afirma que a “Lei nº 4.513 é uma Revolução” e continua: “foi sancionada neste período histórico de nossa vida. Duvidamos que pudesse ser executada fora desse regime. As dificuldades que ainda encontramos para implantar a nova política sem contestação o que afirmamos” (Altenfelder, 1970, p. 67)

Pacas, as Forças Armadas e a produção do “rito de passagem”

No decorrer das pesquisas realizadas para este trabalho, observei que a relação entre a Febem e as Forças Armadas foi um assunto recorrente no decorrer das entrevistas produzidas. A matéria publicada no periódico Diário de Pernambuco me permitiu constatar como foi pactuado o encaminhamento dos garotos em 1965, anos antes da permanência de Carlos na instituição. Como demonstra a reportagem abaixo:

Dentro do programa elaborado pela administração Paulo Guerra, de uma melhor assistência ao “menor abandonado”, o Secretário João Roma, do Interior e Justiça, presidiu, sábado último, a transferência de onze alunos do Instituto Profissional de Pacas para a Escola de Aprendizes Marinheiros, desta capital. À solenidade, estavam presentes, além do titular da Justiça, o capitão-capelão José Vasconcelos Borba e o tenente farmacêutico Abel Ferreira de Oliveira, representantes dos comandos da Escola de Aprendizes Marinheiros e do 3º Distrito Naval, respectivamente; o diretor do IPP, Padre Pedro Souza Leão; funcionários estaduais e todos os internos de Pacas. [...] O ato de transferência dos onze meninos ocorreu às 16h30, em frente ao instituto, quando eles, após serem chamados nominalmente, entregavam seus instrumentos musicais ao instrutor e eram apresentados pelo secretário João Roma ao representante da Marinha de Guerra para o engajamento.

A matéria trouxe a informação da relação da Febem com a Marinha, afirmando que essa ação representava uma importante iniciativa para ressocialização dos adolescentes de Pacas. Uma solenidade marcava esse rito de passagem dos meninos internos da Febem para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, o que traduz o discurso de valorização deste momento, que contou com a presença de autoridades.

Os meninos transferidos de Pacas para a Escola de Aprendizes da Marinha foram nominalmente citados. De acordo com a reportagem, o Secretário João Roma aproveitou a solenidade para anunciar as reformas das unidades da Febem de Pacas, de Jangadinha e da Chácara Bongü, além de anunciar a construção de novas unidades em Olinda e Buíque, cidade localizada no Sertão de Pernambuco. Esse discurso demonstra que a

solenidade representava um ato político, tornando-se uma espécie de prestação de contas do governo à sociedade pernambucana. Primeiro Escalão do Poder Executivo.

De acordo com João Roma, Secretário do Interior e Justiça, aquela solenidade representava um ato de demonstração do Estado com a “questão do menor”, afirmando que: “Governador Paulo Guerra vem se preocupando com o problema do amparo ao “menor abandonado”, dando-lhe, inclusive, melhores meios de assistência para “vencer na vida”. No discurso publicado pelo *Diário*, o costume da Escola de Aprendizes da Marinha deixou de ser ressaltado, levando o leitor a entender que aquela ação de transferência era proposta do governo de Paulo Guerra.

Importante ressaltar, que a documentação analisada registra que além de Pacas, outras unidades da Febem, como Jangadinha e Santa Rosa, também encaminhavam meninos para a Escola de Aprendizes Marinheiros. A entrega dos instrumentos musicais foi solene, haja vista que não era apenas a entrega, mas a hora da passagem da Febem para a Escola de Aprendizes de Marinheiro.

Os documentos analisados, descortinam uma das faces da instituição, haja vista que registram práticas sistemáticas de parcerias com as Forças Armadas. Em sintonia com o discurso oficial propagado pela Funabem, a Febem Pernambuco reproduzia o ideário político do Regime Militar, tornando a assistência às crianças e os adolescentes em condições de pobreza, abandono e/ou em situação de conflito com a Lei, marcada pela tentativa de militarizar o assistencialismo vigente.

Esta tentativa de produzir o assistencialismo militarizado materializava a estratégia para educar para mundo das forças armadas. Os documentos registram as sucessivas práticas da gestão da Febem em Pernambuco de encaminhar os meninos de Pacas para “servir” ao exército e a marinha brasileira, mais notadamente. No Instituto que se dizia “Profissional”, a educação para o mundo do trabalho era marcada pela prática de assistir os meninos “enquadra-los” na disciplina militar, da própria lógica da “segurança nacional”.

A solenidade de encaminhamento contava com autoridades governamentais, com militares e com os dirigentes da Febem. O “rito de passagem” era permeado pelo discurso do “vencer na vida”, de sair da condição do abandonado para o “menor” que passava a servir a nação. Neste processo, a disciplinarização dos corpos e das mentes fazia parte da assistência social nas unidades da Febem de Pernambuco e era amplamente divulgada nos jornais de alta circulação do Estado e até em outros estados, à exemplo do periódico O Globo.

A análise do discurso das matérias jornalísticas sinaliza como setores da imprensa propagavam as ações dos governos militares. Ao produzirem informações, reproduziam o ideário militar e sua interface com as questões sociais, com os problemas referentes às crianças e adolescentes que viviam as mais diferentes formas de abandono. O discurso jornalístico que anunciava o rito de passagem, trazia consigo também reproduzia a ideia da assistência militarizada que o encaminhamento dos meninos da Febem para a Escola de Aprendizes de Marinheiro reproduzia o tom solene para o rito de passagem.

Considerações Finais

O discurso que legitimava a ideia de que a Febem era fruto da chamada “Revolução de 1964” foi amplamente divulgado em Pernambuco, fazendo parte de um projeto maior, articulado pelos idealizadores da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A partir da documentação pesquisada, é possível afirmar que esse discurso foi construído pelos próprios militares e os idealizadores da Funabem, que por sua vez exercia uma relação de poder sobre as fundações estaduais.

A ideia de uma assistência militarizada não era apenas vivenciada nas práticas discursivas, mas nas ações objetivas da Febem de Pernambuco. Possivelmente outros estados brasileiros também buscaram produzir parcerias entre as estâncias estaduais da Funabem e as forças armadas.

O rito de passagem buscava produzir a imagem da solenidade, do “vencer na vida”, construindo a ideia que vencer na vida era ser

encaminhado as instituições das Forças Armadas. O simbolismo do rito de passagem, divulgadas nos jornais de alta circulação, sinaliza a tentativa de uma produção de imagens sobre a “eficiência” da parceria entre a Funabem e a Escola de Aprendizes de Marinheiro, uma vez que o rito foi marcado pelo discurso do “vencer na vida”, superar o espaço institucional da Febem e das mais diferentes formas de abandono.

Destaca-se que os jornais da época, que circulavam em Recife e em outras cidades brasileira, traziam dados sobre a cultura institucional, sobre a relação da instituição com a lógica do Regime Civil-Militar e sobre as ações organizadas pela instituição em todo território nacional. Para além desta produção, os jornais da época produziram diversas reportagens sobre a Febem, pautando as mais diferentes questões sobre o universo da política de assistência dos chamados “menores”.

A assistência as crianças e adolescentes produzidas no decorrer dos governos militares foi marcada pela complexidade de um projeto político atrelado à ideia de segurança nacional e de assistência, que por sua vez recebeu influências de práticas militarizadas. A Funabem/Febem é extinta em 1990, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que por sua vez representou a ruptura oficial (reforço o oficial) com a assistência militarizada e com a lógica menorista.

Referências

Documentais

JORNAL DO COMMERCIO. Instituto Profissional de Pacas foi restaurado depois da Revolução. Recife, 12 de setembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emerenciano – Apeje.

DIARIO de PERNAMBUCO. Instituto Profissional de Pacas. Recife, 02 de novembro de 1967. Acervo: Arquivo Jordão Emerenciano – Apeje.

O GLOBO. Recuperado o instituto que ia ser o quartel das Ligas. Rio de Janeiro. 26 de junho de 1967.

BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. A Revolução e o Problema do Menor. Rio de Janeiro: Funabem, 1968. Acervo: Fundo CBI. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Funabem. Funabem: 10 anos. Rio de Janeiro, 1978. Acervo: Fundo CBI. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

ALTENFELDER, M. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra*. 11 de junho de 1970. Funabem, Setor de Relações Públicas, 1970. p. 67. Acervo: Fundo CBI. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Menores de Pacas são Aprendizes de Marinheiro. Recife, 16 de fevereiro de 1965. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Discursos e pronunciamentos**: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tânia Regina de (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

CAMARA, Sonia. **Sob a guarda da República**: infância e minoridade no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 348 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Recife: EduUFPE, 2009.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e sociedade**: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (Orgs). O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos (1964 2004). Bauru/SP: Edusc, 2004. P. 39.

REZENDE, M. J. **A ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: editora da UEL, 2001.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora da Santa Ursula, 1993.

**O que ‘1964’ nos ensina sobre os dias atuais:
 “impeachment”, sequestros, torturas e
 mortes em tempos de ditadura**

*Túlio Velho Barreto*¹

Então o meu estado era crítico. Villocq gritou lá por um militar. Trouxeram três cordas e amarraram no meu pescoço; cada um puxava para um lado e para trás. Eu ainda fazia contração muscular no pescoço para evitar que a corda me apertasse mais. Aí, saíram me arrastando.

(Depoimento de Gregório Bezerra concedido à
 Fundação Joaquim Nabuco em 1982)

Chamei dois sargentos, amarrei uma cordinha... Ele estava de calção, sem camisa. Ele saiu comigo com a cordinha no pescoço, assim, de leve. Não apertei. Saí com ele, levando um pau, com que sempre andei, mas não bati nele. Palavra de honra que não toquei nesse homem.

(Depoimento do coronel Darcy Villocq concedido à Fundação Joaquim Nabuco em 1982)

¹ É cientista político e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Foi um dos editores e autores das séries de reportagens “Na Trilha do Golpe” e “A Nova República”, publicadas pelo *Jornal do Commercio* em parceria com a Fundaj, que deram origem aos livros *Na Trilha do Golpe - 1964 Revisitado* (Massangana, 2004) e *A Nova República - Visões da Redemocratização* (Cepe, 2005), respetivamente. Ao lado da historiadora Rita de Cássia Barbosa de Araújo organizou o livro *1964 - O Golpe Passado A Limpo* (Massangana, 2006). E, mais recentemente, participou do livro *Padre Henrique - Dissimulações do Regime Militar de 64* (Arquidiocese de Recife e Olinda, 2012), como autor de um de seus capítulos. Tem artigos publicados sobre o tema em revistas e jornais do País. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9216703099667476>

Nos últimos meses, sobretudo após o golpe jurídico-parlamentar² perpetrado contra a presidenta da República Dilma Rousseff, que a limou definitivamente do cargo em 31 de agosto de 2016, temos acompanhado uma clara tentativa de se “reescrever” a história por parte daqueles que comungam com os ideários dos civis e militares que desfecharam o Golpe de 1964. E comandaram a ditadura desde então até o dia 15 de março de 1985, quando houve a posse de um presidente civil, ainda que de forma indireta. Tal iniciativa se inscreveria no contexto da assim denominada “guerra cultural”³, mais explicitamente em voga a partir de 1º de janeiro de 2019, quando da assunção ao poder de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

Embora essas tentativas de “reescrever” a história tenham ganhado ainda mais fôlego recentemente, exatamente após a posse de um ex-capitão e de um general do Exército nos mais altos cargos da República, pode-se dizer que o momento mais paradigmático a simbolizar os esforços nesse sentido tenha ocorrido mesmo um pouco antes. Ou seja, na sessão da Câmara Federal que autorizou a abertura do processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff, realizada no dia 17 de abril de 2016. Naquela ocasião, o então deputado Jair Bolsonaro anunciou o seu voto favorável à admissibilidade do processo de “*impeachment*” homenageando o coronel Brillhante Ustra, exatamente o primeiro militar responsabilizado e condenado por torturas que ocorreram após o Golpe de 1964:

² Comungo com a tese de que houve um golpe jurídico-parlamentar contra a então presidenta Dilma Rousseff porque entendo que o processo conduzido no âmbito do Legislativo e apoiado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) mostrou-se viciado desde o início. É importante lembrar que o então presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha, que conduziu a admissibilidade do pretense “*impeachment*”, só foi destituído do cargo, perdeu o mandato e preso, por decisão dos pares e dos ministros do STF, após concluído o processo contra a presidenta, apesar de todas as acusações contra ele terem sido apresentadas meses antes na Suprema Corte. Daí, entender que houve, como confundiu o senador Jucá ao seu interlocutor na conversa abaixo, um conluio para afastar Dilma Rousseff do cargo. Para as articulações na área política sugiro a leitura da elucidativa reportagem de Luiz Maklouf em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,g-8-do-impeachment-teve-reunioes-durante-um-ano,10000026435> e a transcrição do áudio do então senador Romero Jucá em <https://painelpolitico.com/leia-transcricao-na-integra-da-conversa-entre-juca-e-sergio-machado/>, ambos acessados em 20/6/2020.

³ “Guerra cultural” é o termo cunhado pelos partidários de Jair Bolsonaro e seu guru, o astrólogo e duble de filósofo Olavo de Carvalho, para designar o enfrentamento ao pensamento marxista supostamente hegemônico entre os docentes de universidades, centros de pesquisas e escolas de ensino básico.

Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. [...] Eu voto sim! ⁴ (grifos meus).

A referência final se reporta, certamente e de forma cruel, ao fato de o coronel-torturador ter comandado o famigerado e temido Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, entre os anos de 1970 e 1974, quando a ex-presidenta esteve presa e foi torturada naquela cidade⁵, após ser condenada por participação em organização política clandestina adepta da luta armada contra a ditadura. E é reveladora quando, na declaração do voto, Bolsonaro relaciona esses dois momentos (1964 e 2016) como sendo de vitória de um determinado segmento político, ali representado por um ex-capitão do Exército a homenagear alguém que sujou as mãos de sangue durante a repressão.

É fato que a maioria dos militares, em especial de alta patente, de forma recorrente, tenta defender ou mesmo defende o Golpe Civil-Militar de 1964 desde a saída do último general-ditador do cargo de presidente da República, no caso o João Baptista Figueiredo, em 15 de março de 1985. Para esses, se trata de defender a “gloriosa revolução feita em defesa da democracia”. Com efeito, as comemorações no interior da Forças Armadas (FFAA) nos dias 31 de março de cada ano, data usada pelos militares para marcar a “Revolução de 1964”, e assim escapar do dia da mentira, 1º de abril, antes um tanto quanto silenciosas, foram ficando cada vez mais barulhentas e ameaçadoras. E culminaram com aquela manifestação exatamente em um mês de abril, frente às câmeras de TV e de seus pares deputados federais.

⁴ O vídeo e o áudio do voto do então deputado federal Jair Bolsonaro podem ser conferidos em https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU. Acessado em 22/6/2020.

⁵ Conferir o verbete acerca do DOI-Codi, e do papel cumprido pelo órgão durante a repressão entabulada pela ditadura civil-militar, no acervo do Centro de Pesquisas e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>

Diante desses acontecimentos políticos tão relevantes e reveladores, aqui, pretendo tratar de alguns temas e episódios caros à nossa história, ou seja, momentos em que a democracia ora foi simplesmente morta (1964), ora foi sequestrada (2016), e até mesmo torturada, como vem ocorrendo desde a chegada ao poder dos dois militares e seus asseclas (2019). Mas, para dar face e nome a atores sociais e políticos que foram vitimados ou sofreram nos porões da ditadura por aqueles que, no passado e hoje, se autodenominam “os autênticos defensores da democracia”, farei referência a dois casos emblemáticos ocorridos em Pernambuco: Waldir Ximenes, ligado ao ex-governador Miguel Arraes de Alencar, por laços familiares e políticos, e o jovem padre Antônio Henrique, religioso muito próximo ao então Arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara.

E o farei para reafirmar o caráter do Golpe de 1964 e suas consequências. Mas também porque tenho, ao longo de anos de estudos e pesquisas sobre o tema, defendido a seguinte tese: por razões políticas diversas, como a ditadura civil-militar e os grupos paramilitares não tinham como eliminar fisicamente o ex-governador e o então Arcebispo, sem que isso provocasse imprevisíveis consequências internas, e mesmo no exterior, trataram de sequestrar e torturar Waldir Ximenes e o padre Henrique, tendo o segundo, enfim, sido executado. Era uma forma de “mandar um claro recado” a Arraes e Dom Helder, e aos adversários e inimigos da “Revolução de 1964”. Isso não deve obnubilar a relevância de ambos em suas respectivas áreas de atuação, política e religiosa, respectivamente. Mas, antes de fazê-lo, considero importante trazer uma reflexão acerca de eventos mais recentes à luz de fatos históricos já consensuados determinantes para que atores políticos e religiosos opositores da ditadura fossem perseguidos.

O “*impeachment*” de Miguel Arraes

Começo com uma reflexão acerca do episódio do afastamento involuntário do então governador Miguel Arraes do cargo em 1º de abril de

1964 – resultado da ação dos que comandaram o Golpe Civil-Militar na madrugada daquele dia – porque nos ensina como as narrativas históricas podem mudar com o passar do tempo. Em especial quando novos fatos emergem e possibilitam a elaboração de interpretações diferentes daquelas até então hegemônicas e/ou recorrentes. Isso pode acontecer, por exemplo, em função de conjunturas políticas mais favoráveis ao (re)estabelecimento – digamos – da verdade. Ou seja: nem sempre os fatos ocorreram exatamente da forma como nos querem fazer crer ou como foram inicialmente narrados. Então, se assim é, façamos um breve esforço e voltemos pouco mais de meio século, quando da interrupção do primeiro governo de Miguel Arraes e do golpe desfechado contra o então presidente João Goulart.

Como sabemos, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, tropas militares comandadas pelo general Olímpio Mourão deixaram Minas Gerais em direção ao então estado da Guanabara, onde se encontrava o presidente da República. Jango, como era amplamente conhecido, chegara ao cargo após a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, ainda em 1961, e desde sempre teve o seu governo reformista ameaçado. Para ser empossado, por exemplo, teve que ceder aos militares e aceitar a implantação do Parlamentarismo, revogado no plebiscito de janeiro de 1963. Em 1964, o objetivo de Mourão e companhia era tido como altamente patriótico pelos segmentos mais conservadores e a direita brasileira sob a bênção dos Estados Unidos. Ou seja: afastar o presidente definitivamente do cargo, cassar os seus direitos políticos, expulsá-lo do País e bani-lo da vida pública. E, ato contínuo, pôr fim à corrupção, restaurar a ordem social e garantir a democracia, afastando a iminente ameaça de se estabelecer, entre nós, uma “República Soviética” ou “Sindicalista”, como se propagava à época. Algo que nos parece bem contemporâneo.

Pelo menos essa era a narrativa então defendida pelas entidades patronais e setores mobilizados das classes médias, das igrejas, do Poder Judiciário e das FFAA, e da grande maioria dos meios de comunicação do País. Essa versão resistiu até o início dos anos 1980 também nos livros das

disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, ministradas, respectivamente, no 1º Grau (Educação Fundamental), 2º Grau (Ensino Médio) e 3º Grau (Ensino Universitário). E, até mais tarde, no discurso de políticos que se beneficiaram com o Golpe Civil-Militar, aliás, a “Revolução de 1964”, então filiados à governista Aliança Nacional Renovadora (Arena) e, após a abertura política, aos partidos que a sucederam, como PDS, PFL, PP, DEM etc., mas também a outras legendas.

No caso de João Goulart, coube ao presidente do Senado, o paulista Auro de Moura Andrade, declarar vago o cargo de presidente da República, sob os apupos e gritos de “golpista” e “canalha” da oposição, e dar a grande contribuição civil ao Golpe, aliás, à pretensa “Revolução Redentora” em curso. Em relação ao governador de Pernambuco Miguel Arraes, a colaboração decisiva dos civis viria da maioria dos deputados estaduais que, na calada da noite de 1º de abril, em sessão fechada, não hesitaram em aprovar o seu... “*impeachment*”. Sim, “*impeachment*”. Bem, um intrigado leitor ou leitora pode estar se perguntando: “Como assim, se há anos nos reportamos sempre à *deposição* de Miguel Arraes?” Ora, basta que revisitemos a cobertura jornalística de então para verificar o papel que a grande imprensa costuma adotar, majoritariamente, quando o Estado Democrático de Direito está ameaçado, e como agem os políticos adeptos da suposta “nova ordem”. Então, encaremos a primeira tentativa de construção de uma narrativa favorável acerca do Golpe de 1964.

No dia 2 de abril, por exemplo, o jornal *Estado de S. Paulo* já estampava em sua capa: “Aprovado o ‘*impeachment*’ de Arraes”. A notícia vinha ao lado de sua principal manchete: “Vitorioso o movimento democrático”, que saudava os afastamentos do presidente João Goulart e do governador Miguel Arraes e a tão aguardada assunção dos militares ao poder, apoiado, é claro, por vários líderes e ativistas políticos, empresariais, religiosos e de outros segmentos, que ali se manifestaram.

Por sua vez, no mesmo dia, o *Diário de Pernambuco* informava que, após “intensos debates”, a Assembleia Legislativa aprovava o “Projeto da

Comissão Executiva” que determinava o “*impeachment*” de Arraes “por 45 votos contra 16 e um voto em branco”. E seguia informando, sob a manchete “Paulo Guerra toma posse”, que “o governador Paulo Guerra, depois de reconhecido o impedimento do sr. Miguel Arraes, chegou ao recinto da Assembleia Legislativa (ALEPE) exatamente às 23,30”. Continua, então, esclarecendo que, concluída a votação, foi formada uma comissão de deputados “para comunicar ao sr. Paulo Guerra a decisão do impedimento do ex-governador” e conduzi-lo à Mesa da Alepe, o que ocorreu “sob aplausos”, a fim de tomar posse no cargo, declarado vago após a votação do “*impeachment*” do seu titular. Lembremos que Paulo Guerra, um dos líderes do PSD pernambucano, fora eleito vice-governador na chapa encabeçada por Miguel Arraes. Novamente, vê-se algo que nos parece muito atual, se mirarmos 2016 e a declaração de voto de Bolsonaro já citada.

Já no final da reportagem, o *Diário de Pernambuco* reproduz a Resolução da Assembleia Legislativa Nº 671, aprovada naquela noite, em uma evidente prova da celeridade e objetividade com que agiram os representantes do povo na Casa de Joaquim Nabuco para votar o “*impeachment*” do governador eleito. Em se tratando de um documento histórico, vale a pena reproduzi-lo:

EMENTA: Considera vago o cargo de Governador de Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO RESOLVE:

Art. 1º - Considerar vago o cargo de governador de Estado.

Art. 2º - Determinar que a sucessão se proceda na forma do art. 58 da Constituição do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, EM 1º DE ABRIL DE 1964

as.) Walfredo Paulino de Siqueira, Presidente; Fábio Correia, 1º Secretário; Mario Monteiro, 2º Secretário. (*Diário de Pernambuco*, 2/4/1964)

No dia 2 de março, o mesmo iria ocorrer com o prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, aliado de Miguel Arraes, apesar do que informara o *Diário de Pernambuco* no dia 1º de abril, ou seja: “Pelópidas diz que não fugiu: cogita-se de seu ‘*impeachment*’”. E de o jornal ter anunciado, em

sua edição do dia 2 de abril, que, diante da manifestação formal do prefeito, “alguns vereadores se pronunciaram contrários ao ‘impeachment’”. Tal fato não impediria a brusca mudança de opinião dos vereadores da base de apoio do chefe do executivo municipal, o que levou apenas algumas horas para ocorrer. Assim, no dia 3 de abril, finalmente, o *Diário de Pernambuco* estamparia: “Câmara *impediu* Pelópidas com votação surpreendente: 20 x 1” (grifo meu).

Nesse mesmo dia, 3 de março, os afastamentos do presidente João Goulart e do governador Miguel Arraes seriam duramente denunciados pelo então deputado federal Oswaldo Lima Filho, do PTB pernambucano, em discurso que se encontra reproduzido em seu livro de memórias *Política Brasileira, 1945-1990*. Como se verá, o discurso parece igualmente parte de nossa história recente, sobretudo se temos em mente a sessão de admissibilidade do igualmente denominado “*impeachment*” de Dilma Rousseff, aqui já referido.

Com efeito, em relação à declaração de vacância do cargo de presidente, o ex-ministro da Agricultura de Jango escancara o papel que os presidentes da Câmara e do Senado cumpriram no episódio:

Volto à tribuna, sem dúvida a mais alta do País, com a triste e desoladora impressão de quem voltasse a um templo conspurcado, degradado pelos próprios sacerdotes incumbidos de sua guarda. A posição do presidente do Congresso Nacional e do Exmo. Sr. presidente efetivo desta Casa, srs. Auro Moura Andrade e Ranieri Mazzilli, representa uma afronta aos mais legítimos ideais democráticos e, sobretudo, uma afronta à dignidade dos seus pares. O que se praticou aqui foi uma página de infâmia que degrada o Parlamento brasileiro e que, por muito tempo, permanecerá à face da Nação como uma mancha irremovível. (LIMA FILHO, 1993, p. 294)

Na sequência, o parlamentar pernambucano, que seria cassado em 1969, após a edição do Ato Institucional N° 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, aponta as motivações de Andrade e Mazzilli para declarar a vacância do cargo de presidente da República:

Mas o que se fez agora foi qualquer coisa de inominável. A Mesa do Congresso, pelo seu presidente, o ilustre aristocrata de Andradina, e o senhor presidente perpétuo, Ranieri Mazzilli, mancomunados pelo ódio, pela vingança [contra o presidente], espezinhou a vontade dos brasileiros livremente revelada nas urnas nas últimas eleições. (LIMA FILHO, 1993, p. 294)

Com relação ao afastamento de Miguel Arraes do cargo, Lima Filho travaria intenso e duro debate na tribuna com o também deputado pernambucano Arruda Câmara, representante da ala mais conservadora do Estado, que fazia ali a defesa intransigente da decisão da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco de aprovar o “*impeachment*” do governador (LIMA FILHO, 1993, p. 298-300). Tais trechos do discurso pareciam ainda ecoar nos plenários do Congresso Nacional quando da supracitada sessão ocorrido em 2016.

Como se vê, embora nem todos concordem que o “*impeachment*” de Miguel Arraes foi uma farsa e que, de fato, ele, assim como o prefeito Pelópidas Silveira, foi deposto, e também Jango, essa é a narrativa aceita e, portanto, reproduzida nos livros de história. Mas, e isso é evidente, toda a encenação em torno do “*impeachment*” de Miguel Arraes serviria para dar um verniz institucional ao que realmente ocorrera, um Golpe de Estado. Portanto, revisitar tais fatos nos faz pensar: como o mais recente “*impeachment*’ à brasileira” será visto daqui a alguns anos? Apesar das disputas em torno das narrativas acerca do afastamento em definitivo da ex-presidenta Dilma Rousseff, aqui, advogo aquela que aponta na perspectiva de que foi um golpe jurídico-parlamentar que a destituiu. Mas, diferentemente do que ocorreu em abril de 1964, quando a democracia pereceu, entendo que, em 2016, a democracia não morreu, mas foi sequestrada. A seguir, passo a expor como e porquê.

1964: morte da democracia

No início dos anos 2000, o jornalista Elio Gaspari iniciou a publicação de uma série de cinco livros sobre os bastidores do Golpe de 1964 e da

ditadura que se estabeleceu em seguida. Os precisos relatos ali expostos estão baseados principalmente em farta documentação em áudio, mas também em material textual e iconográfico, que lhe fora confiada pelo amigo e capitão do Exército Heitor Aquino Ferreira, espécie de braço direito do general Golbery do Couto e Silva – este um dos mais importantes artífices do golpe e da ditadura, e nada mais nada menos que o criador e primeiro chefe do temido e atuante Serviço Nacional de Informação (SNI). O acervo documental utilizado por Gaspari é composto de mais de 5 mil itens dos dois militares. Além dos acervos de Golbery e Ferreira, outras fontes importantes consultadas pelo jornalista foram os arquivos norte-americano com documentos acerca dos anos 1960 e 1970 a respeito do Brasil. Para tanto, Gaspari realizou pesquisas pessoalmente nos Estados Unidos.

Nas mais de 2 mil páginas da série, composta pelos livros de títulos bastante inspirados e por si só elucidativos de seus conteúdos (*A Ditadura Envergonhada*; *A Ditadura Escancarada*; *A Ditadura Encurralada*; *A Ditadura Derrotada*; e *A Ditadura Acabada*), além de cobrir todo período desde a conspiração até o final da passagem dos militares pelo poder, Gaspari expõe o grau de conhecimento e convivência dos comandantes militares com a eliminação física de seus opositores, indistintamente classificados como “comunistas”, o que, nos dias de hoje, voltou a não soar tão estranho, assim como as cada vez mais recorrentes tentativas de contestar que houve sequestros, torturas e assassinatos naqueles anos.

Por exemplo, em *A Ditadura Escancarada* (2002, p. 402-404) e em *A Ditadura Derrotada* (2003, p. 324-325), Gaspari transcreve os áudios de conversas do general Ernesto Geisel, então recém escolhido pelas FFAA para sentar na cadeira presidencial, com o tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo e o general Dale Coutinho, respetivamente. Nas conversas, o general Geisel é informado acerca da operação militar no Araguaia, que culminou com a eliminação física de militantes de esquerda, mesmo após a rendição ou a detenção dos que lá atuavam. A ação do Exército, conforme lê-se nos referidos livros, contava com apoio explícito do general Geisel,

que a certa altura chega a perguntar aos seus interlocutores porque não se liquidou com todos os militantes capturados e a afirmar o seguinte: “Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser” (GASPARI, 2003 p. 324).

A partir da leitura da obra de Elio Gaspari, para não recorrer a outras fontes, talvez tidas como “doutrinadoras” pelos adeptos da “guerra cultural”, fica claro que o Golpe de 1964 e o regime que o sucedeu significaram a morte da democracia no Brasil. Daí serem assim denominados: golpe e ditadura. Isso a despeito da Constituição Federal de 1946, que dera início ao período democrático inaugurado com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e finalizado com a implantação do ciclo militar no país em 1964, só ter sido substituída em 1967, com a outorga de uma nova Carta Magna. Ocorre que a edição de Atos Institucionais (AI), adotados já nos primeiros dias desse ciclo, a violentara e a tornara letra morta. Portanto, o Estado Democrático de Direito não prevalecia mais e a conjuntura autoritária só iria se agravar a partir de então, sobretudo após 1968 com a edição do AI-5, que impôs o fim de toda e qualquer possibilidade de liberdade de expressão e de resistência pacífica ao regime autoritário, e mesmo do simples e inalienável direito de ir e vir, incluindo a suspensão do *habeas-corpus*.

Pois bem, essa história, apesar da recusa de setores das FFAA e dos partidários da “guerra cultural” em reconhecê-la, o que é absolutamente preocupante, mas não tão relevante para os anais da História, está contada. Hoje, talvez, seja o caso de se começar a escrever também a história do sequestro da democracia e, conseqüentemente, da cidadania no Brasil a partir de 2016.

2016: o sequestro da democracia

De fato, 2016, com o golpe parlamentar-jurídico desferido contra uma presidenta eleita – golpe apoiado por setores da grande mídia e agentes econômicos –, seguido de uma série de atos perpetrados no âmbito do

Judiciário e de ameaças de chefes militares, pode-se defender a tese de que isso representou o sequestro da democracia brasileira. E, diante dos violentos ataques aos direitos sociais consagrados pela CF de 1988 – para continuar a usar a linguagem empregadas em períodos de exceção –, e das medidas autoritárias adotadas a partir da assunção ao poder do então vice-presidente Michel Temer, aprofundadas após a eleição do ex-capitão e do general para comandar o País, pode-se dizer, igualmente, que a democracia tem sido alvo de recorrentes torturas.

As sucessivas reformas da legislação trabalhista, que solaparam diversos direitos consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e que foram reafirmados ou ampliados pela Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, associada à reforma da previdência social, são exemplos da dimensão dos ataques que as políticas econômicas de corte liberal e autoritárias têm feitos aos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. Em outras palavras, ao mundo do trabalho; seja aos que estão ou buscam o mercado de trabalho, seja aos que estão em vias de se aposentar ou já estão nesse regime.

Mas não é só. Medidas do governo federal determinam a redução drásticas no número de instâncias de intermediação entre o Estado e setores da Sociedade Civil (conselhos, fóruns, comitês etc.), colocando ainda mais em xeque o frágil Estado de Bem-Estar Social, que resultou da Carta Magna de 1988. Entre as instâncias que foram atingidas estão, por exemplo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional dos Direitos à Pessoa com Deficiência, Conselho Comissão Nacional de Política Indigenista, Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, Conselho Nacional das Florestas, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTs, Comitê Gestor de Internet no Brasil. Tais conselhos resultaram da criação da Política Nacional e do Sistema Nacional de Participação Social e contribuíram, entre 2002 e 2016, para a formulação de políticas públicas

voltadas aos segmentos social e economicamente mais vulneráveis da população brasileira.

Entretanto, o pior estaria por vir, quando o próprio presidente, sua família e membros do governo praticamente passaram a incentivar os frequentes ataques ao Poder Legislativo, representado, nesse caso, pelo Congresso Nacional e seus dirigentes, e o Poder Judiciário, no caso, especificamente voltando-se contra o STF, sua instância máxima. Portanto, ampliando ainda mais a crise política iniciada em 2016 e transformando-a em uma crise institucional, na medida em que esses ataques tendem a afetar o necessário equilíbrio entre os poderes constituídos da República, pressuposto da existência do Estado Democrático de Direito. Quanto ao Judiciário, até o momento em que este texto é escrito, os ataques culminaram, por um lado, com a declaração do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, em reunião ministerial, quando literalmente apontou em direção à sede da Suprema Corte e defendeu que se colocasse **“na cadeia esses vagabundos todos, começando pelo[s ministros do] STF”**⁶.

E, por outro lado, pode-se apontar as manifestações em frente à sede da Suprema Corte, em que membros de um grupo de extrema-direita autodenominado “300 do Brasil” atirou fogos de artifícios em direção àquela edificação, após a tentativa de invasão ao Congresso Nacional. Tal grupo já fora responsável por outras manifestações e ameaças contra o Congresso Nacional, em frente do qual manteve acampamento durante vários meses, e o STF. E contou com o apoio do presidente, seus filhos – todos políticos com mandatos legislativos –, ministros e outros membros do governo federal, que os visitava com frequência nos fins de semana, sobretudo o presidente da República. Por decisão da Polícia Civil do Distrito Federal o grupo de traço paramilitar e miliciano, segundo

⁶ O momento da declaração do ministro pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=P3Rnn8vfOzs>. A reunião, ocorrida no dia 22/4/2020, foi publicizada por decisão do ministro Celso de Melo, do STF, no âmbito das investigações iniciadas logo após a saída do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que denunciou publicamente o presidente da República por interferência na Polícia Federal do Rio de Janeiro, supostamente para impedir investigações envolvendo seus familiares. A autorização para a sua divulgação e veiculação foi no dia 22/5/2020, exatamente um mês após a realização da reunião.

manifestação processual do STF, teve o seu acampamento desmontado e é alvo de investigações movidas em vários níveis.⁷

E agora?

Se a ainda tão jovem democracia brasileira resistirá a tais ataques, ainda não se sabe. O certo é que, paradoxalmente, o Golpe de 1964 foi desencadeado a partir das ações do comandante militar da 4ª Região Militar, o general Olímpio Mourão Filho, coincidentemente o mesmo sobrenome do atual e real representante das FFAA na chapa eleita em 2018, o vice-presidente Hamilton Mourão. Já o presidente Bolsonaro nunca pareceu gozar de muito prestígio junto aos seus superiores. Além de ter tido uma tumultuada passagem pelo Exército, com a carreira interrompida por decisão de seus superiores, é relevante lembrar a resposta do próprio general Geisel acerca da participação de militares na política. Em 1993, indagado pelos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina d’Araújo, o general Geisel afirmou o seguinte: “Presentemente, o que há no Congresso? Não contemos o Bolsonaro. Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mal militar” (D’ALMEIDA; CASTRO. p. 113).

A propósito da coincidência de nomes e da aproximação que, aqui, se fez entre o significado de 1964 e os dias atuais, é relevante lembrar Karl Marx, que talvez se surpreendesse ao saber que, mais de um século e meio de sua morte, o fantasma do comunismo ainda costuma amedrontar e tem sido usado como pretexto para a adoção de medidas liberais no campo econômico, e autoritárias e conservadoras em termos políticos e culturais. Em seu mais importante livro de análise política, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (1988, p. 3-82), baseando-se em uma ideia original de Hegel, mas, no seu entendimento, incompleta, já chamava a atenção

⁷ Para informações acerca dos “300 do Brasil” e os ataques ao Congresso Nacional e ao STF, conferir os links <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53053329> e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/ministros-do-stf-e-governo-do-df-suspeitam-de-inacao-da-pm-em-ataque-a-corte.shtml>, ambos acessados em 25/6/2020. No Youtube há imagens dos dois ataques em https://www.youtube.com/watch?v=Q_FFu5KTIWQ, acessado em 25/06/2020.

para o fato de que alguns fatos históricos parecem ocorrer duas vezes: a primeira, como tragédia; a segunda, como farsa. A análise de Marx se reporta a dois fatos históricos e duas personagens com o mesmo nome: Bonaparte, o tio Napoleão e o seu sobrinho Luís. Se vivo fosse, e observando o Brasil, talvez mudasse sua formulação e dissesse que, repetidos tantas vezes em tão pouco tempo, alguns fatos tendem a ocorrer mesmo como tragédia e farsa.

Mas, para melhor refletir sobre o presente, é relevante voltar-se para o passado e trazer à tona o que a morte da democracia pode trazer como consequência. Porquanto, os dois casos que serão expostos a seguir bem demonstram como agiram o aparelho repressor do Estado e grupos paramilitares, como Comando de Caça aos Comunistas (CCC) durante a ditadura, logo após o Golpe de 1964, envolvendo, no caso, Waldir Ximenes, e no ano seguinte à decretação do famigerado AI-5, tão decantado e defendido desde a assunção do governo Bolsonaro-Mourão, no caso do padre Henrique. E que vêm mostrar que, sim, houve sequestro, prisão, tortura e morte no período, a despeito do que dizem os saudosistas daqueles tempos terríveis de nossa acidentada história republicana.

O caso Waldir Ximenes

Há uma foto bastante emblemática da saída do governador Miguel Arraes do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, em 1º de abril de 1964, no momento em que ele era conduzido à prisão, após ter sido deposto pelos militares que lideraram o Golpe em Pernambuco. Nela, pode-se ver Waldir Ximenes, então presidente da Companhia de Revenda e Colonização (CRC), dirigindo o seu Fusca, tendo ao lado um militar, e, no banco de trás, o governador deposto, escoltado por um segundo militar.

Ximenes, como era conhecido, era, igualmente, uma espécie de conselheiro e confidente político informal de Arraes e, naquele dia, participara de longas reuniões no Palácio ao lado do prefeito do Recife, Pelópidas

Silveira, e do superintendente da Sudene, Celso Furtado, entre outros aliados. O grupo passara o dia analisando os últimos fatos e possíveis desdobramentos, até que, finalmente, foi dada voz de prisão ao governador e ordem para que todos deixassem o Palácio⁸. Ximenes não foi preso na ocasião, mas não escaparia dos porões da ditadura.

Funcionário do Banco do Brasil (BB), Ximenes assumiu a CRC após a posse de Arraes, em 1963. O órgão fora criado, em 1958, ainda no Governo Cid Sampaio. Mas, segundo o professor da UFPB Gustavo Ferreira da Costa Lima, em estudo sobre o tema, foi na gestão de Ximenes que a CRC passou a encarar de forma bastante ampla a estrutura agrária. Para tanto, ampliou o acesso ao crédito rural e empregou maior dinamismo e diversificou a atuação no setor de revenda, áreas tidas como estratégicas para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do campo, compromisso assumido por Arraes durante a campanha eleitoral (COSTA LIMA, 1983).

Por sua atuação à frente da CRC, e pelo fato de ser um dos mais próximos auxiliares de Arraes, Ximenes foi sequestrado, preso e torturado já em abril. Na ocasião, nem sequer os familiares sabiam onde ele estava e das torturas sofridas. Isso só foi possível após várias denúncias, que geraram um inquérito, logo engavetado. As torturas registradas ocorreram nos dias 18, 20 e 21/4/1964, no 7º Regimento de Obuses (7º RO), em Olinda. Mas, segundo familiares, pode ter se prolongado. O fato é que quase o mataram. Isso fica evidente após a leitura do laudo do médico Lalor Motta, que dá detalhes das torturas a que Ximenes foi submetido⁹.

Com efeito, o referido exame físico em Ximenes só foi realizado em 15/6/64, após sua transferência para o Hospital Geral do Exército (HGE),

⁸ Conferir entrevista de Pelópidas Silveira à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em 23/1/1985, no âmbito do Projeto de História Oral “O Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste” e a entrevista de Waldir Ximenes para o mesmo projeto concedida em 27/7/1983.

⁹ O laudo médico do doutor Lalor Motta nos foi cedido pelo filho mais novo de Waldir Ximenes e Ivone Arraes de Alencar Ximenes, esta prima de Miguel Arraes e criada junto aos irmãos e irmãs de ambos, o também médico Ricardo Arraes de Alencar Ximenes. Trata-se de documento privado pertencente à família, que o recebeu nos anos 1990 das mãos do filho do médico. E nunca havia sido tornado público até 2013, quando foi uma das fontes que utilizei para escrever a série de três artigos para o *Jornal do Commercio* (PE), publicados nos dias 12 e 29/1/2013, e 28/2/2013 sobre o caso. Posteriormente, uma cópia foi entregue à Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), que incluiu o caso de Waldir Ximenes em suas investigações a partir das denúncias apresentadas nos referidos artigos.

e conclui que ele “foi vítima de graves lesões traumáticas”. Além disso, traz detalhes das sessões de tortura, que incluía horas de espancamento no “pau de arara” e inúmeros choques elétricos, e aponta as lesões provocadas, incluindo duas vértebras quebradas, um rim deslocado e nervos das mãos afetados. As visitas de Lalor Motta foram feitas a pedido da esposa e, posteriormente, o laudo médico atendeu posteriormente a demandas de médicos do HGE, provavelmente porque não quiseram receber Ximenes sem o registro do que ocorrera antes, com receio que ele viesse a morrer ali, tal era o seu estado.

As torturas deixaram sequelas físicas e, ainda em 1966, foram denunciadas no livro *Torturas e Torturados*, de Marcio Moreira Alves, que, para escrevê-lo, entrevistou médicos e militares que estiveram com Ximenes no HGE. E, pela descrição do caso, parece estar baseado, também, no laudo do médico Lalor Motta, então professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, hoje, UFPE. Depois, no dia 9/10/64, Ximenes ainda seria exonerado do BB por meio de decreto da Presidência da República.

Embora o caso do sequestro, prisão e tortura de que fora vítima Waldir Ximenes tenha sido relativamente esquecido com o passar dos anos, por discricção dele e de seus próprios familiares em tratar o episódio publicamente, o que findou com a descoberta do laudo médico e a publicação de três artigos meus em um jornal local, há outros registros importantes, como aqueles contidos na trilogia de memórias do militante comunista e escritor Paulo Cavalcanti, também ele vítima da ditadura, *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*.

De fato, no primeiro volume, o memorialista se refere nos dois últimos capítulos às suas prisões em várias unidades do então IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste, e identifica militantes que foram submetidos à tortura e alguns militares acusados de tê-las executado (CAVALCANTI, 1980a, 353-428). No segundo, há referências explícitas a Ximenes como “um dos presos mais torturados do Recife, com várias costelas quebradas e um rim deslocado, além de queimaduras pelo corpo, de pontas de cigarro” (CAVALCANTI, 1980b, p. 12). A acusação? A CRC

armazenava armas e treinava camponeses para guerrilhas (FREIRE, 1986). No terceiro, há nova referência a Ximenes e aos militares acusados por torturas, inclusive no 7º RO, onde Ximenes esteve preso no mesmo período em que lá já se encontrava o memorialista. Ximenes fora identificado por outros presos que ali chegavam quando já fora “barbaramente torturado três dias seguidos. Descolaram-lhe um rim, de tantas bancadas pelo corpo” (CAVALCANTI, 1982, p. 317). O processo contra Ximenes está amplamente esmiuçado em Freire (1986)

Quando os casos de torturas em Pernambuco começaram a ser denunciados, em especial pelo jornalista Márcio Moreira Alves, e ganharam repercussão nacional, o governo federal enviou ao Nordeste o chefe-do-gabinete Militar Ernesto Geisel para apurá-los. Tal iniciativa ficou conhecida como “Missão Geisel” e ocorreu em setembro.

Ao abordar tal passagem, em seu livro *A Ditadura Envergonhada*, Gaspari (2002, p. 145-148) cita documento em que Geisel refere-se a “um reduzido número de casos em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco”, destacando que estes estavam sendo apurados e “que a prática dessas torturas, segundo as queixas formuladas, teria ocorrido na fase inicial da Revolução”. Lembra, então, o caso de Gregório Bezerra e de “um preso” – provavelmente, se tratasse de Ximenes. E ressalta que Geisel “tomou depoimentos, recebeu laudos médicos – entre os quais, dada pelo coronel-médico que dirigia o hospital geral do Exército do Recife (HGE), uma coleção de radiografias de um preso que tivera três vértebras fraturadas” (GASPARI, p. 146). É provável que conste no documento catalogado por Gaspari o nome do preso e dos militares envolvidos. De toda forma, Cavalcanti e Alves, aos quais já me referi, apontam alguns. Há igualmente referência ao (à época das torturas em Ximenes) coronel Antônio Bandeira, que teria sido conivente ou mesmo participado de sessões de tortura, conforme aponta MAKLOUF (2004, p.41) em seu livro ao citar os relatórios elaborados no âmbito do Projeto Tortura Nunca Mais (ARQUIDIOCESE..., 1985).

Morto em 1999, o único registro deixado por Waldir Ximenes sobre a prisão e as torturas sofridas foi um depoimento concedido à pesquisadora Eliane Moury Fernandes, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em 1983, no âmbito do Projeto de História Oral “O Movimento Político-Militar de 1964 no Nordeste”, idealizado e conduzido pelo geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, então diretor de seu Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (Cehibra)¹⁰. Nele, Ximenes conta:

estive preso durante 10 meses, dos quais cerca de 60, 90 dias, não sei bem, incomunicável, e sem a minha mulher saber, absolutamente, onde eu estava. Veio a descobrir, naturalmente, depois de bater nas portas de todos os quartéis, de ir atrás de todos os coronéis. Encontrou-me, nessa época, com menos de 40 kg.

Sobre as torturas, Ximenes, antes reservado acerca do tema, continua: “Quando fui encontrado, tinha um rim perfurado, uma costela e duas vértebras quebradas”. E lembra que a versão oferecida, como de praxe, foi a de que sofrera uma queda e se machucara antes de ser preso. Por fim, critica o general Geisel que, mesmo de posse do dossiê sobre sua situação, nada fez. Em seu depoimento, Ximenes afirma ainda, aparentemente resignado: “Sofri, mas escapei”.

Na ocasião, Ximenes já era casado com uma “prima-irmã” do governador Miguel Arraes quando dirigiu a CRC, que teve relevante papel em seu primeiro governo (1963-64), daí alguns se reportarem a ele como cunhado do ex-governador. Não foi o único preso político sequestrado e torturado em Pernambuco no início da ditadura militar. Nem sequer o mais conhecido, basta que lembremos do caso de tortura pública a que foi submetido o líder comunista Gregório Bezerra pelas ruas do bairro de Casa Forte, no Recife. O que impressiona, e faz de seu caso algo destacável, é a brutalidade usada contra ele e a existência de, pelo menos, dois

¹⁰ O Cehibra/Fundaj possui igualmente um longo depoimento de Gregório Bezerra em que tais fatos são narrados em detalhes por ele, assim como o depoimento do coronel Darcy Villocq, que o torturou barbaramente na presença de dezenas de pessoas e das câmaras da TV Jornal (PE). Assim como o citado depoimento de Waldir Ximenes, estes também estão disponíveis para consulta de pesquisadores e interessados no acervo daquela instituição.

registros irrefutáveis das torturas a que foi submetido e das sequelas deixadas, um deles público desde 1966. E o outro o já citado laudo do médico Lator Motta, que passarei a detalhar mais a seguir.

O primeiro dos registros está no supracitado documento “Exame realizado pelo professor Lator Motta no paciente Sr. Waldir Ximenes de Farias, ora internado no Hospital Geral do Exército (HGE), no Recife”, em papel timbrado, com o nome e dados do médico, além de rubricado e assinado no final. É datado de 5/8/64. O segundo está no “Relatório da Comissão Civil de Investigação” (CCI), instituída pelo general Mourão Filho, então comandante do IV Exército, e o governador Paulo Guerra, vice de Arraes, que assumira após o golpe. É datado de 5/10/64 e foi entregue ao general Lira Tavares em 8/10/64¹¹. A CCI foi criada para “inspecionar as condições em que estavam os prisioneiros políticos, custodiados pelas autoridades militares e civis, dada a publicidade feita em torno do assunto, por alguns órgãos da imprensa do sul do País”, conforme encontra-se transcrito em Alves (1966, p. 66).

O documento do médico Lator Motta ratifica a descrição feita por Ximenes das torturas sofridas e cita, inclusive, os dias em que estas ocorreram (18, 20 e 21/4/64). Em seguida, refere-se aos atendimentos feitos por dois médicos militares Antônio Melo e Armando Carneiro e aos resultados dos exames feitos pelo doutor José Rodrigues. Está baseado neles e nas três visitas que o médico Lator Motta fez a Ximenes no 7º RO e HGE. Aponta ainda que o paciente sofreu contusão e rotação do rim direito, fratura do corpo da 1ª vértebra lombar, tinha cicatrizes em várias partes do corpo e outras sequelas por “graves lesões traumáticas”.

Já a CCI, formada pelos presidentes do Tribunal de Justiça do Estado, da Assembleia Legislativa, da Associação de Imprensa de Pernambuco e da Ordem dos Advogados do Brasil / Seção PE, além do Procurador Geral do Estado e do Vigário Geral da Arquidiocese de Olinda e Recife, visitou unidades militares locais, além da Casa de Detenção e o Hospital da Tamarineira, ambos localizados no Recife. No Relatório, a CCI dedica especial

¹¹ Em Alves (1966, p. 65-85) é possível ler o referido Relatório na íntegra.

atenção às condições de Ximenes, que se encontrava, “iniludivelmente, alquebrado, apontando como sequela do espancamento, fratura da 2ª vértebra lombar e deslocamento do rim direito”. E conclui: “há de se considerar a intensidade e a gravidade dos fatos referidos nos depoimentos dos queixosos. Neste particular [...] verifica-se que quatro casos se destacam de modo a merecer especial atenção”, entre eles, cita nominalmente Waldir Ximenes (ALVES, 1966, p. 79).

Portanto, observa-se que, ainda nos primeiros dias da ditadura civil-militar que se estabelecera no Brasil, casos dessa natureza ocorreram no Brasil, e não apenas após as ações armadas de grupos de esquerda como, muitas vezes, se quer fazer crer, tanto por parte de militares como também por parte de certa historiografia acerca do período, até mesmo por ex-militantes de esquerda. O segundo caso, ao qual vou me referir em seguida, ocorreu após a decretação do AI-5, como já destaquei.

O caso do padre Henrique

Trazer à tona o caso do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto é importante por vários aspectos. Por um lado, é interesse dar uma pequena contribuição à historiografia sobre um crime cometido pelo aparelho de Estado e o CCC durante o regime militar (1964-85), preenchendo, assim, uma lacuna deixada por parte da imprensa e instituições na cobertura e nos eventos em torno dos 50 anos do assassinato do padre Henrique, como era conhecido, completados em 2019. Mas, por outro lado, também porque pouco se tem escrito ou dito acerca da tentativa de punir os acusados pelo crime ainda nos anos 1980, inclusive no âmbito das investigações da CEMVDHC, apesar do hercúleo e esclarecedor trabalho ali desenvolvido. Iniciativa que, em 1988, foi assumida, quando o crime estava prestes a prescrever, pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o procurador-geral de Justiça à época, Telga Gomes de Araújo.

De fato, em 1988, o procurador-geral reabriu o processo sobre a morte do padre Henrique, ocorrida em 27 de maio de 1969. Com isso, tentava impedir a prescrição do crime que vitimou um dos mais jovens,

atuantes e próximos auxiliares de Dom Helder Câmara. Para tanto, designou o então promotor Célio Avelino de Andrade, que, após analisar mais de três mil páginas do processo, elaborou parecer apontando as circunstâncias em que o crime ocorreu e os nomes dos envolvidos, dois dos quais, à época, já falecidos. Em seguida, entendendo não ter competência legal para oferecer denúncia-crime, que envolvia um procurador de Justiça, Bartolomeu Gibson, devolveu o processo ao procurador-geral.

Como chefe do MPPE, Telga Araújo elaborou e ofereceu inédita denúncia-crime contra os acusados pelo sequestro, tortura e assassinato do religioso. E designou a promotora Anamaria Torres Campos de Vasconcelos para acompanhar o processo no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Mas, apesar de o juiz Nildo Nery dos Santos, da 2ª Vara Privativa do Júri, ter acatado a denúncia-crime, o TJPE concedeu ordem para trancar a ação penal. Falava-se em "revanchismo", embora o procurador-geral baseasse a denúncia-crime exclusivamente no processo, o que já atendia aos anseios da sociedade por justiça e reparação.

Tais fatos foram amplamente divulgados pela mídia, inclusive a imprensa nacional, que noticiou os desdobramentos do processo. E eram acompanhados pela sociedade e suas entidades, que se manifestavam a favor da ação do MPPE e do julgamento dos denunciados. O País vivia a transição para a democracia. Em Brasília, o Congresso Constituinte elaborava a nova Carta, que restabeleceria a democracia e o Estado de Direito. Em Pernambuco, Miguel Arraes havia sido eleito em nome da esperança e o seu governo gerava enormes expectativas, inclusive em relação à atuação do MPPE.

A chamada “Constituição Cidadã” só foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Nela, alargaram-se os direitos sociais, individuais e coletivos, como em nenhum outro momento de nossa história. Com isso, o Ministério Público ganhou outra dimensão transformando-se em “agente da cidadania”, no dizer de uma das principais especialistas na área, Maria Tereza Sadek. De fato, para ela, após 1988, o Ministério Público, a partir da ação de seus membros, tornou-se “um ator relevante”, como

poucas vezes – se alguma – presenciou-se, em tão curto espaço de tempo, uma instituição sair da obscuridade alçando-se para o centro dos refletores. Quer atuando nos limites de suas atribuições legais, quer promovendo atividades fora do gabinete, os integrantes do Ministério Público vêm marcando presença, e, conseqüentemente, provocando reações. (SADEK, 2000, p.3)

Mas, em Pernambuco, o Ministério Público, antes mesmo da promulgação da nova Carta Magna, agindo de forma inédita, inovava ao transformar-se em caixa de ressonância dos anseios da sociedade e suas entidades representativas. Foi o que ocorreu ao longo do ano de 1988, quando o MPPE não mediu esforços e, superando preconceitos e reações, reabriu o processo envolvendo o brutal assassinato do padre Antônio Henrique. Começava a atuar, assim, como instituição “agente da cidadania”, no caso, em consonância, por exemplo, com o “Comitê pela não prescrição do crime contra o padre Henrique”, formado pela Ordem dos Advogados do Brasil / Seção PE, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, Comissão de Justiça e Paz, Centro Josué de Castro, Grupo Tortura Nunca Mais, os Sindicatos de Jornalistas e Radialistas de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco e os Conselhos das Igrejas Anglicana e Metodista.

Portanto, após anos de farsas, quando os entes públicos fingiam investigar e se negavam a apontar os verdadeiros culpados pelos crimes da ditadura civil-militar, em especial nos chamados “anos de chumbo”, inaugurado com a decretação do AI-5, o MPPE não se omitiu e cumpriu sua nova missão institucional. E assim escreveu uma importante página em sua história, antes mesmo de a Constituição Federal lhe reservar o papel de guardião dos direitos da sociedade. Infelizmente, a iniciativa do TJPE terminou por servir durante muitos anos de parâmetro para arquivar outros processos. Com isso, em 1988, perdeu-se grande oportunidade de se dar novo rumo à própria democracia, que só existe se preservado o “direito à verdade e à memória” no âmbito de uma Justiça de Transição. Ou seja, em que se investigue os crimes perpetrados pelo Estado, se identifique os

envolvidos, se faça as devidas reparações aos atingidos e os seus familiares, e se crie as condições para que os envolvidos nos crimes de sequestro, tortura e morte sejam devidamente julgados.

Em 1994, enfim, o processo foi arquivado. Mas as 12 laudas da denúncia-crime foram publicadas na íntegra nos jornais do Estado em 19 de agosto de 1988 e transcritas nos Anais da Alepe, à época, a principal caixa de ressonância daqueles acontecimentos¹². Como os que foram ali denunciados não poderão mais pagar por seus atos, a denúncia-crime deve ser urgentemente integrada à história, pois ali estão os fatos, os nomes e as ações de cada um dos envolvidos no bárbaro crime. Porquanto, parte dessa história já foi contada em detalhes noutra ocasião (VELHO BARRETO, 2012, p. 215-241)¹³, mas é relevante referenciá-la aqui, pois a sociedade tem o direito e o dever de conhecê-la sob pena de que se repitam tanto os crimes contra a humanidade como a impunidade alcançada pelos que os comentem. Também porque a CEMVDHC, após longo período de investigações, consegui, enfim, apontar, em definitivo, o envolvimento de pessoas ligadas ao aparelho repressor do Estado e ao CCC como os autores do bárbaro crime contra o padre Henrique.

De fato, em 1º de junho de 2012, através da Lei 14.688, o governo estadual criou a CEMVDHC com o objetivo de investigar e tornar pública as violações dos direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 por motivação política em Pernambuco ou contra pernambucanos em outros territórios. A Comissão focou, sobretudo, os casos ocorridos após o Golpe de 1964¹⁴.

¹² A denúncia-crime e a cota apresentadas pelo procurador-geral constam da Ata da Nonagésima Quarta Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, da Alepe, e a denúncia-crime também está transcrita no link <https://minasi.com.br/posts/politica/morte-do-padre-henrique-conheca-o-caso-atraves-da-denuncia-do-mppe-em-1988>, acessado em 18/06/2020.

¹³ O referido trabalho foi baseado nos arquivos pessoais do ex-procurador chefe do MPPE, o que incluiu pesquisa em dezenas de recortes de jornais, principalmente *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* (PE) e *Folha de Pernambuco*, do período de 11/3/1986 a 25/10/1988, além de dezenas de documentos relativos à denúncia-crime.

¹⁴ Informações acerca da CEMVDHC e os resultados alcançados podem ser acessadas em <http://www.acervo-cepe.com.br/acervo/arquivos-da-comissao-estadual-da-memoria-e-da-verdade-dom-helder-camara>. Acessado em 25/6/2020.

No caso do bárbaro assassinato do padre Henrique, a CEMVDHC teve acesso à documentação inédita, e até então mantida em sigilo, que comprova inequivocamente a perseguição dos órgãos repressores do Estado junto a Dom Helder e ao padre Henrique, e a outros religiosos. Mas, principalmente, identificou quem foram os envolvidos na execução do jovem religioso, alguns dos que já tinham sido apontados pelo MPPE em 1988. E os resultados das investigações corroboras com a denúncia-crime quanto às motivações e às circunstâncias do bárbaro assassinato. No entanto, a Comissão foi mais além e, com base na referida documentação, desnudou a farsa montada pelo governo federal à época das investigações policiais para poupar os assassinos, em função dos “bons serviços prestados à Revolução”¹⁵.

Considerações finais

Como cientista político e sociólogo, e não historiador, me propus a fazer algo próximo aos que se dedicam a escrever ou a tratar o que se convencionou denominar de “história do tempo presente” (DOSSE, 2012; FERREIRA, 2000). Ou seja, sem deixar de recorrer à história em seu sentido clássico, por assim dizer, à “história do passado”, procurei expor meus pontos de vista acerca do “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff à luz dos pretensos “*impeachments*” de Miguel Arraes, sobretudo, e de Pelópidas Silveira. Assim, apontar como, ainda em 1964, no calor dos acontecimentos em torno do golpe de Estado, tentou-se construir uma narrativa que objetivava dar um verniz democrático à ruptura do Estado de Direito. E trazer para os dias atuais tal debate na medida em que se trava, desde 2016, uma disputa de narrativas quanto ao processo que afastou em definitivo a então presidenta da República do cargo para o qual fora reeleita em 2014.

¹⁵ Para o caderno contendo o relatório completo do assassinato do padre Henrique da CEMVDHC, acessar https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenci-ano/5/5/c/55c1abeecaфdoabbae4b932a4f839dca8eba483a5a84974acобco154787c17e2/af5149e0-99a3-4260-ade6-bf8d21b65ofe-Caderno_da_Memoria_e_Verdade_-_Vol_2.pdf. Acessado em 25/6/2020.

Da mesma forma, contribuir para o debate em torno do momento político que atravessamos, de profunda crise política e institucional, quando se discute até que ponto o Estado Democrático de Direito está novamente ameaçado, e, conseqüentemente, a democracia, face às medidas políticas adotadas e as atitudes tomadas pelo governo Bolsonaro-Mourão. E o tipo de apoio que os mandatários têm buscado nos segmentos da sociedade civil que têm desprezado as instituições democráticas, saudosistas ou adeptos que de um regime ditatorial. Em 2020, diante do aparelhamento do Estado por membros das FFAA, tem-se um governo mais militarizado que os próprios governos comandados por generais durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido, tenho defendido a tese de que, se a democracia sofreu tutela militar durante e após a transição política dos anos 1980, desde 2019 até o momento em que este texto é escrito têm-se um governo exercido por militares, não mais apenas tutelado por eles.

Como consequência do que expus até aqui, incluindo essas linhas finais, foi que desenvolvi a ideia de que a nossa democracia foi morta em 1964, sequestrada em 2016 e vem sendo torturada desde 2019; para tanto, como se percebe, considere fazer uso do linguajar tão em voga a partir da chegada do atual presidente à cena política, em especial no plano nacional.

Finalmente, na esteira do propósito de refletir acerca do (ou historiar o) tempo presente, me debrucei, igualmente, sobre dois casos, entre tantos, que considero paradigmático de perseguição, sequestro, prisão, tortura e, em um deles, de assassinato de relevantes colaboradores das duas principais lideranças (políticas e religiosas) em Pernambuco nos idos dos anos 1960. No caso, Waldir Ximenes, ligado pessoal e politicamente ao então governador Miguel Arraes, barbaramente torturado após ser sequestrado e preso por agentes do aparelho repressivo do Estado, e o padre Henrique, ligado pessoal e religiosamente ao Arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara, sequestrado, torturado e assassinado por agentes desse mesmo aparelho repressivo em colaboração com membros do CCC.

E, a partir de pesquisas feitas em fontes primárias e secundárias, trazer à luz tais personagens, e os trágicos momentos a que foram

submetidos e vitimados, quando se tenta, como chamei a atenção na introdução desse texto, “reescrever” a história e negar fatos já incorporados à nossa historiografia. Tal iniciativa, dizia, reveste-se de especial razão: por um alado, avivar a memória dos que viveram ou conhecem / reconhecem tais fatos e, por outro lado, chamar a atenção ou despertar a curiosidade daqueles que, por quaisquer que sejam as razões, tendem a acreditar, ou mesmo acreditam, nessas novas (ou velhas, como se tentou aqui mostrar) narrativas. E assim contribuir para o debate em torno da natureza do Golpe de 1964 e suas consequências, com o objetivo de manter vivo na nossa memória esse *passado* para que melhor se compreenda o *presente* e, portanto, se evite repeti-lo no *futuro*.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Editora: Rio de Janeiro, 1966.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **BRASIL: NUNCA MAIS**. Petrópolis, Vozes, 1985.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes, 1º vol. Recife: Editora Guararapes, 1980a.

_____. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**: memórias políticas, 2º vol. Recife: Editora Guararapes, 1980b.

_____. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi**: nos tempos de Prestes, 3º vol. Recife: Editora Guararapes, 1982.

COSTA LIMA, Gustavo Ferreira. **O governo Cid e o governo Arraes através da atuação da CRC: uma análise histórica da conjuntura de Pernambuco em dois momentos**. 68 f. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan./jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREIRE, Homero. **Confissões do tempo anterior**. Recife: Fundarpe, 1986.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LIMA FILHO, Oswaldo. **Política brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MAKLOUF, Luiz. **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: *Marx*, vol. II. São Paulo: Nova Cultura, 1988, p. 3-82 (Coleção Os Pensadores).

VELHO BARRETO, Túlio. **Na trilha do golpe** – 1964 revisitado. Recife: Massangana, 2004.

_____. A morte e as mortes do padre Henrique. In: PADOVAN, Isairas *et alli* (orgs.). **Padre Henrique: dissimulações do regime militar de 64**. Recife: Ed. dos Organizadores, 2012, p. 215-241.

Acervos, política e sociedade

O *modus operandi* do DOPS-PE e o seu papel em “Defesa da Segurança Nacional” de 1964-1985

Marcília Gama da Silva ¹

“**NOSSA VIGILÂNCIA É A SUA SEGURANÇA**” com essa inscrição, impressa em carimbo com tinta azul de mimeógrafo antigo, era fixado em quase todos os documentos que tramitavam nas esferas da rede de órgãos de informações e segurança, como um lembrete permanente aos integrantes da “rede”, para que não esquecessem o propósito da “Revolução de 1964”, missão de todo aparato repressor.

Este artigo busca discutir o *modus operandi* e o papel desempenhado pelo DOPS-PE em torno da ideia de defesa da “Segurança Nacional”. A construção de uma estrutura de funcionamento específica que tem na *informação*, a tática do controle social, tida como fundamental ao funcionamento do ideário da “Revolução” instalado no país de 1964-1985. A construção dessa complexa engrenagem de vigilância nos oferece significados ao conceito de informação que no regime civil-militar imposto ao país, passará a moldar o labirinto de estratégias de coleta, manipulação e

¹ Especialização em Arquivologia e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Consultora em Arquivo com experiência em Gestão Documental e Memória, Membro do Fórum Nacional pela Preservação da Memória da Justiça do Trabalho - MEMOJUTRA e Integra a Rede Memória do Judiciário Nacional - MEMOJUS. Na área de Pesquisa e Extensão é autora de vários projetos, como Proext-MEC-TRT-6-UFRPE 2011-2012, Memórias Reveladas - acervo DOPS-PE (2007 e 2012); Memória do mundo da UNESCO em 2012, Dissídios Coletivos existentes no Memorial da Justiça do Trabalho (2013 -2020) e o Projeto Conhecer é Preciso, do Gabinete Português de Leitura (2020-2022). Na área de pesquisa tem se dedicado a orientação e pesquisa com ênfase nos seguintes temas: Censura e Repressão da Era Vargas ao regime de exceção instalado no Brasil de 1964-1985. Autora de *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)* (Ed. UFPE, 2014). marcilia-gama@yahoo.com.br; marcilia.gama@ufrpe.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0090863442089957>.

análise de dados e conteúdos diversificados, onde pistas e informes embasarão as práticas, técnicas de vigilância e campana, interrogatório e monitoramento, desenvolvidas como mecanismo preventivo e repressivo de controle social.

A integração de diferentes órgãos de informação de distintas hierarquias das forças armadas, Secretarias de Segurança Pública e Unidades Dops, Polícia do Exército, Polícias Militares e seus respectivos setores de inteligências, além das agências e divisões de segurança nos Estados, atuando estrategicamente na investigação, no combate às idéias consideradas subversivas como ameaça a uma dita “ordem social” e “política”, mostram o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apóia-se nos indivíduos, formando uma teia de relações em movimento, em permanente tensão.

[...] realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens, não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade. (FOUCAULT, 1993, p. 29).

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula investigação, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes da rede, e no âmbito da própria sociedade, no momento que a sociedade civil é instada a passar de observadora à colaboradora das atividades policiais de vigilância naquilo que se autoneia de *rede a serviço da repressão*. “A informação [policial] penal, escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado.” (FOUCAULT, 1993, p. 37). Nesse raciocínio, a informação, ela própria, constitui-se na força motriz das operações preventivas, ostensivas e repressivas dos órgãos de segurança, sendo a incorporação e a materialização de toda a instrumentalidade do poder/saber repressivo, atuando em condições favoráveis para produzir o controle social e uma sociedade ordeira, silenciada, disciplinada e acuada, manifesta através de corpos dosséis, omissos, e ideologicamente

alinhados com a ideologia de segurança nacional. Num regime ditatorial e de supressão de direitos não era tolerável conceber *corpus* que questionasse e disseminasse o contraditório, a confusão e a desordem, para o “bem” de todos, esses comportamentos tinham que ser banidos. Daí o slogan: “**Brasil: ame-o ou deixe-o!**”

O que mais tarde teria a envergadura da “*rede*” se forma embrionariamente para atender a emergência de Guerra entre 1939-1945, promovendo a segurança contra um possível ataque alemão em águas internacionais do Atlântico Sul, no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial em que o Brasil é levado em 1942, a optar entre os países do eixo ou decidir pelo apoio americano, em que se ver obrigado pelos Estados Unidos a se preparar para a defesa dos territórios em face da ameaça de invasão alemã motivada pela geopolítica de ocupação da América do Sul. Para isso, vieram para cá as principais agências de espionagem dos países de maior poder político-econômico, motivados no combate a alta espionagem internacional, para vigiar e coibir a ação da Gestapo (alemã) em solo latino americano e em especial no Brasil. Para cá foram enviados espíões das principais agências internacionais como: CIA; KGB; INTERPOL. e até a MOSSAD de Israel². O que determinava a Portaria nº 256, de 14 de março de 1942, do Secretário da Segurança Pública que autorizará os agentes do DOPS a investigar qualquer elemento estrangeiro suspeito em circulação no território pernambucano³.

A rede internacional de espionagem instalada no Brasil, que tinha observatórios nos principais Estados onde a circulação de espíões alemães era maior, como: (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) irá atuar com as polícias políticas – DOPS nos Estados, na investigação, censura e repressão transformando-se durante o regime civil-militar de 1964, numa intrincada Unidade de polícia, subordinada a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco que se conectava com

² APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário funcional nº. 29.214 - Relatório do Governo do Rio Grande do Sul sobre o Nazismo. Feito pelo chefe de polícia Aurélio da Silva Py. RS – 1937/1939.

³ APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário funcional nº. 29.359. Relatório do DOPS – Nazismo.

todos os órgãos de segurança existentes no Brasil, sob a coordenação do Sistema Nacional de Informações – SNI e orientação direta dos agentes americanos através da USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ⁴.

O jogo de interesses que envolvem a esfera de poder instalada no país com o golpe civil-militar é muito grande, e nada poderá pôr em risco a efetivação do que os segmentos (empresarial, militares e americanos) entendem ser o mais bem sucedido plano de desenvolvimento para o Brasil. Existe todo um corpo que opera, inclusive com uma carga psíquica de pressões diferenciadas muito fortes, que passa pela crença de estarem fazendo algo novo e importante para o país, defendendo um protocolo de desenvolvimento arrojado, inserindo o país numa nova realidade de prosperidade.

A crença nesse projeto dará forma ao modelo de estado monitorado pelos militares de forma rigidamente burocratizada, que editará um estilo, uma prática de poder que a tudo vê, controla, com uma carga invasiva, autoritária e centralizadora, que servirá como justificativa para o emprego de métodos polêmicos que passam pela manipulação e difusão de informações e práticas antidemocráticas de obtenção e violação.

Só observando a vultuosidade do empreendimento informacional implantado no país é que se entende por que tamanha atenção a essa prática de poder. A *rede* possui do ponto de vista operacional, inúmeras unidades e agências oficiais e oficiosas espalhadas nos estados – e nos municípios – e uma série de órgãos voltados para desempenhar o trabalho de vigilância e controle social por meio do rastreamento das informações que também eram extraídas por violentos métodos psicológicos e físicos em intermináveis interrogatórios e depois compartilhadas nas instâncias do Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA), SNI, Divisões de Informações - DSI'S e Agências de Informações - ASI'S, espalhadas na esfera dos Ministérios, Autarquias e Secretárias, além dos DOPS estaduais e das

⁴ APEJE. Fundo: SSP-DOPS-PE. Prontuário Funcional nº. 28.929. Aliança para o Progresso/USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (1961-1962).

unidades DOI-CODI.⁵ Além dos informantes e colaboradores anônimos civis, inseridos do âmbito da sociedade, atuando em hierarquias diversas, aparentemente inofensivas, mas agindo num intrincado e maléfico jogo de delação especialmente discreta, causadora de traições.

É o ápice do poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discrição, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. (FOUCAULT, 1993, p. 154).

É no contexto da produção, disseminação e usos diversos da informação que os órgãos policiais desenvolvem as atividades de segurança interna e externa da nação.

A dinâmica do fluxo de informações em meio a uma constelação de órgãos de segurança então criados para esse fim parece bastante confusa. Quem obedecia quem? Quem informava quem? Como eram os vasos comunicantes? Como se dava de fato sua integração operacional? Todas as indicações apresentadas pelos depoentes neste livro apontam para o fato de que, ao lado de uma cadeia de tipo hierárquico que coexiste, mas não coincide, com uma cadeia técnica de comando, conforme ficou bem explicado nos manuais de informação produzidos na época, existia uma “cadeia operacional”. Ou seja a ação desses órgãos estava associada a uma rede complexa e informal que envolvia basicamente “o pessoal da área”. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 18).

As ações dos integrantes oficiais da rede se baseavam em sua maioria, nos “manuais”- produção americana trazidas por agentes nos treinamentos feitos nas polícias e principais agencias de espionagem dos EUA e Reino Unido, como a CIA, FBI e INTERPOL, e repassadas para os adidos especializados das unidades de segurança estratégicas do Exército, Marinha e

⁵ CIE – Centro de Informações do Exército; CENIMAR – Centro de Informações da Marinha; CISA – Centro de Informações da Aeronáutica; SNI – Sistema Nacional de Informação; DSI’S – Divisão de Segurança e Informações - Ministério da Justiça; DOPS – Delegacia/Departamento de Ordem Política e Social; DOI – Destacamento de Operações de Informações; CODI – Centro de Operações de Defesa Interna.

Aeronáutica, além da Polícia Federal e DOPS espalhados pelo país. Dinamizando a chamada “cadeia operacional”.

Sobre esse aspecto vemos o que coloca o general Rubens Denys, que em conjunto com o general Humberto Melo foi um dos responsáveis pela ativação do Serviço Nacional de Informações:

Haveria um compromisso do governo brasileiro com o governo americano de criar um serviço nos moldes da CIA (Central Intelligence Agency). A criação de uma agência de informações no Brasil fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes da OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano. Este, além de prestigiar sua criação, teria dado todo o apoio e assistência necessários à construção da agência no Brasil. (Apud ANTUNES, 2002, p. 48).

Ainda segundo o general Rubens Denys:

Quatro pessoas foram enviadas aos Estados Unidos em 1956 com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informação norte-americanos: o coronel Humberto Souza Melo, o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o então capitão Rubens Bayma Denys. Participaram de reuniões no Departamento de Estado Americano, na CIA e no FBI, onde professores e instrutores os orientaram sobre o modo de organizar e montar um serviço de inteligência. (Apud ANTUNES, 2002, p. 48).

O aparato informacional age invadindo o mundo privado de pessoas, famílias, grupos e empresas, que quando não colaboravam, tinham suas vidas alteradas, cotidianos tutelados, desestabilizando vidas. Um clima de medo, desconfiança, suspeição de todos instala-se na sociedade. De acordo com Denys:

Quando na área da informação se apurasse algo que constituísse crime contra o Estado por alguma razão – corrupção, segurança seja o que for –, isso teria que ser investigado e processado judicialmente. Enquanto isso, a informação sobre o fato seguiria pelos canais de informação até a Agência Central de Informações. (Apud ANTUNES, 2002, p. 50).

Observa-se no relato do coronel Denys que, anteriormente ao golpe civil-militar de 1964, estava em curso no país uma orientação na qual pesava o uso das informações como razão principal da busca e apuração de crimes contra a segurança do país. Nesse sentido, vejamos o que coloca o Decreto nº 45.040, de 06 de dezembro de 1958, no parágrafo 1º do art. 4º, sobre a obtenção das informações consideradas relevantes à segurança do país:

As informações [de interesse para a segurança nacional] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela junta Coordenadora de Informações. (Apud ANTUNES, 2002, p. 51).

Esta tendência vai se consolidar pós-golpe civil-militar, em 13 de junho de 1964, quando é criado o Serviço Nacional de Informações, instituído como órgão subordinado à Presidência da República, que operará em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional, tendo por prioridade:

subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações; estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do presidente da República e dos estudos do CNS; promover a difusão adequada das informações. (ANTUNES, 2002, p. 55).

Os procedimentos como a vigilância, a produção/disseminação da informação vão, por outro lado, expor uma efervescência de ações, de conflitos, um embate permanente de opostos que se confrontam no exercício múltiplo das práticas sociais. Os órgãos de informação e segurança disputavam entre si os melhores resultados na investigação e isso motivava divergências internas e disputas por competências, no intuito de angariar respeito, notoriedade e confiança entre os subordinados e, sobretudo, com os superiores. Como resultados vinham às promoções, os

favores, as indicações para os cargos de confiança em qualquer esfera da administração, tanto para os civis como para os militares e mudanças de patentes.

O aparato informacional iniciado no governo Vargas é ampliado no regime civil-militar de 64, com a integração de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, Polícia Federal, Polícias Civil e Militar/DOPS estaduais.). O significativo é que a dinâmica principal, desses órgãos de operações é a *informação*, que sedimentam práticas sociais de controle, vigilância e perseguição.

A rede de informação adquire uma importância e um significado imprevistos. Transforma-se ao longo dos anos num centro de inteligência, pois o significado da informação transmuta-se, adquire um status extremamente político, invasivo e manipulador do outro, sobretudo, no combate a ameaça à ordem estabelecida.

Ao nos debruçarmos sobre essa rede, composta pelos variados órgãos de controle que se comunica entre si, percebemos como é notório um intercâmbio de proporções grandiosas atuando na defesa de uma determinada ordem social.

Em diferentes períodos, observam-se justificativas sobre a importância de tal aparelhagem de segurança, destacando a necessidade da vigilância, como maneira preventiva de coibir crimes, corrupção, garantir o controle social e a defesa do país. Os procedimentos de suspeição, investigação, interrogatório, prisão, cassação de mandatos políticos, etc. modificam-se ao sabor das circunstâncias, daí uma das crenças dos militares, que tinham pretensão de logo entregar o poder aos civis, terem passado 21 anos no poder e ainda assim manter sob tutela a democracia instalada no país pós 1985.

Observamos que o discurso durante os primeiros anos do governo Vargas utilizados para designar o crime político são a agitação e o perigo comunista; com o advento da II Guerra Mundial passam a ser alvo do acompanhamento policial os estrangeiros e a ameaça que representam à Soberania Nacional; no decorrer da década de 1950 e início dos anos 60 o

argumento é a Segurança Nacional (devido à Guerra Fria) e o combate à agitação, sobretudo no campo. O aumento dos conflitos no campo, a articulação política de Francisco Julião com as Ligas, a ebulição político-pedagógica do Movimento de Cultura Popular, a mobilização estudantil, as greves dos segmentos urbanos, com manifestação de rua e panfletagem, soam como provocações a ordem e motivos para ação policial. A censura a imprensa, a propaganda, panfletagem e pichação como formas de impedir a disseminação das idéias contrárias ao regime; e na década de 70, o combate ao 'terrorismo', como são referidos as resistências que envolvem a luta armada, como tática de combate à tortura e extermínio praticados pelo governo.

No entanto, a subversão, desponta em todos os momentos como o que precisava ser combatido. Esses são alguns dos tantos crimes tipificados pela polícia. No bojo dessas modificações a legislação ampara a lógica da suspeição e a disseminação da mentalidade da ESG.

O aparato legal que legitima a ação policial

Na legislação encontramos os indícios da conduta policial e onde se respaldava para impor a ordem e o controle social.

Estabelecemos quatro cortes na análise da legislação, por considerá-los significativos na construção dos objetos de controle social. Assim, vejamos a trajetória das mudanças na legislação, do momento de instituição da DOPS até o decreto que cria o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, que substituirá o extinto Departamento de Ordem Política e Social:

O primeiro corte diz respeito à legislação de criação da DOPS, cujos argumentos destacam o que se pretende combater sendo a sociedade objeto da vigilância permanente do governo Vargas. A Lei nº. 71, de 23 de dezembro de 1935, que institui a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, atribuem finalidades ao órgão: "Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; Exercer as medidas de polícia

preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social.”⁶

Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao comunismo em Pernambuco e na mesma data o Interventor Federal dividiu a Delegacia de Ordem Política, tendo por função exclusiva o Serviço de Repressão ao Comunismo; e Delegacia Social, tendo por função os Serviços de Vigilância Social.⁷

A criação oficial da DOPS está diretamente associada à necessidade de estabelecer um organismo capaz de coibir o avanço do comunismo, sobretudo após o movimento extremista de novembro de 1935.

Existem várias versões que explicam a Intentona Comunista, movimento ocorrido no Brasil em novembro de 1935, mas a hipótese mais aceita é a de que teria sido realmente planejado em conjunto com o Comintern – em concordância com as diretrizes da Internacional Comunista. O grupo liderado por Luís Carlos Prestes, e sua mulher Olga Benário era composto por Rodolfo Ghioldi, Arthur Ernest Ewert, Ranieri Gonzales e alguns outros membros do Partido Comunista do Brasil – PCB. O movimento ocorreu entre os dias 23 a 27 de novembro de 1935 nas capitais de Natal, Recife e Rio de Janeiro, tendo grande repercussão por envolver as Forças Armadas. A ameaça representada por um movimento dessas proporções envolvendo os quartéis passa a representar motivo suficiente para as autoridades do Estado tomar uma decisão mais contundente quanto o controle e a repressão ao comunismo em Pernambuco. [Nesse contexto é que a Delegacia de Ordem Política e Social é criada.] (ANDRADE, 1989, p. 28).

No segundo momento, devido às influências externas, as diretrizes da Segurança Pública regulamentam as atividades de defesa da soberania do Estado e o temor de uma possível “revolução comunista” como tentativa de tomada do poder, revela a retórica dos manuais de segurança. O Decreto-Lei nº. 1.802, de 05 de janeiro de 1953, define os crimes contra o

⁶ APEJE. Fundo: Documentos Impressos. In, Legislação Estadual de Pernambuco Lei nº 71 DE 23/12/1935. Coleção de Leis e Decretos de Pernambuco Recife: Imprensa Oficial, 1935-1937.

⁷ Idem.

Estado e a Ordem Política e Social. Seus 47 artigos nomeiam o que constitui infração aos olhos do governo, estabelecendo uma base legal para aplicação de punições a todos queousem infringi-la:

São crimes tentar:

Art.1.º Submeter o território da Nação, ou parte dela à soberania de Estado estrangeiro;

[...]

II - Desmembrar por meio de movimento armado ou tumultos planejados o Território Nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III - Mudar a ordem política ou social estabelecida na constituição, mediante ajuda ou subsídio do Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV - Subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo: Pena: no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças; de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, de 3 a 9 anos aos demais agentes.

[...]

Art. 3 Promover insurreição armada contra os poderes do Estado;

Art. 4 Praticar atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles;

[...]

II- Praticar devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado; [...]⁸

No terceiro momento, vê-se uma preocupação com a Segurança Nacional como justificativa para as investidas a partir do golpe de 31 março de 1964. Com a denominação de *Atos da Revolução*, é publicada a partir dos primeiros dias de abril uma série de medidas que funcionarão Além do apelo à Segurança Nacional, destaca-se o combate ao terrorismo e a todo tipo de manifestação contra o Estado.

⁸ APEJE. Decreto-Lei nº. 1802, de 05 de janeiro de 1953 (cópia). Fundo: SSP/DOPS-PE. Prontuário Funcional n. 29.638. Relatórios e Documentos Administrativos da Delegacia Auxiliar e DOPS. 1938-1985.

A partir de então, o que se vê é uma profusão de leis, decretos, atos institucionais, medidas provisórias, etc. É um período de anomia, pelo menos, até a promulgação da Constituição de 1967. Talvez seja o período da história do Brasil em que mais se alterou a legislação vigente. O Estado de exceção legítima através de uma legislação coercitiva, a ditadura, dando ar de legalidade a uma práxis inconstitucional.

Práticas de violência policial passam a ser rotineiras e justificadas como necessárias, pois se dirigem contra os adversários do regime civil-militar, a exemplo do que mostra a imagem a seguir, flagrante da ação policial contra manifestantes num protesto de rua. A essência do autoritarismo ampara-se na idéia de produzir corpos silenciados, a partir do uso do medo, da intimidação, da coerção e da morte.

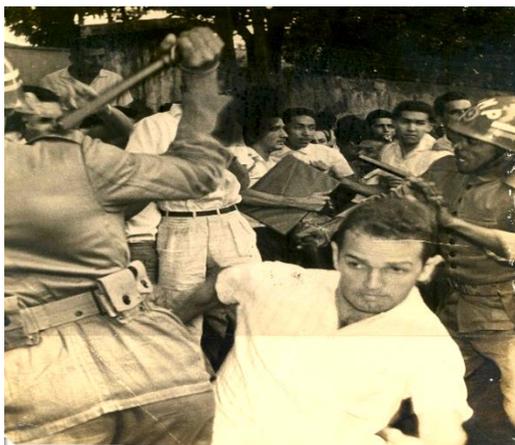


Figura 1 - Atuação repressiva da polícia numa passeata estudantil no centro do Recife em setembro de 1968 a imagem faz parte do acervo de fotos ligado ao movimento estudantil.⁹

Chamamos a atenção para o Regulamento de criação em Pernambuco do *Centro de Informações* da Secretaria de Segurança Pública, em abril de 1990, em substituição ao DOPS, extinto em março do mesmo ano, cujos trechos designam as competências do novo órgão.

⁹ APEJE. Fundo: SSP/DOPS-PE. Prontuário Funcional n. 1574. Série - Fotografias do Acervo DOPS.

Art. 197 - Ao Centro de Informações, órgão central da direção departamental, diretamente subordinado ao Secretário da Segurança Pública, dirigido por um Diretor, indicado por aquela autoridade e nomeado em comissão pelo Governador do Estado, compete:

I - Elaborar os Planos de Informações a serem desenvolvidos pela SSP, nos diversos setores de criminalidade de sua competência, bem como aqueles que interessam a Segurança do Governo do Estado, submetendo-os a aprovação do titular da SSP;

II - Realizar através de todos os órgãos da SSP ou, quando necessário por intermédio de órgãos a ela estranhos, a busca de informes referentes aos mencionados planos;

III - Executar o processamento dos informes recebidos procedendo a sua avaliação e interpretação;

IV - Divulgar, privativamente, para apuração ou para outros fins, os informes ou informações da SSP, interna ou externamente, bem como centralizar o recebimento dos mesmos, qualquer que seja sua origem ou natureza;

V - Classificar os informes e as informações a serem divulgadas quanto ao seu grau de sigilo;

VI - Centralizar o recebimento de respostas dos pedidos de busca feitos à SSP por órgãos a ela estranhos;

VII - Organizar e manter atualizados arquivos e fichários especializados sobre assuntos de sua competência;

VIII - Colaborar com outros órgãos de Informações federais ou estaduais, nas atividades de informações em geral e em particular, naquelas que interessem à Segurança Nacional, à Ordem Política e à Ordem Social;

IX - Subordinar, doutrinária e normativamente, nas atividades de informações de sua competência, as Divisões de Informações das Secretarias de Estado;

X - Manter diretamente as ligações para o melhor desempenho de seus encargos;

XI - Elaborar e expandir, privativamente, normas, ordens e instruções gerais referentes às atividades de Informações da SSP, submetendo-as antes ao titular da SSP;

XII - Promover o intercâmbio de Informações entre a SSP e outras organizações policiais estaduais, através de sua Divisão de Polícia Interestadual (POLINTER), no tocante à localização e outras medidas legais, referentes a pessoas físicas e jurídicas que interessem à Polícia ou à Justiça, encaminhando, ainda, aos órgãos competentes, as solicitações, relativas às citadas pessoas para o seu devido monitoramento;

XIII - Elaborar boletins diários ou periódicos sobre suas atividades para conhecimento do Secretário de Segurança Pública.¹⁰

Observa-se que os argumentos e a estrutura repressiva quase não sofrem modificações, entretanto, de modo curioso, os órgãos que antes compunham a *rede de informações* passam agora a ser omitidos e tratados como órgãos estratégicos de “*inteligência*” (ANTUNES, 2002, P.17)¹¹ para dar uma nova roupagem à antiga estrutura a serviço da repressão, percebida como adequações mediante o regime democrático, que não mais se coadunam com as práticas autoritárias, garantido na Constituição de 1988. Todavia, eles não negam a articulação com outros órgãos de informações federais e estaduais, como parte de uma prática que passou a ser rotineira aos órgãos de segurança, mesmo sob a égide do regime democrático.

A reedição do mesmo organismo, apenas com outra nomenclatura, demonstra que as práticas de controle social apresentam-se como estratégia do Estado, não constituindo expedientes restritos aos governos autoritários. Essa modalidade de poder servindo aos meios de monitoramento de uma pretensa “ordem”, passa pela vigilância de grupos, pessoas, segmentos, ações, governantes, empresas ou órgãos, realizando o controle permanente da sociedade.

Esse tipo de permanência traduz-se no temor dos órgãos de controle com a existência de possíveis práticas subversivas, desviantes, que de alguma forma denuncie uma aproximação com o “credo vermelho” sendo este, sempre o viés em defesa da ordem, que mantém sob tutela a democracia instalada no país. Desordem é fugir ao alinhamento ao capital estrangeiro, romper o pacto assinado em fevereiro de 1943 por Franklin Roosevelt quando esteve com Getulio Vargas em visita ao Brasil e estabeleceu as bases da tutela permanente do Brasil aos interesses americanos,

¹⁰ Regulamento do Centro de Informações nº. 176, abril de 1990. In, Prontuário Funcional nº1729, 1990. Fundo SSP/DOPS/APEJE.

¹¹ **Inteligência** – Por inteligência entende-se, segundo Jennifer Sims, quaisquer tipos de informações coletadas e organizadas que se destinam a auxiliar as tomadas de decisão.

talvez o mais importante evento em termos da política externa nacional assinada no Séc. XX¹².

As práticas de vigilância podem até ter motivações diferentes e variados períodos da história da República assim o mostra, justificativas que dão sustentáculo para a continuidade do espectro da polícia política monitorando a sociedade. Pensar na sobrevivência de práticas de vigilância, bem como no próprio organismo subsistindo junto às esferas democráticas é algo profundamente inquietante e, talvez por isso, explique o que ocorreu com o Brasil na história recente que levou ao impeachment da Presidente eleita por voto direto em 2016, fato que merece estudo aprofundado.

Estrutura e funcionamento da rede de informação e segurança

Como era a composição dos órgãos de informação e segurança e as formas de atuação? Como os órgãos da rede funcionavam e sua ação de controle social?

Havia uma mobilidade dos agentes, concorrência entre si, disputas pela informação e liderança dos casos, sonegação e obstrução de informações, ocultação de planos e sigilo nas operações. Esse aspecto merece destaque, uma vez que estamos falando de relações múltiplas concorrentes e de tensão entre os vários componentes da rede que contavam com a participação de segmentos importantes da sociedade civil.

Os efeitos dessas práticas de poder vão ser vivenciados pela sociedade e que conduzem a um resultado penoso para aqueles os enquadrados como alvos dessas ações.

No âmbito dessas práticas a *informação* constitui-se num tipo específico de poder, o mais importante, entre tantos outros artifícios usados para o controle disciplinar da sociedade, porque agiam as escusas, de forma preventiva, na vigilância, para a alimentação do ideário de combate às idéias contrárias ao governo seja de esquerda ou de direita, (como se

¹² <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/evento-celebra-70-anos-da-conferencia-do-potengi/241872>

deu na Era Vargas entre o Integralismo de Plínio Salgado e Comunismo de Carlos Prestes) ou de 1964 em diante no combate ao comunismo, a fim de salvaguardar os interesses de uma nova ordem governamental respaldada no binômio Desenvolvimento e Segurança Nacional pensado pela Escola Superior de Guerra – ESG e propagado pela rede em todas as hierarquias militares, cujo modelo vai exigir a ampliação do intercâmbio entre as Secretarias de Segurança Pública no país, as Forças Armadas e os organismos de informações locais e nacionais, com o “eficiente” apoio internacional da CIA e FBI, por meio de vários programas e financiamentos, em que passam a investir no desenvolvimento do país, servindo como um importante pilar de sustentação do regime civil-militar que durou 21 anos.

Nele a Delegacia de Ordem Política e Social terá um papel fundamental de produção, coleta, manuseio, manipulação e processamento da informação, no objetivo de rastrear as idéias e comportamentos suspeitos, o avanço do “comunismo” no estado.

Nesse sentido são significativas as transformações administrativas que sofre o DOPS ao longo de sua existência, o que termina sendo um traço marcante do perfil da entidade e da “personalidade pública institucional”.

Pensar no DOPS como uma estrutura extremamente complexa, em fina sintonia com a sociedade, permite vislumbrar uma atuação ainda pouco explorada. Uma engrenagem que tem por pilar a informação e a manipulação da mesma como tática a serviço da governabilidade, no uso calculado dos dados utilizados para efetivar o controle. Essa dimensão da informação e seus efeitos no social precisa ser amplamente discutida, talvez explique no tempo atual como inverdades produzidas na forma de Fake News¹³ foi responsável por modificar os rumos da eleição de 2018 no Brasil, inaugurando um novo tipo de poder-saber, que submete os corpos aos interesses e práticas baseadas na mentira, utilizadas para um fim. Assim, pensamos na atuação do DOPS e o que tem a nos ensinar? O que as

¹³ Fake news é um termo em inglês usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais. Na época em que Trump foi eleito-2016, algumas empresas especializadas identificaram uma série de sites com conteúdo duvidoso, da mesma forma no Brasil é alvo de investigação pelo Superior Tribunal Federal, no chamado “Gabinete do Ódio”.

práticas de coletas e difusão da informação delação podem esclarecer à realidade atual? A disseminação de informações não verdadeiras obtidas de forma criminosa, obtusa, alterando posturas e ações para obter o resultado esperado, talvez possa esclarecer a mudança de rumo político vivenciada no Brasil, cujo alvo foi um partido e que teve como resultado, a mudança radical da escolha do voto, promovendo a alteridade nos rumos da sociedade.

As constantes alterações em seu regimento interno, no período que vai de 1935 (criação) a 1990 (extinção), demonstram bem a necessidade de empreender mudanças com o objetivo de aumentar seu potencial de ação para agir melhor na vigilância, controle e combate aos “desvios sociais” sejam de ordem política (controle e vigilância externa) ou de ordem social (controle, vigilância e repressão interna, coibindo as greves, manifestações e o comunismo). Assim, cabe destacar o trecho do relatório do Delegado titular ao Secretário de Segurança Pública sobre a necessidade de reforma no órgão ainda nos idos dos anos 40-50:

Estando o Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública interessado em uma reforma, que venha tornar mais eficiente a atuação desta Delegacia, no setor político e social, apresentamos o presente plano, que julgamos corresponder “in totum” às aspirações daqueles que desejam extirpar do nosso País as idéias totalitárias de direita e de esquerda, que prejudicam a sobrevivência da democracia.¹⁴

O estudo das mudanças administrativas sofridas pelo DOPS há uma correlação com os fatos vivenciados na sociedade ao longo de sua existência, o que pode ser observado por meio de suas funções que incluem o controle das entradas e saídas, embarques e desembarques de passageiros no porto e estações, monitoramento das listas de passageiros dos navios, aeronaves e terminais de trens, ônibus e aeroportos, vigilância às casas de cômodos, hotéis pensões e locais freqüentados por estrangeiros, além do

¹⁴ APEJE. Fundo: SSP/DOPS-PE. Prontuário Funcional n. 29,638. Doc. 116. Trecho de um dos Relatórios que aparecem no referido prontuário, rico em informações administrativas da Delegacia Auxiliar e DOPS.

monitoramento das atividades dos partidos políticos, sindicatos, agremiações, clubes e associações para identificar possíveis focos de subversão à ordem pública.¹⁵

Modificações na denominação da(o) DOPS-PE. 1931-1990

SIGLA	PERÍODO	DENOMINAÇÃO E LEGISLAÇÃO
SOPS	1931 - 1934	Seção de Ordem Política e Social – subordinada à Secretaria de Segurança Pública e, no nível nacional, à Polícia Federal.
IOPS	29.03.1934 a 22.12.1935	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei nº. 367.
DOPS	23.12.1935	Delegacia de Ordem Política e Social – criada pela Lei nº. 71.
DEOPS	09.10.1939	Delegacia Especial de Ordem Política e Social É instituído o Serviço Secreto / Serviço Especial, que cuidará da espionagem em geral, por ordem do Sr. Fábio Corrêa.
IOPS	03.07.1946	Inspetoria de Ordem Política e Social – criada pelo Decreto-Lei nº. 1.403.
DOPEs	16.10.1946	Delegacia de Ordem Política Econômica e Social – criada pelo Decreto-Lei nº. 1.481.
DA	31.12.1948 e 23.12.1957	Delegacia Auxiliar – criada pela Lei nº. 423, de 31.12.1948, e Decreto nº. 58, de 17.01.1949. Reestruturada posteriormente pelo Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Decreto nº. 382.
DOPS	15.04.1961 a 22.03.1990	Departamento de Ordem Política e Social – em 15.04.1961, permanecendo até sua extinção em 22.03.1990, pelo Decreto nº. 14.276.
C. I /SSP	Regulamento 176 abril/1990, art. 197	Cria o Centro de Informações da SSP – órgão central da direção departamental, diretamente subordinado ao Secretário de Segurança Pública.

Por tratar essencialmente do crime político e suas implicações, o DOPS acumula experiência que paralelamente constrói o seu perfil administrativo, interferindo diretamente em suas práticas, nas estratégias baseadas na vigilância, censura e repressão, amparadas na observação permanente da sociedade, através do uso da escuta telefônica, da disseminação de calúnia, da interceptação de correspondências, da investigação de algum fato ou pessoa, da vigilância em locais suspeitos, do monitoramento de pessoas e locais por investigadores, da invasão local onde haja indícios de atividades subversivas e o que é mais relevante a sua perpetuação nos governos constituídos democraticamente, num monitoramento

¹⁵ APEJE. Cf. Fundo SSP/DOPS - PE. Prontuário Funcional n. 29.638 – Documentos Administrativos do DOPS.

permanente à governabilidade, podendo inclusive, tornar inviável a permanência dos governos eleitos.

As alterações administrativas que são realizadas no órgão fazem parte de um programa regular de controle interno e externo numa perspectiva preventiva, que entre os anos de 1961-1963, o alinhamento do órgão se deu em cumprimento ao Ponto IV, especialmente em defesa da Segurança Nacional¹⁶. Em função das demandas, que mudam ao sabor da geopolítica internacional, (Ex. Guerra Fria), ou de interesses políticos, sociais e econômicos estratégicos alinhados ao capital é que se entendem as mudanças de diretrizes e atribuições da polícia política.

A vigilância atinge também a própria polícia, o acervo DOPS-PE dispõe de um fichário incompleto com informações sobre investigadores, agentes, informantes e colaboradores que eram monitorados pelo órgão.¹⁷

O trâmite informacional

A engrenagem da polícia política se consubstancia na articulação das informações estratégicas junto à sociedade, cujos efeitos podem provocar inúmeros encaminhamentos por parte do órgão receptor ou difusor, na elaboração de saberes sobre os crimes e delitos que são estabelecidos em diferentes épocas, como forma de enquadrar os indivíduos e promover o controle social, gerando, práticas de resistência que podem levar à clandestinidade, ao cerceamento das ações e liberdades, ao cárcere, ou até a vala comum, destinos, reservados para aqueles que incomodam o instituído.

¹⁶Entende-se por **Ponto IV** – Convênio de Cooperação Técnica, que previa a instrução, a troca de experiência, o intercâmbio e a aquisição de equipamentos firmada entre o Brasil e os Estados Unidos, no intuito de aparelhar as tropas militares e contingentes policiais. O acordo privilegiava a questão da Segurança dentro da orientação de defesa externa Continental que o Brasil passou a ser contemplado. É importante destacar que a ajuda financeira só era remetida aos estados contrários a política nacionalista do governo ou fizessem oposição a Jango. In, SILVA, 2014. P.58.

¹⁷ Cf. SILVA, Marcília Gama. *Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano*, Recife, v. 42, n. 47, p. 79-80. E para referendar com material de pesquisa vide: APEJE. Fundo: SSP/DOPS-PE. Prontuário Funcional nº. 29. 828. Agentes Secretos.

Os comportamentos que compõem a cadeia de ações ampliam-se enormemente. Merece destaque saber como a *informação* se constitui, passa a ser o veículo, o meio, o reflexo de um poder político coercitivo específico. Nesse contexto, os documentos produzidos e recebidos são a materialidade desse poder-saber. Analisá-los significa compreender como através da informação o poder se exerce, se manifesta para disciplinar, controlar, enquadrar, excluir e aniquilar o outro. Aspecto possível a partir da constituição de uma “ideologia de Segurança Nacional” que vai produzir uma nova visão de sociedade amparada na “mentalidade da informação”, responsável por direcionar as práticas dos órgãos de segurança na construção e no combate do inimigo comum.

Descrever essa estrutura é fundamental para verificarmos um dos comportamentos mais estratégicos do DOPS, que se traduz no controle sobre a vida das pessoas e das instituições no âmbito privado ou público, que teve na rede de informações sua principal efetivação.

As informações coletadas possuem valor incalculável para os órgãos de informações, são ricas em detalhes de foro íntimo, de natureza privada ou pública do alvo, refletem as práticas de controle da sociedade. Para ilustrar como funciona a campana, observe o que mostra a cópia do Relatório da Divisão de Informação/DOPS referente à passagem da Sr^a.Terezinha.G. Zerbini por Recife, exposta a seguir:

“Às 15:00 horas de quarta-feira dia 17 de março de 1976, recebeu do Sr. Moacir Sales, Diretor deste Departamento, os seguintes dados:

Dr^a. Terezinha G. Zerbini¹⁸, hospedada no Hotel Miramar nesta cidade, chegou de São Paulo às 10:00h da manhã de hoje.

Entramos em ação:

Chegamos ao Hotel Miramar às 15:00h, encontramos o Agente Ramos (que voltou para o DOPS) conforme ordem do Dr. Moacir. Tomamos conhecimento que o serviço estava sendo feito pelo S.N.I com o carro placa GG-2967, Volkswagen cor branca, com dois rapazes e uma moça, estavam estacionados em frente ao Hotel do lado direito com certa distância. No hall do Hotel

¹⁸ Terezinha de Godoy Zerbini foi uma assistente social, advogada e ativista de direitos humanos brasileira, fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Therezinha_Zerbini.

encontramos com o agente Edson Edmilson Machado do D.P.F (que já conhecíamos e fizemos contato) o qual nos descreveu o tipo de mulher em lide. Em seguida nos apresentamos ao Sr. Romeu, gerente do Hotel, e ficamos assim, com permissão para melhor atuação do trabalho. Por intermédio do Sr. Romeu, ficamos cientes que podíamos contar com o Sr. Torres, chefe da Recepção e com Blenio recepcionista os quais foram de valiosa colaboração. O agente Ramos já havia colocado Blenio a par do trabalho. Daí então, decidimos trabalhar em conjunto para melhor rendimento do serviço. Os Agentes (D.P.F), Edson, Marcos e Djalma trabalhavam num Volkswagen chapa AZ8427, cor cinza. Neste horário ficou na recepção Marta com Edson, Jupira e Luzia ficaram ao lado do Hotel Miramar, em frente ao Coffe Chopp, no carro deste Departamento. A Dr^a. Terezinha às 20 para as 19:00 horas, desceu do apartamento 512, no 5º andar, com blusa azul e saia branca, sandália de cortiça salto alto, bolsa preta e uma porção de recortes de jornais na mão; um jornal dobrado e umas revistas tipo VEJE.(...)No horário supra citado, ela encontrou-se na recepção do Hotel com uma jovem de 20 a 27 anos, tipo estudante universitária, calças compridas, sandálias, lenço curto sobre o cabelo castanho, cor branca, rosto redondo, tipo alegre, se cumprimentaram e saíram conversando do Hotel, foram seguidas pela agente Marta que neste momento acabava de identificar a Dr^a Terezinha (através do agente de polícia Edson), a mulher lado a lado com a jovem atravessaram a rua pelo corredor da Casa Viana Leal e foram apanhar um táxi na Av. Conselheiro Aguiar, Marta chamou os colegas Djalma e Marcos e seguiram o táxi que se dirigiu para a Rua Setúbal, 1600, Edifício Apolo, lá entraram, tomaram o elevador para o 10º andar e permaneceram no apartamento 1001 ou 1002, onde jantaram em companhia de D. Hélder Câmara, que lá já estava a sua espera.(...). Em seguida a jovem parou o táxi TX 6009, o qual a conduziu de volta ao hotel, seguidos pelas referidas Agentes. Ao chegarmos ao Hotel, permanecemos até às 10:30hs em que constatamos que a mulher não sairia mais de seus aposentos. Às 04:00 h, da manhã chegamos ao Hotel Miramar continuando a campana 20 p/às 08:00hs, a DR.^a. Terezinha ligou para a recepção pedindo os jornais do dia e informou a recepção que iria ao correio e em seguida fazer uma visita a uns amigos e pediu que encerrasse sua diária antes das 14:00 horas, pois iria a João Pessoa. ÀS 09:00horas, a Dr^a. Terezinha saiu do Hotel, seguida por Marta e foi ao correio na Av. Conselheiro Aguiar, onde colocou carta registrada para São Paulo e Salvador, em seguida, apanhou o táxi 1383, e foi para Av. Beberibe, nº.3122, residência do Dr. Paulo Cavalcanti(advogado), (...) Às 15 p/ às 11:00h, a Dr^a. Terezinha saiu e tomou o táxi (já referido) que estava a sua espera e voltou ao Hotel, chegando lá pediu a conta rápida e no mesmo táxi que a

conduzia desde às 09:00h da manhã, viajou para João Pessoa. O referido táxi era dirigido por um jovem aparentando 20 a 25 anos, (...) fez sinal para ela demonstrando saber que estava sendo seguido pela mesma (moça do SNI). (...) enquanto aguardava o carro dos seus colegas do SNI, pois foi a referida moça estava praticamente queimada do Serviço. Então decidimos que Edson falaria com o motorista do táxi da Doutora para que ele não falasse nada, a fim de não estragar o serviço policial, a partir desse momento o jovem motorista passou a colaborar com toda a equipe. (...), ligação feita nº. 624072, João Pessoa - PB às 22:00h, do mesmo dia nº. 6085.

Este é o Relatório.

Recife, 18 de março de 1976.

Assinam os agentes: J.W.P; M.M.D.L e L.P.C. Agentes de Polícia 3ª. classe n.SP-8 .¹⁹

O presente Relatório policial é muito completo na medida em que mostra agentes de diferentes órgãos de informação atuando conjuntamente em torno do alvo, com suas práticas de vigilância. Observe que o alvo é objeto de interesse de três órgãos integrantes da rede: SNI, SSP/DOPS e Polícia Federal, que nesse caso, aparecem colaborando entre si, no objetivo de coletar o maior número de informações referente à pessoa em foco e despistar. Outro detalhe importante se traduz na colaboração de civis, tanto no Hotel – apoio que vai do gerente ao porteiro, bem como, do motorista de táxi que acompanha a senhora em lide. Os métodos e práticas policiais, são usados para atingir objetivos diversos como: tolher, ameaçar, chantagear e coibir as pessoas; ou especular um fato cujo fim seria a censura ou repressão que aos olhos dos órgãos de segurança assim fosse interpretado. É importante caracterizar que tudo era visto numa lógica muito peculiar que só era compreendida pelos agentes da comunidade de informações. (FICO, 2001 p.22).

Essas informações têm as mais diversas utilidades. Servem, por exemplo, para localizar o destino/paradeiro de alguma liderança política, sindical, ou de “uma pessoa considerada subversiva” pela polícia; servem

¹⁹APEJE. Fundo: SSP/DOPS-PE Prontuário Funcional Nº. 29.842. Esse Prontuário corresponde a uma série de documentos administrativos, resultados de boletins de sindicâncias, boletins de ocorrências e Relatórios feitos pelos agentes no exercício de suas atividades.

ainda para ameaçar, intimidar e implantar o medo nos indivíduos e para resolver algum ‘nó’ no quebra-cabeça da investigação.

É esse caráter volátil da informação, do dado, do informe, são esses dados manipuláveis que permite fazer das práticas policiais um aprendizado constante, levando-os a se especializarem de forma flexível, ambíguo, malicioso, escorregadio na fase de coleta, mas extremamente burocratizado e operante na fase institucional, A instituição aprendeu a seu modo a ser dúbia, descobrindo o poder de alcance de sua atuação e os efeitos que esses procedimentos provocam na sociedade.

Os significados dessas práticas se revelam com o uso de procedimentos cada vez mais especializados no trato da informação, que são: produção, coleta, análise, cruzamento de dados, manipulação tratamento, classificação, registro e arquivamento.

A partir de relatos obtidos em entrevistas realizadas com alguns *prontuários*²⁰ do acervo DOPS-PE, pudemos observar a que procedimentos foram submetidos. O cruzamento das informações permitiu chegar às conclusões que se seguem.

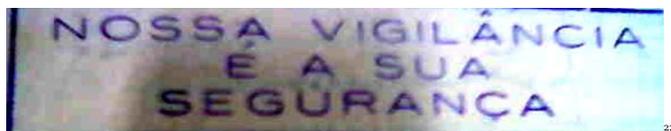
A suspeição é o primeiro passo para justificar a atuação da vigilância sobre o objeto investigado. Essa suspeição pode ser motivada por alguma denúncia, informe ou informação, provenientes ou não de delação. O DOPS procede à investigação, feita através do *pedido de busca*²¹ extensivo a toda rede, para rastrear os antecedentes que confirmem ou não o possível envolvimento do investigado.

Sendo constatado o envolvimento, é realizado o registro nos arquivos dos órgãos da rede com a alcunha de subversivo, em destaque os fatores considerados de risco à segurança e à ordem, como agitação; ou algum antecedente que o associe ao Partido Comunista. A abertura do prontuário pelo DOPS e as informações que circulem em torno do nome investigado são devidamente processadas e distribuídas a todos os órgãos da rede, para

²⁰ **Prontuariado** – Termo usado para designar a pessoa que tem prontuário aberto no extinto DOPS.

²¹ **Pedido de busca** – Corresponde a um procedimento administrativo usado pelos órgãos de segurança para solicitar dados gerais sobre uma determinada pessoa e colher possíveis antecedentes sobre ela em outras unidades da rede de informação. Constitui-se num dos recursos ou instrumental da investigação.

conhecimento, análise, captura e posterior interrogatório, que conta com a colaboração técnica de interrogadores especializados. É esse conjunto de procedimentos e práticas que denominamos de rede de informação dos órgãos de segurança, em ação, mediante o lema que segue impresso em carimbos nos documentos.



Referências

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & Abin**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do séc. XX. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e política política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000a.

SILVA, Marcília Gama. **Informação Repressão e Memória**: A construção do Estado de Exceção no Brasil na Perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

²² APEJE. Fundo: SSP/DOPS-PE. Prontuário Funcional n°. 5395. Contém documentos referentes às estratégias de ação dos órgãos de segurança. Inclusive a instalação do DOI-CODI no Recife, abril/1972.

Arquivos da Ditadura – O acervo do CIEX

*Greyce Falcão do Nascimento*¹

Na história do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis fazem parte dos fundos documentais produzidos pelo regime militar brasileiro. Nesse sentido, o acesso às informações públicas é alvo de disputas e debates envolvendo as “vítimas” do regime e os documentos sigilosos. Esses arquivos, alguns secretos, outros sensíveis, sofrem a pressão dos contemporâneos e uma coação pela “verdade”. A questão dos testemunhos dos que viveram os acontecimentos, traduzindo sujeito e objeto numa mesma temporalidade, questões éticas e morais, empatia, emoção, identificação e, as vezes, até idealização, confronto de memórias, conflitos com a narrativa oficial, fazem parte dessa discussão historiográfica sobre a ditadura.

Parte da memória brasileira ainda está marcada pela frustração, pela impunidade e pela ausência de uma verdadeira ruptura já que a transição democrática foi orquestrada pelos próprios militares. Os crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos não sofreram nenhum tipo de punição. Em 2010 o Supremo Tribunal Federal confirmou o entendimento de perdão aos torturadores. A sociedade brasileira ainda precisa lidar com os desaparecidos políticos do período e com

¹ Professora do curso de História EaD da UFRPE e da rede estadual de Pernambuco, Licenciada em História pela Universidade de Pernambuco, Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela UNINASSAU, Especialista em História Contemporânea pela UFPE, Mestre em História pela UFPE, Doutoranda em História pela UFPE e autora do Livro: **Aconteceu, virou Manchete**: Notícias da Ditadura. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8661001280090430>

a abertura de parte dos arquivos do regime que ainda continuam inacessíveis.

No apagar das luzes no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Arquivos foi pego de surpresa: em dezembro de 2002, o presidente assinou o Decreto 4.553 que passaria a vigorar 45 dias após sua publicação, já no governo de Lula. O novo decreto não foi discutido com o CONARQ, ao contrário do anterior, então revogado. As novas regras eram mais rigorosas especialmente as que estabeleciam os prazos de classificação (período durante o qual o documento fica inacessível). Os documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez; os confidenciais subiram de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos, e os ultrassecretos (prazo inicial de cinquenta anos) podiam permanecer sigilosos para sempre (FICO, 2012, p.55).

Em 12 de dezembro de 2004 ocorreu a queima clandestina de documentos sigilosos na base área de salvador². As denúncias da imprensa foram importantes para que alguns acervos significativos fossem transferidos para o Arquivo Nacional. O Brasil é hoje detentor de um dos maiores acervos políticos de documentos outrora sigilosos produzidos por uma ditadura militar, no entanto, o Arquivo Nacional e alguns arquivos estaduais restringem o acesso a documentos que façam menção a nomes de pessoas vivas³.

O acervo documental do Ministério das Relações Exteriores está dividido em cinco categorias no que diz respeito à natureza e ao grau de sigilo do assunto da documentação: a) secreto-exclusivo, b) secreto, c) confidencial, d) reservado, e e) ostensivo. Os documentos classificados como secretos-exclusivos obedecem a um período de restrição de 30 anos, os secretos seguem a regra de restrição à consulta de 20 anos, os confidenciais, de 10 anos, os reservados, de 5 anos e os ostensivos estão virtualmente liberados. Apesar de constar na legislação com certa restrição, os documentos classificados como reservados

² <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200402.htm>. Acesso em 02/07/2020.

³ O projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985" é uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do Arquivo Nacional e patrocínio da Petrobras, que objetiva elaborar bancos de dados contendo informações dos arquivos participantes e colocar à disposição do público, pela internet, os registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil durante a ditadura militar. <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 02/07/2020.

praticamente seguem a regra dos ostensivos e estão, pois, liberados, aparecendo nos volumes organizados juntamente com estes últimos (FILHO, 1999, p.118).

Atualmente há uma consistente documentação que trata da participação dos diplomatas do Itamaraty no sistema de vigilância da ditadura. Esses arquivos foram produzidos pelos órgãos de informação ligados ao Serviço Nacional de Informações - SNI. O trabalho de Gomes (2019) demonstra que a participação do Ministério das Relações Exteriores nas práticas repressivas do regime ditatorial brasileiro ocorreu não apenas em casos excepcionais, mas em caráter sistemático, ao longo de vinte e um anos.

A obra de Gomes (2019) se insere nas recentes pesquisas historiográficas que se utilizam de grandes conjuntos documentais do Estado, que até décadas atrás eram mantidos inacessíveis. Ao empreender uma pesquisa sobre o Centro de Informações do Exterior - CIEX é perceptível que houve uma intensa colaboração dos governos da maioria dos países aonde haviam exilados brasileiros. Esses exilados eram vigiados e havia uma importante colaboração das autoridades locais para com o governo brasileiro, através das embaixadas, consulados, secretarias de segurança, e outros órgãos.

A Criação do CIEX

Em 1966 o Centro de Informações do Exterior - CIEX foi criado por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa, tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada, e esse órgão que supostamente estava subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, tampouco constava no cronograma oficial. Era, em verdade, vinculado ao SNI.

Nos anos seguintes, o SNI começou a se ramificar, inserindo-se em todas as áreas da administração pública. Foi assim que, em 1966, foi criado, por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo secretário-geral do Itamaraty,

Manoel Pio Corrêa, o Ciex. Tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada, e esse órgão, que supostamente estava subordinado ao MRE, tampouco constava no organograma oficial do ministério. Era, em verdade, vinculado ao SNI. O Ciex, cuja função especializada era produzir informações sobre assuntos estrangeiros e cujos funcionários eram diplomatas de vários escalões, deveria “existir dentro do mais absoluto grau de sigilo”; além disso, a “clandestinidade” é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático brasileiro, e de forma geral, o governo brasileiro (GOMES, 2019, p. 96).

O Itamaraty era sobrecarregado de órgãos de informação, isso sem considerar que o pessoal regular de uma delegação diplomática – embaixadores, adidos, secretários – já cumpriam, de ordinário, a função de informar o governo do país. O CIEIX e a Divisão de Segurança e Informações – DSI eram órgãos supervisionados pelo Serviço Nacional de Informações e funcionavam como uma espécie de enclave nos ministérios civis, os quais o Itamaraty absorveu sem traumas (GOMES, 2019, p. 21).

O Centro coordenava a espionagem a partir dos informes colhidos nas embaixadas brasileiras pelo mundo. Em sua maioria, esses documentos eram formados por telegramas diplomáticos. O que se torna um desafio, transformar informações governamentais em uma história compreensível e relevante. Nesse sentido, o Itamaraty exerceu um papel fundamental ao longo de toda a ditadura, trabalhando para conquistar legitimidade junto à comunidade internacional, além de credibilidade e “aceitação” para que projetos políticos e econômicos pudessem ser colocados em prática. As trocas de informações entre o governo e as embaixadas e consulados e o Ministério das Relações Exteriores foram utilizadas dentro da lógica repressiva e autoritária da ditadura militar então vigente (GOMES, 2019.p. 28).

Com base na Lei de acesso à Informação de nº 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, abriram-se portas jurídicas para o acesso aos documentos da ditadura militar, e com o decreto nº 7.724 de 16 de maio 2012, foi reforçada esta abertura com os editais redigidos pelo Arquivo Nacional,

AN nº 1 de 17 de maio de 2012, AN nº 2 de 31 de maio 2012 e AN nº 3 de 29 de junho 2012 (NASCIMENTO, 2014).

Cabe lembrar que uma das características do terrorismo de Estado consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEX – não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa. De fato, o caráter encoberto do CIEX aumentou sua eficácia dentro do mecanismo repressivo, ao permitir que o inimigo interno fosse perseguido para além das fronteiras nacionais, sem que houvesse a necessidade de comunicar oficialmente as autoridades do país que acolhia aqueles sujeitos, sobre as operações de segurança realizadas em seu espaço geográfico (DIAS, 2019, p. 215).

Um dos maiores trunfos do CIEX era justamente o sigilo e a discrição. O Centro instalou bases em Embaixadas brasileiras localizadas em vários países da América Latina e Europa. Segundo Dias (2019), estabeleceu escritórios em Montevidéu, Santiago, Buenos Aires, Assunção, Chile, Paris, Genebra, Lisboa, Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental, além de La Paz, Lima, Caracas e Londres. Havia uma forte vinculação entre o órgão, os adidos das Forças Armadas, a DSI/MRE e os funcionários das embaixadas dos respectivos países onde estava instalado. As trocas de correspondência entre o CIEX e a embaixada no Chile, são frequentes e demonstram como os exilados eram constantemente monitorados.

A Embaixada Brasileira em Santiago, representada pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, preocupava-se de forma prioritária com a imagem do seu governo no exterior, afetada pelas campanhas organizadas pelos exilados denunciando a existência de perseguições, torturas, sequestros e assassinatos de militantes de esquerda no Brasil. A DSI/MRE monitorava as ações de políticos, ex-militares, artistas e outras figuras de destaque na comunidade de brasileiros, envolvidos nessas campanhas ou em outras de apoio ao governo

Allende. O CIEX, por sua vez, tinha como função principal vigiar de forma encoberta, as atividades dos exilados que pretendiam retornar ao país para dar continuidade à luta armada (DIAS, 2019, p. 170).

O Ato Institucional Número N° 5 influenciou o recrudescimento da perseguição a brasileiros e estrangeiros, dentro e fora do país. No exterior, os exilados políticos eram mantidos em constante vigilância, sobretudo aqueles que haviam participado de ações de grupos armados de esquerda. O fenômeno do exílio não significou a garantia de liberdade política, em muitos momentos foi permeado por conflitos e negociações, muitas vezes veladas, e nem sempre pacíficas.

Quando os primeiros brasileiros começaram a ir para o exílio, o Itamaraty e as suas representações no exterior passaram a atuar informando outras instâncias governamentais sobre as atividades de seus compatriotas em outros países. Esse posicionamento do Ministério foi adotado antes mesmo da criação de órgãos de informações especializados em questões externas, isto é, o CIEX, criado em 1966, e a DSI-MRE, criada em 1967 ambos vinculados ao SNI (GOMES, 2016, p. 80).

Dentre os inúmeros brasileiros exilados que estavam sob vigilância podemos citar o geógrafo Josué de Castro. Enquanto esteve na França, todas as publicações do professor eram enviadas ao Ministério das Relações Exteriores. Havia, inclusive, um dossiê, aonde “todos os seus passos” eram registrados, possivelmente com a contribuição de informações produzidas pela polícia francesa (GOMES, 2019, p.84). O jornalista Samuel Weiner também foi vigiado no exterior. Diretor do jornal *Última Hora*, teve sua vida “observada de perto” em Paris. Comportamentos, atitudes, declarações ou iniciativas políticas do jornalista eram frequentemente reportadas ao governo brasileiro (GOMES, 2019, p. 88).

Era imprescindível que as autoridades brasileiras tivessem ciência de todas as denúncias que eram publicadas no exterior. E o Itamaraty colocava-se como órgão responsável por zelar pela imagem externa do Brasil. Era tarefa obrigatória impedir a divulgação, por qualquer meio, de notícias sobre as arbitrariedades cometidas pelos agentes da repressão, além de

produzir uma imagem positiva da ditadura. A revista *Manchete* estava inserida nesse contexto sendo um dos veículos que publicava semanalmente “matérias pagas” e mantinha uma enorme receita obtida pelas propagandas governamentais. As ações dos militares eram pautas frequentes em suas reportagens, não só factuais, como em matérias de mais de trinta páginas enaltecendo as obras da ditadura (NASCIMENTO, 2020).

Em 1970, chegou-se a aventar a criação de um órgão de propaganda oficial, com orçamento próprio, e ligado à pasta das Relações Exteriores, o que acabou nunca se concretizando. No final desse ano, contudo, o governo brasileiro, por meio do Conselho de Segurança Nacional, estabeleceu a “Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo”, cujas diretrizes eram o resultado das atividades de um grupo de trabalho integrado por representantes do SNI, da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) – órgão de propaganda vinculado à Presidência da República – do MRE e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). O objetivo era propor medidas coordenadas para “fazer face à guerra psicológica adversa no campo externo, em especial a campanha de difamação do Brasil no exterior [...] deliberadamente forjada por grupos de asilados brasileiros e elementos da ala progressista da Igreja Católica”. De acordo com o documento, a campanha vinha atingindo diretamente o prestígio internacional do Brasil e, por essa razão, podia ser identificada como um problema de segurança nacional (GOMES, 2019, p.93).

Faziam parte da comunidade de informações o Centro de Informações do Exército – CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, e o Centro de Informações da Marinha - CENIMAR. A esses órgãos, somou-se o trabalho do CIEIX:

O Cieux monitorava as atividades de oposição à ditadura militar no exterior e informava às autoridades brasileiras, além de recolher informações estratégicas relacionadas à política, à economia e às questões militares de países que interessavam ao Brasil. Também era usual que acompanhasse a cobertura da imprensa estrangeira sobre o nosso país, bem como as publicações de oposição ao regime, normalmente redigidas por brasileiros exilados. Todavia, sempre se destacou a produção de informações relativas a brasileiros que se dedicavam a denunciar, no exterior, a tortura e as demais práticas repressivas. Nesses sentido, a importância das observações do Cieux sobre determinado país

era diretamente proporcional à presença de brasileiros naquela localidade. Isso se evidencia, por exemplo, pelo aumento da produção de informações sobre países europeus à medida que brasileiros chegavam ao continente, principalmente após o golpe no Chile, bem como pela grande diminuição dessa produção após a Lei de Anistia e o paulatino retorno dos exilados ao Brasil (GOMES, 2019, p.98).

Embora já houvesse, desde 1930, um trabalho de monitoramento dos brasileiros que viviam no exterior, é com a atuação do CIEX que veremos um sofisticado trabalho de coleta, análise e distribuição de informações, inclusive de foro íntimo e de invasão da vida privada, através de meios oficiais e também clandestinos. De acordo com Setemy (2013, p.13) desde 1935 a “ameaça do comunismo” já era uma pauta importante e que ditava muitas práticas do Serviço de Informações. Para a autora, entre 1935 e 1966, período de sua pesquisa, houve um esforço constante dos diferentes governos em institucionalizar a atividade de informações no âmbito do poder executivo, a fim de promover uma ação ampla e eficiente de combate ao comunismo com base no intercâmbio de informações nacionais e entre os países do continente Sul-americano, sempre mediado pela diplomacia brasileira. Os informes produzidos também seguiam uma regra de catalogação:

Os documentos do CIEX seguiam a padronização instituída pelo SNI que determinava um modelo geral para elaboração e classificação de documentos. Assim, os informes eram avaliados pelo grau de confiabilidade das informações neles contidas e recebiam uma sigla correspondente, sendo que nesse sistema a avaliação A1 indicava, para os padrões do SNI, uma fonte cem por cento segura, enquanto que a avaliação C3, já correspondia a uma fonte bem menos confiável (as avaliações eram A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2 e C3). O maior problema é que mesmo os documentos avaliados como A1 pelos agentes não podem e não devem ser considerados de forma alguma como plenamente confiáveis pelos historiadores ou pesquisadores que trabalham com essas fontes. Todas elas necessitam, sempre que possível, confirmação por meio de cruzamentos de dados ou utilização de dados complementares com o cotejamento de outras fontes (FILHO, 2008, p.86).

O historiador Pio Penna Filho é uma importante referência nos estudos sobre o CIEX porque foi o primeiro autor que chamou atenção para a relevância do órgão dentro da estrutura repressiva da ditadura. Dentro desse contexto, adidos militares das três forças armadas vigiaram brasileiros exilados. Alguns exilados foram, inclusive, interrogados no exterior, alimentando assim, as redes de informação do regime. Durante o governo Geisel, o órgão continuou funcionando sem ser interrompido. *O Ciex foi extinto apenas em 1985 e o SNI, bem como as Divisões de Segurança e Informações, cinco anos depois pelo então presidente Fernando Collor de Melo* (GOMES, 2019, p.102).

De acordo com Setemy (2013) o tipo de relação estabelecida entre o Itamaraty e o aparato repressivo operado pelo regime militar, durante as décadas de 1960 e 1970, não foi o resultado imediato da ruptura institucional simbolizada pelo golpe de 1964, mas parte de um processo histórico mais longo no qual o Itamaraty constituiu-se em mediador das ações coordenadas entre Brasil, Argentina e Uruguai para o combate à infiltração comunista. A autora compreende o CIEX como resultado de um somatório de décadas de experiência de vigilância.

O Centro de Informações do Exterior oriundo do Ministério das Relações Exteriores e sob a guarda do Arquivo Nacional com sede em Brasília é nomeado pelo jornalista Cláudio Dantas, (autor de uma série de matérias publicadas no jornal Correio Braziliense, em Brasília, em 23 de julho de 2007, tratando sobre o centro), como a *CIA brasileira*, fazendo referência ao órgão americano que consistia num poderoso serviço de inteligência aonde uma malha de agentes e informantes se estendeu para além da América Latina e alcançou o velho continente, a antiga URSS e o norte da África. As relações estabelecidas entre o Itamaraty e a ditadura no que se refere à produção de informações por diplomatas que estavam a serviço do governo brasileiro no exterior, visando o controle da atividade política de brasileiros exilados, são essencialmente o corpo de documentos que formam o acervo do CIEX.

O CIEEx ganhou as páginas da grande imprensa brasileira, em 2007, através de um conjunto de matérias e documentos publicados pelo jornal *Correio Brasileiro* que “denunciava” a existência de um órgão de espionagem vinculado ao SNI e subordinado ao Ministério das Relações Exteriores durante a ditadura militar brasileira. De acordo com as pesquisas realizadas pelo jornalista Cláudio Dantas nos arquivos do CIEEx, sabe-se que esta seção, conjunto com a DSI/MRE foi criada para espionar os brasileiros que haviam deixado o país, seja em busca de exílio, por fuga ou banimento, e deu início a um fluxo regular de dados que circulavam com códigos e séries documentais próprios, isolados dos canais utilizados pela Secretaria de Estado para os demais fluxos de expedientes ostensivos. Além disso, o CIEEx não constava no organograma oficial do Itamaraty (SETEMY, 2013, p.320).

O Itamaraty se insere o contexto de instituições civis do Estado que participaram ativamente na luta contra o comunismo e que estiveram assim colaborando diretamente com a ditadura. Brasileiros foram vigiados no exterior e, estrangeiros, no Brasil, pois eram considerados inimigos do Estado por suas ideias e atividades políticas. O Centro representou a criação e institucionalização de um órgão federal dedicado exclusivamente a levantar e processar informações. Nesse contexto, o exilado era tido como sujeito perigoso para sua pátria de origem e para o país que o acolheu, e por esse motivo precisaria ser controlado e vigiado de perto pelas autoridades de acolha (SETEMY, 2013, p.22).

A suposta *ameaça comunista* criou um discurso de desestabilização da ordem e da sociedade criando assim, a necessidade de ser duramente reprimida pelas organizações policiais. Para não correr os riscos de que a infiltração comunista rompesse os limites territoriais de seus estados e organizasse uma eficaz cooperação internacional, a vigilância rompeu as fronteiras nacionais. O que não era uma novidade dentro da história política do país. Desde 1900 os comunistas tornaram-se uma das prioridades da polícia política, na medida em que desenvolveram uma especialização das atividades policiais que se constituíram no país com a função de coibir indivíduos, grupos, associações e movimentos que pudessem atentar contra a ordem política e a estabilidade das elites dominantes (SETEMY, 2013, p.43).

Durante o Estado Novo, a motivação anticomunista transformou-se em um dos pilares de sustentação ideológica do Estado e criou-se uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira. De acordo com Porfírio (2009), nesse período o *perigo comunista* já funcionava como elemento de pânico no imaginário social brasileiro. Nesse sentido, é importante verificar a contribuição de todas as esferas de vigilância que operaram em nosso país para esse sistema, principalmente a atuação dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), vigiando, torturando, prendendo e muitas vezes executando indivíduos considerados comunistas e inimigos do governo. No caso do DOPS em Pernambuco, a historiadora Marcília Gama da Silva (2014) vem se dedicando há décadas sobre a atuação do órgão no estado.

Segundo Porfírio (2009) a construção do discurso anticomunista, perpassou o pensamento político que circulou no Brasil na segunda metade do século XX, utilizando não apenas da violência e da repressão, mas principalmente do trabalho da imprensa, colocando o estado de Pernambuco e a região do Nordeste, como lugares de perigo e agitação.

Podemos pensar também a expressão *Operação Nordeste* como sendo um modo de intensificar a representação de que essa parte do Brasil se constituía como uma grave ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, seja pela ação dos comunistas. E era assim que setores do governo federal e da sociedade percebiam o Nordeste (PORFÍRIO, 2009, p.39).

Desde o decreto de nº 22.332, de 10 de Janeiro de 1933, ficou “formalizado” o contato com as polícias estaduais e internacionais para dar e receber informações que deveriam ser distribuídas para os demais órgãos da administração pública. Com isso, a polícia do Distrito Federal passou a contar com mecanismos de repressão, de vigilância e de informação altamente especializados, aptos a atuar de maneira coordenada com outros órgãos da administração pública estadual, nacional e estrangeira no sentido de garantir a segurança e a ordem interna.

Após o golpe de 1964 houve um aprimoramento de mecanismos legais e institucionais para a contenção do comunismo, que tiveram como

molde o aparato legal e doutrinário norte-americano (SETEMY, 2013, p.93). Com isso o Serviço de Informações foi sendo cada vez mais aprimorado. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, o Brasil vivia a ameaça de uma guerra revolucionária de fundo ideológico, apoiado e estimulado pelo comunismo internacional por isso toda a população era vista como suspeita e inimigos internos em potenciais.

O SNI, que estava ligado ao Conselho de Segurança Nacional, passou para a supervisão direta da presidência da república. Em 10 de dezembro de 1964 foi aprovado o regulamento do órgão que passou a ser o elemento central da chamada “comunidade de informações”: conjunto de órgãos que atuavam cooperativamente como fornecedores de informação ao presidente e às principais autoridades de primeiro escalão relativas a quaisquer questões ou pessoas que de alguma forma interessassem ao regime (ALVES, 1964, p.38). O SNI também estava ligado diretamente à execução da tortura, à corrupção e violação dos direitos e liberdades civis.

Segundo Adriana Setemy:

(...) a cotidiana e rotineira troca de telegramas com as embaixadas do Brasil no exterior que o Itamaraty se constitui, na prática e de fato, enquanto importante agente de informações a serviço do Estado brasileiro em território estrangeiro (SETEMY, 2013, p.120).

Muitas vezes, diplomatas brasileiros buscaram persuadir as autoridades políticas e militares dos países vizinhos, e até em outros continentes no sentido de coordenar ações de repressão e combate à expansão do comunismo. As diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional estabeleciam um estado permanente de guerra interna contra um inimigo que poderia estar dentro ou fora das fronteiras do Brasil. Há uma extensa bibliografia que já analisou a cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul, e que inclusive contou com a convivência ou participação direta dos Estados Unidos.

(...) O Centro de Informações do Exterior (CIEx), que em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores

(DSI/MRE), permitiu que o regime estendesse o controle dos seus inimigos para além das fronteiras territoriais do país utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa que se teceu em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI). (SETEMY, 2013, p.241).

A criação do CIEX resultou do ajustamento de recorrentes práticas políticas do Itamaraty de controle às atividades de brasileiros exilados no exterior às novas orientações impostas pela Doutrina de Segurança Nacional e ao sistema de informações que foi organizado após o golpe. O Centro funcionou entre 1966 e 1988 (FILHO, 2008). Os documentos produzidos nesse período fazem parte de um acervo que ainda se mantém pouco acessível e com muitos dados sigilosos. As equipes do Ministério das Relações Exteriores produziram milhares de documentos ao longo de mais de vinte anos de trabalho.

A vigilância aos exilados

Para que a ditadura permanecesse e se sustentasse foi importante a organização de um amplo e complexo sistema de informações, dentro e fora do país. O domínio das informações deixava os militares sempre “um passo à frente” frustrando as ações dos grupos que tentavam impor algum tipo de resistência. Os instrumentos de inteligência monitoravam e antecipavam as ações das esquerdas, com o objetivo de eliminar ou neutralizar aqueles considerados subversivos.

O Centro era, na verdade, uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty. Embora tenha sido estruturado com quadros do Ministério, tendo à frente sempre um diplomata de nível intermediário (como Ministro ou Conselheiro), hierarquicamente subordinava-se, na prática, ao SNI. [...] O objetivo principal do Sistema Nacional de Informações, ao contrário dos serviços de informação de Estados democráticos, que em tese possuem como atribuição principal a defesa do Estado contra ações de natureza espúria (como ações terroristas, especulações financeiras, ingerências externas e inserção estratégica internacional), era o de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e

1984. [...] No caso brasileiro, o SNI e seus afiliados se especializaram muito mais na atuação interna, ou seja, na repressão aos que lutavam ou discordavam da ditadura militar e não na ação de espionagem internacional contra outros Estados. Essa é uma diferença importante a se destacar e que coadunava perfeitamente com a ideologia da segurança nacional, em vigor em boa parte da América Latina. Aliás, as próprias Forças Armadas brasileiras ao longo de sua história estiveram muito mais envolvidas no controle da ordem interna do que em efetivo emprego no exterior, combatendo em nome da pátria ou defendendo a soberania nacional (FILHO, 2009, p.47).

Os exilados que continuavam protestando contra a falta de liberdade política, a censura, a repressão, as torturas e desaparecimentos, eram o principal alvo da vigilância. Além dos expulsos pela ditadura, os brasileiros que moravam no exterior por outros motivos, também começaram a ser observados, principalmente os que se encontravam em países que mantinham intensas atividades políticas de esquerda.

As cidades consideradas centros de irradiação de atividades e propaganda consideradas comunistas, eram as mais vigiadas. Uma visita, uma reunião, um encontro, qualquer atitude considerada suspeita, era monitorada e as informações seguiam para os escritórios da agência central do SNI. Aonde houvesse mais concentração de exilados, mais o centro atuava. Miguel Arraes foi uma dessas personalidades, juntamente com o boletim *Frente Brasileira de Informações* (NASCIMENTO, 2017). Impresso que denunciava, a partir do exílio, as torturas, assassinatos e desaparecimentos cometidos pela ditadura. As embaixadas brasileiras espalhadas ao redor do mundo também enviavam ao Ministério das Relações Exteriores ofícios, telegramas, e outros documentos. A ameaça comunista representada pelas ações dos exilados era o principal conteúdo desses informes.

Nesse contexto, o serviço de informações montado durante a ditadura foi capaz de influenciar o direcionamento das decisões e ações repressivas do sistema. Neutralizando ações e possíveis ameaças. As organizações de inteligência acumulavam, portanto, os papéis de informação e coerção, simultaneamente. Assim,

A teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um aparato repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder e Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1964, p.49).

Segundo FILHO (1999, p. 87) havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência e intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência. Brasileiros exilados tiveram suas vidas pessoais “vasculhadas” pela ditadura. Além disso, o CIEX também elaborava dossiês e agia como uma das ramificações do SNI dentro do Itamaraty produzindo informações sobre a segurança nacional, subversão, terrorismo, corrupção, imagem do Brasil no exterior, análises de conjuntura internacional, processos políticos de outros países e sobretudo a atuação dos Estados Unidos na América Latina.

Ao investigar os brasileiros exilados no Chile, Dias (2019) percebeu como esse grupo foi constantemente monitorado pelo CIEX. A autora é uma das referências de pesquisa sobre a vigilância que o centro exerceu em relação aos brasileiros no exílio, analisando diretamente os documentos que foram produzidos a partir da vida desses brasileiros.

Prado (2017) também investigou a atuação do CIEX. Segundo a autora, o centro apreendeu significativa importância na consolidação e difusão da perspectiva anticomunista no continente Sul Americano, o papel da inteligência dentro da estrutura estatal e de como se antecipava aos acontecimentos frustrando, assim, muitas ações das esquerdas. Por isso a importância de um sistema de informações eficaz que contribuisse na manutenção do poder e da força do Estado.

O CIEEX atuou por vinte anos e produziu um extenso volume documental, em sua maioria, ainda não explorado pelos historiadores. Por meio do órgão, oficiais estrangeiros também colaboraram com o regime militar, da mesma forma que o governo brasileiro cooperou para a instalação de ditaduras em outros países da América Latina. Trabalhavam no órgão diplomatas de carreira, chanceleres e outros funcionários do Itamaraty (PRADO, 2017, p.14).

Atualmente o fundo documental do CIEEX encontra-se no Arquivo Nacional de Brasília e possui milhares de informes produzidos pelo centro⁴. Durante décadas o acesso ao arquivo foi proibido. Somente após a sanção da lei de acesso à informação esses e outros documentos foram liberados para consulta⁵.

Durante seu período de existência, o CIEEX produziu uma farta documentação contendo cartas, telegramas e informes que notificam suas ações, a designação de funcionários para a chefia, a escola de funcionários para as embaixadas e documentos de outros organismos e ministérios⁶. Desde sua criação, a discrição das atividades era uma das principais preocupações das autoridades militares brasileiras. A clandestinidade e a utilização de métodos sigilosos e ilegais eram algumas de suas principais ferramentas. Isso se aplicava também a confidencialidade dos próprios funcionários que trabalhavam no Centro.

Em seu Relatório, a CNV publicou os nomes de cinco chefes do CIEEX identificados ao longo da existência do órgão: 1) Marcos Henrique Camillo Côrtes (primeiro-secretário), de 1966 a setembro de 1968; 2) João Carlos Pessoa Fragoso (primeiro-secretário), de setembro de 1968 a novembro de 1969; 3) Paulo Sérgio Nery (primeiro-secretário e depois conselheiro), de janeiro de 1969 a novembro de 1973; 4) Octavio José de Almeida Goulart (conselheiro e depois ministro), de novembro de 1973 a março de 1979; 5) Carlos Luzilde

⁴ Ver BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014. Capítulos.

⁵ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

⁶ De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, estão disponíveis no Arquivo Nacional 11.327 páginas de documentos produzidos pelo CIEEX. Todo o acervo encontra-se digitalizado e disponível para consulta no Arquivo Nacional. (BRASIL, 2014, p.180).

Hildebrandt (ministro e depois embaixador), de 15 de março de 1979 a 1984 (BRASIL, 2014, p.183). Nesta relação, porém, não consta o nome de Jorge Pires do Rio, que teria sido o sexto e último chefe do órgão, de acordo com um telegrama secreto encontrado no Fundo da DSI/MRE, enviado ao Vice-Chefe da DSI/MRE em maio de 1987 pelo General de Brigada (R-1) Manoel de Jesus da Silva, então Vice-Chefe do SNI (PRADO, 2017, p.52).

Segundo Filho (2008), sem o efetivo trabalho do CIEEX, os objetivos do Serviço de Informações não teriam sido alcançados. Para o autor, o grande trunfo foi o sigilo do órgão, que só passou a ser conhecido após a abertura de seu acervo documental. O Relatório Volume 1 da Comissão Nacional da Verdade trouxe um capítulo dedicado a atuação da rede de informações monitoradas no Brasil e em especial ao CIEEX. Aonde reuniu elementos documentais comprovando o envolvimento do centro em alguns casos de graves violações aos direitos humanos de brasileiros que se encontravam no exterior durante a ditadura.

O trabalho do CIEEX possuía alguns objetivos específicos. Dentre eles, fiscalizar o possível retorno dos exilados ao país, identificar as campanhas de denúncias que eram promovidas no exterior, acompanhar a atuação política dos brasileiros exilados e monitorar as viagens que esses brasileiros realizavam, já que poderiam ter algum caráter político. Além disso, o acervo ainda conta com relatórios de atuação dos subversivos; relatórios de divergências internas dentro das organizações de esquerda; identificação de elementos atuantes dentro das esquerdas; a *subversão* no meio estudantil; o uso da panfletagem e da pichação⁷ como formas de denúncia; a atuação do clero nos quadros subversivos; relatórios sobre a atuação de partidos; controle de atividades de elementos que tiveram seus direitos políticos suspensos; todos esses temas podem ser encontrados nos arquivos do CIEEX.

É importante salientar que os pernambucanos exilados pela ditadura possuem arquivos, fichas e relatórios no acervo. E mesmo quando esses

⁷ Para saber mais sobre as pichações na ditadura militar ver SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

No documento, Apólon Fanzeres, Miguel Arraes, Djalma Maranhão e Pelópidas Silveira são citados e é possível identificar fatos de foro íntimo e pessoal da vida desses exilados, o que nos demonstra a vigilância cerrada e nos traz um questionamento de como esses agentes tinham acesso a informações e ao conteúdo das conversas que esses exilados mantinham.

O acervo também é formado por uma vasta gama de correspondências trocadas entre os militantes, suas famílias e as respectivas organizações as quais estavam ligados. Essas cartas eram obtidas de forma ilegal. O governo brasileiro também mantinha listas atualizadas com a relação nominal de todos os exilados políticos em outros países, seus endereços e informações como emprego, matrícula em escolas e universidades e relacionamentos pessoais. Para isso, a ditadura instalou consulados e contatos regulares em lugares, inclusive improváveis para a posição geopolítica do país, como Antuérpia, Panamá, Bruxelas e Damasco.

Agentes infiltrados acompanhavam passeatas, manifestações e enviavam as respectivas repercussões ao governo brasileiro. Esses funcionários estabeleciam residência no exterior para espionar *todos os passos* dos exilados. Assistiam apresentações teatrais, eventos de publicação de livros, enfim, tudo o que pudesse ter a participação de exilados brasileiros, fazendo relatórios detalhados, de quem estava presente, quem organizou, quem seriam os convidados, e de tudo o que acontecia nesses episódios. As entrevistas que os exilados concediam, os artigos que escreviam para a imprensa, as reportagens publicadas no cenário internacional, também eram alvo de investigação.

A importância do acervo do CIEEX para novos estudos em Ditadura

O CIEEX é uma importante fonte de pesquisa pra quem deseja trabalhar com a imprensa internacional repercutindo a ditadura brasileira. Jornais, revistas e programas de rádio, eram alvos de relatórios detalhados de suas atividades. O centro reproduzia, analisava e arquivava as reportagens que falavam do Brasil, seja qual fosse o assunto. Essas publicações

eram sempre intituladas nos relatórios como “Campanha de difamação contra o Brasil”. Além disso, filmes e conferências que discutiam a tortura também tiveram seu lugar na vigilância.

É possível ainda, encontrar no acervo do CIEX, endereços dos exilados atualizados, inclusive todas as mudanças de residência que estes faziam; materiais que eram apreendidos com os militantes, cartilhas, panfletos, anotações sobre reuniões, bem como cadernos de anotações; todo tipo de relação e/ou correspondências mantidos com Cuba e com a URSS; movimentações financeiras; uso de passaporte e outros documentos; investigações de uso de documentação falsa; solicitação de descrição física, solicitação de fotografias atualizadas, informações sobre atividades estudantis e profissionais, e antecedentes criminais. A ditadura extrapolou todos os limites de foro íntimo e pessoal quando o assunto era a vigilância das pessoas consideradas inimigas do regime. Além de tratar esses indivíduos de forma pejorativa na construção de seus relatórios, tratando-os como subversivos e marginados, como vemos a seguir num trecho de um informe:

A amante de TARZAN DE CASTRO teria enviado a Montevidéu, em dias JUN/71, uma procuração para que o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai lhe facilite a autorização judicial para casar-se com o marginado⁹.

Tarzan de Castro tem seu nome citado em vários informes do CIEX. Começou sua vida política no Liceu de Goiânia, quando começou a participar do movimento estudantil em Goiás. Com a eclosão do golpe, organizou o primeiro foco de resistência armada ao regime militar, na divisa de Goiás com a Bahia, no município de Dianópolis (GO). Foi preso pela primeira vez ainda em 1964. Em 1966, foi novamente preso, dessa vez na cidade de São José do Rio Preto (SP). Partiu para o Uruguai naquele mesmo ano, mas retornou ao Brasil em 1970 e foi preso pela terceira vez em Pernambuco, vindo a exilar-se no Chile em 1973. Com a instauração

⁹ CIEX. Informe nº 272. Documento Secreto. 10/08/1971. TARZAN DE CASTRO. Casamento. BRAN, BSBIE.06.8,P.34/118.

do regime militar chileno em setembro deste último ano, foi novamente detido, tendo ficado três meses preso no Estádio Nacional, em Santiago. Após ser libertado, exilou-se na França. Considerado um elemento perigoso pelo regime, foi rigidamente vigiado em todo o período em que esteve exilado¹⁰.

O acervo do CIEX conta ainda com documentos relacionados à concessão e prorrogação de passaportes; título de nacionalidade; renúncia ao asilo político; salvo conduto; uso de documentos falsos por brasileiros que tentavam entrar ilegalmente em outros países; consulta a fichas criminais; concessão ou negativa de vistos; expulsão; extradição; relatórios da situação política de outros países e documentos que discutiam a imagem do Brasil no exterior; assim como as operações para impedir pressões externas sobre a ditadura; cópias de inquéritos e de depoimentos; informações sobre prisões; identificação de presos; pedidos de clemência; certidão e antecedentes; situação dos subversivos dentro e fora do Brasil; solicitação de fotos atuais para ajudar nas investigações; solicitação de documentos; notícias sobre congressos de historiadores; trabalhos arqueológicos, pedidos de busca e apreensão; todo tipo de atividade promovida pelos exilados brasileiros; notícias sobre Cuba e a URSS, campanhas de denúncia contra a tortura; listas de atualização das atividades de elementos atingidos pelos atos institucionais 1 e 2; atividades de religiosos; todo tipo de propaganda comunista, nacional e internacional; obras na Rodovia Transamazônica; contato com organizações de esquerda em outros países; denúncias que eram encaminhadas ao gabinete civil da presidência da república; documentos do Serviço Nacional de Informações; dados de parentes de exilados políticos; listas de estrangeiros considerados indesejáveis ao território brasileiro; planos e ações dos grupos de esquerda; eleições em outros países; acontecimentos atípicos ocorridos dentro de delegacias e presídios, como, por exemplo, greves de fome; documentos da comissão interamericana de direitos humanos; cópias de livros; cópias de processos; cópias de reportagens da imprensa nacional e internacional; dossiês sobre torturas;

¹⁰ <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-tarzan-de>. Acesso em 05/07/2020.

denúncias de presos políticos; cópias de jornais, revistas e boletins de esquerda, documentos de outros ministérios; documentos da Ordem dos Advogados do Brasil e documentos de cunho profissional, como cópias de contratos. É interessante observar a existência de um tipo de documento chamado *ficha de distribuição e processamento de documentos* aonde há um acompanhamento de toda a existência de determinados indivíduos, em todos os aspectos.

O fato de estar no exílio não garantiu a segurança desses brasileiros. O aparato repressivo agiu contra os opositores políticos, não apenas dentro das fronteiras nacionais, como também no exterior. O objetivo não era apenas vigiar, mas também reprimir que as organizações brasileiras mantivessem vínculos entre si, estabelecessem relações com grupos ou partidos de esquerda de outros países ou com a opinião pública internacional¹¹.

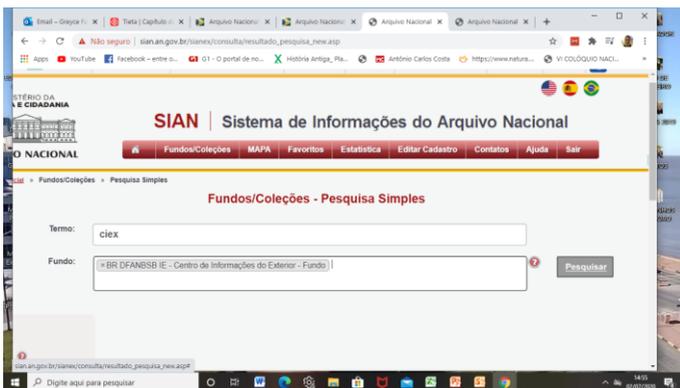
O arquivo do Itamaraty está dividido em duas unidades: no Rio de Janeiro e em Brasília, aonde é possível encontrar documentos secretos e confidenciais que remontam a 1947 constituindo um importante conjunto de fontes para a história do Brasil. Para consultar o acervo do CIEX é necessário acessar o site do Arquivo Nacional <http://arquivonacional.gov.br/br/> seguindo a seguinte sequência:

- página principal do site
- consulta ao acervo
- SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

O SIAN é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional e é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo. Dentro do SIAN há dois módulos de pesquisa disponíveis ao público; Fundos e Coleções, e MAPA. Dentro da aba Fundos e Coleções é possível fazer uma busca avançada por palavras chaves. Para ter acesso ao SIAN é preciso fazer um

¹¹ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **MINHA TERRA TEM HORRORES: O EXÍLIO DOS BRASILEIROS NO CHILE (1970-1973)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.p.172.

cadastro com login e senha. A seguir, vemos a sequência das telas que o pesquisador irá acessar:



Referência

ALVES, Maria Helena Moreira Alves. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1964.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014. Capítulo5.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **MINHA TERRA TEM HORRORES: O EXÍLIO DOS BRASILEIROS NO CHILE (1970-1973)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. *Varia hist.* vol.28 no.47 Belo Horizonte Jan./June 2012.

_____. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro. Editora Record: 2001.

FILHO, Pio Penna. **A pesquisa histórica no Itamaraty**. *Rev. bras. polít. int.* vol.42 nº 2 Brasília July/Dec. 1999.

_____. **Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEIX): O elo perdido da repressão**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 79-92, jul/dez 2008.

_____. **O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEIX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2009, vol.52, n.2, p.43-62. Pena filho. 2009.

GOMES, Paulo Cesar. **Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019.

NASCIMENTO, Dmitri Félix. **O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): O SINDICALISMO EM PERNAMBUCO COMO ALVO (1964-1967)** *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 10, dezembro/2014 ISSN 2177-9961.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **Aconteceu, virou Manchete**. Notícias da Ditadura. Porto Alegre: RS. Editora Fi. 2020.

_____. **Frente Brasileira de Informações**: imprensa e resistência no exílio. III Seminário internacional História do Tempo Presente. UDESC – Florianópolis – SC.2017. disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISHTP/paper/viewFile/621/469>

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PRADO, Mayra do. **A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986**: a reexternalização do conflito ideológico. UNESP/UNICAMP/PUC SÃO PAULO. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. 2017. Dissertação em Relações Internacionais.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Sentinela das fronteiras**: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros**: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

Sites

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200402.htm>>. Acesso em: 02 Jul. 2020.

<<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-tarzan-de>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

<<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 02 Jul. 2020.

A Geopolítica e o papel de Fernando de Noronha no cenário de salvaguarda da soberania brasileira

*Grazielle Rodrigues do Nascimento*¹

Desde a constituição do período Republicano brasileiro, em 1889, percebe-se o papel de ‘soberano’ que o Brasil vem representando nas relações internacionais do Atlântico sul. A salvaguarda do território nacional, bem como a garantia da soberania brasileira vai ditando essas relações fronteiriças com os vizinhos latinos.

Para o Antônio Ruy de Almeida Silva, Contra-almirante da Marinha do Brasil e membro do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval, os oceanos continuam sendo um elemento expressivo na compreensão da política e no entendimento das relações internacionais, por serem fonte de riquezas e vias de comunicação que unem os diversos continentes. Sendo esses espaços não terrestres, lugares de disputa de territórios e salvaguarda de soberanias, as Ilhas, portanto, representam as últimas fronteiras nacionais em disputa. (SILVA, 2014, pp 99).

Neste mesmo caminho, também aponta o historiador madeirense e especialista na temática insular, Alberto Vieira. Nos estudos realizados sobre o *Sistema Atlântico*, as Ilhas foram e continuam sendo elemento formidável nos processos de disputa de territórios, atuando, quase

¹ Coordenadora de pesquisa e projetos educacionais do Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autora de *Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria* (1ª edição Edufpe, 2014 e 2ª edição Fundação de Cultura do Exército, 2019) e *Noronha em poucas palavras* (editora independente, 2008). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/941747274387415>

sempre, como intermediários entre *o mar-alto e os portos litorais* dos continentes europeu, africano e americano (VIEIRA 2008, pp 201).

Portanto, reconhecer a importância histórica dos territórios insulares, especificamente os localizados no mundo do atlântico, é alçá-los a um mundo não de meros expectadores das relações políticas intercontinentais e dos processos históricos com o mar, mas sim dar o lugar devido enquanto elementos estratégicos na geopolítica das relações de poder e de estudos sobre a salvaguarda de soberanias.

É nessa tela que se encontra o nosso lugar de pesquisa: o Arquipélago de Fernando de Noronha. Um lugar lindo, patrimônio natural da humanidade, de rica biodiversidade, com cenários naturais únicos, mas que oculta uma história de disputas políticas, planos geoestratégicos e de influências internacionais.

Argumentos que destacam Noronha na geopolítica do Atlântico

Por sua característica de ancoradouro e estuário natural e por uma rica biodiversidade ecológica, Fernando de Noronha representa ponto significativo à ocupação do Brasil. Essa afirmativa se respalda no histórico desde os momentos iniciais do período do chamado *descobrimientos do Atlântico*, iniciado no Século XV. Noronha por ser ponto estratégico, com característica de porto natural a ancoragem, garantia aos navegadores e as tripulações dos mais diversos navios estrangeiros, o sobreviver pela Rota do Atlântico². Alguns registros desse tempo a retratam como uma “notável ilha no meio do mar”, onde ali, se podiam “ancorar todos os

² Sobre a história da ilha de Fernando de Noronha entre os séculos XV e XIX ver: Beatriz de Lalor Imbiriba *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951; Guilherme Auler *Os Fortes de Fernando de Noronha*. In: Revista do Arquivo Público. 2º semestre, Recife, 1946; Lísias Rodrigues *Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco. Vol. XXXVIII. Pernambuco, 1943; Duarte Leite *Quem Descobriu a Ilha de Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XL. Pernambuco, 1945; Mário Melo *O Arquipélago de Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XVIII. Imprensa Industrial. Pernambuco, 1919; Francisco Pereira da Costa *A ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887; Orlando Machado; Joaquim de Souza Leão; Campos de Aragão *Guardando o Céu nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, volume 147, 1950; Amorim Neto *Fernando de Noronha*. Editora A Noite. 2ª edição - Rio de Janeiro, 1946. Sem contar os relatórios militares que narram parte da história da Ilha de Fernando de Noronha.

navios” para se abastecerem com as “águas doces e correntes, infinitas árvores e inúmeras aves marítimas e terrestres”. (COSTA, 1887, pp 19)

Ainda neste mesmo caminho, está a sua posição particular e estratégica no Atlântico Sul, sendo bastante disputada pelos holandeses e franceses chegados nos séculos XVI e XVII (ESG, 1960. pp 01). Esses últimos serviram de alerta à capitania pernambucana e à coroa portuguesa quanto ao potencial geoestratégico da Ilha, motivos que levaram a ocupá-la definitivamente no ano de 1737. Portugal criou um dos maiores exemplares de defesa da história das fortificações portuguesas no Brasil (COSTA, 1887, pp. 24). É desse tempo que data a Vila dos Remédios e o sistema prisional que durou 201 anos, tomados como estratégias para a ocupação do lugar e a defesa da rota comercial entre o velho e o novo mundo.

Alguns documentos do século XIX, que relatam o cotidiano de Fernando de Noronha, destacavam, ainda, sobre a importância em conservá-la como plano estratégico em pleno Oceano Atlântico, “porque não somente serve de correção aos facinorosos, como é a chave do norte do Brasil”³, para no caso de uma invasão por nação inimiga.

Logo, perceber a posição geoestratégica desse território insular brasileiro, permite-nos entender como os discursos em torno dessa funcionalidade a tornava peça / moeda de barganha para o desenvolvimento do Brasil e, concomitantemente, garantir a segurança não apenas ao Brasil, mas por extensão a todo o continente americano.

Apresentada como *paraíso*, Noronha comporia um ambiente de caráter bélico de Guerra Fria, onde brasileiros e norte-americanos viviam sob a garantia de o hemisfério ocidental estar livre de qualquer ameaça vinda por parte da União Soviética, preservando a paz, como base para o estabelecimento de um mundo melhor (NASCIMENTO, 2014, pp. 24). Percebe-se tal fato nos discursos proferidos tanto pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek e quanto pelos representantes da Casa Branca (EUA), quando ambos propagavam a ideia de serem “irmãos pela alma e amigos

³ APEJE-PE; setor dos manuscritos; série FN; volume 02; 1838.

por tradição” (CONRAD, 1960: pp. 24), aspecto reforçado pelo vice-presidente norte-americano Nixon, que acentuava o vínculo entre os dois países pautados na “devoção pelos princípios americanos” (Id. pp. 27). Fato esse bastante intrigante, por se considerar que o interesse estadunidense pelo Brasil, começava nos finais da década de 1930, intensificado com o período da 2ª Grande Guerra.

Para o estudo de agora, o século XX é marcado por um cenário político brasileiro, conturbado entre a relação do Brasil com o FMI e o governo norte-americano. Um espécie de *barril de pólvora* em direção ao comunismo. A qualquer minuto, poderia explodir.

Especialmente, a região nordeste condensava as pré-condições favoráveis a um levante popular, por produzir péssimas estruturas socioeconômicas e altíssimo grau de miséria e pobreza (Nascimento, 2019, pp140). É nesse fundo de pano que se encontrava a cessão da Ilha de Fernando de Noronha ao governo dos Estados Unidos, sob o argumento de desenvolvimento de tecnologia aeroespacial.

O papel de Fernando de Noronha

O acordo militar sobre o ajuste de cessão da Ilha de Fernando de Noronha acontecia concomitante aos ajustes para a defesa e a segurança do Atlântico. Com exceção da Ilha Cubana, desde o norte até o sul desse mundo atlântico, era disposto 12 pontos estratégicos que serviam como estações aos experimentos balísticos norte-americanos. Por outro lado, e a documentação do período aponta, que as manobras ocorridas nessa região, definida como “cordão de segurança”, também tinham um outro objetivo: **monitorar as operações soviéticas durante o período que tratamos de Guerra Fria.**

Em 1959, enquanto Fernando de Noronha era militarizada, Cuba passava pelo processo revolucionário apoiada pela URSS. A vocação do Arquipélago brasileiro se potencializava ainda mais em ser lugar estratégico número um, conforme documento da época: “há perigo

iminente de uma 3ª Guerra e nesse caso, vencerá quem primeiro ocupar o nordeste brasileiro”.⁴

O chamado Posto de Observação de Teleguiados (POT) instalado em Noronha era um ponto de vigilância permanente as manobras bélicas cubanas, implantada pela União Soviética, cujas ogivas estavam voltadas diretamente para a Flórida (Cabo Canaveral) e Washington DC (capital estadunidense). Na tentativa de alguma invasão à Ilha de Cuba por parte dos americanos, a resposta viria imediato. Isso é comprovando quando, na noite do dia 17 de outubro de 1962, “o U-2 flagra novos mísseis soviéticos em Cuba – desta vez, o SS-5 de longo alcance. Armas capazes de atingir praticamente qualquer ponto no território americano”.⁵

Robert Sean Purdy, especialista nos estudos voltados para a história das Américas, com ênfase nas relações dos Estados Unidos com o continente americano, mostra que alguns documentos liberados pelo governo estadunidense, revelam que os líderes políticos e militares dos Estados Unidos, incluindo os irmãos Kennedy, estavam realmente dispostos a iniciar um conflito nuclear. A guerra só não ocorreu porque Estados Unidos e União Soviética acabaram por negociar uma saída que definia, através de um acordo entre o presidente americano John F. Kennedy e o presidente soviético Nikita Krushev, a retirada dos mísseis de Cuba em troca de que os Estados Unidos não mais a invadiriam (PURDY 2008. pp. 240). “Dias depois [24 de outubro], os EUA decretavam o bloqueio naval a Cuba e, em novembro, John Kennedy anunciava o fim da crise dos mísseis em Cuba, pois as bases soviéticas de lançamento de mísseis eram fechadas”.⁶

Mas na outra extremidade ao sul do Atlântico, na base americana de Fernando de Noronha, o cenário de Guerra Fria servia como um ponto de alerta e vigília ante a ameaça real de lançamento de mísseis contra a nação americana. Até ser resolvido (ou apaziguado) o problema cubano, o

⁴ Diário de Pernambuco - 22.01.1957.

⁵ Revista Veja na História, outubro de 1962 – CRISE DOS MISSÉIS.

⁶ Folha de São Paulo, 14 de outubro de 1962.

argumento do combate ao comunismo se intensificava (Nascimento, obra cit, pp 142).

Os pactos “contra o comunismo e pela liberdade”⁷ estavam como pontos centrais nos encontros dos membros do chamado *bloco do hemisfério sul*. Tendo como suporte legal a diplomacia materializada em documentos assinados ainda durante ano de 1947, no Rio de Janeiro: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) acompanhado pelos tratados de 1948 (Conferência de Bogotá), 1949 (IV Reunião de Washington) e 1952 (Acordo Militar Brasil - Estados Unidos), sustentando a falsa ideia de reciprocidade. Um preparativo para o que veríamos acontecer no ano de 1964: Brasil e EUA garantir e legitimar o combate a *ideologia comunista* e, por tabela, o controle da expansão da ofensiva russa na América Latina.

Todavia, por outro lado, a segurança desses territórios não deixava de ser alvo de preocupações por parte de alguns militares brasileiros. O que fazia da relação Brasil - Estados Unidos ponto de discussão acerca do *status* da soberania do Brasil, em especial aos que se encontravam residindo na ilha.

Alvo de críticas por parte da ala nacionalista, essa relação se destacava como *grave* para militares como o General Felicíssimo Cardoso, diretor da Liga da Emancipação Nacional e patrocinavam campanha pela rejeição do acordo militar do Brasil com os Estados Unidos⁸. Para esses a segurança do território brasileiro estava ameaçada.

Se a segurança do território é o princípio elementar da defesa da soberania dos Estados⁹, o Arquipélago de Fernando de Noronha era um lugar de fronteira entre comunistas e capitalistas na geopolítica da Guerra Fria. Por estar a serviço da política norte-americana, enquanto sentinela

⁷ Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

⁸ Prontuário 4071, Liga da Emancipação Nacional, 31 de janeiro de 1956.

⁹ Pois as fronteiras nacionais delimitam, objetivamente, o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança Nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958. pp 157-158.

ao desenvolvimento da energia nuclear e da tecnologia de mísseis, tidos como o que havia de mais avançado em termos de equipamento militar a defesa e a segurança, o Posto de Observação de Teleguiados estava não apenas servindo de escudo de proteção ao hemisfério ocidental mas, especificamente, protegia, diretamente, os Estados Unidos.

Segundo relatório da Escola Superior de Guerra do ano de 1961, os habitantes que eram em torno de 1300 pessoas, não tinham ideia dos embates ocorridos no continente sobre a cessão da Ilha ao governo dos Estados Unidos. Os discursos trazidos pelos jornais construíam dois grupos distintos em ação e objetivos políticos: os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Jorge Ferreira (2003) configura esse quadro entre: os chamados de “nacionalistas de esquerda”, que defendiam a soberania pelos trabalhadores sem se envolver com a ideologia do anticomunismo; os “nacionalistas direitistas”, a exemplo de Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, simpáticos ao nacionalismo sem trégua ao comunismo e um terceiro grupo que formava a ala “cosmopolita de direita”, radicalmente anticomunista, antitrabalhista e adversária do nacionalismo. Estes últimos defendiam a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional dos Estados Unidos (FERREIRA & DELGADO, 2003, pp. 320).

A defesa do hemisfério:

O fio condutor entre o que acontecia em Noronha com o que acontecia no restante do mundo, tinha nos argumentos de segurança e de soberania nacional, a defesa das águas do Atlântico. Isso dava um caráter quase de submissão do Brasil frente a condução da defesa e segurança continentais, por parte do governo dos Estados Unidos. Mas por que Noronha se torna ‘moeda’ de barganha nos acordos militares e o peso da sua contribuição à defesa do hemisfério, estava no epicentro dos debates no Congresso, entre os militares e na imprensa pernambucana.

O cenário político experimentado pelo governo juscelinista acompanhava o dia a dia da ilha, quando ela era vista enquanto “um elo

importante” no combate ao comunismo.¹⁰ Os discursos para o enfrentamento dessa “ameaça”, fazia da soberania brasileira, bem como a salvaguarda da democracia do mundo livre, preocupação constante entre os líderes do governo.

Faz-se mister lembrarmos que esse espaço insular demonstrava importância na geopolítica internacional desde a Segunda Guerra, quando foi reconhecido ser fundamental na estratégia em combater o inimigo e defender o Atlântico para os Aliados. Finda a guerra, e com a mudança no sistema internacional, onde o mundo observou configurar a disputa entre EUA e URSS, principalmente na questão da “corrida espacial”, deu-se outro significado à noção de guerra, cuja tecnologia avançada com os mísseis intercontinentais (os teleguiados) davam um novo sentido aos interesses estadunidenses pelo mundo. A importância geoestratégica do arquipélago nos planos norte-americanos de segurança nacional era como “um estado de prontidão organizada e [compreendia] todos os povos, todos os empreendimentos e todo o governo”, como aponta o Brigadeiro Luiz Carlos (ALIANDRO, 1984, pp. 27-41).

A segurança era o mote para proteger a soberania dos *Estados Membros* que compunham o hemisfério ocidental, juntamente com os Estados Unidos. A noção de segurança e soberania se horizontaliza, na medida que não se percebia esse conceitos sem o uso da segurança em sentido nacional, proporcionada à nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares para a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais permanentes do território. Ou como Liziane Paixão (2006) chama de *controle territorial*. Nesse sentido, o Estado não está subordinado, a nenhum outro, pois com base no Direito Internacional, todos os Estados são considerados iguais (OLIVEIRA 2006 p. 80-88). A “razão de Estado” não é imperativa em nome das regras que se pode ou se deve violar. O regente (governador, presidente, administrador) precisa exercer a sua soberania governando os homens. Os Estados têm de lutar uns contra os outros para assegurar a

¹⁰ Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

sua própria sobrevivência e a funcionalidade dos Estados requer dois instrumentos políticos: a diplomacia e a polícia (FOCAULT 1997. pp. 83).

Apesar disso, precisamos assinalar que a soberania se verticaliza à noção de poder. Essa imagem de um Estado com poderes absolutos em seu território, faz com que a ideia de pertencimento a uma nacionalidade e identidades o defina como tal e lançada a mão das regras do mercado internacional. Quando os Estados Unidos se posicionavam (através dos discursos de segurança e defesa dos estados democráticos) os “salvaguardas”, a ideia do não pertencimento fazia sinalizar uma interferência de o Brasil ser soberano nas decisões de caráter internacional, já que acordos econômicos estavam sendo assinados: Por que não estreitar essas relações econômicas com a Rússia naquele momento de 1950? - Conveniência de mercado; ou então, a oferta estadunidense saía melhor que a soviética.

Devemos lembrar ainda que, numa ótica da política brasileira, as ideias comunistas não eram bem aceitas pelas Forças Armadas, que se dividiam entre os herdeiros de Vargas, os antigetulistas e os anticomunistas. Havia uma competição entre quem tinha mais poder na geopolítica da Guerra Fria. Nessa relação de forças, o Brasil se encaixava entre os aliados do “mundo livre”.

Problemas internos

É certo que o progresso chegava a ilha de Fernando de Noronha. Um progresso ameaçador, posto que nenhuma das nações envolvidas cedia seu espaço aéreo, terrestre e marítimo para que outra nação fizesse operações experimentais de guerra. Não foi à toa que Cuba, mais tarde, foi eleita pela Rússia para sediar também uma base de lançamentos contra os EUA, objeto, inclusive, de uma quase 3ª Guerra (com a crise dos mísseis, em 1962) para fazer ou servir ao mesmo papel de Noronha, beneficiando o lado russo, mantendo permanentemente mísseis voltados para interceptar os americanos.

Mas a oposição brasileira, nas questões voltadas para a política interna, tornou-se mais agressiva e Kubitschek ficou no centro dos ataques que partiam de todas as direções. “Por todos os cantos, o que viamos era uma massa de descontentes” (MONIZ BANDEIRA 2007. pp. 541). Os últimos dois anos da gestão de JK também presenciavam o início da radicalização política no campo, potencializado pelas observações dadas pelos estrangeiros (no caso, americanos) de que o nordeste brasileiro tinha sido declarado “área de alta prioridade” (PAGE,1972. pp. 154), “encarando a região como um importante problema de segurança” (PAGE,1972. pp. 93). As reivindicações de terra e maiores salários para os camponeses, segundo o historiador Thomas Skidmore, eram os dois motivos principais para o “despertar político das massas do campo” (TAVARES 1958. pp 227). Dos poucos investimentos que vinham para o Brasil, era a região nordeste que mais sofria por recebê-los. Segundo Joseph Page (1972), em sua obra: *1964 - a revolução que nunca houve*, vê-se que desde 1950 até a revolução cubana, o auxílio dos Estados Unidos ao Brasil constou de simples assistência técnica, sob o programa do Ponto IV, e, ocasionalmente, de empréstimos para o desenvolvimento. O nordeste brasileiro recebeu uma “pequeníssima” parcela deste “modesto esforço”, uma das razões de ser, para que isso acontecesse, era ser o nordeste uma causa perdida e que não se deveria desperdiçar ajuda com aquela região (TAVARES, 1958, pp 87-88)¹¹.

A revolução cubana foi determinante para a mudança de comportamento de Washington frente a América Latina. As tensões (preocupações) de que a União Soviética conseguisse se infiltrar no continente faziam da visita de Eisenhower, em fevereiro de 1960, uma jogada política para fortalecer os compromissos que o Brasil tinha com os Estados Unidos no combate ao comunismo, e consequente retaguarda contra o regime de Fidel Castro na América Latina. Para isso, era necessário a liberação de dólares destinados a programas de assistência social. Em maio de 1960, foram liberados 47.700.000 milhões de dólares

¹¹ Na opinião dos oficiais brasileiros que tinham acesso à Embaixada Americana.

à América do Sul e mais 500 milhões ao Fundo de Progresso Social (MONIZ BANDEIRA 2007, pp 545), criado para o desenvolvimento latino e que tinha como supervisão a USAID (via o programa Aliança para o Progresso), cuja instituição entraria em desacordo com a SUDENE (MONIZ BANDEIRA 2007, pp 545), contribuindo significativamente para a atmosfera de hostilidade que logo obscureceu as relações entre os Estados Unidos e o Brasil no Nordeste, segundo Joseph Page (1972).

A partir de 1962, um ano depois de assinado o programa Aliança para o Progresso (Alpro), em Punta del Este (agosto de 1961), a presença norte-americana no Nordeste tornou-se bastante significativa, justificada na “instalação de uma grande missão da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Recife (PAGE, 1972, pp 151). A Aliança para o Progresso destinava milhões em ajuda e assistência ao desenvolvimento da região nordestina desde o setor da educação (“3 BILHÕES DA ALIANÇA PARA A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE”, JC-02/12/1962), à construção e modernização de rodovias (“100 MILHÕES DE DÓLARES DA ALIANÇA PARA AS RODOVIAS BRASILEIRAS”, JC-08/08/1962), incluindo a construção de 8.500 casas populares no bairro Alto Jordão-Recife (“160 MILHÕES DE DÓLARES PARA CASAS”, DP-30/08/1962). Foi o preço recebido em troca da cessão do Território Nacional para as operações estratégicas bélicas dos EUA em sua política armamentista para a Guerra Fria, “excelente exemplo do princípio de autoajuda que sintetiza o verdadeiro espírito da Aliança”¹², relatava o coordenador da Alpro, o economista Teodoro Moscoso.

O anúncio, nos finais de 1959, que os americanos abandonariam a ilha de Fernando de Noronha pelo motivo de o programa de tecnologia dos balísticos superar a necessidade de uma base de rastreamento in local brasileiro, não alterava as investidas e auxílio militar norte-americano ao Brasil. Como também não alterava o direcionamento adotado pelo governo brasileiro nas decisões do departamento de Estado Americano nos fóruns internacionais (ONU) e interamericanos (OEA), mesmo o Itamaraty

¹² Diário de Pernambuco, 30 de abril de 1962 – ALIANÇA E BID NO MESMO PLANO.

restabelecendo o intercâmbio comercial com a União Soviética (MONIZ BANDEIRA, 2007, pp 543).

O fechamento do Posto de Observação de Teleguiados (POT) em Fernando de Noronha coincidia, portanto, com um panorama político de desenvolvimento brasileiro “assustador”, segundo Moniz Bandeira (2007) e Joseph Page (1972).

O clima político era tenso e a pressão para produzir resultados seguros e estabilidade nacional uma constante (PAGE, 1972, pp 153). Além do mais, o inconformismo com a política desenvolvimentistas do governo de Juscelino e a insatisfação das massas com a postura tomada pelo governo, para conter a inflação e também com a questão rural, generalizava-se. Acentuando a polarização nas oposições ao governo, tanto na esquerda, quanto na direita.

As antigas rivalidades com JK eram reativadas, com Otavio Mangabeira e Carlos Lacerda. A inflação que estava arruinando a economia brasileira tornava imperativa uma ação rápida e decisiva nos projetos de ajuda. “A situação chegou a tal ponto que o vice-presidente João Goulart aconselhou JK a entregar o poder às Forças Armadas”, assinala Moniz Bandeira (MONIZ BANDEIRA 2004, pp 545-).

Nas eleições para a escolha do sucessor de Juscelino Kubistech, Henrique Teixeira Lott e Jânio Quadros se apresentavam como os candidatos do *nacionalismo* brasileiro, carregado por um discursos contra os Estados Unidos. Lott contava com o apoio firme e decidido dos trabalhistas e dos comunistas, que o apontavam como o símbolo do nacionalismo. Jânio Quadros, sustentado pela oligarquia econômico-financeira e pelas correntes mais reacionárias do país, “apelou para o prestígio da revolução cubana e o crescente fascínio que ela exercia nas massas” (MONIZ BANDEIRA, 2004, pp. 546). A eleição não era apenas uma eleição para presidente, ela se vestia de uma investidura de árbitro frente ao impasse do desenvolvimento brasileiro pela qual sofria a classe dominante (NASCIMENTO, 2019, pp 137).

Para enfatizar ainda mais a sua candidatura e ser tomado como o representante do nacionalismo brasileiro, Jânio Quadros reacendia o argumento de *entreguismo* o Ajuste de Cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos americanos. Isso era ponto forte contra o seu opositor (e já Marechal) Henrique Teixeira Lott. Acusava-o de ter sido um dos responsáveis pela “entrega” de Fernando de Noronha aos norte-americanos e registrava claramente em seus discursos: “não fui eu que entreguei Fernando de Noronha aos norte-americanos” (MONIZ BANDEIRA, 2007, pp. 547), como resposta de acusá-lo não ser nacionalista.

Jânio Quadros saiu vitorioso das eleições realizadas em 03 de outubro de 1960. Mas diante de um panorama político brasileiro que acarretou a sua deposição em 31 de março de 1964, o Brasil acirrou o alinhamento de caráter intervencionista por parte dos norte-americanos (AYERBE 2002, pp 140-143).

Nesse cenário político, o POT era desativado e o contrato de cessão se encerrava, no dia 20 de janeiro de 1962, sinalizando uma outra dinâmica para a Guerra Fria marcada pelo desenvolvimento de centros regionais autônomos, cujo peso relativo a essa transformação, se encontrava no equilíbrio nuclear e na capacidade de se destruírem mutuamente várias vezes (TELO 1996, pp 129). A partir de 1962, a assistência americana de consolida, mas não ficou restrita apenas ao Brasil. Mas para toda a América Latina.

Considerações

Na atualidade a principal dificuldade enfrentada pela América do Sul é firmar a sua identidade estratégica dentro da geopolítica de caráter americanista (estadunidense). A pesquisadora Graciela de Conti Pagliari aponta que em termos de segurança, a América do Sul apresenta situações diversas. Se por um lado, a sub-região andina é marcada por processos de

securitização e militarização, por outro lado, o Cone Sul tem estabelecido dinâmicas de aproximação e redução de conflitos (PAGLIARI 2009. pp 81).

As reflexões sobre a história da relação do Brasil com os Estados Unidos têm muito a ser estudado. A participação do arquipélago de Fernando de Noronha dentro dessa conjuntura da geopolítica do Atlântico, acompanha sobremaneira as necessidades desses estudos. Estratégia, segurança, domínio. Essas são algumas das características fundamentais para se entender essa relação de quase 2 séculos.

Se durante a Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram sua influência hegemônica sobre a América do Norte e aumentaram sua penetração na América do Sul, na atualidade a disputa se encontra em bases do controle a utilização dos recursos localizados no mar: a biodiversidade marinha. O mar se tornou a última fronteira de terra e os padrões de ações políticas e de intervenções militares de origem estadunidense se torna real.

Os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, quando a Quarta Esquadra atuou a partir do Nordeste brasileiro, tiveram e ainda continuam exercendo, um papel importante nas concepções estratégicas de Brasil e Argentina relacionadas com o Atlântico Sul (Gama, 1982).

Durante a Guerra Fria, o pensamento naval brasileiro estava subordinado às concepções estratégicas norte-americanas na defesa das linhas de comunicações marítimas contra operações e ataques dos submarinos soviéticos no Atlântico Sul. Esta subordinação tinha como contrapartida o fornecimento pelos norte-americanos de meios necessários para a Marinha brasileira se equipar tecnologicamente e se modernizar.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, quando o crescimento econômico do Brasil abriu a possibilidade para a Marinha se modernizar, adquirindo meios navais mais sofisticados, o país encontrou uma série de dificuldades para conseguir estas unidades nos Estados Unidos, e o mercado europeu foi a solução. No entanto, o conceito estratégico naval brasileiro, que enfatizava a guerra antissubmarina, subordinado à concepção estratégica norte-americana de defesa coletiva relacionada com

a Guerra Fria, só foi alterado em 1977, com a publicação da Política Básica e Diretrizes da Marinha (Silva, 2014, pp 206).

E nesse cenário histórico, qual o papel de Fernando de Noronha?

Se o Arquipélago de Fernando de Noronha perdeu o seu caráter estratégico no cenário das políticas para o Atlântico, por que se está construindo a maior estação científica de Ilha do Atlântico pela Marinha Brasileira? Se Fernando de Noronha não é mais estratégico para a segurança e salvaguarda da soberania brasileira, como explicar os motivos dela estar no perímetro do mar, enquanto a última fronteira do Brasil a ser conhecida como a Amazônia Azul, compondo território da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).¹³

Historicamente, Fernando de Noronha tem seu marco de descoberta no dia 10 de agosto de 1503. Seu processo de ocupação acompanhou sobremaneira a forma como o desenvolvimento do Brasil acontecia. E ser “filtro social” para a manutenção do *Status Quo* (social) do território nacional, pautado no estabelecimento de um sistema de defesa e de um Presídio que durou mais de 2 séculos (201 anos), configura no cenário Nacional, Noronha como a última fronteira ocupada e povoada do território brasileiro. Dando um caráter excepcional na geopolítica brasileira para o Atlântico.

A estação para observação balístico em 1957, foi uma das peças de um grande quebra-cabeça, onde as políticas voltadas para a geografia das relações internacionais brasileiras ainda se encontra vigente. Os prédios ocupados pelos americanos em Fernando de Noronha para as instalações do POT, não fazem mais parte do edificado urbano da Ilha. Mas essa história não se encerra agora. Ela está presente nas decisões estratégicas para

¹³ A Amazônia Azul é uma política brasileira de monitoramento de fronteiras marítimas navegável e inclui 200 milhas náuticas (370 km) de largura. As ilhas oceânicas brasileiras são importantes não apenas do ponto de vista biológico, mas também estratégico, pois a ocupação permanente desses espaços insulares e a realização de pesquisas científicas permitem uma ampliação significativa da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (ZEE), que corresponde a uma faixa territorial no Oceano Atlântico para além do litoral **brasileiro** e pertence à soberania territorial do país. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/04/1873816-fernando-de-noronha-vai-ganhar-centro-de-pesquisas-em-2018.shtml> <https://www.ecycle.com.br/6740-amazonia-azul.html>

a garantia do espaço Brasil. As fronteiras não são mais terrestres. É o mar marcador de um outro tempo. Um tempo atlântico.

Referências

- ALIANDRO, Luiz Carlos. **Segurança nacional e sociedade solidária**. In: Revista A defesa nacional – ano LXX/ n. 713, mai/ jun – 1984, pp. 27-41, Rio de Janeiro.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: ed. UNESP, 2002.
- COSTA, Francisco Pereira da. **A Ilha de Fernando de Noronha**. Pernambuco, 1887 – ao relatar a narrativa de Américo Vespúcio na 3ª viagem exploratória ao Brasil realizada em 1503. pp 19.
- Dissertação PUC-RIO certificação digital 0710388/CA, Capítulo 04 ESBOÇO HISTORICO DA RELACAO DO BR COM OS EUA. Consultado em 12/07/2020, as 19:38 em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31562/31562_5.PDF.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964/** organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3). pp. 320.
- FOCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**; trad. Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. pp. 83.
- GAMA, A. O. S. **A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
-
- _____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003) – 2ª ed.** Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. **Fernando de Noronha e os Ventos da Guerra Fria**. 1ª edição. Edufepe, 2014.

NASSER, Reginaldo Mattar & MORAES Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul / organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília : Ipea, 2014.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **O conceito de soberania perante a globalização**. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança Regional e a política externa brasileira**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

PURDY, Sean. **O século Americano**. In: KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XX/ - Leandro Karnal... [et al.]. 2.ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

Relatório do Curso Superior de Guerra: **o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional**, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. **O Atlântico Sul na perspectiva de segurança e defesa**. In: O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul / organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: Ipea, 2014. 284 p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, General A. de Lyra. **Segurança Nacional**: antagonismos e vulnerabilidades. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958.

TELO, Antônio José. **Do tratado de Tordesilhas à Guerra Fria**: reflexões sobre o sistema mundial. Blumenau: FURB, 1996.

VIEIRA, Alberto. **As ilhas e o Sistema Atlântico**. Patronato de la "Casa de Colón". *Anuar/o de Estudios Atlánticos* ". Las Palmas de Gran Canaria, núm. 54-1, pp. 207-222, 2008.

WRZOS, Conrad. **No livro Juscelino Kubitschek**: Estados Unidos – Europa. Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro, 1960.

As quatro batalhas do MDB em Pernambuco: as eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978

*Rafael Leite Ferreira*¹

À guisa de introdução

O processo de tomada de poder pela aliança civil-militar na passagem do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 não foi tranquilo ou pacífico, tampouco livre de oposições. Se, por um lado, houve um efetivo apoio à ação golpista por significativas parcelas da sociedade brasileira, houve, por outro lado, diversas manifestações de repúdio feitas por expressivos segmentos da população. Houve, na verdade, durante esse contexto, como bem disse Maria Helena Moreira Alves (2005), um complexo processo dialético, travado entre o Estado de exceção e as forças de oposição, que ocorreu não apenas no golpe de 64, mas que acabou perdurando ao longo de todo o regime militar.

Diferentemente do que defende certa versão revisionista, propagada pelos meios de comunicação e setores da academia durante os últimos anos, as forças de oposição no Brasil não surgiram apenas em meados dos anos 1980, no final da ditadura. É importante que se diga que a oposição se fez presente em todos os momentos do regime. As oposições, de esquerda ou não, não se calaram durante a ditadura, apesar das dificuldades,

¹ Professor da Unibra - Centro Universitário Brasileiro. Servidor Público Estadual. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências (Ed. Universitária da UFPE, 2012). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0295848610110162>

lutaram e, dentro do possível, buscaram derrubar o regime ou abrir brechas em seu interior.

Apesar das prisões arbitrárias, cassações, espionagem, torturas, perseguições, censura e, até mesmo, assassinatos, as forças oposicionistas resistiram de diversas formas: denúncias, passeatas, manifestos, canções, pichações, literatura, luta armada, entre outras formas de contestação. Essas ações de resistência, que tomaram a forma clandestina ou ilegal, foram bastante exploradas, nos últimos anos, em filmes, documentários, reportagens e em uma larga produção bibliográfica, e são, de certa forma, conhecidas do público em geral.

Contudo, um modo diferente de combate (e não menos importante), isto é, uma forma de resistência que foi travada dentro dos limites impostos pela ditadura tem recebido pouca atenção de pesquisadores e especialistas na temática do regime militar. Falo aqui da luta feita pelo partido oficial de oposição à ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante os anos de autoritarismo.

Há muito desconhecimento e, principalmente, ceticismo sobre a forma de atuação político-partidária, no âmbito legal, do MDB durante aqueles anos. Na verdade, muitos acreditam ter sido uma forma menos importante de resistência, uma luta diminuta, um “partido de decoração” que serviu apenas para dar um ar de legitimidade à ditadura. Obviamente que discordo dessa visão. O MDB realizou um importante papel na luta contra a ditadura, na contestação da ordem vigente e na defesa do retorno ao Estado democrático.

A natureza deste trabalho não me permite realizar uma análise mais geral da luta feita pelo MDB nacional, mas buscarei apresentar a atuação do partido oficial de oposição à ditadura, em Pernambuco, o MDB, durante o sistema bipartidário que funcionou no Brasil entre 1965 e 1979, com foco nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978. Buscarei apresentar, assim, a trajetória desse partido que passou por uma importante transformação ao longo de seus 14 anos de existência, migrando de uma posição moderada

para um partido guarda-chuva que deu abrigo e serviu como canal de expressão para diferentes segmentos da sociedade pernambucana.

Nesse sentido, perceber-se-á, ao longo deste capítulo, no curso das eleições em que a agremiação oposicionista disputou, a existência de duas fases na trajetória do MDB pernambucano: a primeira, que correspondeu aos anos de 1966 a 1971, quando a “moderação” foi a linha oficial adotada pela legenda; e a segunda, que compreendeu o período de 1971 a 1979, quando, a partir do ingresso de um grupo jovem e combativo de políticos, o partido adotou uma postura mais incisiva na luta contra o regime.

A formação do MDB no contexto do bipartidarismo

Realizado o golpe de 1964, a aliança civil-militar que tomou o poder percebeu rapidamente que o novo regime que buscava implantar no país precisaria se institucionalizar e que, para tanto, seria necessário associá-lo, mesmo que no campo formal, a uma “fachada de democracia”. Assim, foi montado, nesse imediato pós-golpe, uma complexa estrutura de governo que manteve mecanismos da democracia representativa liberal” (a exemplo da permanência do Legislativo, do Judiciário, da imprensa, dos sindicatos e de um sistema político-eleitoral), de um lado, e poderes arbitrários (e legais) para o Executivo, do outro.

Esse cálculo político, segundo Anthony Pereira (2010), se dava em razão de duas importantes questões para os militares: primeiro, à necessidade de o novo regime se apresentar, nacional e internacionalmente, como um governo democrático e legal que respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais; e, segundo, à concepção de que nenhum governo se mantém fazendo uso apenas do aparato da força e da autoridade, ou seja, os regimes só duraram ao longo do tempo se construírem alguma base de legitimidade junto à sociedade civil.

Foi então nesse ideário que os militares optaram por permanecer inicialmente com o sistema pluripartidário criado durante o interregno democrático (1945-1964) e com as eleições para governadores de 11

estados programadas para outubro de 1965. Contudo, apesar das inúmeras cassações no imediato pós-golpe, do expurgo das principais lideranças de esquerda, da vigência da recém-criada “Lei das Inelegibilidades”, as forças de oposição venceram em quatro Estados (Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso), incomodando demasiadamente a cúpula militar, especialmente à chamada “ala dura” do regime.

Essa vitória da oposição provocou uma enorme crise política no interior do governo Castelo Branco. A linha-dura não queria aceitar a posse dos eleitos e passou a pressionar o presidente para que interviesse nos Estados em questão, indicando novos governadores (VIANA FILHO, 1975).

Castelo Branco acatou o resultado das urnas, mas, para arrefecer os ânimos dos duros, elaborou uma série de medidas para frear a oposição, entre as quais se destaca a edição, no dia 27 de outubro de 1965, de um novo Ato Institucional, o AI-2, que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos e instituiu a eleição indireta para a presidência da República.

Com a extinção dos partidos políticos, surgiram no interior do regime militar diversas propostas com vistas a reorganizar o sistema político-eleitoral. Dois pontos passaram a se tornar comum em todas as propostas para essa finalidade. O primeiro ponto era o desejo de uma rápida volta à “normalidade” político-eleitoral do país, de modo a garantir a “fachada democrática” – questão de extrema importância para a imagem do governo no exterior. O segundo ponto era a certeza da inconveniência da existência de numerosos partidos, que interferiam nos interesses político-eleitorais do governo. Reduzir o número dos partidos políticos, portanto, era uma questão imprescindível que agradava tanto o interesse dos militares quanto da classe política governista (NICOLAU, 1996).

Entre as três propostas discutidas no interior do regime – unipartidarismo, tripartidarismo e bipartidarismo – a última acabou sendo a escolhida. Para tal intento, foi promulgado o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965 (AC-4/65), que criou as bases para o estabelecimento de um sistema bipartidário no país, composto de um pequeno, fraco e dócil partido de oposição, que não representasse uma ameaça ao domínio

político dos militares, por um lado, e de um forte e grande partido identificado com a “Revolução”, que teria o objetivo de garantir permanentes vitórias no Congresso Nacional, por outro.

De acordo com o AC-4/65 não poderiam ser utilizados os nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos, assim como não poderiam ser utilizados simplesmente a nomenclatura “partido”. Esse Ato também acrescentava que para a criação da “organização política” seria necessário o agrupamento de um número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, dentro do prazo de 45 dias. A legislação dava um prazo de até março de 1966 para que as organizações políticas se reorganizassem com a apresentação à Justiça Eleitoral de um mínimo de parlamentares e de pessoas filiadas em cada município do país.

Assim, o primeiro obstáculo para a formação do MDB, uma legenda criada para ser uma oposição consentida, se deu em razão da maneira abrupta e artificial como foi criado o sistema bipartidário pelos militares. Em poucos dias, as principais lideranças teriam que reunir dentro da mesma agremiação, adversários de longos tempos ou desafetos jurados. O segundo obstáculo foi o de obter o quantitativo mínimo de representantes exigidos pela nova legislação. Faltavam nomes para o MDB conseguir se inscrever oficialmente (KINZO, 1988).

A difícil missão de fazer parte do partido de oposição era vista por muitos como um verdadeiro sacrifício ou um ato de suicídio político, isto é, o fim de um crescimento eleitoral, da ascensão política, da nomeação de cargos de primeiro escalão dentro do governo, da aprovação dos projetos de lei e, talvez a questão mais temida, uma maior chance de ser preso ou de ter o mandato cassado em virtude de algum discurso mais contundente.

A dificuldade do MDB de reunir pessoas não se resumiu única e exclusivamente à classe política, mas à sociedade no geral. “Ninguém ia para reunião do MDB. Ninguém ia” (LYRA, 2007, p. 327). Ou seja, além dos problemas do MDB em atrair políticos para formarem suas organizações locais, havia também a dificuldade de convencer a população a se filiar à agremiação, já que as pessoas não viam motivos especiais para se

tornarem membros de um partido oposicionista. “Os comícios eram fracos, o povo tinha medo” (FILHO, 2007, p. 137).

Até meados de 1974, havia também um considerável preconceito de grande parte da população em relação ao MDB. “[...] época difícil, em que pouca gente queria se expor, época em que assumir uma posição ostensiva de oposição significava todos os riscos” (COELHO, 1983, p. 51). Se naquele contexto havia “[...] várias razões para desconfiar do partido e poucas para apoiá-lo”, menos ainda havia “para se tornarem militantes dele” (MOTTA, 2007, p. 286). No eleitorado do interior, onde o conservadorismo era bem mais arraigado, o MDB era tido como sinônimo de subversão e de comunismo, o que dificultava ao partido recrutar políticos locais que pudessem assumir a tarefa de organizá-lo no Município. “Era difícil arrumar candidato. Muito difícil” (FILHO, 2007, p. 137).

Apesar do tempo exíguo e das inúmeras dificuldades, o MDB nacional conseguiu, em 4 de dezembro de 1965, reunir os pré-requisitos básicos para a sua formação. Já o MDB em Pernambuco foi formado no dia 28 de janeiro de 1966, ocasião em que foi instituída a sua Comissão Diretora Regional. No dia 24 de abril do mesmo ano foi eleita e empossada a primeira Comissão Executiva Regional da agremiação pernambucana.

Em Pernambuco, o MDB foi constituído, em sua primeira fase, por membros da intelectualidade local, políticos do antigo regime, e algumas personalidades da esquerda que ainda não haviam sido cassadas pela repressão. Sobre a sua composição, é importante destacar que se a maior parte das pessoas que ingressou no MDB foi motivada pela intenção de fazer uma oposição à ditadura, houve aqueles também que, em virtude de antigas rivalidades locais, tinham ido para essa legenda por falta de espaço político na ARENA (composta, em sua maioria, por integrantes da UDN e do PSD) ou unicamente para fazer oposição aos seus arquiinimigos que haviam se apressado em se filiar ao partido governista.

Os 3 senadores pernambucanos que estavam no exercício do mandato no ano 1965, durante a formação do bipartidarismo, ingressaram

no MDB estadual ². Na Câmara Federal, dos 24 deputados federais em exercício, 21 aderiram à ARENA e apenas 3 se filiaram ao MDB ³. Na ALEPE, dos 65 deputados, o MDB conseguiu a filiação de apenas 11 deputados ⁴.

E com essa formação, diminuta e de perfil moderado, o MDB pernambucano se lançou para a sua primeira batalha eleitoral: as eleições de 1966.

A 1ª Batalha: as eleições de 1966

Em Pernambuco, as eleições de 1966 representavam o primeiro grande embate político depois de editado o AI-2. Este pleito ocorreu em duas etapas, conforme determinava o artigo 5º do AI-3. A primeira etapa seria para escolha do governador e vice-governador. Esta eleição ocorreu, por via indireta, no dia 3 de setembro de 1966, ocasião em que a Assembleia Legislativa “elegeu”, com apoio direto do presidente Castelo Branco, o nome do arenista Nilo Coelho ao governo do estado.

A segunda etapa desse processo eleitoral ocorreu no dia 15 de novembro e destinou-se ao preenchimento da totalidade das vagas da Câmara dos Deputados (24 cadeiras) e da ALEPE (65 assentos) e à renovação de 1/3 da representação no Senado Federal.

A disputa ao Senado se deu entre o usineiro João Cleofas, candidato da ARENA, e o industrial Armando Monteiro Filho, candidato do MDB. Inicialmente, o industrial Armando Monteiro encontrou certa resistência ao seu nome dentro do MDB devido à sua classe social. Mas, segundo depoimentos de ex-integrantes do MDB, Armando Monteiro, independentemente de sua posição social, sempre se comportou de maneira aguerrida dentro do partido, sendo um grande apoiador e

² Barros Carvalho, F. Pessoa de Queiroz e José Ermírio de Moraes.

³ Oswaldo Lima Filho, Clodomir Leite e Andrade Lima Filho.

⁴ Almany Sampaio; Geraldo Pinho Alves; Inácio Valadares; Inaldo Ivo Lima; João Ferreira Lima Filho; Lívio Valença; Luiz de Andrade Lima; Luiz de Oliveira Neves; Souto Dourado; Mário Monteiro; Olímpio Mendonça; Antonio Neves; Josesito Padilha; Otávio Correia de Araújo.

articulador da legenda, ajudando-a de maneira considerável em termos financeiros. Conforme destacou o ex-deputado Egídio Ferreira Lima:

Ele conspirou dentro do sistema, ele não cedeu em nenhum momento. Eu nunca entendi. Ele, empresário, dependia do governo, mas não tinha o menor cuidado, a menor discrição. Quando a gente o chamava para uma reunião, ele ia, opinava sempre no sentido mais aguerrido e preciso (LIMA, 2007, p. 255).

A disputa para a senatoria pernambucana foi extremamente acirrada, traduzindo-se na pequena diferença de votos entre os dois partidos. João Cleofas obteve 326.915 mil votos (46,14%) e Armando Monteiro obteve 271.568 mil votos (38,33%). Ou seja, o arenista João Cleofas venceu com uma diferença de 55.347 mil votos, uma diferença apenas de 7,81%.

Nas eleições de 1966, em âmbito nacional, o governo atingiu o seu propósito. Para o Senado Federal, das 22 vagas em disputa, a ARENA obteve 18 assentos e o MDB conquistou 4 vagas (Acre, Goiás, Guanabara e Paraíba). Na Câmara dos Deputados, das 409 vagas existentes, a ARENA conquistou 277 assentos e o MDB 132. Em termos proporcionais, o MDB somente ganhou nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde as forças de esquerda tinham grande expressão antes mesmo do golpe de 64.

Em Pernambuco, para a Câmara Federal, estavam em disputa 24 vagas. Destas, a ARENA conquistou 19 cadeiras e o MDB conquistou apenas 5⁵. Para a ALEPE, 65 vagas estavam em aberto. Na disputa, a ARENA ficou com 51 cadeiras e o MDB apenas com 14 assentos. Assim como na disputa à Câmara Federal, a ARENA venceu o pleito com mais de 70% dos votos. Na disputa legislativa estadual, o MDB obteve apenas 134.304 (18,96%) votos, enquanto que a ARENA angariou mais do que o triplo de votos 497.421 (70,22%).

Levando-se em consideração todo o contexto atropelado e rápido em que foi formado o MDB, o resultado das eleições de 1966 foi entendido

⁵ Nesse pleito, para a Câmara Federal, o MDB pernambucano conseguiu eleger um 1/3 de seus candidatos. Foram eleitos 5 nomes pelo MDB: Oswaldo Lima Filho, Thales Ramalho, João Lyra Filho, Antônio Neves e Ademar Carvalho.

pelas lideranças emedebistas como uma demonstração do quanto o partido poderia crescer. Para essas lideranças, embora o resultado das eleições não ter sido satisfatório, o mais importante do pleito de 1966 foi a mensagem do partido passada para a população, apesar da repressão e censura vigentes. O MDB realizou vários comícios, especialmente pelo interior do estado, através dos quais condenou a política econômica do governo Castelo e cobrou a redemocratização do país.

A vitória da ARENA nessas eleições é vista por algumas análises como o resultado apenas de um voto de cabresto. Embora não se possa descartar o fato de que houve fraudes e voto de cabresto em vários municípios pernambucanos, o jogo político-partidário não pode ser reduzido apenas a essa dimensão. A ARENA, como apontou Lucia Grinberg (2009, p. 30), foi sim uma opção consciente de voto em diversas regiões do país. Por outro lado, reconhecer também o fracasso do MDB nesse pleito é uma tarefa necessária para que se compreenda a trajetória de uma legenda que aprendeu a (sobre)viver com os seus próprios erros.

Assim, seis fatores podem ser levados em consideração numa macroanálise sobre o baixo desempenho eleitoral do MDB no pleito de 1966. Em primeiro lugar, a questão das “inelegibilidades” que vinha cerceando o direito de muitas pessoas se lançarem candidatas. Como era de se imaginar, as inelegibilidades atingiram fortemente o MDB.

Em segundo lugar, o receio e o medo da população em votar nos candidatos do MDB. Muitos arenistas pernambucanos jogavam o eleitorado contra o MDB, propagando três teses: primeiro, que os candidatos da legenda oposicionista seriam “perigosos” e “subversivos”, pois o MDB corresponderia a um perigo comunista-populista; segundo, que votar no MDB significaria jogar fora o voto, à medida que os deputados emedebistas seriam possivelmente cassados; e, terceiro, que se o MDB fizesse maioria nas bancadas parlamentares atrapalharia a governabilidade do Poder Executivo e a captação de recursos para o Estado e, conseqüentemente, o crescimento econômico de Pernambuco.

Em terceiro lugar, a perda de votos em função dos chamados “votos de protesto”, campanha encabeçada por estudantes que defendiam a abstenção e o voto nulo como forma de contestação ao regime. Em quarto lugar, a instituição da obrigatoriedade do “voto vinculado”. De acordo com o Código Eleitoral da época, em eleições proporcionais, o eleitor era obrigado a votar em candidatos de um mesmo partido. Assim, quem votasse, por exemplo, num candidato a deputado federal da ARENA, teria de votar num candidato da ARENA para deputado estadual, sob pena de o voto ser anulado.

Em quinto lugar, o fato de o MDB, diferentemente da ARENA, ter sofrido muitas (e importantes) baixas para as eleições de 1966. Somente no ano de 1966, foram cassados 6 deputados federais e 38 deputados estaduais do MDB em todo o país (AZEVEDO; RABAT, 2012). Por fim, a condição “moderada” do MDB em seus anos iniciais que contribuiu consideravelmente para o seu fracasso eleitoral em 1966 e a quase paralisia da legenda durante anos.

Sem querer lançar aqui nenhum juízo de valor, tal moderação do MDB pode ser entendida, entre outros, através de dois aspectos: primeiro, em razão do curto período de existência da própria legenda, que não conseguiu criar uma identidade partidária sólida e uma base mínima de coesão interna. A maioria dos parlamentares, velhas raposas políticas do antigo regime, teve que, em pouco tempo, se remodelar e aprender a ser oposição. Além disso, havia, também no interior do partido, principalmente entre ex-petebistas e ex-pessedistas, muitas dissensões e disputas por espaço de poder. E, o mais importante, o medo desses emedebistas de partirem para o franco ataque ao regime. Na verdade, situado num Estado de terror onde a ânsia punitiva era a tônica dos militares no pós-golpe, poucos eram aqueles que propunham uma ação política mais audaciosa, o que poderia lhe causar a prisão, a cassação ou o exílio.

A 2ª Batalha: as eleições de 1970

O dia 15 de novembro de 1970 foi a data marcada para a realização das eleições, em todo o país, ao Senado Federal, à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas. Para o Estado de Pernambuco, duas vagas ao Senado estavam em jogo. As vagas seriam dos senadores emedebistas que, então, terminavam o mandato: José Ermírio de Moraes e F. Pessoa de Queiroz, ambos eleitos no pleito de outubro de 1962.

Como as eleições para os governos estaduais foram suspensas durante o regime autoritário, as eleições para o Senado passaram a ter um papel central no processo político brasileiro pós-64. As disputas senatoriais eram, em todos os Estados da Federação, as mais concorridas e disputadas e as que circulavam a maior soma de dinheiro.

No pleito de 1970, o MDB pernambucano concorreu a apenas uma vaga ao Senado. Em primeiro lugar, porque o senador F. Pessoa de Queiroz não se interessou pela reeleição, voltando para a administração de sua empresa. Em segundo lugar, pela dura lembrança da derrota sofrida na última disputa senatorial, quando Armando Monteiro Filho perdeu a disputa por uma pequena diferença de votos ao prócer arenista, João Cleofas. E, por fim, por uma estratégia da Executiva da legenda que compreendeu ser demasiadamente arriscado disputar duas vagas ao Senado no ano de 1970, período em que a agremiação se encontrava desfalcada de seus grandes nomes devido às recentes cassações feitas pela ditadura no pós-AI-5.

O MDB pernambucano jogou todas as suas energias e recursos financeiros para a reeleição do industrial José Ermírio de Moraes, que lançou um programa de governo basicamente alicerçado em questões econômicas para a região (FERREIRA, 2018, p. 297).

Já o partido governista apresentou dois candidatos, o ex-governador Paulo Guerra e o novato Wilson Campos, líder comerciante na capital pernambucana. Paulo Guerra, apesar de ter saído da vida pública desde que deixou o cargo de governador em 1967, voltou a disputar uma eleição em 1970, por insistência do então presidente nacional da ARENA, Rondon

Pacheco. A legenda contava com ele para ganhar a senatoria e “puxar” Wilson Campos, garantindo as duas vagas disponíveis ao Senado.

A ARENA apresentou assim dois candidatos com perfis diferentes para seduzir diferentes eleitores. De um lado, propôs o nome de Paulo Guerra, um político experiente do antigo PSD, com bom trânsito entre parlamentares e lastro eleitoral; de outro, lançou o nome de um desconhecido, o ex-militante da UDN, o jovem empresário Wilson Campos, proprietário de uma grande cadeia de lojas no Recife, para disputar sua primeira eleição.

No pleito de 1970, em que o favoritismo do partido governista era quase absoluto e a campanha do partido oposicionista fora conduzida sob todo tipo de pressão do regime, as urnas deram uma enorme vitória à ARENA, refletindo a própria conjuntura da época, tomada por forte coação policial, anos de “milagre econômico” e debilidade eleitoral do MDB.

Em Pernambuco foram eleitos os dois candidatos da agremiação governista ⁶. A ARENA somou 909.873 votos. O candidato Paulo Guerra teve 488.250 votos (27,21%) e Wilson Campos obteve 421.623 votos (23,50%).

O emedebista José Ermírio só conseguiu a marca dos 361.540 votos (20,15%). Embora José Ermírio tenha perdido a vaga ao Senado, acabou se saindo vitorioso no Recife, a “cidade cruel”, que manteve sua costumeira postura oposicionista. O candidato emedebista conquistou 124.370 votos no Recife, enquanto que Paulo Guerra obteve 113.465 votos e Wilson Campos apenas 85.380 votos. Contudo, os votos oposicionistas no meio urbano não foram suficientes para derrubar a imponente máquina arenista montada no interior do estado, eficaz “na utilização de incentivos materiais na conquista do apoio dos eleitores” (DINIZ, 1982, p. 32), onde o governo procurava manter o status quo do patrimonialismo tradicional.

⁶ A título de registro, nenhum dos dois senadores eleitos pela ARENA em 1970 terminou o respectivo mandato. Paulo Guerra faleceu no final do mandato, em julho de 1977, sendo substituído pelo seu suplente e amigo pessoal, o engenheiro Murilo Paraíso. Já o senador Wilson Campos não completou o mandato por ter sido cassado em julho de 1975, com base no AI-5. De acordo com a regra vigente, o seu suplente, o deputado Augusto Novais, não pôde assumir, conforme definia o artigo 15 do AI-2.

O quadro eleitoral de Pernambuco em 1970 foi idêntico à maioria dos outros estados que deu acentuada vitória às hostes governistas nas bancadas federais e estaduais. Em Pernambuco, a situação do MDB não se modificou dos baixos resultados obtidos no pleito de 1966. Das 15 vagas existentes à Câmara Federal ⁷, a ARENA conseguiu eleger 12 deputados (80% da representação), obtendo 507.657 votos (56,60% dos votantes) e o MDB elegeu apenas 3 deputados federais, obtendo apenas 163.519 votos (18,23% dos votantes).

Nas eleições de 1970, estavam em aberto apenas 39 vagas para a ALEPE. Com o resultado da disputa, os assentos na Casa Joaquim Nabuco ficaram distribuídos da seguinte forma: 30 cadeiras para a ARENA (77% da representação) e 9 para o MDB (23% da bancada). A ARENA obteve 531.685 votos e o MDB 171.307 votos.

Uma questão de extrema importância a ser destacada na história do MDB pernambucano nesse contexto não é o resultado eleitoral em si, mas sim o ingresso ao partido de um grupo de jovens dispostos a levantar a chama da oposição. Tratava-se de uma geração propriamente emedebista – sem vinculação aos partidos do antigo regime – que buscava redirecionar a atuação do partido e que acabou gerando uma identidade própria do MDB, colaborando para o seu êxito eleitoral no ano de 1974.

Na ótica desses jovens “combativos” ⁸, o MDB não deveria participar do sistema político apenas como mero coadjuvante, legitimador do processo eleitoral. Para eles, se naquele contexto o MDB não conseguia pôr fim ao regime militar, pelo menos deveria buscar brechas dentro da legislação vigente para lutar e ganhar assentos nas eleições proporcionais.

⁷ Por força do artigo 39, § 2, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a bancada pernambucana na Câmara Federal passou de 24 para apenas 15 parlamentares, e na ALEPE baixou de 65 lugares para apenas 39.

⁸ O que denomino de “grupo combativo” é diferente do conhecido e bastante estudado “grupo autêntico” do MDB. As explicações mais aceitas sobre os “autênticos” dão conta de que esse grupo foi formado no início dos anos 1970 por cerca de 20 deputados federais do MDB mais identificados com as esquerdas. Contudo, analisando a atuação dessa agremiação naquele período histórico, esse número é por demais restritivo e não dá conta da complexidade que foi a atuação emedebista durante a ditadura. Diversas personalidades do MDB pernambucano (com mandato eletivo ou não) tiveram extrema relevância na luta contra o regime, e, injustamente, seus nomes não constam nas usuais listas de figuras que integraram o “grupo autêntico”.

Para tanto, iniciaram um grande processo de convencimento interno, nos bastidores, sobre a Executiva do partido, em relação à necessidade de se buscar uma atuação oposicionista mais forte, racional, persistente, capaz de gerar lideranças conscientes e consistentes, providas de representatividade, indispensável à própria sobrevivência da legenda. Os anos de 1971 a 1974 foram, portanto, para o MDB pernambucano: “[...] o período da conspiração. É vaidoso dizer isso, mas eu fui o chefe da resistência em Pernambuco. Eu saía do escritório de advocacia cansado e ia para casa, por volta das 21h, quando o pessoal começava a chegar, muitas vezes eu levava o último na portaria do prédio com o dia amanhecendo” (LIMA, 2006, p. 32).

A estratégia desse grupo combativo era, portanto, inverter a lógica do partido, levando-o a uma mudança de discurso e estilo de atuação. “Não havia preocupação de cargos, de ministério, de nada. Nós queríamos uma alternativa de poder para o país. A maior preocupação era essa. Porque o país precisava respirar liberdade” (FURTADO, 2009). Diante das dificuldades, do clima de abatimento e de incredulidade quanto aos rumos da legenda, ao invés de se amofinar, a estratégia dos “combativos” foi a adoção da estratégia da reorganização interna e da busca de brechas nas estruturas do próprio sistema.

Diante do exposto, discordo de ideia de que a mudança de orientação do MDB teria ocorrido apenas a partir da “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da República e da emblemática campanha eleitoral de 1974. No período de 1971 a 1974, embora abatido, pressionado, desmantelado e vigiado, o MDB pernambucano começou a se transformar internamente e adquirir forças e credibilidade popular, esperando o momento certo, de descompressão do regime, para sair da trincheira, com coragem e ousadia oposicionista. Conforme resumiu o ex-parlamentar Egídio Ferreira Lima, que trabalhava arduamente nos bastidores do partido: “Quem quiser pode dizer que não, mas nós agíamos com uma inteligência fantástica, com paciência e coragem” (LIMA, 2006, p. 33).

A 3ª Batalha: as eleições de 1974

O contato dos emedebistas com a população brasileira durante a campanha de Ulysses como “anticandidato” fez com que a cúpula do MDB diminuísse o medo das campanhas políticas e percebesse as possibilidades abertas à agremiação no início do ano de 1974.

Apesar do contexto político desfavorável ao MDB pernambucano – à medida que a ARENA local detinha as 3 vagas no Senado Federal, tinha 12 dos 15 deputados federais, 30 dos 39 deputados estaduais e abrigava 98% dos 164 prefeitos – o ano de 1974 acabou por assinalar o início de um novo período da ditadura. Dois fatores podem ser citados como agentes transformadores do cenário político nacional nesse período e que acabaram propiciando boas chances ao MDB sobre o pleito legislativo no final de 1974: em primeiro lugar, havia um crescente clima de insatisfação popular quanto à situação econômica do país. Essa insatisfação era resultado do fim do chamado “milagre brasileiro”. A crise do milagre acabou propiciando o surgimento do segundo fator: a implantação da “política de liberalização” (“lenta, gradual e segura”), um programa de medidas graduais de abertura, cuidadosamente controladas, que teve o objetivo de garantir a continuidade do regime ao passo que diminuir o crescente isolamento em relação à sociedade civil.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 225), uma das primeiras medidas dos militares, durante essa fase de “liberalização”, foi tentar buscar uma maior legitimidade do regime através do “fortalecimento eleitoral”. Esta política seria colocada em prática com a realização das eleições de 1974 sob o “clima de uma maior liberdade”. Esse pleito funcionaria, na ótica dos militares, como um instrumento de legitimação do regime e uma resposta às críticas da comunidade internacional de que havia ditadura-tortura-censura-arbitrariedade no Brasil (GREEN, 2009, p. 280).

O governo apostou no “fortalecimento eleitoral”, pois, tendo em vista os altos índices de crescimento econômico, obtidos graças aos anos de

“milagre econômico”, julgava poder vencer facilmente as eleições legislativas de 1974. Na opinião dos estrategistas do governo, eleições mais livres, com acesso à televisão e ao rádio e um recuo da coerção, aumentariam a legitimidade do sucesso eleitoral do governo.

Em Pernambuco, para as eleições de 1974, estavam em disputa 18 cadeiras para a Câmara dos Deputados, 42 assentos para a ALEPE e apenas 1 das 3 vagas ao Senado. A vaga ao Senado era exatamente do arenista João Cleofas, eleito em 1966, que buscava em 1974 a sua reeleição ao cargo senatorial. Seu nome foi escolhido na convenção partidária realizada em agosto de 1974 com total apoio do governador do Estado, Eraldo Gueiros, e à revelia da opinião de significativa parcela da liderança arenista que desejava lançar um nome mais novo a exemplo de Marco Maciel, Paulo Maciel, Roberto Magalhães ou Augusto Lucena. Já para o MDB, após muitos debates internos, a escolha recaiu para o nome do professor e deputado federal Marcos Freire – prefeito eleito de Olinda, em 1968, que renunciou ao cargo, antes da posse, em protesto pela cassação de seu vice, Renê Barbosa.

Às eleições de 1974, o MDB utilizou – e ao mesmo tempo lutou para aumentar – os espaços e as fissuras criados pela ditadura. Os militantes do partido descobriram que o período eleitoral poderia ser utilizado para a transmissão de informação e a mobilização política. Nesse sentido, o MDB realizou inúmeras reuniões e comícios em diversas regiões e fez uma eficaz utilização dos meios de comunicação, como o rádio e, principalmente, a televisão, promovendo intensos debates durante todo o período de campanha.

O período sabático do MDB pernambucano, ou seja, de trabalho árduo nos bastidores, entre os anos de 1971 e 1973, foi de extrema importância para que o partido elaborasse um programa partidário sólido, passasse a estudar a fundo os graves problemas socioeconômicos que o país atravessava, buscase uma aproximação com os estudantes e trabalhadores, as esquerdas, os movimentos sociais, os setores sociais organizados (OAB, ABI e CNBB) e a população em geral, incentivasse o

ingresso de jovens e comunistas à legenda, e investisse pesadamente, para o pleito legislativo de 1974, em campanhas políticas voltadas aos meios de comunicação que se mostravam indispensáveis naquele contexto.

O MDB pernambucano transformou-se, assim, nesse período, de uma agremiação consentida, pautada pela moderação, para uma legenda que passava a agregar diferentes setores da sociedade e que passava a ser reconhecida como “[...] um canal institucional legítimo para expressar as demandas sociais, assim como para oferecer guarida a eventuais projetos eleitorais” (MOTTA, 2007, p. 297).

No dia 15 de novembro de 1974, mais de 32 milhões de eleitores compareceram às urnas, em 22 estados e 3 territórios, para a escolha de 22 senadores (um terço de renovação do Senado Federal), 364 deputados federais e 787 deputados estaduais, na terceira eleição geral em que se defrontaram a ARENA e o MDB.

Ao final das eleições de 1974, a voz das urnas foi desfavorável à ARENA, indicando um crescimento do MDB nos legislativos federal e estaduais. De maneira “surpreendente”, o MDB conseguiu eleger 16 senadores. Em 1970, por exemplo, o MDB conquistou apenas 5 vagas ao Senado. Além disso, o MDB conseguiu aumentar, de maneira expressiva, a bancada parlamentar – na Câmara e nas Assembleias Legislativas – em todo o país. Na Câmara Federal, o MDB saltou de 87 para 160 deputados e conseguiu formar maioria em 6 Assembleias Estaduais, indicando um novo cenário para as eleições diretas para governador que ocorreriam em 1978, além de ter ficado perto de fazer maioria também em outros estados. No pleito de 74, nacionalmente, o MDB praticamente dobrou de tamanho.

Foi, de fato, uma vitória “surpreendente”, pois nem a cúpula governista nem as lideranças da ARENA esperavam uma vitória do MDB. Pesquisas iniciais mostravam o quão difícil seria a campanha legislativa do MDB em 1974, já que indicadores apontavam a repetição do fracasso ocorrido nos pleitos de 1966 e 1970, ou seja, alta abstenção, votos maciços nos candidatos arenistas e índice de votos nulos e em branco em torno de 30%.

Se, ao olhar daqueles atores históricos, a vitória do MDB foi vista como uma surpresa, isso não significa dizer que foi uma vitória aleatória. Ao se analisar o contexto da época, as transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira e o desenvolvimento da campanha dos dois partidos, não se pode considerar a vitória do MDB como uma mera surpresa, algo ao acaso. O MDB fez jus, laboriosamente, pacientemente, para merecer o resultado colhido no pleito de 74. Diferentemente da ARENA, o MDB fez um forte trabalho de bastidores, preparando-se, intensamente, para o ano de 1974, antes e durante toda a campanha eleitoral.

As eleições de 1974 constituíram-se como momento privilegiado de expressão do frentismo de oposição: o momento mais profícuo de participação da sociedade civil nas eleições, organizada no partido de oposição e com forte envolvimento na campanha eleitoral. Nesse pleito, o MDB jogou com a eficaz imagem de que a oposição seria o “partido do povo”, enquanto que a ARENA corresponderia ao “partido das elites”. E, de fato, essa estratégia deu certo. Os comícios do MDB nas favelas, subúrbios e periferias da Região Metropolitana do Recife atraíram considerável número de pessoas, até então afastadas do jogo político.

Nesse contexto, o MDB pernambucano venceu a eleição majoritária e aumentou sua bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto na ALEPE. O arenista João Cleofas foi derrotado pelo jovem Marcos Freire, que, com o slogan “sem ódio e sem medo”, venceu por uma significativa diferença de 127.584 votos. O candidato do MDB obteve 605.953 votos (49,84%) e João Cleofas, 478.369 (39,34%).

Das 18 vagas em jogo em Pernambuco para a Câmara dos Deputados, a ARENA conquistou 13 e o MDB obteve 5 assentos. A ARENA obteve 659.398 votos (54,23%) e o MDB 291.796 (24,00%). Ou seja, o partido governista ganhou com uma diferença de 367.602 votos. Apesar de uma baixa representação na Câmara Federal, convém lembrar que o MDB

aumentou sua bancada, uma vez que, nas eleições de 1970, só adquirira 3 assentos ⁹.

Na ALEPE, a ARENA venceu o pleito com aproximadamente 60% dos votos. O MDB obteve apenas 689.656 votos (56,83%), enquanto que a ARENA angariou mais do que o dobro de votos 304.145 (25,08%). Das 42 vagas, a ARENA conquistou 29 cadeiras e o MDB ficou com 13 assentos. Se o número de eleitos pode ser considerado baixo, à primeira vista, vale advertir que, em comparação ao pleito anterior, o aumento de votos ao MDB cresceu de maneira significativa. Em 1974, o MDB pernambucano conseguiu eleger quase metade do número de deputados eleitos pela ARENA. Com o aumento do número de deputados estaduais oposicionistas, o MDB poderia, por exemplo, entre outras coisas, constituir CPIs independentes (faltando apenas um voto dissidente de algum oposicionista) – já que para abrir uma comissão era necessário 1/3 da representação na ALEPE.

Em resumo, vale destacar os seguintes fatores que ajudaram o crescimento do MDB pernambucano ao longo de sua campanha política e que foram primordiais para a surpreendente quantidade de votos recebida nas eleições de 1974: o processo de “liberalização” do regime, que abriu a possibilidade do partido oposicionista realizar uma eficaz campanha midiática pautada nas denúncias das arbitrariedades cometidas pela ditadura; a mudança de perspectiva e postura do próprio MDB, durante seu processo de autocrítica; a credibilidade construída a partir das ações dos “combativos” e dos “autênticos”; o aumento do número de diretórios municipais; a aproximação com os setores populares, demonstrando preocupação com os problemas econômicos e sociais do país; a rearticulação com segmentos importantes da sociedade (intelectuais, comunistas, estudantis, movimentos populares etc.), que eram estimulados a participar dos debates promovidos pelo partido acerca de questões

⁹ Em 1974, o MDB reelegeu os deputados Fernando Lyra e Thales Ramalho e agregou três novos e importantes políticos para sua bancada federal: o ex-deputado estadual cassado, Sérgio Murilo; o secretário estadual do partido, Jarbas Vasconcelos; e o advogado-fundador da legenda, Fernando Coelho.

relevantes tanto para a legenda quanto para a sociedade; a divulgação mais eficiente de uma imagem efetivamente opositorista; a busca pela união das facções partidárias em torno de ideias comuns; e o ingresso de jovens políticos dispostos a assumir os riscos de uma luta mais combativa.

A 4ª Batalha: as eleições de 1978

O resultado eleitoral desfavorável para a ARENA em 1974 não foi recebido passivamente pela ditadura. Crentes de que corriam o risco de uma avassaladora derrota eleitoral nos pleitos de 1978, os militares iniciaram em meados de 1976 uma série de “modificações casuísticas” visando à vitória nas eleições de 1978.

A primeira modificação das regras do jogo foi a criação da Lei Falcão, que disciplinou o uso do rádio e da televisão em matéria eleitoral. Esta lei, determinava que, durante as campanhas eleitorais, os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, apenas o partido, o nome e o número dos candidatos, e uma fotografia destes, no caso da televisão, sucessivamente, em blocos de cinco minutos. Os “slides” tinham um locutor em off passando o currículo do candidato. No máximo, era permitido divulgar datas e locais de comícios. Ou seja, segundo essa lei, os partidos estavam proibidos de transmitir todo e qualquer tipo de propaganda ao vivo, como, por exemplo, discursos e debates, durante as campanhas políticas.

Com a Lei Falcão, a ditadura tolhia o principal instrumento utilizado pelo MDB para a vitória eleitoral em 1974: os debates e as denúncias públicas. A Lei Falcão atingiu fortemente os candidatos emedebistas pós-74 uma vez que impediam a eles tecerem críticas à ditadura durante suas campanhas eleitorais – estratégia que foi de extrema importância para o crescimento e fortalecimento do partido de oposição nas eleições de 1974.

A segunda alteração que vale ser destacada foi a promulgação no ano de 1977 de um conjunto de leis chamado “Pacote de Abril”, que manteve a eleição indireta para governador e eleição indireta também para um dos

senadores – o “biônico”, aquele que não era eleito diretamente pela população.

Editadas tais novas regras eleitorais, os partidos começaram a organizar a corrida eleitoral para o pleito de 15 de novembro de 1978. A corrida ao Senado nesse ano, que seria para duas vagas para o Estado de Pernambuco – ou seja, as vagas daqueles que tinham sido eleitos em 1970 – passou a ser de apenas uma delas, estando a outra já preenchida no pleito indireto pelo “senador biônico”, conforme editava o Pacote de Abril.

Nas eleições de 1978, a ARENA e o MDB lançaram estratégias diferentes. Enquanto que a ARENA decidiu lançar dois candidatos, através do artifício da sublegenda, para concorrer ao Senado, o MDB optou por lançar apenas um candidato à vaga senatorial.

Após uma disputa pouco saudável nos bastidores do MDB pernambucano, entre os candidatos ao Senado, o industrial Armando Monteiro Filho pela ala moderada e o deputado federal Sérgio Murilo pela ala mais à esquerda, que envolveu, segundo Paulo Cavalcanti (2008, p. 487) malquerenças pessoais, desentendimentos de grupos, e dificultou a unidade necessária da agremiação naquele contexto, o partido oposicionista apostou no nome do jovem combativo Jarbas Vasconcelos, ex-líder do MDB na ALEPE (1970-1974), grande articulador das correntes que se insurgiam contra o governo, deputado federal mais votado na história de Pernambuco (em 1974), e então presidente do Diretório Regional do MDB-PE.

Para concorrer com Jarbas Vasconcelos a ARENA lançou o nome de dois caciques da legenda através do regime de sublegenda: Nilo Coelho, ex-PSD (ARENA-1), e Cid Sampaio, ex-UDN (ARENA 2) – este apoiado pelo grupo do então governador Moura Cavalcanti.

Como já esperado pelo regime, pelos cronistas políticos da época e pelo próprio MDB, as mudanças nas leis eleitorais acarretadas pela edição do Pacote de Abril e o dilúvio de corrupção e fraude conseguiram seu intento casuístico e manipulador em favor dos militares e evitaram que o partido oposicionista repetisse o feito alcançado nas eleições de 1974.

Em Pernambuco, o resultado à disputa ao Senado Federal foi o seguinte: Jarbas Vasconcelos (MDB) obteve 654.592 votos, representando 42,86% da votação; Nilo Coelho (ARENA 1) obteve 367.720 votos (24,08%); e o também candidato arenista Cid Sampaio (ARENA 2) conquistou 325.777 votos (21,33%).

Contudo, Jarbas Vasconcelos, apesar de ter vencido individualmente o pleito por mais de trinta mil votos, não assumiu o cargo, pois quando foram somadas as sublegendas arenistas o partido governista acabou perfilando 693.497 votos (um total de 45,41% do total de votos apurados). Ou seja, a diferença entre Jarbas Vasconcelos e a soma dos votos dos dois candidatos da ARENA foi de apenas 38.905 (2,55%).

Diferentemente da campanha de Marcos Freire de 1974 que pôde contar com o aparato televisivo, a campanha de Jarbas em 1978 foi uma verdadeira batalha para o MDB. Sem acesso à televisão e ao rádio, sem recursos financeiros, enfrentando uma pesada e fraudulenta máquina governamental, sem apoio de lideranças políticas do interior do estado (muitas destas “cooptadas” ou compradas pelas liberações de recursos e nomeações de cargos em diversos escalões no governo), pressões de todo tipo, o MDB procurou, com apoio de estudantes, dos grupos de esquerda e de incipientes movimentos sociais, realizar comícios relâmpagos no centro da capital pernambucana e em algumas cidades do interior e conquistar votos na periferia da Região Metropolitana do Recife.

Apesar da derrota na majoritária, o sentimento reinante no MDB, graças à força combativa dos emedebistas combativos e de todo o empenho do grupo na difícil campanha de Jarbas, era de vitória, dada as circunstâncias casuísticas do período. Como contava uma anedota da época: “O governo ganha a eleição e a oposição ganha na eleição”. Nas palavras do emedebista Fernando Lyra:

Nilo Coelho foi eleito e Cid foi o suplente de Nilo, mas pela primeira vez eu senti aqui uma coisa interessante. Foi a vitória, realmente, a vitória moral; uma derrota vitoriosa. Ninguém se conformou com a eleição de Nilo Coelho.

Então, a partir daí, decorrente da luta contra a sublegenda da Arena, Jarbas surgiu como uma nova liderança em Pernambuco (LYRA, 2006, p. 351).

Para a Câmara Federal, a ARENA conseguiu eleger 14 deputados (49,80% da votação), obtendo 760.472 votos, e o MDB elegeu apenas 8 deputados federais¹⁰, ficando com 416.810 votos (27,29% da votação). Dada as circunstâncias casuísticas da época, o MDB pernambucano sabia que teria poucas chances de fazer maioria na Câmara Federal. Mas isso não impediu que a agremiação fizesse uma campanha combativa denunciando o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura, as condições de vida e os salários dos trabalhadores, os controles e reformas eleitorais arbitrários do Pacote de Abril. A impossibilidade de acesso dos candidatos emedebistas ao rádio e à televisão empurrou o MDB também a uma política aliancista com as organizações de esquerda e grupos populares pernambucanos que lutavam pelos direitos humanos, sindicais, políticos e de associação.

Das 46 cadeiras em jogo no ano de 1978 para a ALEPE, a ARENA conquistou 30 vagas e o MDB ficou 16 assentos. A ARENA obteve 796.106 votos (52,50%) e o MDB 439.505 votos (28,81%). Nesse pleito, a ARENA pernambucana encolheu sua representação de 69% para 65%, enquanto o MDB ampliou o seu grupo de 31% para 35% do total de deputados estaduais. Ao longo do sistema bipartidário, a ARENA foi perdendo número de votos, passando de 2/3 dos votantes em 1966 (70,21%) para um pouco mais da metade em 1978 (52,20%). Já o MDB aproveitou o mesmo período para crescer, passando de 22% em 1966 para 35%, em termos de distribuição percentual das cadeiras na ALEPE.

Com o nítido enfraquecimento da ARENA nas eleições de 1978, os militares se propuseram à criação de novos partidos visando atingir a unidade do MDB. Em 20 de dezembro de 1979, o governo promulgou a Lei da Reforma Partidária (Lei nº 6.767), extinguindo compulsoriamente o bipartidarismo, criado em 1965. Esta lei estipulou um prazo de 180 dias

¹⁰ Fernando Lyra, Thales Ramalho, Fernando Coelho, Sérgio Murilo, Roberto Freire, Marcus Cunha, José Carlos Vasconcelos e Cristina Tavares.

para a organização de novos partidos políticos no país. E, para frustrar qualquer possibilidade de continuação do partido de oposição, determinava a obrigatoriedade de se fazer constar da denominação de todos os partidos a palavra “PARTIDO”.

A criação dessa Reforma Partidária vinha cumprir dois principais objetivos para os militares: em primeiro lugar, dar certo alívio sobre a pressão social, uma vez que acabando com o bipartidarismo, acreditavam pôr fim ao chamado “voto de protesto”; e, segundo lugar, gerar a fragmentação da oposição, ou seja, dividir a força oposicionista com a sua pulverização em diversos partidos.

Em outras palavras, a ditadura esperava que os membros da ARENA manter-se-iam unidos para formar um novo partido, afastando-se da já gasta nomenclatura “ARENA” e assim gozariam de um bom resultado no pleito de 1982, enquanto que as forças oposicionistas, então aglutinadas dentro do MDB, competir-se-iam eleitoralmente entre si enfraquecendo as suas chances nas eleições de 1982. E assim, como apontou Gláucio Ary Dillon Soares (1988), de fato, acabou acontecendo.

Considerações Finais

Neste capítulo, busquei traçar uma breve retrospectiva da atuação do partido oficial de oposição à ditadura militar, em Pernambuco, o MDB, durante o sistema bipartidário que funcionou no Brasil entre 1965 e 1979. Ao longo desta reconstituição histórica, com foco nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978, busquei apontar as características mais marcantes do processo de transformação pelo qual passou o MDB durante os seus 14 anos de atuação (1965-1979).

Como pôde ser observado neste capítulo, o MDB pernambucano se comportou, no curso das eleições em que disputou, como uma organização política de característica dupla. Apresentou, numa primeira fase, entre os anos de 1965 a 1970, uma linha de atuação bastante moderada, mas acabou por adotar, num segundo momento, entre os anos de 1971 a 1979, uma

postura mais incisiva na luta contra a ditadura, na contestação da ordem vigente e na defesa do retorno à democracia.

As muitas marcas singulares do MDB fizeram dessa legenda uma organização dinâmica, multifacetada e, muitas vezes, contraditória. A atuação desse partido em Pernambuco foi a trajetória de um paradoxo marcado por continuidades e descontinuidades; uma história da convivência de permanências e rupturas; uma história de relações ambíguas, de processos renovadores e, ao mesmo tempo, conservadores, de moderação, mas também de combatividade e resistência.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento mutilado**: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo – memórias políticas. v. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2008.

COELHO, Fernando. Fernando Coelho: depoimento [nov. 1983]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1983.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina Política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto**: o MDB em Pernambuco (1965-1979). 2018. 460 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FILHO, Armando Monteiro. *In*: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

FURTADO, Alencar. **Alencar Furtado**. [Documentário]. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (58 min.): NTSC, son., color.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KINZO, Maria D'Alva. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LIMA, Egídio Ferreira. Egídio Ferreira Lima. *In*: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio (Orgs.). **A nova república**: visões da redemocratização. Recife: Ed. dos autores, 2006.

_____. Egídio Ferreira Lima: depoimento. *In*: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

LYRA, Fernando. Fernando Lyra: depoimento. *In*: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-99). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos. *In*: FLEISCHER, David (Orgs.). **Da Distensão à Abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

Entre o crime e a ideologia: a repressão às drogas em Pernambuco nos idos da ditadura

*Stênio Ricardo Carvalho dos Santos*¹

O ano de 1964 é lembrado pelo golpe civil-militar impetrado à sociedade brasileira. Golpe este que, como é sabido, ceifou nossa democracia, nossa liberdade de expressão, e a vida de vários cidadãos brasileiros. Dentro deste novo contexto sociopolítico, a questão das drogas² se punha como um fantasma que assombrava os discursos voltados à moral, aos bons costumes e ideais de uma sociedade que buscava se modernizar e se livrar do “comunismo”.

Cabe destacar que o debate sobre a questão das drogas no Brasil não se inicia com a ascensão dos militares ao poder. Desde o século XIX, é possível acompanhar debates em âmbito nacional sobre a questão e, a partir do século XX, acompanhar as sucessivas promulgações de legislações que iriam versar sobre os usos lícitos e ilícitos de drogas. No entanto, após 1964, é possível observar a transposição da lógica bélica de eliminação dos inimigos políticos para se abordar questões relacionadas à segurança pública e, conseqüentemente, aos indivíduos envolvidos com o tráfico de

¹ Professor de História na educação básica, atuando na rede privada de ensino. Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8677059420555098>

² Utilizaremos o conceito de drogas no sentido de substâncias de uso ilícito. Sobre as variações no conceito de drogas, ver: CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra droga: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. (org.) **Álcool e drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

drogas (CARVALHO, 2016, p. 63). Aos países comunistas será acrescentada a culpa pelo tráfico internacional entorpecentes.

Portanto buscaremos debater neste artigo³ como as forças políticas brasileiras pautaram o debate sobre a questão de drogas neste período, dando ênfase ao processo de tramitação do projeto que deu origem a lei nº 5.736/1971 - também conhecida como lei de tóxicos -, aos discursos formulados pelos órgãos de investigação do regime ditatorial, que buscaram atrelar a questão ao comunismo, e as práticas de repressão pleiteadas em Pernambuco pela Secretaria de Segurança Pública.

Alterações na política de drogas

Durante o período de vigência da ditadura, houve intensos debates políticos que resultaram em constantes modificações na política nacional de drogas. Poucos meses depois da tomada do poder, os militares ratificaram a Convenção Única de Entorpecentes de 1961 através do Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964. Em novembro do mesmo ano, promulgaram a Lei nº 4.451, a qual alterava o artigo 281 do Código Penal⁴, acrescentando o verbo “plantar” no rol das atitudes passíveis de penalidade. Essa alteração serviu como uma resposta aos variados casos de plantio de maconha no país, inclusive no interior de Pernambuco.

O mesmo artigo foi novamente alterado pelo Decreto-Lei 385, de 26 de dezembro de 1968, “treze dias depois da edição do AI-5, com o congresso ainda fechado” (BOITEUX, 2006, p. 143). A nova redação buscou equiparar o usuário ao traficante, ao determinar em seu primeiro parágrafo, alínea três, que quem traz consigo, mesmo que “para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica” (BRASIL, 1968), estaria passível de prisão.

³ Este artigo é fruto da minha dissertação de mestrado em História, intitulada “O sinistro fantasma das drogas”: Discursos e repressão em Pernambuco nos idos da ditadura (1964-1976). Defendida no âmbito do Programa de pós-graduação em História da UFRPE, em agosto de 2019.

⁴ O projeto de lei dessa nova legislação tramitava no Congresso Nacional desde 1959.

Em junho de 1971, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que abordara a questão dos “tóxicos”. O PL foi elaborado em conjunto pelos ministros Francisco de Paula Rocha Lagoa (Saúde), Alfredo Buzaid (Justiça) e Jarbas Passarinho (Educação e Cultura), os quais se diziam “convencidos de que os malefícios das toxicomanias somente podem ser eficientemente combatidos através da execução de planos nacionais de caráter educativos e de aplicação de medidas de recuperação dos viciados” (BRASIL, 1971a, p. 24).

O então ditador Garrastazu Médici enviou o projeto para apreciação do Congresso Nacional, em conjunto com uma mensagem, em 25 de junho de 1971, na qual destacou que “dentre os males que afligem a mocidade, comprometendo-lhe a saúde, abalando-lhe a consciência ética e causando-lhe desajustes psicossociais, um dos mais graves é, sem dúvidas, a toxicomania” (Arquivo Nacional. Entorpecentes, 1971, p. 12) e que diante de tão grande mal “os Governos se empenharam em instituir leis e celebrar acordos internacionais, para a defesa da saúde pública, dos bons costumes e do bem comum” (Ibidem).

Dito isto, Garrastazu Médici fez uma rápida memória das leis promulgadas desde o primeiro governo ditatorial sobre a questão. E, já no fim da mensagem, apelara à sociedade jurídica e civil no empenho para combater o uso de entorpecentes: “Confio, pois, em que o povo brasileiro, unindo-se em torno do Governo, atue decisivamente, nesta hora, a fim de preservar os valores morais e pôr a juventude a salvo da contaminação do mal” (Arquivo Nacional. Entorpecentes, 1971, p. 12).

O Projeto de Lei 185/1971, o qual disporá “sobre Medidas Preventivas e Repressivas ao Tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e de outras providências”, tramitou pela Câmara por quatro meses, e teve por relatores os deputados: Ítalo Fittipaldi (ARENA/SP), na Comissão de Constituição e Justiça; Fábio Fonseca (MDB/MG), na Comissão de Saúde; Murilo Badaró (ARENA/MG), na Comissão de Educação, e João Alves (ARENA/BA), na Comissão de Trabalho e Legislação Social.

Em seus pareceres, as Comissões expuseram suas opiniões sobre o projeto, sendo todas unânimes quanto à necessidade de sua tramitação. A Comissão de Constituição e Justiça considerou a matéria do PL, “como de alta relevância e que, com toda presteza, precisa se transformar em lei” (BRASIL, 1971a, p. 32). A Comissão de Saúde, com o “intuito de enfatizar o grave problema como também a preocupação da possibilidade de colonização do nosso povo pela submissão aos psicotrópicos e aos opiáceos, como aconteceu na China durante longo tempo” (BRASIL, 1971a, p. 61), fez uma longa exposição sobre o uso de entorpecentes, sua historicidade e seus efeitos farmacológicos, afirmando que a tramitação do projeto era urgente e de interesse público.

Para os membros da Comissão de Educação e Cultura, o PL se apresentou como “um corolário lógico da atuação do governo no sentido da construção de uma nova sociedade, moderna e próspera” (BRASIL, 1971a, p. 81).

E sendo preocupação do regime implementado

dar novas estruturas ao Brasil, não poderia ficar ausente do problema da invasão da toxicomania no meio da sociedade, sobretudo quando os perigos maiores desta invasão se projetam sobre a mocidade brasileira, a quem, de resto, compete a tarefa história de complementar no tempo a implementação definitiva da revolução (BRASIL, 1971a, p. 81).

O parecer da comissão colocou o combate ao uso e tráfico de entorpecentes como uma missão patriótica de alto sentido moral, evocando a educação como o “único instrumento válido para se obter resultados vantajosos no combate ao vício, sobretudo quando ela começa no seio da família, núcleo básico da sociedade” (BRASIL, 1971, p. 82), ideia a qual será defendida em plenário pelo relator.

A Comissão de Trabalho e Legislação Social (CTLS), quarta comissão pela qual tramitou o projeto, embora tenha emitido parecer favorável, teceu críticas quanto à aplicabilidade do projeto na realidade do país, evidenciando que, em alguns estados da federação – sem citar quais – não havia sequer delegacias especializadas.

O fato é que, ainda no mês de julho de 1971, o PL 185/1971 obteve parecer favorável das quatro comissões por onde tramitou, seguindo para discussão e votação no plenário da Câmara dos Deputados. Em uma primeira discussão, em 28 de julho de 1971, deputados do MDB e ARENA se reversaram na tribuna. Cabe destacar que, em debates anteriores sobre a questão de drogas, situação e oposição, pouco divergiram sobre a pauta proibicionista.

Destacamos a defesa feita pelo deputado Murilo Badaró (ARENA/MG), sendo o primeiro a falar, exaltou o papel da Câmara no debate acerca do “problema dos tóxicos”, evidenciando que vários deputados, ao longo dos anos, pronunciaram-se sobre a questão, fazendo alusão à Comissão requerida, em 1967, pelo deputado Raul Brunini (MDB/GB) para se estudar toda legislação sobre drogas promulgada até aquele momento. E continuou:

Percebe-se, facilmente, Sr. Presidente. e Srs. Deputados, que as preocupações dos homens públicos brasileiros vêm já de muito tempo. Agora o problema adquire novas conotações. Não só o Governo se preocupa com a invasão dos entorpecentes, no meio da juventude brasileira, a quem, de resto, cabe a responsabilidade de sustentar pelo futuro toda essa construção extraordinária que se faz no presente, mas também o exemplo de outros países do mundo, como os Estados Unidos [...] (DCN, 29/07/1971, p. 3347).

O parlamentar busca salientar que a preocupação com o “problema dos tóxicos” sempre fora pauta daqueles que estavam ali representando a sociedade e que a atuação do governo viria somar aos trabalhos já iniciados internamente. Também buscou exaltar os Estados Unidos que, nas palavras do parlamentar, vinha sofrendo uma “endemia”, mas que estaria somando esforços para combater o tráfico e uso de entorpecentes, tendo o presidente Richard Nixon ocupado “uma cadeia de rádio e televisão para fazer apelo às chamadas forças morais” (DCN, 29/07/1971, p. 3347), referindo-se à declaração de “guerra às drogas” que o presidente Nixon teria feito em 1971.

Ainda para o relator Murilo Badaró (ARENA/MG), o crescente uso de tóxicos teria uma conotação política. Segundo “sua impressão”, existiria no mundo

uma verdadeira estratégia do vício, seguida paulatinamente e conscientemente por grupos políticos interessados em dominações. E eles lançam as suas garras exatamente sobre a parte mais indefesa, que é a juventude de determinada nação, para abater-lhe o ânimo, solapar-lhe a força moral, de resto minando a própria base que se sustentará esse país (DCN, 29/07/1971, p. 3347).

Essa “impressão” não seria de um todo ignorada por órgãos do governo que buscaram, naquele período, atrelar o tráfico de drogas a uma estratégia do Movimento Comunista Internacional para enfraquecer e dominar os países do ocidente, como veremos mais à frente.

Após dois debates em plenário⁵, o projeto fora aprovado e enviado, em 11 de agosto de 1971, para a apreciação do Senado. Naquela casa legislativa, o projeto recebeu o número 41/1971, tendo tramitado por quase dois meses⁶, sendo transformado na Lei nº 5.726, em 29 de outubro de 1971, o que trouxe um caráter bélico, à *la* Nixon. A nova legislação, promulgada em meio a um dos governos mais repressivos do regime civil-militar, convocou toda a sociedade brasileira ao “combate” às drogas, considerando a questão no âmbito da segurança nacional (RODRIGUES, 2017). Como nos recorda Foucault (2011, p. 165), “cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder”, dessa forma, os cidadãos e instituições se tornariam pequenos agentes do Estado, colaborando com a eliminação daquilo que estaria sendo considerado um “flagelo” por parte das autoridades.

Meses antes da promulgação da Lei nº 5.726/1971, houve a tentativa de enquadrar os crimes que versassem sobre o tráfico e uso de entorpecentes na lei de Segurança Nacional, por parte do senador Benedito

⁵ Houve uma segunda discussão no plenário da Câmara dos Deputados no dia 04 de agosto de 1971.

⁶ É possível acompanhar a tramitação no Senado Federal através do endereço: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/20411>> Acesso: Junho de 2019.

Ferreira (ARENA/GO). O mesmo propôs um projeto de lei (PL nº 90/1971) que teria como objetivo modificar o Art. 56 da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898 de 1969), dando a seguinte redação:

Art. 56 - Ficam sujeitos ao foro militar tanto os militares como os civis na forma do artigo 129, parágrafo 1º, da Constituição, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste e no Decreto-lei nº 385, de 26 de dezembro de 1968, assim como os perpetrados contra as Instituições Militares (DCN, 16/10/1971, p. 5632).

Para justificar o projeto, o senador levou em consideração o fato de que o decreto-lei de 1968 não surtira o efeito esperado para conter o tráfico e uso de drogas e, portanto, para o parlamentar, a transferência dos casos de tráfico para a Justiça Militar representaria por si uma preocupação para os infratores. Desta forma, em 19 de outubro de 1971, o Gabinete Civil da Presidência da República irá solicitar ao Gabinete Militar um parecer sobre a conveniência da tramitação do PL.

Na apreciação, o Gabinete Militar, por meio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, expôs:

- O Presidente da República utilizou o processo legislativo normal para a "Lei Antitóxicos", sem valer-se da faculdade de expedi-la sob a forma de Decreto-Lei, com base na Segurança Nacional.
- Esta Lei, que resultou de estudo conjunto dos Ministérios da Justiça, da Educação e Cultura e da Saúde, contém um capítulo dedicado especificamente ao "Procedimento Judicial", o qual mantém o foro civil para o processo e julgamento dos crimes nela previstos.
- A transferência dos processos e julgamentos dos crimes contra a Segurança Nacional, para a área de competência da Justiça Militar, já representou para a mesma um pesado ônus.
- A justificativa, apresentada pelo autor do projeto em exame, carece de elementos mais consistentes (Arquivo Nacional. Entorpecentes, 1971, p. 25).

Dito isso, a tramitação do projeto de lei não será considerada conveniente, tendo em vista que dispositivos legais foram promulgados “aos moldes democráticos”, sem se valer o presidente do poder que dispunha.

No entanto, mesmo os crimes não adentrando a alçada da Justiça Militar, o ideal de Segurança Nacional não estava completamente ausente da lei de 1971. O crime de tráfico foi considerado, pelo artigo 22, como

infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação de uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica ou de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro [...] (BRASIL, 1971b).

Desta forma, a lei alterava o Estatuto do estrangeiro,

com hipóteses de investigação sumária no prazo de cinco dias, o que reforça a correlação entre usuários de drogas e opositores ao regime, ambos considerados os inimigos internos, na concepção da ideologia de segurança nacional (BOITEUX, 2006, p. 146).

Ainda segundo Boiteux, a linha de entendimento adotada na legislação de 1971, seria de que a disseminação do uso de entorpecentes se constituía uma “*tática subversiva* e a estratégia de *guerra às drogas* era defendida como uma busca de *eliminação do mal*” (BOITEUX, 2006, p. 146). Desta forma, tóxico-crime-subversão se constituirá uma tríade a ser combatida pelos militares.

No entanto essa legislação, pouco depois de ser promulgada, será alvo de críticas por parte de especialistas (RODRIGUES, 2017). A mesma também não abordava a questão dos alucinógenos, debatida na Conferência sobre Psicotrópicos da ONU, em 1971. Frente a essas questões, em 1974 fora criada uma Comissão de Inquérito Parlamentar na Câmara dos Deputados para investigar as causas do uso e tráfico de substâncias alucinógenas, tendo como presidente o deputado Wilson Braga (ARENA/PB).

O trabalho da CPI das drogas, como viria a ficar conhecida esta Comissão, serviu de base para a elaboração de um novo projeto de lei que veio a ser promulgado em outubro de 1976, sob o número 6.368, redirecionando mais uma vez a política de drogas nacional. Essa nova legislação

só fora revogada totalmente trinta anos depois, com a promulgação da Lei nº 11.343/2006, no governo do então presidente Lula.

Uma “estratégia comunista”

A suspeição do deputado Murilo Badaró, de que haveria uma estratégia política na disseminação do uso de drogas, não seria de um todo sem fundamento, pois ela irá relacionar o problema das drogas ao campo ideológico dos discursos anticomunistas que também circulavam na época. Com a ascensão do regime civil-militar, os discursos anticomunistas ganharam nova roupagem, mas foi mantido o sentido dos discursos anteriores de que o comunismo representava ameaça tanto à sociedade quanto à segurança nacional. Dessa vez, ele não seria apenas uma ideologia contrária ao liberalismo econômico, à propriedade privada e aos valores cristãos, mas estariam associados “a práticas imorais, como a pornografia, a produção e o incentivo ao consumo de drogas, o apoio ao sexo e ao amor livre” (TREVISAN, 2014, p. 32).

Nesse novo momento, os documentos oficiais da ditadura buscaram afirmar que o avanço do vício em “tóxicos”, ou a “toxicomania”, seria uma estratégia de invasão. Um documento, intitulado *Como eles agem* (1971), do Ministério da Educação e Cultura, tratou da possível atuação de movimentos de esquerda no âmbito educacional. Segundo o governo, membros destes movimentos estariam “se infiltrando na área da Educação e da Cultura, tentando atingir principalmente a juventude secundarista e universitária, visando o aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa” (Arquivo Nacional. *Como eles agem*, 1971, p. 2). Descrevendo como eles agiam junto ao corpo discente, o documento destaca que

a toxicomania é uma das mais sutis armas do variado arsenal do Movimento Comunista Internacional. Ela vem sendo utilizada em escala crescente, substanciando na prática os ensinamentos de Lenine e Mao Tse Tung para a escravidão da humanidade.

O degradante processo que incentiva a juventude ao uso dos tóxicos tem como objetivo corromper a mente dos jovens e torná-los dependentes dos traficantes, contribuindo assim para os cofres do comunismo internacional [...] (Arquivo Nacional. Como eles agem, 1971, p. 2).

Tal discurso será repetido no parecer da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal acerca do PL da Lei de Tóxicos de 1971. Nas palavras do relator, o arenista Cattete Pinheiro (PA), “os organismos de segurança ao examinarem a extensão da toxicomania, verificaram estreita relação entre os tóxicos e a ação subversiva” (BRASIL, 1971a, p. 245). Ainda segundo o relator, o Ministro da Justiça teria denunciado isso após o cardeal D. Vicente Scherer ter afirmado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que

na China, o comércio de tóxicos nunca foi disciplinado, porque traz muitos lucros e também porque, segundo o Pravda, órgão de divulgação oficial soviético, destina-se a corromper as nações ocidentais, as nações para onde as drogas são exportadas, a fim de demolir as resistências que se possam opor a um enfraquecimento de energias nos países inimigos da China (BRASIL, 1971a, p. 245).

Thiago Rodrigues (2017) aponta em seu estudo que, nos Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra, fora feita uma relação entre comunismo e drogas. Entretanto essa relação não era de combate, mas sim de facilitação de diálogo com o seu “inimigo”. A CIA apoiara a recuperação da Máfia Corsa, auxiliando-a na obtenção da heroína produzida no sudeste asiático.

Essa facilitação tinha o duplo objetivo de enfraquecer os sindicatos e movimentos socialistas franceses pelo fornecimento do crime organizado no país e de ajudar economicamente as guerrilhas antimaoistas instaladas no Triângulo do Ouro, principal zona produtora de heroína do mundo. O esquema planejado pela CIA envolvia duas empresas de aviação, a Civil Air Transport, sediada em Taiwan, e a Sea Supply Corp, com sede em Bangcoc, especialmente criadas para ir à Europa e aos EUA carregadas de heroína e retornar com armas e suprimentos para a guerrilha (RODRIGUES, 2017, p. 78).

Ainda assim, esse plano secreto norte-americano não refreou o governo nem no protagonismo de uma política de drogas interna mais punitivista, nem em seu discurso anticomunista. E, na busca por aprovação leis mais rígidas na década de 1950, evocou-se o discurso de que havia um “complô comunista que estaria fazendo chegar aos EUA, toneladas de heroínas asiáticas” (RODRIGUES, 2017, p. 80), o que fez com que projetos de enrijecimento da lei para tratar da questão ganhassem apoio da opinião pública, valendo-se de um imaginário anticomunista, e calassem os discursos daqueles que se opunham a tais normativas (Ibidem, p. 79).

Esse anticomunismo, tão presente nos mais variados discursos do pós-guerra, em nível nacional e internacional, não pode ser visto apenas como uma prática de grupos de direita, outros grupos agiram na mesma linha. Na concepção de Daniel Trevisan (2014, p.13), há também o anticomunismo de ordem clerical, fascista, reacionário e até mesmo no âmbito da própria esquerda, no campo da social democracia. Nesse sentido, a Igreja Católica também adentra nesse movimento anticomunista, condenando o movimento, desde o século XIX, através de vários documentos oficiais que foram sendo reafirmados ao longo do tempo, no entanto, ela também será alvo desse mesmo discurso.

Tendo a cúpula da instituição religiosa comemorado a queda do governo de João Goulart, ela terá sua ala “progressista”, de atuação mais pastoral conforme recomendação do Concílio Vaticano II, perseguida e pondo em xeque a credibilidade da instituição em salvaguardar os ideais propostos pelo regime. Uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, em 3 de abril de 1970, evidencia essa querela, onde o senador Benedito Ferreira (ARENA/GO), o mesmo que propunha o atrelamento da questão de drogas à Segurança Nacional, criticou o monsenhor Aristides Piravano, após o mesmo ter denunciado as práticas de tortura do regime e um silenciamento imposto à Igreja Católica. Segundo a matéria, o senador teria retrucado a acusação do prelado dizendo:

Não sei se por mal físico ou por arte diabólica, mas o certo é que muitos graduados da Igreja Católica vêm, cada vez mais, abrigando, no seu meio aqueles

que adjetivam a religião como o ópio mental do mundo capitalista, esquecendo eles, ou de propósito ou procurando ignorar, os milhares de mártires do cristianismo imolados na construção do chamado ‘paraíso do proletariado’ (APEJE. Diário de Pernambuco, 03/04/1971, p. 2).

Ainda segundo a matéria, o parlamentar teria complementado que haveria existência de um complô para “desmoralizar a Revolução no exterior” (Ibidem). Fica evidente na fala do deputado uma suspeição de que a Igreja estaria ignorando a morte de cristãos por parte do regime socialista na Europa, para os quais usa o termo “imolado” em alusão a um sacrifício, e aceitando adeptos do comunismo em suas fileiras como parte de uma estratégia para derrubar o regime.

Embora a atuação pastoral da instituição seja posta em dúvida pelo regime, ela não ficou isenta nas campanhas contra o uso de entorpecentes na década de 1970. Enquanto formadora de opinião de grandes massas, alianças para esse fim não foram poupadas pelos órgãos do Estado. Afinal, tanto o Estado quanto a Igreja tinham seus interesses próprios na erradicação do uso de entorpecentes e, conseqüentemente, de novas práticas culturais que contrariassem suas ideologias.

Ainda sobre essa inter-relação entre drogas e comunismo, um documento de 1976 expedido pela 6ª Região Militar do IV Exército, Estado da Bahia, destinado a toda região do IV Exército, reforçou a ideia de infiltração do comunismo por meio do tráfico internacional de drogas, sendo a China comunista a protagonista, como também a relação entre tóxico e subversão. Intitulado *Tóxico* e de caráter confidencial, o texto será estruturado em 12 tópicos temáticos⁷ e anexos, e teria por objetivo aliar a história das drogas à Segurança Nacional.

O documento se volta para o tráfico internacional de ópio. Segundo o redator, não existiria mais segredos sobre as rotas internacionais do tráfico, os chineses se utilizariam de mulheres de grande beleza para

⁷ 1- Introdução; 2 - Tráfico de Tóxicos (com dois subtópicos); 3 - Áreas de maior incidência; 4- Modo de atuação; 5- Órgãos de combate ao tóxico na Bahia; 6- Dados estatísticos; 7- Sergipe; 8 - Centro de recuperação; 9 - Propaganda; 10 - Informações das agências classe “c” da área da 6ª RM; 11- Combate Nacional; 12 - Conclusões.

incentivarem militares, altos funcionários e diplomatas a utilizarem ópio, e assim obterem informações sigilosas. Outra maneira de difundir o ópio pelo mundo seria por meio da utilização de livros ocultos, ovos de páscoa, salto de sapatos e bonecas, elementos esses que seriam enviados via correios em postagens internacionais. O redator também chama atenção para a atuação da ala progressista da Igreja Católica no tráfico de drogas. Segundo o Ministério do Exército, “no Estado de Alagoas, o DPF também descobriu vários casos de entrada, no Brasil, de psicotrópicos destinados a padres, freiras e religiosos da igreja progressista, utilizando o mesmo processo de *Colie-Posteaux*” (APEJE. Tóxicos, 1976, p.6).

Sobre as formas de repressão, haverá no documento um tópico mais específico intitulado “Combate Nacional”, o qual também traz algumas sugestões para a efetivação desta “guerra”. Uma delas seria um

entrosamento mais estreito entre os órgãos de Segurança, Conselho Regional de Farmácia e Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, aliados a uma legislação mais severa para o traficante, e coadjuvado por uma ampla campanha educativa realmente eficaz, comedida e preventiva (APEJE. Tóxicos, 1976, p. 13).

E, afirmando a precariedade dos órgãos de polícia responsáveis pela repressão, algo que os deputados e periódicos da época já evidenciavam em seus enunciados, o documento sugere a criação

em todos os CODI do Setor de Combate a Tóxicos, para congregar todas as forças oficiais, através de um trabalho sério e honesto, sem interferências, como atualmente vem sendo desenvolvido no combate à subversão. Justifica-se a criação desse setor, pela seriedade de propósito do que sempre se pauta-ram as autoridades de segurança, bem como a sua presença, para que se consiga acabar com a desonestidade e corrupção reinantes nos diversos setores policiais. Com a presença do CODI, haverá uma união de esforços, capaz de vitória expressiva. (APEJE. Tóxicos, 1976, p. 13).

Tal discurso, que seguirá a linha de raciocínio do senador Benedito Ferreira (ARENA/GO), defende a ideia de que seria necessário aliar o

combate às drogas às estruturas de repressão criadas pelo regime. Para o órgão redator, uma das causas do fracasso do combate ao uso e tráfico de drogas seria não só a fragilidade dos órgãos responsáveis pela fiscalização e repressão, mas também a corrupção dos próprios agentes policiais, sendo o CODI, para o relator, uma instituição honrada e honesta para se desempenhar a tarefa de “varrer” os tóxicos do país. Afinal, se os CODIs, naquele momento, conseguiam cumprir sua função de investigar, prender e torturar os opositores ao regime instaurado, também seria um órgão capaz de perseguir os passos daquele que também passou a ser inimigo da nação, o traficante – uma nova categoria de subversivo.

A repressão em Pernambuco

Após perpassarmos por esse panorama de construção da figura de inimigo a ser combatido, voltamo-nos para Pernambuco. Para analisarmos as estratégias de repressão ao consumo e tráfico de drogas protagonizadas pelo poder público, valemo-nos das matérias jornalísticas que circulavam no Estado no período ditatorial. É evidente que os discursos enunciados pelos periódicos não estão isentos de um caráter manipulador (GOMES, 2003).

As matérias produzidas circulavam em um contexto no qual a moral reconhecida, os bons costumes e o patriotismo deveriam ser preservados, e os jornais assumem um papel de norteador das práticas que deveriam ser seguidas, os discursos que neles circulam “representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está imbuído o mundo a ser vivido” (GOMES, 2003, p. 41) por seus leitores.

Acerca da questão, o *Diário de Pernambuco*, em 1964, classificou as ações de repressão ao uso da maconha como um “combate parcial e inócuo, limitado à prisão de malandros e traficantes, particularmente na zona portuária” (APEJE. *Diário de Pernambuco*, 23/12/1964, p. 4). Para o periódico, enquanto não houvesse uma “repressão sistemática às culturas da ‘erva maldita’ localizadas no interior, cativas ou em campo aberto, ela

continuar[ia] a exercer a sua tremenda influência, degradando os indivíduos física e moralmente e estimulando-os à prática de todas as espécies de crimes” (Ibidem).

Esse mesmo discurso seria uma constante em anos anteriores, tendo a Secretaria de Segurança Pública protagonizado algumas diligências no interior de Pernambuco, principalmente em municípios fronteiriços ao Estado de Alagoas, para combater o cultivo de *Cannabis*. Tais diligências não alcançaram êxito, pois esbarraram no poder dos proprietários de terras locais, acusados em algumas matérias jornalísticas de serem os verdadeiros “industriais do tráfico”.

Na capital, a Delegacia de Costumes era o órgão responsável pela repressão ao tráfico. Em agosto de 1966, o então delegado de Costumes, Wilson Campos de Almeida, revela à imprensa o desejo de “fiscalizar o plantio de maconha no interior do Estado, forçando, oportunamente, a queima de tais plantações, cujo cultivo é proibido, de acordo com a nova legislação” (APEJE. Diário de Pernambuco, 30/08/1966, p. 7), citando a alteração do art. 281 do Código Penal ocorrida em 1964. No entanto, mesmo com um discurso de proibir o cultivo da erva, o plano de reprimir e queimar as plantações de maconha nos municípios do interior do Estado não seria executado de imediato, devido à “deficiência de pessoal e viaturas, cujo efetivo não chega a atender, plenamente, às necessidades da capital” (Ibidem). Acompanhando o noticiário pernambucano, tal deficiência de pessoal e de equipamentos, como viaturas, não será sanada, sendo uma reclamação constante de outros delegados que assumiram a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes (DVGC).

Em fins do ano de 1968, um novo “cruzado” contra as drogas despontou nos noticiários. Dessa vez, seria o recém-nomeado delegado titular de Costumes do Recife, Mário Tomás de Alencar. O bacharel em Direito não só buscou atuar contra o uso e tráfico de drogas, em especial da maconha, mas também contra a mendicância, a prostituição e outras “desordens públicas”, prometendo se entregar “de corpo e alma para

resolver os problemas da Delegacia de Costumes” (APEJE. Diário de Pernambuco, 09/10/1968, p. 8).

Uma das suas primeiras ações foi a restauração de um prédio público no bairro de Tejipió, zona oeste do Recife, para abrigar mendigos e assim retirá-los de circulação no centro da cidade. Dentre suas ações saneadoras, o delegado Mario Tomás buscou cercear o trânsito de prostitutas pelas ruas do centro. Segundo noticiado, haveria uma campanha contra a permanência de prostitutas no centro do Recife, após reclamações ao delegado sobre a circulação “dessas mulheres nos trechos da rua Dantas Barreto, rua da Imperatriz, Duque de Caxias e até mesmo em plena avenida Guararapes” (APEJE. Diário de Pernambuco, 09/10/1968, p. 8), o que se constituiria um desrespeito às famílias que por ali transitavam.

Não podemos deixar de destacar que os sujeitos sofrem influência dos variados contextos e discursos que os circundam. Desse modo, cabe evidenciar que, naquele período, a Cidade do Recife estaria passando por diversas ações ditas modernizantes. O historiador Luís Manoel do Nascimento (2004, p. 28) coloca que, no início da década de 1970, a “municipalidade projetava e instaurava um programa de intervenções e de uma reordenação do espaço urbano, com a construção de largas avenidas e viadutos integrando os cantos e recantos da cidade”. Em contrapartida, a modernização do espaço urbano recifense não beneficiou toda população,

havia o seu reverso: a dilapidação e exaustão das classes subalternas da cidade. Para elas só restou expandir as favelas (Brasília Teimosa, as inúmeras favelas no entorno de Casa Amarela, nos alagados, como o Coque) ou promover loteamentos clandestinos (Vietnã, Entra a pulso), vivendo em moradias construídas de resto de materiais de construção ou outros materiais aproveitados de produtos diversos (folhas-de-flandes e madeiras de caixotes), quando não em conjuntos habitacionais localizados em bairros distantes da periferia (NASCIMENTO, 2004, p. 28).

Frente a essa contrariedade modernizante, as ações do titular de Costumes só vieram a corroborar com o processo. Ainda no âmbito de seus

planos de ações moralizadoras, o delegado teria montado um esquema no qual iria, juntamente com a Secretaria de Saúde, orientar as farmácias a vender as drogas lícitamente permitidas por meio da utilização de receitas. Já sobre o tráfico ilícito, a delegacia iria manter, durante todas as 24 horas do dia, investigadores nas ruas da cidade para a apreensão de suspeitos, estes seriam encaminhados à delegacia, onde seriam inquiridos:

[...] examinados em caso de se encontrarem dopados. Em caso positivo, serão interrogados e terão de explicar:

- 1 – Em que lugar adquiriram a droga ou maconha?
- 2 – Quando?
- 3 – Em que quantidade? Por qual importância?

Desta maneira, espera o Sr. Mario Tomas de Alencar poder conter “a onda” de viciados que infestam o Recife. Se forem elementos conhecidos da polícia, deverão responder processo (APEJE. Diário de Pernambuco, 18/10/1968, p. 8).

Sobre o uso da *Cannabis*, a pretensão do titular da delegacia de Costumes seria determinar que investigadores dessem batidas nos “recantos considerados ‘chaves’, frequentados pelos maconheiros” (APEJE. Diário de Pernambuco, 18/10/1968, p. 8), fazendo rondas inclusive no rio Capibaribe, para que não houvesse o tráfico da erva em botes ou canoas que por ali trafegavam. Cabe evidenciar que, em outubro de 1968, o artigo 281 do Código Penal ainda não tinha sido novamente alterado, o que fez com que o delegado pleiteasse apenas cadastrar os usuários e processar os que já fossem reincidentes e conhecidos pelos agentes daquela especializada.

No início de 1969, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria sobre o número de processos remetidos da polícia para o poder judiciário. Segundo a matéria, foram 5 mil processos somando todos os tipos de delitos, deste total, apenas 39 envolviam entorpecentes na capital e 18 no interior do Estado, somando menos de 2% dos processos (APEJE. Diário de Pernambuco, 05/01/1970, p. 8). O que nos leva a inferir que eram poucos os indivíduos indiciados pelo delito, contrastando com o discurso

jornalístico e policialesco de que haveria uma “onda” de tráfico e uso de entorpecentes em Pernambuco.

As tentativas e investidas do delegado Mário Tomás contra o uso de drogas esbarraram nas mesmas dificuldades encontradas pelo delegado Wilson Campos de Almeida: o baixo número de agentes disponíveis. O setor de repressão a tóxicos da Delegacia de Costumes dispunha apenas de quatro policiais e uma viatura, fazendo com que o delegado requisitasse “ao Departamento de Polícia da Capital mais dez investigadores” (APEJE. Diário de Pernambuco, 24/10/1969, p.8), por considerá-lo o setor mais importante da delegacia, e destacava em entrevista que:

O parque 13 de Maio, que era o local preferido pelos viciados, voltou a ser um logradouro tranquilo. Isso ocorreu devido ao intenso policiamento existente naquele local. Outros ambientes que também eram frequentados por maconeiros, não mais têm esse problema, nem são frequentados por essa classe. Temos feito o que é possível, porém o número de agentes designados para combater os viciados é muito pequeno (APEJE. Diário de Pernambuco, 24/10/1969, p.8).

Mesmo com a queixa de baixo contingente de pessoal, o delegado afirmou em outra entrevista que haveria mais de 41 mil viciados em entorpecentes na capital pernambucana, segundo levantamento da sua especializada, e que “cerca de duas mil se dedicam ao tráfico de entorpecentes e psicotrópicos”, sendo os entorpecentes “o causador de inúmeros homicídios e roubos” (APEJE. Diário de Pernambuco, 05/12/1969, p.8). Ainda segundo o delegado, os traficantes estariam

radicados em diversos bairros do Grande Recife, porém, os arrabaldes preferidos por eles são os seguintes: Coque, onde José Monteiro montou sua fortaleza. Esse bairro ainda continua sendo o lugar ideal para os traficantes em face do grande número de desocupados e marginais que ali residem. No Canal de Santo Amaro, Alto do Pascoal, Bairro do Recife e Mustardinha existem vários traficantes considerados perigosos.

Casa Amarela, São José, Pina, Afogados e Água Fria são os bairros onde reside a maioria dos toxicômanos [...] (APEJE. Diário de Pernambuco, 05/12/1969, p.8)

O que ficou evidente nas sucessivas matérias e entrevistas é que o delegado Tomás se utilizou da imprensa para tentar passar a ideia de que o trabalho contra o consumo e tráfico de drogas em Pernambuco não avança por conta da falta de pessoal à sua disposição. Podendo se eximir de possíveis críticas e partilhar a responsabilidade com o secretário de Segurança Pública, o qual deveria equipar o setor de tóxico da delegacia de Costumes. Os locais nomeados – apontados na reportagem – são bairros da periferia do Recife que, antes mesmo das diligências do delegado Mario Tomás, já vinham sendo o alvo da atuação policial.

Durante as décadas de 1960 e 1970, observamos que a imprensa pautou seu discurso na associação da pobreza ao crime e tráfico de drogas. Longe dos discursos anticomunistas enunciados pelos órgãos de Estado e por parlamentares, os periódicos que circulavam em Pernambuco moldavam uma geografia do vício, na qual indivíduos foram rotulados de “reis da maconha”, ocupando durante anos as manchetes policiais. Cada um dominou determinados espaços na região metropolitana do Recife e até mesmo no interior do Estado, como era o caso de José Monteiro de Góis, acusado de dominar o tráfico na região que iria do Coque até o bairro de Afogados e ter “negócios” no município de Garanhuns, interior de Pernambuco.

No entanto, se a divulgação pela imprensa da atuação policial em bairros periféricos, como Coque, Santo Amaro e nos altos de Casa Amarela, eram constantes, havia denúncias de que a polícia fechava os olhos para o tráfico nos bairros de classe média da cidade. O jornalista Severino Barbosa, na coluna *Retrato da Cidade*, de forma satírica, destacou acontecimentos em Boa Viagem, bairro de classe média situado na Zona Sul do Recife, que não era alvo de investidas policiais. Nas palavras do jornalista:

Ninguém entende a razão do abandono e do desprezo em que vive Boa Viagem, por parte das autoridades policiais.

Boa Viagem se muda no paraíso dos degenerados.

Bairro preferido dos play-boys viciados, que brincam de organizar tiroteios todas as noites.

Ali fazem ponto os traficantes de maconha.

Nem todo edifício em Boa Viagem merece respeito. Às vezes tem ambiente familiar e às vezes não tem nem nada.

Difícil contar as casas de tolerância que funcionam ali.

Muito difícil contar os *rendezvous* que vão surgindo no subúrbio granfino do Recife.

Granfino, mas cheio de vícios e crimes.

Foi não foi, abre uma boate em Boa Viagem. Vai ver não é boate. É cabaré legítimo, com prostitutas, maconheiros, etc.

Você já foi ao terminal de Boa viagem, nêga?

Não?

Então vá! (APEJE. Diarrio de Pernambuco, 22/01/1965, p. 9).

O jornalista busca deixar claro que, em Boa Viagem, tudo se podia. Os únicos meretrícios a serem alvos de investidas policiais era o do bairro do Recife, na região portuária da cidade. A justificativa dada pela polícia, segundo a imprensa, seria a precariedade no quadro de pessoal da delegacia de Costumes. Em matéria na qual anunciava a disposição das autoridades policiais “atacarem” as bocas de fumo, o Diarrio de Pernambuco comparou a situação do Recife à dos Estados Unidos, ressaltando que “não foi sem razão que o presidente Nixon, ao sentir a infiltração do vício entre a juventude e suas conseqüências, ordenou o vale tudo contra os toxicômanos e os chamados industriais do vício” (APEJE. Diarrio de Pernambuco, 10/03/1970, p. 11). E, abordando os baixos resultados de repressão aos “industriais do vício” do Recife, buscou elogiar os bons propósitos do delegado Mário Tomás em atacar o “problema” embora dispusesse de meios precários. E opina:

Apenas uma viatura havida como meio para se atacar o problema representa frustração antecipada ao programa traçado. Acreditamos que, caso seja fornecido um relatório circunstanciado ao secretário de Segurança Pública, onde se retrate a gravidade do problema, o coronel Gastão Fernandes oferecerá à Delegacia de Costumes os meios necessários para início de um grande “rush”. Seria, no caso, o recrutamento de policiais das várias delegacias com o uso de

viaturas suficientes, para a realização de, pelo menos, 30 por cento do trabalho. (APEJE. Diário de Pernambuco, 10/03/1970, p. 11).

Na matéria, é perceptível a ideia da existência de um grande problema a ser sanado, problema este que o periódico já vinha construindo ao divulgar dados sobre o número de viciados e os problemas estruturais no órgão responsável pela repressão. A questão do tráfico e uso de entorpecentes na cidade do Recife vai, aos poucos, ganhando uma perspectiva de caos pelo discurso jornalístico, que busca opinar sobre uma melhor forma de contê-lo.

Dias após a publicação, o então titular da delegacia de Costumes anunciou uma campanha de repressão ao uso de drogas, na capital e no interior do Estado, em que “qualquer um” seria posto no “xadrez” e mantido na Casa de Detenção. Outra estatística alarmante é divulgada para justificar tal ação, afirmando que “o Recife se coloca em primeiro lugar entre as capitais onde mais se vendem e se usam entorpecentes. Vários crimes e assaltos recentemente verificados no Estado, todos eles se originam da maconha e da droga” (APEJE. Diário de Pernambuco, 14/03/1970, p. 12). No entanto, de pouco ou nada adiantaria levar os indivíduos para a Casa de Detenção, pois a instituição contava com várias denúncias sobre o tráfico que ocorria internamente, tendo ela o seu próprio “rei da maconha”.

Mario Tomás deixou o comando da delegacia de Costumes no início de 1971. Mesmo sendo considerado pelo comissário João Rios o “inimigo nº1 dos viciados e traficantes de maconha” (APEJE. Diário de Pernambuco, 06/04/1971, p. 12), o delegado não conseguira eliminar o uso nem o tráfico de drogas no Estado como prometera, investigações sobre o plantio de maconha no interior continuaram sendo pleiteadas – como também ações na capital – e indivíduos continuaram sendo apontados como responsáveis pelo tráfico, dando prosseguimento à novela jornalística.

O fato é que os discursos produzidos sobre a questão de drogas no período ditatorial - acerca da sua ligação com práticas comunistas ou ditas de esquerda e sua vinculação com o mundo do crime - ainda circulam em

nossa sociedade com efeitos de verdade (FOUCAULT, 2006). No campo ideológico, não é incomum lermos ou ouvirmos discursos de pessoas públicas, como políticos e religiosos, que se utilizam dessa trama drogas-comunismo para defenderem suas pautas morais e proibicionistas. No âmbito criminológico, a ideia de que as drogas ilícitas são a causa de crimes e da violência urbana ainda alimenta a atuação do braço repressivo do Estado sobre as comunidades periféricas no país.

Referências

Fontes

- APEJE. Acervo DOPS. Comissão Estadual De Fiscalização e Entorpecentes. **Tóxico**. Salvador, 30 de junho de 1976. Prontuário Funcional Nº 31.448.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 05 de dezembro de 1969. Primeiro caderno, p. 3.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 05 de janeiro de 1969. Primeiro caderno, p. 8.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 06 de abril de 1971. Segundo caderno, p. 12.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 10 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 11.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 14 de março de 1970. Segundo caderno, p. 12.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 18 de outubro de 1968. Primeiro caderno, p. 8.
- APEJE. Hemeroteca. **Diario de Pernambuco**. Recife, 22 de janeiro de 1965. Primeiro caderno, p. 9.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de dezembro de 1964. Primeiro Caderno, p.4.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de outubro de 1969. Primeiro Caderno, p. 8.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 3 de abril de 1971. Primeiro caderno, p. 2.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de agosto de 1966. Primeiro Caderno, p. 7.

ARQUIVO NACIONAL. **Como eles agem**. Brasília, 1971. Código de consulta: BR DFANBSB AA1.o.LGS.2.

ARQUIVO NACIONAL. **Entorpecentes: Tráfico e uso**. 1971. Código de consulta: BR DFANBSB N8.o.PSN, EST.454. Acesso: Junho de 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Dossiê: projeto de lei 185 de 1971**. Brasília: Câmara dos Deputados. 1971a.

BRASIL. Decreto lei n. 385, de 26 de dezembro de 1968. Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 1968.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional** (DCN). Brasília: Distrito Federal, 29 de julho de 1971.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional** (DCN). Brasília: Distrito Federal, 16 de outubro de 1971.

BRASIL. Lei n. 5726 de 29 de outubro de 1971. Dispõe de medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providencias. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 1971b.

Bibliografia

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 165.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**: Discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores, 2003.
- NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.
- RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**: uma genealogia do narcotráfico. São Paulo: Desatino, 2017.
- TREVISAN, Daniel. **Inimigos Imaginários, sentimentos reais**: Medo e paranóia no discurso anticomunista do SNI (1970-1973). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Subversões de gênero no Recife da década de 1970. Pela manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes da sociedade, as bonecas não têm vez

*Sandro José da Silva*¹

Durante a década de 1970, a repressão policial sobre a homossexualidade era tão intensa. Principalmente quando esses homossexuais ultrapassavam os limites das normas aceitas para o bom comportamento e a decência. Neste sentido, as travestis, que no período em tela eram chamadas de bonecas² eram frequentemente perseguidas pelas rondas policiais nas ruas, avenidas, becos, praças e nas pensões “alegres” do Recife.³

Admitindo que o discurso histórico seja construído sob o ponto de vista do historiador, portanto de quem escreve; optamos por analisar, aqui, as vivências daquelas travestis que sofreram processos de marginalização. Seriam, por exemplo, aquelas que se prostituíam, as de

¹ Professor da Rede Privada de Ensino na cidade do Recife. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Estudos em Masculinidades na História da UFPE. Artigos publicados nas seguintes obras: *Fragments de Histórias do Nordeste: Visões socioculturais do mundo açucareiro ao Sertão* (Edupe, 2012); *Frexões de Gênero: História, sensibilidades e narrativas* (Paco, 2017); *Páginas de transgressão* (Sexo da Palavra, 2020). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2925909678819140>

² Apesar do termo travesti já existir desde antes da década de 1970, pelo menos nos jornais, é mais comum encontrarmos a palavra boneca para se referir a estes sujeitos. É interessante perceber como a palavra boneca pode nos fornecer pistas para compreender as representações das travestis. Ser boneca é ser fabricada, modelada, ser um feminino artificial. Ao mesmo tempo boneca é um brinquedo, normalmente manipulado por meninas, mas no caso dessas “outras” bonecas os homens são quem as “manipulariam”, principalmente as profissionais do sexo. O termo boneca também poderia ser empregado para se referir aos homossexuais mais efeminados.

³ Com um nome bastante sugestivo, “pensões alegres” eram como se denominavam as casas de prostituição ou puteiros de travestis e/ou de prostitutas.

baixa renda, as que cometiam furtos, as que sofriam, as que eram rechaçadas e as que praticavam toda sorte de violência.

Como nos mostra o trabalho do antropólogo Marcos Benedetti, o cotidiano das travestis é marcado pelas violências física e simbólica devido a situações de exclusão e estigmatização, o que dá certa legitimidade aos comportamentos agressivos de algumas (BENEDETTI, 2005). Visto que esta situação de tensão as deixaria na defensiva e na ofensiva. Inclusive, este mesmo antropólogo conta que no início da sua etnografia, em muitos momentos sentiu medo só de pensar em entrar no universo das suas depoentes. Tinha medo do escuro da noite, da violência, da polícia, dos olhares inquisidores, da velocidade dos carros, medo de situações desconhecidas (BENEDETTI, 2005), enfim, medo de um cotidiano cruel, mas que é absolutamente vivenciado pela maioria das travestis. Medos, em grande medida, maximizados pelos riscos e perigos reais e imaginários das grandes metrópoles (MORAIS, 1985). Em contrapartida, esse mesmo cotidiano atroz reforça a imagem negativa das mesmas, cujos estereótipos são calcados na agressividade e na delinquência sendo, em suma, caso de polícia.

É preciso ter em mente que de certa maneira, os (pré) conceitos com relação às travestis são fundamentados por uma dada versão construída e transmitida por uma imprensa sensacionalista e machista (SILVA, 1993). Além disso, muitas bonecas (para usar um termo da época) pareciam fazer jus a sua fama de perigosas, mesmo. Principalmente aquelas que circulavam por determinados territórios já conhecidos e marcados pelo perigo iminente. Era o caso daquelas travestis que frequentavam a região do Bar Central no Bairro de São José (área central do Recife), localizado próximo onde hoje se encontra a Casa da Cultura e a Estação Central do metrô. Há uma concepção quase generalizada de que ali era um lugar “da pesada”, um lugar em que seus caminhantes, dependendo da hora da noite, ou eram profissionais do sexo, seus clientes ou ladrões, tamanho era o risco de circular nessa região. Lá se consumiam drogas, se cometiam furtos e aconteciam brigas. Era um território em que se deveria pensar

duas vezes antes de frequentar, pois como nos contou um depoente ao lembrar, o que estaria em jogo era a própria vida ao andar por esses locais:

Na época, se você falasse no Bar Central, meu filho, todo mundo se tremia porque era um ponto de encontro dos travestis marginalizados e era um ponto de prostituição da cidade. [...] depois das dez que fechava a parte da ferrovia, que na época ainda tinha trem. Que agora é metrô... ninguém passava; quem era menino de família não conseguia passar porque era assaltado. Só quem era da noite, pesada mesmo. (Entrevista realizada com Odilex, cover da cantora Maria Bethânia, em 14/10/2009.)

Quando indagado por quem os transeuntes poderiam ser assaltados ou sofrerem algum tipo de agressão física, o nosso depoente foi taxativo:

[...] pelos travestis, pelos marginais, namorados das travestis. Era essa linha. Tinha uns travestis que tinha cada nome que você tinha medo só do nome. Marcela Gi era uma delas, a Michele Hulk... Era cada nome, assim, superestrabólico. E era daquelas mesmo assim que botava a faca, botava a gilete no pescoço do pessoal, e assaltava mesmo, era estória. (Entrevista realizada com Odilex, cover da cantora Maria Bethânia, em 14/10/2009.)

Os jornais mostravam as travestis como sendo criaturas noturnas, verdadeiras mariposas que só saíam quando a luz do sol era substituída pelas luzes dos postes. Ou nem isso, dependendo da região. Pois os lugares de prostituição eram, em geral, escuros e marcados pela penumbra. Isso reforçava ainda mais o estigma sobre esses sujeitos. Dizia-se que pessoas “de bem” não deveriam transitar pelas mesmas trajetórias que as profissionais do sexo, era perigoso dependendo da hora, podia-se além de pôr a reputação em risco, pôr a vida também. Falava-se que o Bar Central era perigoso por manter uma forte concentração de travestis, que não só se divertiam nesse bar ao melhor som *discothèque*, como também povoavam as avenidas da zona sul a exemplo da Avenida Antônio Falcão, em Boa Viagem. (*Menores, drogas e homossexuais*, **Diário da Noite**, Recife, sexta-feira, 12/01/1979, 1º Caderno, p.03.)

Nesses e outros pontos, o movimento parecia ser realmente intenso. Se atualmente, muitas pessoas ainda receiam encontrar com travestis na rua, preferindo atravessar a calçada ou cortar caminho para não ter que topiar com estes sujeitos; imaginemos há quase cinquenta anos atrás como a situação era bem mais delicada. Vale destacar que no imaginário social *todas* as travestis eram delinquentes, em potencial, indivíduos perigosos, que por um simples olhar oblíquo lançado sobre as mesmas, seriam capazes de nos atacar a unhas ou giletadas! Só no começo da década de 1980 é que novas representações passaram a ser transmitidas pela mídia, mesmo assim muito ligadas à ideia de transformismo artístico devido aos concursos em programas como o Sívio Santos e o Clube do Bolinha. Mas no período aqui abordado, ver “homens” vestidos de mulher (como se dizia), num contexto fora do Carnaval era algo inconcebível, um acinte para os mais conservadores. Até porque era justamente esta a concepção que se tinha das travestiss: homens travestidos, arremedos de mulher, homens que por safadeza, desarranjo hormonal, traumas ou por maus hábitos se davam unicamente a rebeldia contra a sua natureza.

Ser travesti era um pré-requisito para ir para a prisão. Foi o caso de uma batida policial realizada numa casa situada no bairro de Santo Amaro, no Recife, onde de acordo com o jornal, as “orgias” corriam soltas entre homossexuais e bonecas:

O delegado Fernando Albuquerque, do 2º distrito policial, fechou ontem em Santo Amaro uma residência, onde grande número de homossexuais se reuniam para a realização de bacanais. Somente duas bonecas foram presas e na delegacia negaram-se a fornecer o verdadeiro nome, ficando por isso no xadrez por mais de 72 horas. (*Polícia descobre e fecha clube só de homossexuais. Diário de Pernambuco*, Recife, terça-feira, 24/02/1970, 1º Caderno, p. 08.)

Com uma trajetória de vida bastante cruel, boa parte das travestis não morava com suas famílias biológicas; mas sim em pensões no centro da cidade. As denominadas “pensões alegres” iam além de simples locais onde as mesmas moravam ou recebiam seus clientes e amantes. Por vezes, quando eram expulsas de casa ou vinham do interior de Pernambuco e de

outras capitais era o primeiro lugar de moradia onde podiam ser admitidas após as suas transformações corporais. Além disso, eram locais de sociabilidade e aprendizado do universo em que viviam (BENEDETTI, 2005). Lá, formavam novas “famílias” baseadas nas escolhas das amizades, que de certa forma eram fortalecidas por coisas em comum como a marginalização e a exclusão, que são fortes elementos para a constituição das amizades entre homossexuais (ERIBON, 2008).

Essas pensões se localizavam, em sua maioria, no Bairro do Recife, hoje conhecido como Recife Antigo. Sobretudo próximo ao porto, havia uma espécie de “região imoral” em que conviviam moradores e trabalhadores daquele local, travestis, prostitutas, os seus clientes, meninos de rua, ladrões, policiais, traficantes, malandros e boêmios. Essas pensões, em sua maioria, eram locais compostos por quartos minúsculos, em condições precárias, escuros e sujos e por vezes um único banheiro para todos os moradores. Características, por extensão, passadas e associadas aos seus moradores e/ou frequentadores. Em reportagem exibida no jornal *Diário da Noite* de 11 de junho de 1979, sobre o cotidiano de travestis numa pensão que tinha o emblemático nome *Nigth and Day* (Noite e Dia), localizada no Bairro do Recife, temos relatos em que mesclam relações de amizade, marginalidade e busca por uma vida melhor. É o caso, por exemplo, de Marcos Muniz Falcão, ou simplesmente Perla, uma jovem travesti de 17 anos que começou a se prostituir aos 13. Perla contou, ao jornal, um pouquinho de sua trajetória de trabalho até chegar à zona e à prostituição:

Entrei na zona faz quatro anos. Eu cheguei logo na [Avenida] Dantas Barreto, foi o primeiro lugar que comecei a andar. Aí de lá eu resolvi vir pra zona. A primeira penha (pensão) que eu morei foi aqui ao lado. Aí depois comecei a trabalhar em pensão. Depois as bichas diziam bem assim: “Bicha tu parece uma mulher. Por que tu não batalha? Melhor do que está trabalhando, se esforçando, se humilhando prá esse povo” (Ana Farache, *Nigth and Day: prostituição homossexual*, *Diário da Noite*, Recife, quinta-feira, 11/06/1979, p. 07.).

O tempo todo, as lembranças de Perla são desembocadas num discurso em que a linha condutora é a construção do feminino. Talvez, nem mesmo Perla tivesse se dado conta do potencial que a mesma tinha para a “batalha” como se fala a prostituição na linguagem das travestis. No trecho citado acima, por exemplo, ela parece ter determinados “bônus”, pré-requisitos a mais que as outras travestis por se parecer naturalmente com uma mulher. No mercado erótico isso é uma vantagem e ao mesmo tempo motivo de inveja das outras travestis, que normalmente têm que empregar árduos esforços pecuniários para se feminizarem. Perla, em contrapartida, já em tenra idade se assemelhava a uma menina, fato que ela custou a perceber:

Quando eu estava com treze anos aí um professor meu pediu para eu ir morar com ele, passar uns tempos com ele. Aí depois ele perguntou: “por que os serviços que você faz é feito uma mulher”. E disse que se eu fosse uma mulher eu era muito bonita. Quando eu ajeitava meu cabelo, grande assim mesmo, ele dizia: “Você parece uma menina”. E isso e aquilo outro e começava a fazer uns negócios. Aí eu comecei a transar com ele. Morei lá um ano e dois meses. Ele já era maduro. (Ana Farache, *Night and Day: prostituição homossexual*, **Diário da Noite**, Recife, quinta-feira, 11/06/1979, p. 07).

Na zona do baixo meretrício ou até fora dela, a vida das travestis era permeada por uma necessidade de saber conviver com os imprevistos e com o perigo, sob pena de sofrerem toda sorte de sobressaltos. Até mesmo ao entrarem em contato com a sociedade mais ampla passavam a vivenciar uma espécie de “interação angustiada” ao serem confrontadas com as pessoas tidas como “normais” (GOFFMAN, 1988). Sabemos que numa batida policial de rotina, a primeira coisa que os agentes nos pedem são os documentos de identidade onde devem constar o nosso nome de registro civil e a nossa foto (que não deve ser muito antiga, no mínimo reconhecível com o nosso estado físico atual). No caso das travestis haveria um descompasso entre a imagem da Carteira de Identidade e a estética feminina. Haveria uma falta de identificação entre o ser atual, a representação na fotografia e o nome no documento. Para evitar esses contratemplos e até

as piadinhas e chacotas dos policiais no momento das averiguações, batidas e rondas, muitas travestis nem andavam com documentos. Nesses casos, as medidas de praxe por parte das autoridades eram bastante rígidas. Normalmente as travestis que não apresentassem à polícia algum documento de identificação e se negassem a revelar seu nome de registro civil passavam alguns dias presas.

A questão da adoção de um nome feminino constitui uma das principais etapas no processo de transformação de gênero. Tomar para si um novo nome equivale a cunhar uma nova identidade, começar uma vida quase do zero, apagando os rastros do passado em que um corpo masculino era percebido, por vezes, com ansiedade e desgosto. Estrategicamente, algumas travestis têm mais de um nome feminino, empregado conforme a situação. Dessa forma há os nomes usados na prostituição ou batalha, os usados no meio artístico e ainda o nome de registro civil.⁴ Pensamos que a ocultação do nome de registro civil também pode ser uma estratégia para dificultar a perseguição e a ficha na polícia. Além disso, muitas vezes, há também o desejo de quebra do vínculo familiar. O escritor Leopoldo Serran, em sua obra ficcional publicada em 1979, intitulada *Shirley: a história de um travesti*, numa certa passagem em que Shirley é detida pela polícia juntamente com outras travestis, vê-se a questão dos nomes. O delegado Lustosa pede a Ademir, o investigador, para o mesmo tomar os nomes de todas as travestis que estão na sua sala:

ADEMIR

(todo animado)

Isso é mole, Lustosa. Essa aqui é a Shirley, essa é a Hildegaard, essa é a Jacqueline...

DELEGADO

(impaciente)

Ademir! Eu disse o nome... o da pia batismal, entendeu?

⁴ Para as travestis a escolha e a adoção de um nome feminino, se configura como uma das principais etapas do processo de construção de gênero, para se auto-representarem em substituição ao nome de registro civil. Essa prática é analisada por alguns autores como sendo uma espécie de segundo batismo. Ver: (BENEDETTI, 2005, p. 49).

ADEMIR

Certo, Lustosa...

(dando um misto de tapa e carinho no rosto de Shirley)

Diz o teu nome verdadeiro ali pro doutor, beleza...

[...]

DELEGADO

(pegando uma carteira de identidade que está em cima da mesa)

Rodrigo Alencar... quem é? Silêncio geral como resposta. O delegado não se zanga com isso. Olha a fotografia na carteira. É um menino com cabelo cortado a reco e um bigodinho. O delegado começa a correr os olhos por todos os travestis. Os rostos não têm nada a ver com o retrato (SERRAN, 1979, p.42-44).

Quanto à visibilidade na imprensa, as travestis em geral só tinham espaço quando sofriam ou praticavam algum ato de violência geralmente envolvendo conflitos e brigas com clientes, amantes e a polícia. Foram raros os momentos em que esses sujeitos falaram, tiveram voz na imprensa; a imprensa é quem falava por eles, retratava-os com as cores mais diversas. A obra de Neuza de Oliveira sobre as travestis do Pelourinho (Pelô), em Salvador na Bahia, no início dos anos 80, pode-nos oferecer alguns caminhos para compreender porque as páginas policiais seriam um território midiático “propício” para as travestis na década de 1970:

O fato de grande parte *dos travestis* [grifos nossos] do Pelô realizarem a prostituição de rua os colocam em situações diversas de confronto com a lei, com a ordem, com os maus clientes e com a exposição pública do rechaço social, gerando situações de violência, desta forma, aparecem mais freqüentemente nas páginas policiais do que na crônica de variedades e costumes (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

A prática profissional da prostituição era um dos principais temas associados às travestis. Não estamos dizendo com isso que ser travesti é sinônimo de sexo pago, muito menos pretendemos fazer algum tipo de juízo de valor sobre a prostituição. Mas é inegável que para estes sujeitos se torna muito mais dificultoso se inserir no mercado de trabalho em busca das profissões ditas “comuns” como balconista de loja, bancária, motorista, professora, etc. O preconceito e a hostilidade social são fortes o

suficiente para relegar às travestis profissões como cabeleireiras, esteticistas e no mais das vezes, a negociação de seus serviços sexuais. Na década de 1970, as chances de uma travesti ingressar numa carreira distinta destas, era deveras remota! A respeito disso, a antropóloga Cecília Patrício ao analisar a travestilidade no Recife e na Espanha, no começo dos anos 2.000, comenta:

Elas sofrem de injustiça cultural pelo estigma do trabalho que realizam, trabalho de *putas* [grifos da autora], o que faz com que muitas se sintam discriminadas não apenas pela atividade que exercem, mas pela forma como são visivelmente reconhecidas e retratadas, digamos, destratadas. Porque não são garotos de programa, nem outra atividade que seja reconhecida como masculina, mas também não necessariamente conseguem assumir uma atividade considerada feminina que não seja a mais discriminada de todas, a prostituição. Embora haja casos significativos que provam mudança em termos de acesso ao reconhecimento e mobilidade social (PATRÍCIO, 2008, p. 36).

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira presenciou o crescimento da prostituição, principalmente nos centros urbanos onde vários elementos indicam o porquê da emergência das travestis nesta atividade:

Se a oferta cresce é porque se supõe também que aumentou a preferência masculina por este tipo de prostituição. Crescimento que pode ser entendido num processo mais amplo de todo um investimento consumista na liberação sexual, especialmente no que se refere ao exercício da homossexualidade.

Por outro lado é sabido que as principais cidades brasileiras caracterizam-se por uma alta densidade demográfica e um alto índice de desemprego. A prostituição é de há muito uma alternativa de trabalho (OLIVEIRA, 1994, p.80-90).

Os anos de 1970 parecem se caracterizar como sendo um novo momento de visibilidade para as travestis. Sobretudo, no que concerne ao exercício da prostituição marcada pelo aumento da demanda de clientes nas principais cidades brasileiras. Seria a quantidade de travestis que aumentou devido à demanda de clientes ou seria o inverso? Ou ainda, ambos os casos de forma recíproca? O fato é que, como apontou Neuza de

Oliveira, no trecho citado acima, era um fato corriqueiro, cada vez mais comum encontrar esses novos caminhantes nas nossas metrópoles. E essa não parece ser uma opinião isolada. O jornalista e ativista João Silvério Trevisan em suas memórias, ao recordar a respeito de sua volta ao Brasil no ano de 1976, após um período de exílio “voluntário” nos Estados Unidos e no México, observou com certo espanto a quantidade de “seres siliconados”, maquilados e enfeitados que teriam se proliferado pela capital paulista e em outras cidades do Brasil:

[...] o que eu via no meu regresso ao Brasil era um fenômeno público coletivo. Delicados ou dragões, maquilados, perfumados, com bundas e seios imensos, os travestis brasileiros faziam ponto na rua, visando chamar a atenção para atrair clientes. A ausência de timidez em sua postura evidenciava-se no tamanho de seus vestidos, que deixavam generosamente à mostra seus atributos “femininos”. Havia um outro dado fundamental: se existiam homens prostitutos era porque haviam clientes – mais discretos, claro, mas em número proporcional ao sucesso dos travestis ao mercado. Ninguém sabia quem eram e de onde tinham aparecido esses homens misteriosos que pagavam para fazer sexo com homens-mulheres. As pessoas que passavam pelo centro, vindas de todos os pontos de São Paulo, olhavam entre boquiabertas e fascinadas aquelas putas escandalosas, de voz grossa, traços geralmente mais duros e pés grandes, assediadas por carros que paravam e acertavam o preço. Mas não era só em São Paulo. Tratava-se de um fenômeno recorrente nas grandes cidades brasileiras, como pude comprovar (TREVISAN, 1986, p.75).

Quanto a isso, é bastante significativo o depoimento de Dona Severina Ferreira Lopes, ou simplesmente Mãezinha, proprietária de um “puteiro” ou pensão “alegre” no Bairro do Recife, na década de 1970. Na realidade, Mãezinha já mantinha essa pensão desde meados da década anterior, mas agora estaria substituindo as mulheres por travestis, haja vista ser um negócio mais rentável. Como ela mesma disse ao jornal *Diário da Noite*: “eles [as travestis] dão mais dinheiro que as mulheres, pois são mais interesseiros, e se esforçam para arrumar homem mais que as mulheres” (*Nigth and Day: prostituição homossexual, Diário da Noite*, Recife, quinta-feira, 11/06/1979, p. 07). Os discursos sobre a prostituição

não pretendiam necessariamente interdita-la, proibi-la, mas normatizá-la, discipliná-la e confiná-la num espaço específico, a fim de limpar visual e moralmente o centro do Recife. Esse desejo de normatização parece constatar que as bonecas estavam, realmente, se espalhando pelas principais artérias da cidade.

O sexo passa a entrar na pauta da gestão urbana, geri-lo era o mote, enquadrando-o justamente no pensamento do teórico Michel Foucault quando diz: “... cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”(FOUCAULT, 1988, p. 30-31). Até porque a capital pernambucana nesse período em sintonia com outras cidades do país, vivia uma atmosfera de modernidade, de renovação: era o novo tentando apagar ou ocultar desejos e imagens ligadas à decadência e a um dado passado, como teoriza o historiador Luis Manuel Domingues:

A modernidade em andamento na cidade do Recife já se havia operado para uma parte de seus habitantes pelo menos para os setores médios ávidos por ascensão social e *status*[grifos do autor], uma identificação psicológica e afetiva, racionalmente justificável, com determinados projetos de sociedade, estilos de vida, formas de comportamento, de conforto, processo de bem-estar material e reconhecimento e prestígio social. (NASCIMENTO, 2004, p. 298).

Essa modernidade estaria intimamente ligada ao estabelecimento de novas territorialidades cidadinas. Os antigos espaços conhecidos como “zona do baixo meretrício”, notadamente aqueles localizados próximos a zona portuária do Bairro do Recife era o lugar ideal para confinar as prostitutas, as bonecas, os michês (garotos de programa) e toda uma miríade de personagens que acompanham essas categorias como o malandro e a cafetina.



Fig. 01 - Homem em um fusca sendo abordado por três travesties (ou bonecas como se falava no período) numa das ruas do Recife. Fonte: **Diário da Noite**, Recife, sexta-feira, 12/01/1979, 1º Caderno, p.03.

Os jornais do período dão conta de que as autoridades policiais eram constantemente solicitadas para que as mesmas tomassem algum tipo de providência sobre os atentados contra a moral das famílias do Recife. Era preciso que o ofício da prostituição fosse afastado dos olhos dos mais conservadores e da elite, para ser confinado num território específico, uma zona de meretrício, de preferência o boêmio e portuário Bairro do Recife, atual Recife Antigo:

O delegado de costumes concedeu o prazo de três dias para que as cafetinas que mantêm bordéis na Avenida Conde da Boa Vista e ruas adjacentes se mudem para a Rio Branco. Após, não aceita desculpas, ele determinará o fechamento de todas as casas de tolerância. Agentes de costumes detiveram ontem no centro da cidade cinquenta prostitutas que faziam o “trottoir” levando-as a presença do delegado Lamartine Corrêa. As mulheres foram cadastradas e permaneceram 40 minutos detidas. Saíram com a advertência de que se forem apanhadas novamente serão colocadas ao xadrez. *Cafetinas têm 3 dias para deixar centro da cidade*, **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 02/08/1974, Caderno I, p. 12.

A Avenida Conde da Boa Vista está situada no movimentado e comercial Bairro da Boa Vista, lugar de grande circulação de transeuntes e de automóveis. Nesse tempo já era um local caracterizado por manter um

forte comércio formal, escolas, faculdades, etc. Não parecia combinar nem um pouco com a presença de prostitutas e travestis. Daí o discurso de higienização das ruas desse bairro. Já a Avenida Rio Branco, localizada no Bairro do Recife, parecia ser o lugar ideal para se confinar as profissionais do sexo e tudo o mais que fosse desagradável para a moral vigente.

A ambiguidade materializada nos corpos das travestis, muitas vezes as deixava no centro das atenções como sujeitos envoltos em mistérios. Podemos exemplificar isso através de uma reportagem do *Diário da Noite*, de 13 de março de 1970, quando um grupo de bonecas foi detido e causou o maior alvoroço na Delegacia de Plantão. A reportagem não explica o motivo da detenção. Só fala que a pensão onde residiam as bonecas tinha sido fechada por determinação da polícia. Inclusive a dona do estabelecimento, Paquinha, também era uma boneca. Ela e suas inquilinas chamaram bastante atenção dos policiais. Principalmente por uma figura dúbia chamada Maria Homem. (*As bonecas, Diário da Noite*, Recife, sexta-feira, 13/03/1970, Cidade Nua, s.p.) Notemos que o próprio nome “Maria Homem” sugere a idéia de masculino e feminino ao mesmo tempo num só corpo, um corpo que seria biologicamente assentado naquilo que compreendemos como sendo de um homem, mas em contrapartida a sua estética e sua subjetividade seriam assentadas sob os signos daquilo que atribuímos às mulheres. Aí talvez esteja a principal marca de ser travesti: corrigir os signos que possam denunciar a sua natureza (SILVA, 1993). A atenção despertada por Maria Homem pode indiciar o estranhamento e a ambiguidade representada pelos corpos das travestis, algo como mulheres inventadas, modeladas e retocadas o tempo todo.

Todavia, o feminino das travestis é um feminino próprio, fluído entre o gênero masculino e o feminino, entre o “se sentir mulher” e o “ser mulher” (BENEDETTI, 2005). É tanto que, na ocasião, Maria Homem parece borrar as fronteiras de gênero e confundir os agentes da polícia, para quem a cela dos homens não parecia adequada para alguém tão parecida com uma mulher, haja vista que, no período em tela, as técnicas de feminização do corpo não eram sofisticadas como as atuais, e as travestis eram mais

facilmente diferenciadas das mulheres. Daí, qualquer uma que se assemelhasse em demasia com uma mulher era objeto de interesse e curiosidade.⁵ É exatamente no corpo que elas investem nas transformações para exibirem, muitas vezes, após árduos procedimentos, os signos da feminilidade, as marcas que as possam destacar o máximo possível no meio de outras travestis e ao mesmo tempo integrá-las e invisibilizá-las o máximo possível no meio das mulheres.

É ainda no corpo que são emitidas determinadas linguagens através de uma gramática própria ostentada pelo tamanho do vestido, pela cor dos esmaltes e do batom, pelo rebolado mais lânguido ou sensual dependendo do momento, pelo passar das mãos nos cabelos, enfim, por todo o processo de montagem e *performance* que estes sujeitos empreendem. Voltando ao nosso caso, por isso Maria Homem se destacou tanto, por ser tão parecida com uma mulher.

⁵ Hoje as técnicas de transformação corporal por que passam algumas travestis são tão sofisticadas, que muitas podem se passar tranquilamente por mulheres. Atualmente, inclusive, há um quadro televisivo no Programa do Ratinho, no SBT, em que são perfiladas lado a lado travestis e mulheres. A brincadeira consiste em o telespectador telefonar ao vivo para o programa e tentar adivinhar quem é “homem” e quem é mulher de “verdade”. Ganha o prêmio quem acertar a ordem. O detalhe é que dificilmente os telespectadores conseguem acertar quem é quem, ficando, quase sempre, o prêmio acumulado. E de fato há algumas travestis que são extremamente femininas!

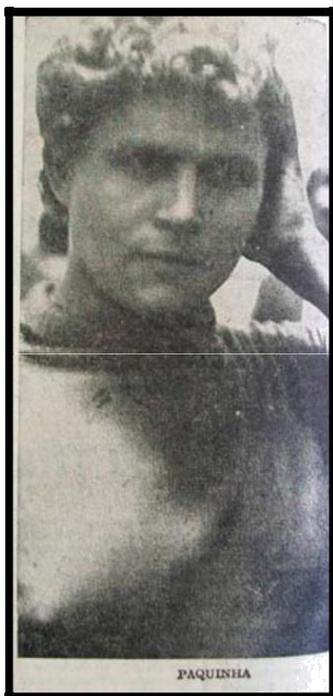


Fig. 02 - Foto de Paquinha, a boneca (travesti) que era dona da pensão em que a boneca (travesti) Maria Homem morava com outras inquilinas. Fonte: BARBOSA, M. *As bonecas*, **Diário da Noite**, Recife, sexta-feira, 13/03/1970, Cidade Nua, s.p.

Provavelmente até a voz da nossa personagem deveria esconder ou encapar a sua identidade biológica. Mas ela, ao ser interrogada esclareceu como modelou seu corpo e expôs seu “segredo” para os agentes da polícia:

As “bonecas” chegaram de bolo na Delegacia de Plantão, cada uma protestando mais. Estavam na pensão de Paquinha na Rua do Bom Jesus, fechada por determinação da polícia. Quem mais chamava atenção era “Maria Homem”, por que suas formas eram mais femininas do que de homem. A curiosidade era geral a seu respeito e, depois de bastante assédio, Maria Homem terminou explodindo.

- É por isso que nem gosto de sê home! Ou raça chata de sê!

Mas ninguém deixou Maria Homem em paz. Ninguém entendia porque tinha determinadas formas femininas bastante acentuadas e os mais curiosos perguntavam na cara:

- Afinal, quem és? Respondia:

- Adivinha, bofe...

Um policial pôs o problema:

- Afinal, te declara! Agente tem de sabê se coloca tu no xadrez de mulheres ou de homem!

- Ah... eu prefiro de homem, né...

- Vai logo! Me prende lá, logo!

- És então... do sexo masculino?

- Sou.

- E por que... por que essas formas aparentes de mulher...

! Xô, burro tapado! Carreguei demais nas doses de hormônio. Tá bom, entendeu, bastou? Agora me chuta lá, pro meio da cambada de hôme. (**Diário da Noite**, Recife, sexta-feira, 13/03/1970, Cidade Nua, s.p.)

Em relação ao poder e domínio sobre o nosso próprio corpo, concordamos com Foucault, para quem ao longo das últimas décadas o sexo tornou-se objeto de disputa pública entre as instâncias do Estado e o indivíduo. (FOUCAULT, 1988) Essa relação é bastante problemática, pois se cada indivíduo é, em tese, dono do seu próprio corpo, as convenções sociais impõem dados limites morais e éticos para as *performances* desses corpos. Sendo que esses limites são estabelecidos pela cultura e pelo momento histórico. As travestis, ou melhor, as bonecas na década de 1970, pelo menos na cidade do Recife poderiam ser presas simplesmente sob a alegação de estarem em “atitude suspeita” ou estarem ofendendo e atentando contra “a moral e os bons costumes”. Mas não podemos descartar o domínio que elas tinham sobre os seus corpos. Isso porque enquanto o delegado e os agentes da delegacia, mesmo em tom de brincadeira e chacota evidenciavam a sua curiosidade e admiração por um homem/mulher, Maria Homem de certa forma confirma essa concepção de micropoder, pois parece se vangloriar pelo saber que mantinha sobre o seu corpo, enquanto ludibriava a sociedade com a sua aparência e *performance* de gênero cambiantes.

O caso de Maria Homem é um exemplo emblemático da “desobediência” de gênero que as travestis parecem empreender no imaginário social. Isso porque os papéis de gênero são naturalizados, são pensados em termos de anatomia, sob aspectos biológicos do ser macho e ser fêmea, em

ter um pênis ou uma vagina. Tudo que fuja a essa regra é pensado como sendo um equívoco no curso normal da natureza. Nesse sentido, essa naturalização dos gêneros faz daqueles que se diferenciam seres rebeldes, subversivos, anormais, deslocados, desconformes com seus corpos e desejos. As travestis seriam seres estranhos que estão a todo o tempo promovendo um contínuo e insistente processo de transformação anatômica dos quadris, das nádegas, do busto e do rosto através de hormônios e silicone (OLIVEIRA, 1994).

Há uma espécie de matemática em que estes sujeitos procuram subtrair os signos da masculinidade e adicionar os símbolos da feminilidade. Indo estas transformações, para além do físico, a subjetividade dessas pessoas passa a ser focada e modelada de acordo com os modelos femininos vigentes. Isso não significa que as travestis querem ser mulheres, ou arremedar mulheres. Inclusive é comum muitas dizerem que têm a alma feminina.

Era bastante comum os jornais veicularem notícias de escândalos nas vias públicas envolvendo acintes entre bonecas e transeuntes. Neste caso, a polícia em geral, punia apenas as bonecas e o jornal mantinha em sigilo a identidade do outro envolvido. É como se a partir de um estigma original (ser boneca) se desdobrassem determinadas imperfeições de caráter (golpista, ladra, falsa, etc.) relacionadas entre si (GOFFMAN, 1988). Sobre isso, numa noite de fevereiro de 1975, a polícia levou para a delegacia, Aldenor Lúcio da Rocha, mais conhecido como Marly ou Lili. Era uma boneca residente numa “pensão alegre”, na Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife. Lili foi presa porque discutiu com um cliente que queria a todo custo praticar atos “libidinosos” na via pública com ela.

Mesmo quando Lili alegou ao delegado que discutiu porque ela (forçada pelo cliente) não se prestava a esses papéis (relações sexuais) no meio da rua, foi presa. Por outro lado, não aconteceu nada com o cliente, pois nem ao menos teve a sua identidade revelada pelo jornal:

A Delegacia de Plantão estava com pouco movimento, na segunda-feira à noite, quando de repente, estacionou um “au-au” e desembarcou o travesti Aldenor

Lúcio da Rocha, mais conhecido como “Marly”, ou “Lili”, residente numa pensão alegre da Avenida Rio Branco, 245, 1º Andar. Ele fora preso nas imediações da Faculdade de Direito, porque brigou com um “paquera” que queria a todo custo praticar atos libidinosos com “ela” no local. “Lili”, que insistiu em frisar ao delegado José Batista Golveia, que não se passava para esses papéis na via pública. ((*Travesti discute e briga com “paquera”*, **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 13/02/1975, Caderno I, p. 15.)



Fig. 03 - Lili na delegacia após discussão com um paquera. Fonte: **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 13/02/1975, Caderno I, p. 15.

A Delegacia de Costumes era um dos principais órgãos responsáveis por coibir a livre circulação das travestis, mesmo nos eventos tidos como sendo mais liberais como o Carnaval. Parecia haver um temor de que os perigos de subversão da ordem fossem potencializados. Por isso concordamos com a historiadora Marcília Gama quando diz que na história dos dispositivos de segurança pública, “em épocas diferentes surgem alvos distintos, objetos diferenciados de intervenção da polícia, para os quais se voltam com mais intensidade na tentativa de manter a ordem”. (SILVA,

2007, p.179). Ou seja, não era unicamente o exercício da prostituição que ofendia os costumes da sociedade do Recife, era também a aparição pública de sujeitos cuja sexualidade cambiante burlava as leis da natureza ao desejarem outros homens e, ainda por cima, violavam as regras sociais ao vestirem roupas e usarem acessórios femininos (PERLONGHER, 1987).

Conhecidas como bonecas, o fato é que foi durante a década de 1970 que elas parecem ter ganhado os territórios da rua e das páginas dos jornais (sobretudo policiais) do Recife. Longe de afirmarmos que todas as travesties eram perseguida e estavam destinadas ao ofício da prostituição, enfatizamos este aspecto e o preconceito por parte da Imprensa para mostrarmos um pouco do cotidiano difícil em que viviam estes sujeitos.

Referências

- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1988.
- MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Neuza Maria de. **Damas de Paus**: o Jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). **Ordem & Polícia: controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX**. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

Teses

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969 - 1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife, e o Romance: A Rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. 448 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No truque**: Transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Para além dos muros da universidade: estudantes e professores da UFPE nas Diretas Já!

*Thiago Nunes Soares*¹

Diante do fim do bipartidarismo (1979), da aprovação da lei da anistia (1979), das eleições diretas para quase todos os cargos políticos em 1982, da crise do Estado em promover o desenvolvimento do capitalismo e intermediar os anseios da população, do desgaste do regime, da dívida externa do país, das experiências políticas e eleitorais nas universidades, como foi o caso das eleições para reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1983; e da crescente oposição social nessa conjuntura, ganhou força a campanha nacional pela liberdade de escolher, por via direta, o presidente da República, situação que não ocorria desde o início da ditadura².

A luta pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, pela Câmara Legislativa Federal, foi um dos pontos-chave da campanha, lançada oficialmente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador pedagógico do curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), instituição onde se graduou. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi professor substituto do Centro de Educação (2012-2014; 2016-2018). Atualmente, também é avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC; professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenador da Licenciatura em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA) e docente do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Apriis, 2018), entre outros livros e artigos nos campos da História e Educação. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>.

² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Fundo nº 29835. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 432, de 23 de novembro de 1983, originário do DPF-PE. BERTONCELO, 2007, pp. 76-77. RODRIGUES, 2003, pp. 16-17. SOARES, 2018.

em Goiânia, no dia 15 de junho de 1983, durante um comício com cerca de 5.000 pessoas. O evento estruturou-se de maneira cautelosa e discreta, sob os embates internos dos organizadores. Desde então, a campanha ganhou força e visibilidade nacional (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 165). Segundo Lucília Delgado, este foi o maior movimento cívico-popular do Brasil republicano, quando os espaços públicos foram relevantes para ecoar as vozes de milhões de pessoas em defesa da democracia. A bandeira foi plural, despersonalizada e abrangeu diversos segmentos sociais e partidos políticos (DELGADO, 2007, pp. 413-415). Em face desse cenário, analisamos a atuação dos professores e alunos da UFPE nas manifestações e debates políticos.

Foram realizados diversos atos, comícios e passeatas em Pernambuco. Alguns com grandes dimensões mobilizaram milhares de pessoas, enquanto outros, centenas e dezenas. Os maiores foram organizados antecipadamente, perante a necessidade de maior articulação com segmentos de diferentes partes do país. Os menores, intitulados geralmente de comícios relâmpagos, foram mais rápidos e simples de serem realizados e relevantes para a obtenção de apoio da população.

Segundo agentes do Departamento de Polícia Federal de Pernambuco (DPF/PE), em 20 de novembro de 1983, houve a convenção estadual do PMDB, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, com cerca de 400 pessoas. O evento foi presidido pelo ex-deputado federal Fernando Coelho e contou com a participação de vários políticos profissionais, como: o vereador Pedro Laurentino (ex-militante do Diretório Central dos Estudantes [DCE] da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE), o suplente de deputado federal Edval Nunes da Silva Cajá (ex-militante de Ciências Sociais da UFPE) e o senador Cid Sampaio. Também estiveram presentes Paulo Roberto Miranda, integrante do Setor Jovem do PMDB; Fernando Barbosa, presidente do DCE/UFRPE e Marcelo Medeiros, membro do DCE/UFPE.

Nesse evento, todos os oradores reivindicaram a realização de eleições diretas para presidente da República, o retorno do Estado de Direito,

mudanças econômicas e políticas e denunciaram a miséria e a fome no país, responsabilizando-as aos dirigentes governamentais. Como pudemos ver, houve a participação de egressos do movimento estudantil da UFPE nas discussões da conjuntura política, articulando-se com o PMDB para se organizarem e lutarem em defesa das liberdades democráticas³.



Imagem 1 Showmício da cantora Fafá de Belém, em Olinda, em 5 de janeiro de 1984, pelas Diretas Já. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 06/01/1984, Capa.

A campanha pelas Diretas em Pernambuco foi lançada no Pátio do Mosteiro de São Bento, em Olinda, durante o showmício com a cantora Fafá de Belém, na noite de 5 de janeiro de 1984, contando com a participação de 15.000 a 20.000 pessoas⁴ (imagem 1). Fafá de Belém, uma das cantoras mais populares do Brasil, participou ativamente da campanha pelas Diretas, ao estar presente em diversas manifestações no país. Um dos pontos-chave da sua presença era a sua interpretação do hino nacional, rendendo, em 1985, a gravação do LP *Aprendizes da esperança*, um sucesso de vendas (GRINBERG, 2014, p. 37).

³ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Fundo nº 29835. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 432, de 23 de novembro de 1983, originário do DPF-PE.

⁴ LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 340 afirmaram que foram 15.000 presentes. Enquanto Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, de 06/01/1984, Capa e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 06/01/1984. Capa, um público maior que 20.000.

A escolha do espaço expressou o apoio da Igreja Católica à campanha. Localizado no sítio histórico, o Pátio do Mosteiro de São Bento foi um local estratégico, devido à centralidade e facilidade de acesso. Esses fatores possibilitaram a sua lotação, além do interesse da população de participar da mobilização em defesa da democracia. Segundo a imprensa local, foram marcantes as presenças de lideranças nordestinas do PMDB e de uma grande concentração de jovens. Situação interpretada por nós como uma significativa participação estudantil articulada com esse partido oposicionista à ditadura⁵.

Conforme registrou a fotografia de Maurício Coutinho (imagem 1), não houve um comício propriamente dito, sendo utilizado um palco, em vez de um palanque. A publicação desse documento na capa do *Diário de Pernambuco* expressou a visibilidade e dizibilidade do evento, cujos discursos da sua legenda e das matérias publicadas pelo periódico foram positivos, por não criticarem a manifestação, apresentada de maneira pacífica.

Segundo o verbete temático do CPDOC/FGV, “a cobertura dada pelo *Diário de Pernambuco*, ainda temendo represálias por parte da censura oficial do regime militar, manteve-se relativamente discreta, considerando a campanha [das Diretas Já] como mais um dos eventos políticos do período”⁶. Durante a realização do showmício que teve a duração de cerca de duas horas, um ato foi simbólico (provavelmente o momento capturado pela imagem 1):

Pouco antes de encerrar o show – assistido por gente acomodada até por cima das casas próximas, Fafá de Belém agachou-se, apanhou uma pomba branca que estava presa numa caixa e, virando-se para o público, soltou a ave, num gesto aplaudidíssimo, repetindo a atitude memorável do senador Teotônio Viela em uma concentração popular⁷.

⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 07/01/1984, Política, p. 2.

⁶ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diario-de-pernambuco>>, acessado em 7 jun. 2020.

⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 07/01/1984, Política, p. 2.

Um dos objetivos do evento foi uma homenagem póstuma ao senador Teotônio Vilela, um dos líderes da campanha, pois durante a realização do showmício, Fafá de Belém repetiu um gesto desse político, pensado para gerar um efeito simbólico, por ser uma referência à conquista da liberdade, em face do autoritarismo do Estado ainda vigente, buscando uma interlocução com a população, para mobilizá-la. Dessa maneira, nesse ritual o corpo da cantora foi investido por um poder-saber político (FOUCAULT, 2007) e outros atos e comícios ocorreram posteriormente, com o crescimento das lutas.

Segundo agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE), em 18 de janeiro, ocorreu um comício relâmpago nas imediações das Lojas Americanas, localizada próxima à sede do DCE/UFPE. A ação contou com a participação de membros desse diretório, dos políticos Cajá, Roberto Freire, Marcos Freire, Mauro Ferreira Lima, Edson Miranda, Luiz Barros Leite e de integrantes da Federação das Mulheres, reunindo aproximadamente 100 pessoas. Além de defenderem eleições diretas para presidente, criticaram o governo pelos problemas do custo de vida e pela crise econômica⁸.

Destacamos que nem todos os comícios programados foram efetivados, a exemplo dos que ocorreriam em 20 de janeiro de 1984, em Recife, nos bairros de Beberibe, Santo Amaro, Casa Amarela e no Cais de Santa Rita. Especificamente sobre esse de Casa Amarela, ele foi substituído por outra estratégia de luta: durante uma hora, circulou nesse espaço um carro-propaganda, onde o locutor convidou a população a votar pelas eleições diretas e pela legalização do PCB. Nas cédulas de votação distribuídas para a população tinham três perguntas: “1. Você é favorável às eleições diretas para presidente da República? 2) Se a eleição fosse hoje, você

⁸ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial nº 04, de 23 de janeiro de 1984, originário da SSP/PE.

votaria em quem? 3) Você é favorável à legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)?”⁹.

Esses comícios, que podem ser entendidos como uma estratégia de resistência, porque dificilmente seriam realizados no auge da repressão da ditadura, expressando a ampliação das possibilidades de luta nos espaços públicos, na medida em que os movimentos sociais pressionaram o governo para a abertura dos mesmos. O ato de 20 de janeiro de 1984, em Casa Amarela, também buscou criar um clima de participação democrática na população, simbolizando um momento de votação e envolvendo o eleitor no debate sobre a legalização do PCB, perante a criminalização dos partidos e das organizações comunistas no período.

De acordo com agentes da Polícia Militar de Pernambuco (PM/PE), em 17 de fevereiro de 1984, ocorreu uma passeata que saiu da frente do prédio da Faculdade de Direito do Recife (FDR), no Parque Treze de Maio, centro do Recife, em direção à Praça da Independência. Pontos de constantes protestos políticos, esses foram espaços estratégicos, porque ficavam próximos à sede do DCE/UFPE e o trajeto e tempo de duração eram curtos, diminuindo as chances de repressão policial. A passeata ocorreu das 16:30h às 17:20h, tendo como ápice o comício com cerca de 8.000 pessoas¹⁰, quantitativo expressivo. Além de uma simbologia política, o momento teve uma concepção festiva e popular, pela presença de faixas representativas de diversos partidos políticos e de orquestras de frevo durante o percurso em defesa das Diretas Já¹¹.

Entre os participantes identificados, destacamos as deputadas federais Bete Mendes (Partido dos Trabalhadores[PT]/SP) e Cristina Tavares (PMDB/PE); Leila Guimarães de Abreu, deputada estadual (PMDB), militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e presidenta

⁹ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial nº 04, de 23 de janeiro de 1984, originário da SSP/PE. Cédula de votação anexa.

¹⁰ Quantitativo diferente do noticiado pelo Diário de Pernambuco de 18/02/1984, que estipulou a presença de aproximadamente 30.000 pessoas.

¹¹ Hemeroteca- APEJE. Jornal do Commercio, 18/02/1984, Política Local, p. 5.

da Federação de Mulheres de Pernambuco; o ex-líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, Humberto Costa (PT), Francisco Vitorio, da Comissão pró-legalização do PCB; José Rodrigues da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e João Paulo de Lima e Silva, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos¹².

Ao vigiarem essa manifestação, os policiais militares coletaram três materiais distribuídos para mobilizar a sociedade: o panfleto do PCdoB “Aos Trabalhadores! Ao Povo Brasileiro”, o “Manifesto dos grupos negros pelas eleições diretas” e o *Boletim* nº 5, do DA/FDR, expressando a pluralidade de grupos envolvidos com a produção e difusão de discursos próprios, constitutivos de suas identidades.

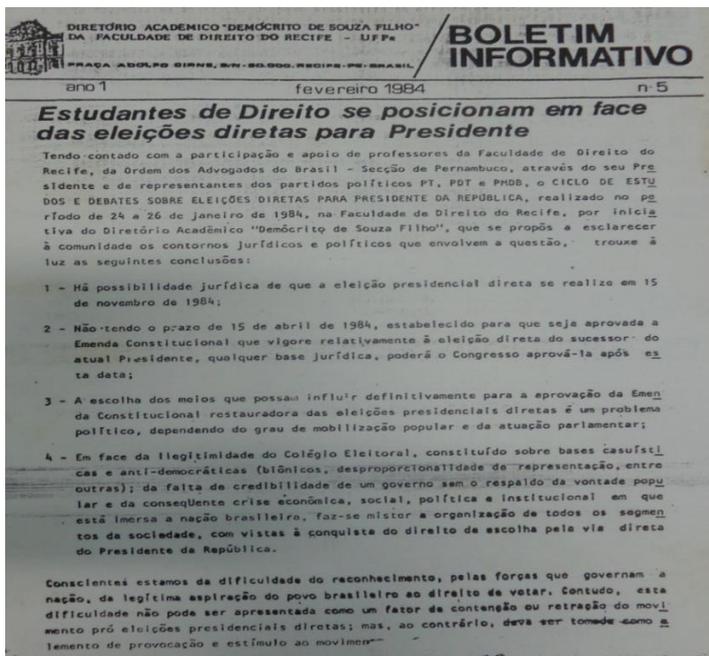


Imagem 2 Boletim informativo nº 5, do DA/FDR, produzido em 1984, em prol das Diretas Já! Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835.

¹² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 036/84, de 20/02/1984.

No que concerne especificamente a esse documento estudantil (imagem 2), verificamos que o *Boletim* foi produzido pelo Diretório Acadêmico (DA) Demócrito de Souza Filho da FDR, em fevereiro de 1984. Como esse foi o quinto exemplar no seu primeiro ano de existência, provavelmente houve mais de uma edição mensal. Não descobrimos maiores informações acerca da fonte, situação comum a diversas publicações discentes do período, pois muitas vezes elas tinham uma publicação incerta, às vezes uma única edição, sendo muito recorrente também a falta de recursos para produzi-las.

Acreditamos que esse tipo de comunicação discente pode ser concebido como uma prática cultural, em vista das características da sua escrita, da simbologia das palavras e da estética utilizada (MÜLLER, 2016, p. 75). O material gráfico é bem elaborado, com a presença de uma imagem da FDR, tipologias de fontes distintas e texto digitado. Ele tinha apenas uma página, um elemento facilitador para a sua reprodução em termos de tempo, custo, armazenamento e distribuição para a população.

Na publicação foi informado o posicionamento de estudantes de Direito quanto aos debates sobre a reivindicação de poder eleger o presidente da República, por via direta. Isso porque, entre os dias 24 e 26 de janeiro do corrente ano, foi realizado o “Ciclo de Estudos e Debates Sobre Eleições Diretas para Presidente da República” nessa instituição. O evento foi organizado pelos alunos do curso e contou com a cooperação de docentes, da Ordem dos Advogados Brasil de Pernambuco (OAB/PE) e de representantes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), PT e PMDB, buscando elucidar para a comunidade acadêmica as dimensões jurídicas e políticas sobre a temática. Em vista desse encontro, os alunos chegaram às seguintes constatações:

- 1 - Há possibilidade jurídica de que a eleição presidencial direta se realize em 15 de novembro de 1984;
- 2 - Não tendo prazo de 15 de abril de 1984, estabelecido para que seja aprovada a Emenda Constitucional que vigore relativamente a eleição direta do sucessor do atual Presidente, qualquer base jurídica, poderá aprova-la após essa data;

3- Em face da ilegitimidade do Colégio Eleitoral, constituído sobre bases casuísticas e anti-democráticas [sic] (biônicos, desproporcionalidade de representação, entre outras); da falta de credibilidade de um governo sem o respaldo da vontade popular e da consequente crise econômica, social, política e institucional em que está imersa a nação brasileira, faz-se mister a organização de todos os segmentos da sociedade, com vistas à conquista do direito de escolha pela via direta do Presidente da República¹³.

Verificamos a complexidade da conjuntura política e jurídica das possibilidades da sucessão presidencial. Os discentes buscaram apresentar-se enquanto sujeitos participantes dos debates, criticando o Colégio Eleitoral, ao associá-lo a discursos negativos: “ilegitimidade”, “bases casuísticas e antidemocráticas”, “biônicos” e “desproporcionalidade de representação”. Daí a luta pelas liberdades democráticas, a partir da defesa “da organização de todos os segmentos da sociedade”, para fortalecimento da bandeira das Diretas Já.

Nesse cenário, Marco Maciel, senador, ex-governador de Pernambuco e ex-líder estudantil do DCE/UFPE e da União Nacional dos Estudantes (UNE) lançou-se como um dos candidatos à presidência da República pelo Partido Democrático Social (PDS)¹⁴. No dia 20 de fevereiro de 1984, ele se reuniu em Recife, para realizar vários contatos políticos e avaliar o apoio recebido de convencionais dos estados onde estava fazendo campanha. Segundo o *Diário de Pernambuco*, ele recebeu o apoio de lideranças políticas de Pernambuco e de outras partes do país, como: Paraná, Santa Catarina e Alagoas.

Após uma rápida viagem a Brasília, o pernambucano tinha como programação dos próximos dias mais uma rodada de visitas ao Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Amazonas, Acre e Espírito Santo, expressando a força de sua articulação e liderança política na esfera nacional¹⁵. Em 17 de março

¹³ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 036/84, de 20 de fevereiro de 1984. Boletim informativo nº 5, de fevereiro de 1984, em anexo.

¹⁴ Fundado em 1980, para suceder a Aliança Renovadora Nacional (Arena), após o fim do bipartidarismo, em 1979. Sucessor direto da Arena, foi o partido que serviu de base para as lideranças políticas que apoiaram o governo militar.

¹⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 20/02/1984, Capa e Política, p. 3.

de 1984, Marco Maciel declarou à imprensa a defesa de que o Palácio do Planalto envie:

[...] uma mensagem ao Congresso Nacional restabelecendo o pleito direto, antes da votação da emenda Dante de Oliveira [...]. Ao mesmo tempo [...] o ex-governador de Pernambuco discorda [...] do governador Tancredo Neves, para quem a escolha do novo presidente pela via indireta vai se constituir uma fonte de inquietação para o País¹⁶.

A postura dele foi comum a outros políticos do PDS, pois em face da crise da ditadura e da crescente mobilização da população pelas Diretas Já, vários deles apresentaram-se como favoráveis à campanha, buscando legitimidade social e manutenção do poder. São notórios também os fervorosos embates de forças entre os políticos, a exemplo do existente entre Marco Maciel e outro candidato presidencial, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), opositorista ao governo.

De acordo com Alberto Rodrigues, nesse período havia três propostas diferentes para decidir quem seria o sucessor de João Figueiredo: *Ruptura*, com a possibilidade de serem viáveis as eleições diretas em 1984; *Continuidade*, pois a definição do presidente poderia ser realizada por meio de embates internos no PDS, em convergência ou não com a atuação de Figueiredo, com o ápice da decisão no Colégio Eleitoral; e *Negociação*, em vista da proposta de negociação entre lideranças do PDS e do governo com a oposição, sendo o Colégio Eleitoral responsável pela escolha (RODRIGUES, 2003, pp. 19-20).

Outra mobilização estudantil iniciou-se às 14:30h, do dia 28 de março de 1984. Segundo agentes da PM/PE, alunos da UFRPE reuniram-se na delegacia regional do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para protestar contra as más condições de funcionamento do Restaurante Universitário (RU). Como não houve nenhuma solução e nem negociação, os discentes saíram em passeata pelo centro do Recife, passando pela Rua do Hospício e Avenida Conde da Boa Vista, tendo como ponto final a Praça

¹⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/03/1984, Capa.

da Independência. O ato público começou às 17:00h e terminou às 18:40h, com aproximadamente 500 pessoas¹⁷.

Entre elas, destacaram-se Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE; Reinaldo Batista, presidente da Casa do Estudante Universitária da UFPE; Carmem Dolores Alves, presidente do DCE da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); Jeferson Lemos Calaça, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP); Dulce Elizabete da Costa Moreira, coordenadora de área I da UFPE; Eliane (os agentes da PM/PE não identificaram o seu sobrenome), integrante da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe); Paulo Rubem Santiago, secretário da Adufepe e militante do PT; Pedro Laurentino, vereador pelo PMDB, ex-estudante da UFRPE e ex-diretor da UNE e José Alves de Siqueira, secretário de assistência aos trabalhadores no sindicato dos metalúrgicos. Portanto, participaram lideranças políticas dos principais órgãos representativos estudantis pernambucanos, que receberam o apoio de outros segmentos sociais e de docentes ligados à Adufepe.

Inicialmente, ocorreu uma apresentação da peça teatral *O boi da educação*, simbolizando o diálogo entre cultura, arte e política na resistência estudantil. Posteriormente, os oradores criticaram os 20 anos da ditadura, a crise econômica, a escassez de verbas para o RU, exigiram eleições diretas para presidente da República e a legalização da UNE, do PCB e do MR-8. Ao final do ato, alunos retomaram a passeata, caminhando pela Avenida Conde da Boa Vista até a sede do DCE/UFPE. Nesse espaço de representação estudantil foi realizado outro ato: foi queimado um boneco como protesto contra as eleições indiretas e a fome.

Foram exibidas as faixas “FORA FIGUEIREDO E DELFIM, ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS JÁ”, “DIRETAS URGENTE, DE REITOR A PRESIDENTE” e “DEVOLVAM AS VERBAS DOS RESTAURANTES – UFRPE”, expressando a ânsia pelas liberdades democráticas na escolha do

¹⁷ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial s/nº, de 03 de abril de 1984.

presidente da República e dos dirigentes universitários e pela luta por mais recursos para os RUs. Ao final do evento, os manifestantes anunciaram o comício a ser realizado em 5 de abril, no Largo da Feira de Santo Amaro e a possibilidade de uma greve geral no dia 25 de abril¹⁸. O comício ocorreu conforme planejado, reunindo entre 50.000 e 80.000 pessoas, sendo a maior manifestação política pelas Diretas Já de Pernambuco¹⁹.



Imagem 3 Comício pelas Diretas Já, Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984. Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/04/1984, Capa.

A imagem 3 estampou a capa do *Jornal do Commercio*, periódico de grande circulação local, registrando, possivelmente, um momento em que os participantes expressaram o anseio de escolher o presidente da República, por via direta. Os discursos dos cartazes ressoaram esse desejo e a identificação com segmentos de esquerda: “DIRETAS OLINDA”, “BRIZOLA

¹⁸ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial s/nº, de 03 de abril de 1984.

¹⁹ 80.000, 60.000 e 50.000 segundo respectivamente RODRIGUES, 2003, p. 106. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. *Jornal do Commercio*, 06/05/1984, Capa.

NA CABEÇA” e “PCdoB”, havendo também o levantamento de cédulas eleitorais para simular o sufrágio presidencial.

Uma fotografia como essa dificilmente seria publicada na grande imprensa durante o auge da repressão, por dar visibilidade à atuação de um partido comunista em uma manifestação popular. Isso aconteceu porque a sociedade brasileira havia conquistado cada vez mais espaço nas ruas para expressar suas opiniões, lutar pelos seus direitos e exigir o retorno da democracia no país. A legenda da imagem “uma multidão raramente vista se reuniu no pátio da feira de Santo Amaro, para ouvir e aplaudir os oradores que defendiam diretas já para presidente” destacou o apoio da população. Chamou a atenção da publicação a “vibração dos jovens no comício das diretas”²⁰, expressando a força da atuação política discente.

Além do título, fotografia e legenda, o *Jornal do Commercio* noticiou o comício de forma positiva e empolgante em suas matérias, ressaltando se tratar de um evento familiar, lotado, animado, “protegido pela polícia”, com a participação de vários oradores e marcado por uma conotação cultural e festiva, com apresentação de emboladores²¹:

Às 22h de ontem, ainda continuavam a chegar ao local famílias inteiras, que se alojaram principalmente por trás do palanque, onde os oradores se revezavam na defesa da eleição direta para presidente da República. A esta altura, o pátio da feira estava completamente lotado, protegido por forte esquema policial. Havia muitas faixas, batucadas e muita animação. Antes de começar o comício, a multidão assistiu a uma apresentação de emboladores²².

O *Diário de Pernambuco* também deu destaque ao comício com uma matéria ressaltando a grande quantidade de participantes, um longo texto descrevendo o cotidiano da atividade e uma fotografia na capa (imagem 4), registrando a estrutura montada para o acontecimento: palanque,

²⁰ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/05/1984, Local, p. 5.

²¹ Artistas populares nordestinos, que a partir do som do pandeiro, elaboram versos rimados, métricos, improvisados e rápidos, baseados no cotidiano. As apresentações geralmente são muito divertidas e feitas em duplas, onde o parceiro deve improvisar uma resposta criativa e ágil.

²² Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/05/1984, Capa.

faixas, cartazes e iluminação do espaço, lotado por um muitos jovens e mulheres de diferentes idades e classes sociais.



Imagem 4 Comício pró-diretas no Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984. Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 06/04/1984, Capa.

Quanto ao posicionamento do *Diario de Pernambuco* sobre o fato, a sua narrativa salientou que ele ocorreu:

[...] com uma gigantesca concentração que reuniu, aproximadamente, 60 mil pessoas, reeditando o comício realizado em homenagem ao ex-governador Miguel Arraes, quando ele voltou do exílio, após ser anistiado. A manifestação começou por volta das 17h, com a apresentação de um teatro de mamulengo, ridicularizando o Colégio Eleitoral²³.

O jornal o apresentou com entusiasmo, destacando a presença de milhares de pessoas e lembrando como, nesse mesmo local, houve um comício de grande relevância social: o do retorno do ex-governador Miguel Arraes, após a aprovação da lei da anistia, em 1979. Também destacou como uma prática da cultura popular nordestina foi utilizada com fins políticos e de resistência social. A partir do teatro de mamulengo²⁴, foi

²³ Hemeroteca – APEJE. Diario de Pernambuco, 06/04/1984, Capa

²⁴ Fantoche típico do Nordeste do Brasil, principalmente de Pernambuco, utilizado desde o período colonial, quando eram retratadas cenas religiosas pelos missionários franciscanos, para catequese da população local. Ao longo do tempo, o teatro popular de bonecos que falam, dançam, brincam e brigam tem apresentado aspectos do cotidiano, geralmente em espaços públicos e com discursos divertidos.

encenada a conjuntura político-social vigente, ridicularizando o Colégio Eleitoral, responsável por definir se haveria ou não eleições diretas para presidente da República.

Conforme verificamos na pesquisa, os periódicos pernambucanos *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* apresentaram no conjunto de suas matérias um posicionamento de entusiasmo sobre as “vozes da cidade”, a participação das pessoas comuns nas pequenas e grandes manifestações públicas das Diretas Já em Pernambuco e em outras partes do Brasil, ressaltando os significativos números de participantes e os diferentes projetos políticos sobre a campanha. Situação diferente da prestigiada *Coluna do Castello*, publicada diariamente no *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1993, conforme problematizou a historiadora Lucia Grinberg:

[...] o que [Carlos] Castello [Branco] não registrou foram justamente as ‘vozes da cidade’, a experiência das pessoas comuns na participação em grandes comícios [...]. Em suas crônicas não há sinais de entusiasmo com as grandes manifestações públicas organizadas em várias cidades, muito menos de euforia nacionalista (GRINBERG, 2014, pp. 53-54).

Ainda quanto ao comício de 5 de abril de 1984, no Largo da Feira de Santo Amaro, dificilmente um fato como esse passaria despercebido pelos militares. Como estratégia de controle social, policiais do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) estiveram infiltrados no local, fotografando-o²⁵. De acordo com os agentes da PM/PE, o protesto começou às 19:30h e foi promovido pelo PMDB, em articulação com a UNE, DCEs, Alicerce da Juventude Socialista (AJS), Adufepe, Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco (Asufepe), Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire)²⁶, sindicato dos metalúrgicos e diversos partidos políticos: PT, Partido Comunista Revolucionário (PCR),

<<https://www.itaucultural.org.br/secoes/rumos/projeto-mamulengo-brasileiro-busca-preservar-a-memoria-do-teatro-popular-de-bonecos>>, acessado em 26 nov. 2019.

²⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 7085, Fotos Diversas (Marechal, Embaixadas). Data: 1970-1978. 431 documentos. Fotografia. Como em outros prontuários do DOPS-PE, a datação e as temáticas das fontes desse não seguiram exatamente a datação e a nomenclatura registradas.

²⁶ Atualmente, a Fafire é denominada como Faculdade Frassinetti do Recife.

MR-8, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e PCB, sendo a muitos deles atuantes na chamada ilegalidade²⁷.

O evento recebeu o apoio do prefeito de Recife (1983-1985; 1988-1990) Joaquim Francisco Cavalcanti (PDS), que “[...] cedeu o palanque, a iluminação, o sistema de som e 18 ônibus da Companhia de Transportes Urbanos para fazer o transporte da população” (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 470). Assim, houve cooperação de lideranças do PDS à campanha, pois vários políticos do partido transformaram as suas práticas e discursos, objetivando apoio social e eleitoral, novas redes políticas e continuidade dos mandatos, perante o crescimento das lutas pelas liberdades democráticas no país. Outro fato marcante para se pensar a adesão de lideranças do PDS à campanha ocorreu em 14 de fevereiro de 1984, no ápice das manifestações das ruas, quando Joaquim Francisco aderiu oficialmente ao movimento Diretas Já, juntamente com o vice-governador de Pernambuco Gustavo Krause, dois deputados federais e dezesseis deputados estaduais²⁸.

Entre as pessoas vigiadas pela polícia durante o comício de 5 de abril de 1984, destacaram-se: o ex-militante estudantil e suplente de deputado federal Cajá; José Alves de Siqueira, do sindicato dos metalúrgicos e Central Única dos Trabalhadores (CUT); os deputados federais do PMDB/PE Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos e Carlos Wilson e os deputados estaduais do PMDB/PE Sérgio Guerra, Luciano Siqueira e Hugo Martins. Também participaram do comício Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB; José Richa, governador do Paraná; o economista Celso Furtado; Dorany Sampaio, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; Hilton Resende Montes, coronel da PM e ex-candidato a deputado estadual pelo PMDB; os cantores Fafá de Belém e Alceu

²⁷ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 02, de 09 de abril de 1984.

²⁸ Hemeroteca - APEJE. Jornal do Commercio, 15/02/1984, Política Local, p. 5.

Valença; os atores Carlos Alberto Riccelli e Bruna Lombardi e o radialista local Geraldo Freire²⁹.

Dessa forma, políticos profissionais locais e de outros estados, intelectuais, egressos do movimento estudantil, artistas, um ex-militar e representantes da classe trabalhadora e da Igreja Católica militaram juntos em defesa das liberdades democráticas. Ao espionarem os discursos tecidos pelos vários manifestantes, os agentes de informação realizaram um levantamento das críticas à ditadura, à crise econômica e política e sobre as reivindicações em defesa das Diretas Já.

O comício foi encerrado por volta das 23:00h, quando os participantes cantaram o hino nacional iniciado pelo cantor pernambucano Alceu Valença, artista consagrado no cenário musical brasileiro que, ao longo da ditadura, teceu críticas ao regime com suas músicas, como foram os casos de *Bobo da Corte* e *Anúnciação*³⁰. Dessa maneira, o evento obteve uma simbologia política e festiva, conseguindo mobilizar milhares de pessoas poucos dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Como o início da votação da Emenda estava programado, em Brasília, para 25 de abril de 1984, organizou-se, em Recife, uma vigília cívica para esse dia, na Praça da Independência, divulgada amplamente pela imprensa local, expressando o apoio do *Diário de Pernambuco* à manifestação. Conforme verificamos na pesquisa, na medida em que aumentou a crise da ditadura, cresceu o apoio desse periódico às lutas pelas liberdades democráticas. Entretanto, isso ocorreu de forma sutil, durante uma narrativa descritiva dos fatos, sem posicionamento político contundente.

No dia anterior ao evento, o governador Roberto Magalhães (PDS), anunciou à imprensa: “[...] acredito que tudo se cumprirá dentro da ordem e da Lei, até porque Pernambuco é um estado onde não há

²⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 02, de 09 de abril de 1984.

³⁰ Hemeroteca - APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. Jornal do Commercio, 06/05/1984, Capa. <<https://revista.cifras.com.br/noticia/alceu-valenca-ditadura-podcast>>, acessado em 26 nov. 2019. <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/alceu-valenca-afirma-quase-ter-descartado-musica-anunciacao.phtml>>, acessado em 26 nov. 2019.

confrontos”³¹. O discurso dele buscou desnaturalizar e desmobilizar os protestos, associando-os à desordem e reforçando a possibilidade do uso de medidas legais para combater os inimigos da ordem ditatorial.



Imagem 5 Vigília cívica pelas Diretas Já na Praça da Independência, Recife, em 25 de abril de 1984. Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 26/04/1984, Capa.

A imagem 5 registrou a vigília na Praça da Independência (chamada popularmente ainda de Praça do Diário, por estar localizada em frente ao prédio onde funcionava o jornal) e foi mais uma fotografia sobre as Diretas Já que estampou a capa *Diário de Pernambuco*, cuja legenda indicou o seu entusiasmo: “A Pracinha do DP foi tomada por uma vigília cívica pelas diretas”, assim como o título da matéria associado à imagem: “Vigília no Recife teve bom público”.

Foram utilizadas várias faixas e cartazes de protestos do PCB, MR-8, PCdoB e Partido Revolucionário Comunista (PRC)³² e distribuiu-se fitas amarelas entre os presentes. O espaço ficou lotado, contando com participação de cerca de 4.000 pessoas, sendo marcante a atuação política de jovens pernambucanos, por meio de suas entidades representativas estudantis, do Setor Jovem do PMDB e da Juventude Socialista do PDT.

³¹ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 22/04/1984, Capa. 25/04/1984, Política, p. 4.

³² Partido diferente do PCR.

Programado pelo Comitê Pró-Diretas de Pernambuco, o evento contou com a participação de grupos de teatro universitário, emboladores e violeiros. A Rede Manchete planejou instalar dez aparelhos de TV no local, para fazer uma transmissão de Brasília, ao vivo, mas foi proibida pela censura à imprensa, sendo um registro de como o autoritarismo foi praticado ao longo do regime³³.

Ainda na tarde desse dia, segundo agentes da Aeronáutica, foi realizado um ato público nas imediações dessa praça, mais especificamente, na Rua Sete de Setembro, centro do Recife. O ato foi apoiado pelo DA de Ciências Sociais (não informaram de qual universidade), DA de Engenharia da Unicap, DCE/UFPE e por jovens militantes do PDT, PT e PMDB e conseguiu congregiar aproximadamente 200 pessoas³⁴.

Entre os presentes, os militares identificaram Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE e militante do PCdoB; Carlos Aguiar, do Setor Jovem do PMDB; “Bira”, do sindicato dos motoristas; Carmem Dolores Alves, presidente do DCE/Unicap; José Luís (os agentes não descobriram o seu sobrenome), representante da UNE; Maria das Mercês Medeiros de Araújo e Ricardo Esteves, acadêmicos de Engenharia Civil da Unicap e simpatizantes do PCdoB; Pedro Laurentino, vereador do PMDB e militante do MR-8; Ricardo Ramos Lima, aluno da Unicap e militante da AJS; e dos estudantes da Unicap e simpatizantes do PCdoB Diana Maria de Araújo (História), Geraldo (Direito) e Moisés (Sociologia), não sendo descobertos os sobrenomes desses dois últimos³⁵. A ausência dessas informações indica falhas na vigilância pelos militares.

Foi significativa a diversidade de partidos políticos que os universitários militavam, expressando a pluralidade de grupos e possibilidades de

³³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/04/1984, Capa. 24/04/1984, Capa. 25/04/1984, p. 2. 26/04/1984, Capa. 26/04/1984, Política, p. 8.

³⁴ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 221, de 09 de maio de 1984.

³⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 221, de 09 de maio de 1984.

militância estudantil, que apesar de algumas divergências ideológicas e de formas de lutas, mobilizaram-se em defesa de uma bandeira em comum. O ato foi relativamente rápido, encerrando-se às 17:00h, com uma hora de duração. No geral, os discursos dos oradores exigiram o fim da ditadura e a realização de eleições diretas para presidente, tendo os seus participantes saído em direção à manifestação da Praça da Independência, para integrá-la.

Apesar de algumas falhas na espionagem, os agentes da aeronáutica obtiveram informações para a vigilância dos líderes estudantis durante o ato, ao conseguirem identificar nomes completos, cursos e universidades onde estudavam, partidos que militavam, os discursos proferidos por eles e como organizaram o protesto. Além disso, coletaram cinco panfletos: um em forma de cordel, escrito por Francisco Julião, “a vontade do povo deve ser respeitada”, “sem luta não haverá diretas”, “Pernambuco direto para as DIRETAS” e “1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”. Afinal, ao infiltrarem-se nas manifestações, os agentes a serviço da ditadura estavam insatisfeitos com os rumos do processo político e buscavam apresentar-se como indispensáveis ao Estado.

Concomitantemente, a UFPE organizou uma vigília pelas Diretas Já, iniciada às 10:00h, do dia 25 de abril, na quadra coberta do Núcleo de Educação Física, com a participação de alunos, professores e servidores da instituição, que contaram com integrantes de suas entidades representativas: DCE, UEP, Adufepe e Asufepe. Por decisão da maioria dos docentes e estudantes, não houve aulas e os músicos, poetas, grupos de teatro, violeiros, cantadores contribuíram para que a manifestação tivesse uma simbologia artística, cultural e política. Nesse momento, a comunidade acadêmica também exigiu, urgentemente, eleições diretas de reitor a presidente da República e desenvolveu uma campanha salarial, que culminou, no mês seguinte, em uma greve dos professores e demais funcionários das universidades federais³⁶.

³⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 25/04/1984, Política, p. 5. Reportagem “Professores, alunos e servidores da UFPE fazem vigília cívica”. 26/04/1984, Política, p. 8.

Às 16:00h, os participantes da vigília da UFPE seguiram em direção à vigília da Praça da Independência, para integrá-la. Para a reportagem do *Diário de Pernambuco*, “[...] o momento mais emocionante da vigília cívica ocorreu por volta das 18:30m [sic], quando as pessoas, imóveis e de braços erguidos, começaram a cantar o Hino Nacional”, indicando o discurso entusiasta de valorização do nacionalismo pelo jornal e como ocorreu o protesto dos militantes³⁷. Nesse cenário, os manifestantes não sabiam a situação da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional.

A votação foi finalizada somente no dia 26 de abril. Para a consternação da maioria da população, o grito de aprovação das Diretas Já ficou preso na garganta. A Câmara dos Deputados rejeitou a Emenda, porque não se obteve os dois terços dos votos necessários para mudar a Constituição. Apesar do resultado, a campanha das Diretas Já não foi em vão, pela experiência política em defesa das liberdades democráticas e pelo enfraquecimento da ditadura. Posteriormente, ocorreram outros protestos em Pernambuco e outros lugares do Brasil, para dar continuidade às lutas pelas Diretas Já.

Um deles foi realizado no dia 23 de maio de 1984. De acordo com agentes da PM/PE, nessa data houve uma concentração das 15:30h às 18:50h, em frente à FDR, seguida de uma passeata rumo à Praça da Independência, em uma manifestação promovida por docentes e servidores da UFPE, com a participação de aproximadamente 300 pessoas. Foram identificados durante a vigilância Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE e militante do PCdoB; Antonio Torres Montenegro, vice-presidente da Adufepe e docente de História; Paulo Rubem Santiago Ferreira, 1º secretário da Adufepe; a docente Anes (não foi descoberto o seu sobrenome), integrante da Adufepe; o docente Ronaldo Souto Maior (UFPE); Hélio Medeiros, presidente da Asufepe; a vereadora Edna Costa (PMDB);

³⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 26/04/1984, Capa.

representantes do sindicato dos professores (não mencionaram qual) e funcionários da UFPE e UFRPE³⁸.

Ao chegarem na praça, os manifestantes reivindicaram melhores condições salariais, mais verbas para os RUs e para Hospital das Clínicas da UFPE, direito à educação, entre outras questões. Ao vigiarem o fato, os policiais coletaram dois panfletos: “POR QUE A GREVE”, assinado pela Adufepe e Asufepe; e “A luta continua[:] DIRETAS JÁ”.

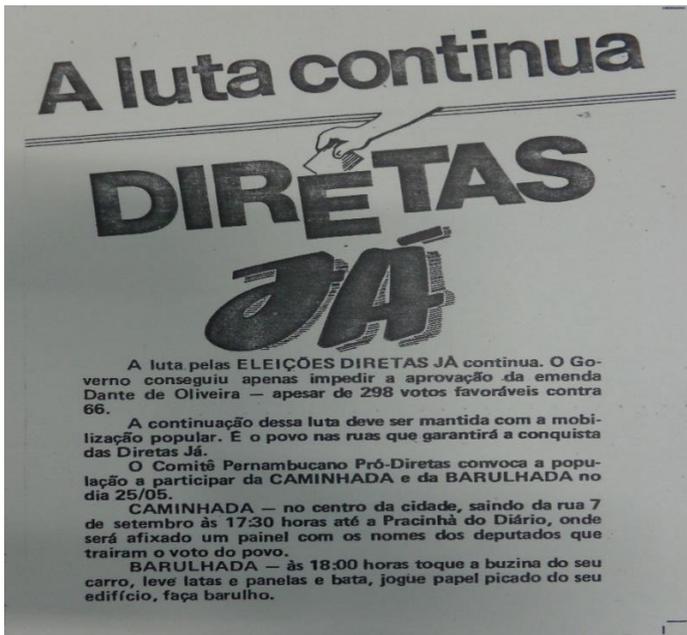


Imagem 6 Panfleto “A luta continua DIRETAS JÁ”. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fundo nº 29837.

Na imagem 6, o título do panfleto destacou a continuidade da luta pela realização de eleições diretas para presidente da República e a sua estética simbolizou o ato da votação, na época com contagem manual e realizado em urnas com cédulas de papel. O texto do panfleto mobilizou a população em defesa da causa, convocando-a para uma “barulhada” e caminhada no centro do Recife, programadas para o dia 25 de novembro.

³⁸ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial s/ nº, de 25 de maio de 1984.

Com a Emenda Dante de Oliveira derrotada, uma nova arena de disputas políticas foi constituída. O embate travado entre os segmentos combativos e apoiadores do governo Figueiredo foi para decidir quem seria o seu sucessor. Tancredo Neves foi selecionado pelo como PMDB. No PDS, apresentaram-se como pré-candidatos o ex-governador de Pernambuco Marco Maciel; os ministros Hélio Beltrão e Mário Andreazza; o vice-presidente do República, Aureliano Chaves; e Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, existindo conflitos internos entre eles. Entre essas possibilidades, o partido escolheu Paulo Maluf. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral definiu o sucessor presidencial: Tancredo foi o vitorioso, ao obter 480 votos, enquanto Maluf apenas 180 (BARRETO; MONTENEGRO FILHO; SCARPA, 2006, pp. 71-72).

Depois mais de vinte anos, um civil voltou à presidência da República. Todavia, em face das disputas e articulações políticas, foi escolhido como o vice-presidente, um candidato com um significativo histórico de apoio aos militares: José Sarney. Como Tancredo Neves faleceu um pouco antes de assumir o cargo, José Sarney tornou-se o presidente, desempenhando essa função até 1990.

Considerações finais

A campanha nacional pelas Diretas Já foi resultante de um acúmulo de experiências políticas ao longo da ditadura, perante as resistências sociais em defesa das liberdades democráticas dentro e fora das universidades. Foi um período em que o Estado logrou exercer um controle da sociedade, institucionalizar as suas práticas autoritárias e milhões de brasileiros foram às ruas para reivindicar o direito de escolher, por via direta, o presidente da República.

A campanha das Diretas Já em Pernambuco mobilizou diversos segmentos sociais, entre os quais destacamos os estudantes e professores da UFPE nas manifestações e debates políticos, por meio de ações individuais e de suas entidades representativas. Eles atuaram em cooperação com

funcionários administrativos e ex-alunos, professores e estudantes de outras instituições educacionais, partidos de diferentes plataformas políticas, líderes sindicais, religiosos, diferentes associações da sociedade civil e artistas.

A análise documental nos possibilitou verificar que os alunos e docentes da UFPE exerceram um papel de liderança entre as universidades pernambucanas. Eles militaram por essa causa de diferentes formas: panfletagem, comícios, atos públicos e atividades artístico-culturais. Essas estratégias de resistências atraíram a vigilância dos militares, que estavam insatisfeitos com os rumos do processo político e buscavam apresentar-se como indispensáveis ao Estado. Eles se infiltraram nas mobilizações sociais para vigiá-las, logrando controlá-las por meio da coleta, elaboração e disseminação de informações entre diferentes órgãos, como a ASI/UFPE.

Referências

- BARRETO; Túlio Velho; MONTENEGRO FILHO, Sérgio; SCARPA. Paulo Sérgio. **A Nova República: visões da redemocratização**. Recife: Ed. dos Autores, 2006.
- BERTONCELO, Edison. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia**. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 3).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GRINBERG, Lucia. Por um “futuro visível do país”: a campanha das Diretas na *Coluna do Castello*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MÜLLER, Angélica. **O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org